

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIA APLICADAS À EDUCAÇÃO  
GESTEC

**MARCOS ANTONIO DE JESUS SEIXAS**

**METODOLOGIA DE APOIO AO ESTUDO DE DEMANDA PARA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO:  
Mediações entre educação profissional e desenvolvimento local**

Salvador  
2016

**MARCOS ANTONIO DE JESUS SEIXAS**

**METODOLOGIA DE APOIO AO ESTUDO DE DEMANDA PARA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO:  
Mediações entre educação profissional e desenvolvimento local**

Trabalho apresentado ao curso de pós-graduação do programa Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC, da Universidade do Estado da Bahia, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Nadia Hage Fialho

Salvador  
2016

## FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB  
Bibliotecária: Jocélia Salmeiro Gomes – CRB:5/1111

Seixas, Marcos Antonio de Jesus

Metodologia de apoio ao estudo de demanda para educação profissional no instituto Federal Baiano / Marcos Antonio de Jesus Seixas –. Salvador, 6  
209 f.

Orientadora: Nadia Hage Fialho

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologia Aplicada à Educação (GESTEC).

Contém referências.

1 Ensino profissional. 2. Educação e Estado. 3. Avaliação educacional. I. Fialho, Nadia Hage. II. Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologia Aplicada (GESTEC).

CDD 370.11360981

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

### **METODOLOGIA DE APOIO AO ESTUDO DE DEMANDA PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO: Mediações entre educação profissional e desenvolvimento local**

**MARCOS ANTONIO DE JESUS SEIXAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao programa de Pós-Graduação (Strictu Sensu) Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, área de concentração I – Gestão da educação e Redes Sociais, em 26 de abril de 2016, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em gestão e tecnologias aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela banca examinadora:

Profª Drª Nadia Hage Fialho  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal da Bahia, UFBA

Prof. Dr. Cesar Barbosa  
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS  
Doutorado em Educação e Contemporaneidade  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Prof. Dr. Delfran Batista dos Santos  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano  
Doutorado em Engenharia Agrícola  
Universidade Federal de Viçosa

## DEDICATÓRIA

À minha mãe Francisca Assis,  
Ao meu pai José Antonio (*in memoriam*)

## AGRADECIMENTOS

A professora Nadia Hage Fialho, pelo apoio, paciência e dedicação. O amor em pessoa.

Ao programa de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC, seus professores, técnicos e estudantes, pela oportunidade em realizar o mestrado, sonho acalentado desde há muito tempo.

A minha família que, mesmo distante no espaço geográfico, sempre se faz próxima com afagos e incentivos. Estar perto não é físico.

Ao Instituto Federal Baiano, pela confiança depositada para que eu levasse adiante o trabalho que é objeto desta pesquisa.

Aos amigos. Sempre inspirador tê-los ao alcance da vista.

A todos, a tudo, seres viventes, qualquer coisa inanimada e imaterial, cada partícula, ao tempo, todo o universo, dúvidas, incertezas, aflições, dores... *Foris pugnae, intus timores*. (“...lutas por fora, temores por dentro”).

**Opus post opus.** [Schottus, Adagia 517]

“Obra após obra”.

*(um trabalho é véspera de outro)*

## RESUMO

Preconizado em sua lei fundadora, Lei nº 11.892/2008, a rede federal de educação profissional deve orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no seu âmbito de atuação. Considerando o exposto, o presente estudo apresenta duas grandes metodologias para identificação das demandas por educação profissional, já em prática no estado da Bahia, ao mesmo tempo em que discute as principais contribuições advindas dessas ferramentas, propondo um conjunto de referências para orientar a oferta de educação profissional no Instituto Federal Baiano. A abordagem metodológica partiu de uma revisão das práticas adotadas no Instituto para mapeamento de demanda por educação profissional como forma de subsidiar a escolha dos cursos a serem ofertados em novas unidades de ensino. Para essa revisão foi utilizada uma visão mais ampla sobre demanda, considerados aspectos socioeconômicos e organizacionais, da mesma forma que a conceituação de educação profissional foi colocada no contexto das novas premissas que norteiam a atuação dos institutos federais e a mediação que esses pretendem fazer entre educação e desenvolvimento local. Como resultado, o presente trabalho propõe uma metodologia de apoio ao Estudo de Demanda por Educação Profissional que, reunindo pesquisas aos bancos de dados e à população, através das sínteses plausíveis entre elas, resulte em uma matriz que viabilize a indicação de cursos mais alinhados às aspirações e às oportunidades de desenvolvimento locais.

Palavras-chave: Educação Profissional. Estudo de Demanda. Desenvolvimento local. Institutos Federais.

## ABSTRACT

Recommended in its founding law, the federal network of vocational education should guide your training offer for the benefit of the consolidation and strengthening of clusters, social and cultural sites identified based on the mapping of socio-economic and cultural development potential in its scope of action. Considering the above, this study presents two major methodologies to identify the demands for professional education, already in place in the state of Bahia, while discussing the main contributions from these tools, proposing a set of references to guide the provision of professional education at the Federal Institute of Bahia. The methodological approach came from a review of practices at the Institute for demand mapping vocational education as a way to subsidize the choice of courses to be offered in new education units. For this review a broader view on demand was used, considering socio-economic and organizational aspects, just as the professional education concept was placed in the context of the new premises that guide the actions of federal institutions and mediation that they intend to do between education and local development. As a result, we propose a methodology to support the demand for professional education study that gathering research data banks and the public, through plausible synthesis between them, resulting in a matrix that enables the display of more aligned courses aspirations and local development opportunities.

Key-words: Professional education. Demand study. Local development. Federal Institutes.

## SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
ADAB – Agência de Defesa Agropecuária da Bahia  
ANP – Agência Nacional do Petróleo  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CBPM – Companhia Baiana de Pesquisa Mineral  
CEEP – Centro Estadual de Educação Profissional  
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica  
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira  
CETEP – Centro Territorial de Educação Profissional  
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales dos Rios São Francisco e do Parnaíba  
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura  
CTS – Comitês Técnicos Setoriais (Senai)  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes  
EAD – Educação a Distância  
EAF – Escola Agrotécnica Federal  
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário  
EF – Ensino Fundamental  
EFA – Escola Família Agrícola  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
EM – Ensino Médio  
EMARC – Escola Média de Agropecuária da Região Cacaueira  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ETF – Escola Técnica Federal  
FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia  
FIC – Formação Inicial e Continuada  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDEB – Índice de Desenvolvimento da educação Básica  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IFBA – Instituto Federal da Bahia  
ISPER – Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
MEC – Ministério da Educação  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
NBR – Norma Brasileira (ABNT)  
PAM – Pesquisa Agrícola Municipal  
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais  
SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
SEAGRI – Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SEC – Secretaria da Educação do Estado da Bahia  
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SEPLAN – Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia  
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
SICM – Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do estado da Bahia (substituída pela SDE)  
SUPROF – Superintendência de Educação Profissional do Estado da Bahia  
UNEB – Universidade do Estado da Bahia  
VAB – Valor Adicionado Bruto  
ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

## Lista de figuras

Figura 1: Mapa da rede federal de educação profissional e tecnológica.....	31
Figura 2: Mapa com localização dos campi do IF Baiano, polos EaD e Territórios de Identidade.....	35
Figura 3: Território Litoral Norte e Agreste Baiano.....	56
Figura 4: Malha rodoviária da região.....	67
Figura 5: Território de identidade Piemonte do Paraguaçu.....	89
Figura 6: Malha rodoviária no território Piemonte do Paraguaçu.....	97
Figura 7: Localização de Serrinha.....	111
Figura 8: Território do Sisal.....	113
Figura 9: Malha rodoviária do território do Sisal.....	122
Figura 10: Território de Identidade de Irecê.....	141
Figura 11: Malha rodoviária do território Irecê.....	150

## Lista de quadros\*

Quadro 1: classificação adotada para a análise documental.....	23
Quadro 2: Relação dos campi do IF Baiano.....	33
Quadro 3: dados sociodemográficos do município de Alagoinhas, do território e do estado.....	56
Quadro 4: dados econômicos do município de Alagoinhas, da região e do estado.....	57
Quadro 5: Valor adicionado bruto da indústria segundo territórios de identidade da Bahia.....	59
Quadro 6: Dados de estabelecimentos do município, região* e estado.....	59
Quadro 7: Número de estabelecimentos do município e dos principais municípios da região.....	60
Quadro 8: Número de empregados do município e dos principais municípios da região.....	60
Quadro 9: Emprego em Alagoinhas de acordo com Caged - 2013.....	62
Quadro 10: Emprego em Alagoinhas de acordo com Caged - 2014.....	63
Quadro 11: Média salarial do município e dos principais municípios da região.....	64
Quadro 12: Distância da sede dos municípios ao endereço do Campus.....	65
Quadro 13: Produção industrial baiana em 2011.....	67
Quadro 14: Produção de petróleo no Brasil 2003 - 2012.....	69
Quadro 15: Royalties do petróleo entre municípios baianos (queda entre 2013 e 2014).....	70
Quadro 16: Produção avícola na Bahia – principais produtores.....	71
Quadro 17: Produção de coco na Bahia – principais produtores.....	72
Quadro 18: Faixa etária dos estudantes entrevistadas durante estudo de demanda.....	73
Quadro 19: Cursos mais indicados por estudantes, como primeira opção de curso.....	74
Quadro 20: Cursos mais indicados por estudantes, como segunda opção de curso.....	74
Quadro 21: Cursos mais indicados por estudantes, como terceira opção de curso.....	75
Quadro 22: Cursos mais indicados por estudantes segundo total bruto de indicações.....	75
Quadro 23: Eixos tecnológicos mais indicados por estudantes.....	76
Quadro 24: Pesquisa com estudantes: total bruto de indicações para cursos superiores.....	77
Quadro 25: Pesquisa com setor empresarial: indicações segundo eixos tecnológicos.....	79
Quadro 26: Potencialidades produtivas indicadas pelo setor empresarial.....	79
Quadro 27: Pesquisa com entidades da sociedade civil organizada: indicações por eixos tecnológicos.....	81
Quadro 28: Entidades da sociedade civil organizada: atividades produtivas e econômicas citadas.....	81
Quadro 29: Administração pública municipal: arranjos produtivos locais mais evocados.....	82
Quadro 30: Matrículas em cursos técnicos na rede estadual – ano 2011.....	83
Quadro 31: Percentual de vagas preenchidas na rede estadual de educação profissional.....	84
Quadro 32: Oferta de educação profissional e cursos superiores no território.....	85
Quadro 33: Outros cursos técnicos ofertados na região, fiscalizados pelo CREA.....	86
Quadro 34: dados sociodemográficos do município de Itaberaba, do território e do estado.....	89
Quadro 35: dados econômicos do município de Itaberaba, da região e do estado.....	89
Quadro 36: Dados de estabelecimentos do município de Itaberaba, região* e estado.....	90
Quadro 37: Número de estabelecimentos do município e dos principais municípios da região.....	90
Quadro 38: Número de empregados do município e dos principais municípios da região.....	91
Quadro 39: Emprego em Itaberaba de acordo com Caged - 2013.....	92
Quadro 40: Emprego em Itaberaba de acordo com Caged – 2014.1.....	93
Quadro 41: Média salarial do município e dos principais municípios da região.....	94
Quadro 42: Distância da sede dos municípios ao Campus Itaberaba.....	95
Quadro 43: Lavoura temporária – abacaxi – valor da produção 2012 (Bahia).....	97
Quadro 44: Principais municípios produtores de abacaxi / Bahia.....	98
Quadro 45: Cursos mais indicados por estudantes, como primeira opção de curso.....	99
Quadro 46: Cursos mais indicados por estudantes, como segunda opção de curso.....	100
Quadro 47: Cursos mais indicados por estudantes, como terceira opção de curso.....	100
Quadro 48: Cursos mais indicados por estudantes, conforme quantidade geral de indicações.....	101
Quadro 49: Cursos de nível superior mais indicados por estudantes, em todas as ordens de opção.....	101
Quadro 50: Arranjos produtivos locais mais lembrados pelo segmento empresarial.....	102
Quadro 51: Potencialidades produtivas mais citadas pelo segmento empresarial.....	102
Quadro 52: Potencialidades produtivas mais citadas pelo segmento empresarial.....	104
Quadro 53: Matrículas em cursos técnicos na rede estadual - 2011.....	105
Quadro 54: Percentual de vagas preenchidas na rede estadual de educação profissional - 2011.....	106
Quadro 55: Oferta de educação profissional e cursos superiores no território.....	106
Quadro 56: Oferta de educação profissional e cursos superiores no território.....	107
Quadro 57: Dados sociodemográficos do município de Serrinha, do território e do estado.....	111
Quadro 58: Dados econômicos do município de Serrinha, da região e do estado (em milhões R\$).....	114
Quadro 59: Dados de estabelecimentos do município de Serrinha, região* e estado.....	115
Quadro 60: Número de estabelecimentos do município e dos principais municípios da região.....	116

Quadro 61: Número de empregados do município e dos principais municípios da região.....	116
Quadro 62: Flutuação do emprego formal (jan/2013 a dez/2013) em Serrinha-BA.....	117
Quadro 63: Panorama do trabalho formal nos municípios do território do Sisal.....	118
Quadro 64: Média salarial do município e dos principais municípios da região.....	119
Quadro 65: Distância da sede dos municípios ao endereço do Campus.....	120
Quadro 66: Rebanho de ovinos no território do Sisal.....	123
Quadro 67: Rebanho de caprinos no território do Sisal.....	123
Quadro 68: Produção de sisal no Brasil.....	125
Quadro 69: Principais municípios produtores de sisal - Bahia.....	128
Quadro 70: Produção mineral na Bahia.....	129
Quadro 71: Cursos técnicos indicados por estudantes, em todas as ordens de importância.....	131
Quadro 72: Eixos tecnológicos indicados pelo segmento empresarial.....	133
Quadro 73: Potencialidades produtivas mencionadas pelo segmento empresarial.....	133
Quadro 74: Eixos tecnológicos indicados por entidades da sociedade civil organizada.....	134
Quadro 75: Arranjos produtivos locais citados pelas administrações públicas municipais.....	135
Quadro 76: Matrículas em cursos técnicos na rede estadual – ano 2011.....	136
Quadro 77: Percentual de vagas preenchidas na rede estadual de educação profissional - 2011.....	137
Quadro 78: Ofertas semipúblicas de cursos profissionalizantes - Senai.....	137
Quadro 79: Ofertas públicas de cursos superiores - Uneb.....	138
Quadro 80: Dados demográficos do município de Xique-Xique, do território e do estado.....	141
Quadro 81: IDH dos municípios do território Irecê.....	142
Quadro 82: Dados econômicos do município, da região e do estado (em \$ mil reais).....	143
Quadro 83: Dados de estabelecimentos do município de Xique-Xique, região* e estado.....	144
Quadro 84: Número de estabelecimentos do município e dos principais municípios da região.....	144
Quadro 85: Número de empregados do município e dos principais municípios da região.....	145
Quadro 86: Emprego formal em Xique-Xique - 2013.....	146
Quadro 87: Média salarial do município e dos principais municípios da região.....	147
Quadro 88: Distribuição do pessoal ocupado nos setores econômicos – território Irecê.....	148
Quadro 89: Distância da sede dos maiores municípios ao endereço do Campus.....	148
Quadro 90: Rede de hierarquia urbana no território Irecê.....	150
Quadro 91: Produção de Cebola do Estado da Bahia: maiores produtores.....	153
Quadro 92: Produção brasileira de Cebola: maiores estados produtores.....	153
Quadro 93: Produção brasileira de mamona: maiores estados produtores.....	154
Quadro 94: Maiores produtores de mamona do estado da Bahia.....	155
Quadro 95: Faixa etária dos estudantes que participaram da pesquisa no estudo de demanda.....	156
Quadro 96: Cursos técnicos mais indicados por estudantes, em primeira opção.....	158
Quadro 97: Cursos técnicos mais indicados por estudantes, em segunda opção.....	158
Quadro 98: Cursos técnicos mais indicados por estudantes, em terceira opção.....	159
Quadro 99: Cursos técnicos mais indicados por estudantes, em todas as ordens de opção.....	159
Quadro 100: Cursos técnicos mais indicados por estudantes, segundo eixos tecnológicos.....	160
Quadro 101: Cursos superiores mais indicados por estudantes, conforme ordens de opção.....	160
Quadro 102: Potencialidades produtivas citadas pelo segmento empresarial.....	162
Quadro 103: Arranjos Produtivos Locais citados pelas administrações públicas municipais.....	163
Quadro 104: Eixos tecnológicos mais indicados pelos três segmentos.....	165
Quadro 105: Matrículas em cursos técnicos na rede estadual – ano 2011.....	166
Quadro 106: Percentual de vagas preenchidas na rede estadual de educação profissional– ano 2011.....	167
Quadro 107: Oferta de cursos técnicos e superiores nos principais municípios do território.....	167
Quadro 108: Oferta de cursos técnicos fiscalizados pelo CREA, no território de Irecê.....	168
Quadro 109: Tipologia de demandas de acordo com os eixos de relevância.....	175

\* A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) não especifica o tipo de conteúdo a ser incluído em um quadro. Optamos por considerar genericamente como quadros todas as apresentações não discursivas dos dados.

## **Índice de Anexos**

Anexo 1: modelo de projeto de implantação de Campus Avançado ou de Unidade de Educação Profissional elaborado pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Ministério da Educação.....	190
Anexo 2: Questionários utilizados entre maio e agosto de 2013 no estudo de demanda realizado para subsidiar a oferta de cursos nos novos campi do IF Baiano.....	197
Anexo 3: Matrizes de convergência com sugestão de áreas ou cursos, baseadas nos estudos de demanda para novos campus do IF Baiano.....	208

## Sumário

APRESENTAÇÃO.....	16
1. INTRODUÇÃO.....	18
Objetivos da pesquisa.....	20
Desenho da investigação.....	20
2. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: origem e atuação.....	26
2.1 O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano – IF BAIANO.....	31
3. Revendo alguns conceitos utilizados na pesquisa: demanda, desenvolvimento e território.....	34
3.1 Demanda.....	34
3.2 Desenvolvimento.....	40
3.3 Território.....	42
4 Experiências de mapeamento de demanda por Educação Profissional.....	43
5 Estudo de Demanda no IF Baiano.....	49
6 Relatórios dos estudos de demanda realizados.....	54
6.1 Alagoinhas.....	54
6.1.1 Vetores de desenvolvimento regionais identificados.....	66
6.1.2 Pesquisa feita com população.....	72
6.1.3 Oferta de educação profissional no município e região.....	82
6.1.4 Correlação entre os vetores regionais de desenvolvimento e os cursos a serem ofertados no campus Alagoinhas.....	86
6.2 Itaberaba.....	87
6.2.1 Dados Socioeconômicos.....	89
6.2.2 Vetores de desenvolvimento identificados no território Piemonte do Paraguaçu.....	96
6.2.4 Oferta de educação profissional no município de Itaberaba e região.....	104
6.2.5 Correlação entre os vetores regionais de desenvolvimento e os cursos a serem ofertados no campus Itaberaba.....	107
6.3 Serrinha.....	109
6.3.1 Dados Socioeconômicos do território Sisal.....	111
6.3.2 Vetores de desenvolvimento regionais identificados no território do Sisal.....	122
6.3.3 Pesquisa com a população.....	129
6.3.4 Oferta de educação profissional no município de Serrinha e região.....	135
6.3.5 Correlação entre os vetores de desenvolvimento regionais e a educação profissional sugerida.....	138
6.4 Xique-Xique.....	139
6.4.2 Vetores de desenvolvimento regionais identificados no território de identidade Irecê.....	151
6.4.3 Pesquisa com a população.....	156
6.4.5 Correlação entre os vetores regionais de desenvolvimento e os cursos sugeridos.....	169
7. Matriz de convergências.....	171
8. Considerações finais.....	179
9. REFERÊNCIAS.....	183

## APRESENTAÇÃO

Logo após ingressar, em novembro de 2012, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, o IF Baiano, no cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, fui designado para desenvolver uma proposta para estudo de demanda por educação profissional que auxiliasse a decisão para a oferta de cursos nas novas unidades de ensino que estavam em construção e com estimativa para entrarem em funcionamento no ano de 2014. Lotado na Pró-Reitoria de Ensino e com apoio dos gestores de então, iniciei a estudar as práticas existentes dentro da rede federal e no ambiente externo. Na ocasião, de maneira incipiente, tive a oportunidade de traçar um esboço de atuação que se aproximasse às ações já adotadas em outras instituições. Os resultados do trabalho, apresentado em fevereiro de 2013 ao Colégio de Dirigentes, órgão de apoio ao processo decisório do instituto, foram consolidados em um projeto de estudo de demanda que buscou estruturar um modelo institucional de prospecção que auxiliasse a fundamentação da oferta de cursos das novas unidades do IF Baiano.

A proposta consistiu em reunir o máximo de informações possíveis sobre as regiões nas quais o IF Baiano estava começando a se fazer presente, com o fim de identificar, na caracterização daqueles espaços, possibilidades de atuação que estivessem alinhadas às potencialidades das realidades locais. Abrangia cinco referenciais:

1. Referencial conceitual, que delimitava o estudo de demanda de acordo com o propósito de compor um sistema de informações adstrito à estratégia de expansão da oferta de educação profissional;
2. Referencial institucional, que deveria inserir o estudo de demanda no contexto, nos objetivos e nos princípios constituintes da rede federal de educação profissional;
3. Referencial estratégico, que assentava-se na ideia de aliar o estudo de demanda às ações de promoção das oportunidades de desenvolvimento regional sustentável;
4. Referencial espacial, que estabelecia o recorte geográfico de abrangência de cada pesquisa por meio do conceito de Territórios de Identidade da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia;
5. Referencial metodológico, propondo levantamento de dados que perpassasse alguns fatores: (a) fator ocupacional, que possibilitasse caracterizar o trabalho e o emprego formal predominante; (b) fator setorial, que permitisse entender o cenário dos principais setores econômicos demandantes; (c) fator educacional, que investigasse os

níveis de escolaridade e as ofertas educativas existentes; (d) fator produtivo, que prospectasse os vetores de desenvolvimento a partir da vocação produtiva local. Esses fatores, por sua vez, deveriam ser confrontados tanto entre si mesmos, de forma a se obter as sínteses possíveis que permitirão a indicação mais viável para a oferta de educação profissional, quanto com as aspirações e percepções da população dos territórios nos quais o Instituto atua.

A partir desse projeto, foram realizados os estudos de demanda para as novas unidades de ensino de Alagoinhas, Itaberaba, Serrinha e Xique-Xique que serão descritos e apresentados a seguir. A etapa conclusiva do estudo, a partir de abril de 2014, se deu no âmbito da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, minha atual lotação. A experiência das ações que envolveram os estudos está disposta de forma narrativa e avaliativa neste trabalho que estamos submetendo ao Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação da Universidade do Estado da Bahia (GESTEC/Uneb), intitulado Metodologia de apoio ao estudo de demanda para educação profissional no Instituto Federal Baiano: mediações entre educação profissional e desenvolvimento local.

Compreendo que os assuntos que fazem parte deste trabalho, submetido aos rigores da investigação acadêmica, observacional, analítica e descritiva retrospectiva, proporcionam mais um olhar sobre o processo de mapeamento e qualificação das demandas específicas por educação, no caso a educação profissional, no contexto em que é repensada e expandida, e suas implicações e desdobramentos para a dinâmica socioeconômica e para o desenvolvimento local.

Não obstante a simplicidade, as limitações e os lapsos, estou otimista que, de alguma forma, este trabalho pode ser útil para acrescentar novas impressões sobre o tema.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho refere-se ao Estudo de Demanda Territorial realizado nas regiões de implantação das novas unidades de ensino do Instituto Federal Baiano, para auxiliar a tomada de decisões para a oferta de cursos técnicos. Trata-se de atividade prospectiva que pretende ponderar escolhas e investimentos mais adequados para a intervenção educacional em determinado espaço e melhor aproveitar as oportunidades locais, as atuais e as futuras, de desenvolvimento.

A atividade prospectiva se impõe como um processo através do qual se obtém uma compreensão mais aprofundada sobre as forças que atuam em determinada atividade e em determinado espaço, possivelmente moldando-lhes seus desenvolvimentos, e que devem ser consideradas quando pensamos na formulação de políticas, no planejamento e na tomada de decisões. Ou seja, um Estudo de Demanda, que é a atividade prospectiva aqui considerada, está estreitamente ligado ao planejamento.

Reúne indicadores socioeconômicos e análises sobre os municípios pesquisados e de sua região de influência. O levantamento de aspectos de caráter natural, demográfico, econômico e sociocultural tem o objetivo de proporcionar um espectro de referências para o planejamento da implantação e funcionamento das unidades de ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano.

Portanto, trata-se de um instrumento que visa a contribuir com as deliberações que a gestão do IF Baiano venha a estabelecer nos campos do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

A metodologia do projeto geral de Estudo de Demanda aqui apresentado faz uso da noção de desenvolvimento local por meio de mapeamento das demandas locais estudadas. Segundo esta abordagem, o recorte espacial desempenha papel de grande importância, enquanto delimitação da área escolhida, para avaliarmos as interações que pretendemos caracterizar, dimensionar determinada territorialidade, identificar os segmentos a serem contemplados, estimar o possível desempenho de produtos e serviços a serem oferecidos pelo instituto e julgar sua capacidade de absorção e vazão.

Dentre os critérios de recorte espacial possíveis, o estudo de demanda aqui tratado procurou adotar, no que foi adequado e atinente ao universo dessa pesquisa, o critério de Territórios de Identidade utilizado pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia

(página internet SEPLAN, 2012), que reconhece a existência de 27 territórios no Estado, conceituando-os como:

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (SEPLAN, 2013).

Como veremos, os Institutos Federais foram estruturados a partir da experiência, já consolidada, dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs), Escolas Técnica Federais (ETFs) e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais. Estabelecem uma nova institucionalidade, em suplantação a uma anterior, com a atribuição de reforçar o desenvolvimento educacional e profissional das regiões em que estejam inseridos.

A oferta educacional dos Institutos deve ser, majoritariamente, de cursos técnicos, sobretudo integrados ao ensino médio, numa proporção de, no mínimo, 50% das vagas totais, conforme estabelece o Inciso I do Art. 7º da Lei nº 11.892/2008. O mínimo de 20% do total das vagas de cada Instituto deve ser destinado aos cursos de licenciatura, conforme disposto na alínea *b* do Inciso VI do mesmo artigo. Os 30% das vagas restantes podem ser atribuídos aos cursos superiores de tecnologia, aos cursos de bacharelado e engenharia, aos cursos de pós-graduação de aperfeiçoamento e especialização e, ainda, aos cursos de mestrado e doutorado.

A atuação dessas instituições deve ser de atendimento aos arranjos produtivos locais, quaisquer que sejam suas ofertas educacionais, incorporando e articulando as demandas do território nos quais estão inseridas, com suas possibilidades científicas e tecnológicas, tendo como foco a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e a construção da cidadania.

Dessa forma percebemos que a perspectiva da territorialidade se impõe na implantação e atuação dos Institutos, ao considerarmos a sintonia que devem ter com as dimensões físicas, socioeconômicas e culturais das regiões em que se situam.

De acordo com a lei que criou os Institutos Federais, Art. 6º, a articulação com o desenvolvimento territorial e arranjos produtivos locais deve assumir, além da formação de força de trabalho qualificada, outras atribuições importantes:

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008,).

Portanto, a perspectiva da territorialidade constitui a base para o levantamento das necessidades e potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural de modo a contribuir para a consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

### **Objetivos da pesquisa**

Apresentar matriz metodológica de subsídio à oferta de educação profissional, por meio da análise do processo de mapeamento de demanda do Instituto Federal Baiano, que demonstre as sínteses possíveis de mediação ao desenvolvimento local. A realização deste objetivo geral demandou, por sua vez, quatro outros objetivos específicos:

1. Descrever a criação da Rede Federal de Educação Profissional situando-a no conjunto das políticas federais de educação profissional e tecnológica, apresentando suas finalidades, sua organização e seu papel para o desenvolvimento territorial. Esse objetivo será tratado no capítulo 2.

2. Rever os principais conceitos que dão ensejo às ações que buscam aliar a educação profissional a uma estratégia de desenvolvimento local, a saber: demanda, desenvolvimento e território. No capítulo 3 nos ocuparemos desse objetivo.

3. Analisar exploratoriamente as principais experiências de mapeamento de educação profissional em outras redes, sistemas e na própria rede federal. Tais experiências serão apresentadas e analisadas no capítulo 4.

4. Avaliar o procedimento utilizado para identificar as demandas por educação profissional nos territórios de atuação do Instituto Federal Baiano, que visa o atendimento das necessidades do desenvolvimento territorial. Esse objetivo será contemplado no capítulo 5.

### **Desenho da investigação**

#### Abordagem qualitativa

Para realização deste trabalho seguimos predominantemente a abordagem qualitativa, buscando a compreensão da aplicabilidade do Estudo de Demanda desenvolvido no Instituto Federal Baiano e a mediação que esse estudo estabelece entre educação profissional e desenvolvimento local. Este trabalho pretende alcançar os fundamentos dos procedimentos realizados no Estudo de Demanda e exprimir o que convém fazer, sem, no entanto, pretender

enquadrar em um modelo, mas sendo capaz de produzir novas informações.

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada pois volta-se para uma aplicação prática relacionada a uma necessidade específica e particular, a saber: a demanda para oferta de cursos do Instituto Federal Baiano.

#### Estudo de caso

Quanto aos procedimentos ou estratégias de investigação que nos permitiram a aproximação e o entendimento da realidade investigada, e que, ao final, nos forneceram subsídios para propor intervenção, a nossa pesquisa faz uso da modalidade de estudo de caso, pois debruça-se sobre uma metodologia colocada em prática no IF Baiano, visando conhecer com mais profundidade o como e o porquê dessa prática, extraíndo dela o que há de mais essencial e característico, numa perspectiva pragmática, ou seja, apresentar um panorama técnico, tanto quanto possível completo e coerente, do objeto de estudo a partir do ponto de vista do pesquisador.

O estudo de caso, para a nossa pesquisa, é uma modalidade apropriada pois ajuda a recortar o nosso objeto de estudo em:

- Sua particularidade, pois estuda e se concentra em um assunto específico e em uma experiência singular: identificação de demanda para educação profissional no Instituto Federal Baiano;
- Em sua descrição, pois resulta na caracterização detalhada sobre o assunto determinado: fontes e métodos utilizados para apuração dessa demanda;
- E em sua explicação, pois procura responder a problemática colocada: a relação entre a demanda identificada com base nesse método e o desenvolvimento local.

É também o estudo de caso a modalidade recomendada para se fazer um estudo de avaliação, visto que a presente pesquisa acaba por submeter a julgamento o Estudo de Demanda realizado no instituto. Como nos explica Robert Yin:

(...) Os estudos de caso têm um lugar de destaque na pesquisa de avaliação (...). Há, no mínimo, cinco aplicações diferentes. A mais importante é *explicar* os vínculos causais em intervenções da vida real que são complexas demais para as estratégias experimentais ou aquelas utilizadas em levantamentos. Na linguagem da avaliação, as explanações uniriam a implementação do programa com os efeitos do programa (...). Uma segunda aplicação é *descrever* uma intervenção e o contexto na vida real em que ela ocorre. Em terceiro lugar, os estudos de caso podem *ilustrar* certos tópicos dentro de uma avaliação, outra vez de um modo descritivo – mesmo de uma perspectiva jornalística. A quarta aplicação é que a estratégia de estudo de caso pode ser utilizada para *explorar* aquelas situações nas quais a intervenção que está sendo

avaliada não apresenta um conjunto simples e claro de resultados. Em quinto lugar, o estudo de caso pode ser uma “*meta-avaliação*” - o estudo de um estudo de avaliação (YIN, 2001, p.34). Grifos do autor.

### Análise documental

A estratégia de coleta de dados circunscreve-se à análise documental, que recorreu às fontes que compuseram a fase de instrução dos relatórios de Estudo de Demanda, levantadas entre maio de 2013 e setembro de 2014, das quais fazem parte: legislações, normativas, microdados, análises, estudos, formulários de pesquisa e relatórios.

Afastamo-nos, contudo, da noção que valoriza o documento como garantia de objetividade e de exclusão da intencionalidade contida na investigação realizada e na ação do investigador. Esse afastamento fez com que ampliássemos mais a ideia do que seja um documento, privilegiando uma abordagem mais globalizante na qual tudo o que serve de testemunho é considerado como documento ou fonte, tal qual proposto pela Escola de Annales na historiografia (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.7).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em sua NBR 6023 de agosto de 2002, define documento como sendo “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova” (ABNT, 2002, p.2). O Arquivo Nacional define documento como “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (2005, p.73). Essas definições nos auxiliaram a recortar a documentação pesquisada necessária à estruturação desta pesquisa.

A avaliação documental foi aplicada de forma a abranger cinco dimensões:

1. Contexto. Avaliação da relação de dependência entre as situações e circunstâncias históricas que estão ligadas à elaboração do documento e da informação, o universo sócio-político do pesquisador e daqueles a quem foi destinado. O fato da totalidade dos documentos pesquisados e do próprio objeto de estudo estarem intimamente ligados ao pesquisador, sem que haja distanciamento temporal e espacial entre esses, reflete inevitavelmente algumas implicações em nosso trabalho.

2. Autoria. Identidade da fonte, reputando seus interesses, razões e motivos, avaliando, no que concernir, a credibilidade do documento ou da informação e a interpretação dada aos dados discutidos.

3. Origem. Avalia a autenticidade e a confiabilidade do documento, buscando a qualidade da informação transmitida. Tratou-se da verificação da procedência do documento e

da relação existente entre a autoria e a informação produzida.

4. Conceito. Exercício de delimitar adequadamente o sentido das palavras e dos conceitos de acordo com o emprego da linguagem específica de determinada área de conhecimento. Seria uma espécie de contextualização interna ao documento.

5. Natureza. Procuramos identificar a condição própria da informação que permitiu evidenciar tipologias distintas conforme suas linguagens específicas. Tivemos, dessa forma, documentos de natureza administrativa, de natureza exploratória, de natureza legal, de natureza informativa, de natureza estatística, e de natureza analítica.

Os documentos de natureza administrativa dizem respeito àqueles que dispuseram sobre a organização dos procedimentos que viabilizaram o desenvolvimento do Estudo de Demanda e que apresentaram seus resultados, como portarias, ofícios, correspondências e os relatórios. Os documentos de natureza legal são aqueles que fazem parte do conjunto de leis e normatizações das quais emanam os fundamentos e as diretrizes gerais para estudo de demanda de educação profissional, principalmente a Lei nº 11.892/08. Os documentos de natureza exploratória são os formulários que serviram como instrumentos de coleta de dados e opiniões nas pesquisas feitas com as populações envolvidas. Essa documentação pode ser classificada como interna ou institucional.

Entre a documentação externa podem ser os documentos aqui considerados: de natureza informativa, que são aqueles extraídos de material de divulgação ou que intentam promover e prestar informações a respeito da região estudada, apresentando e discutindo principalmente características sociais e econômicas com uso de indicadores e de dados consolidados ou desagregados, geralmente em forma jornalística; de natureza estatística, que se referem às informações originadas em bancos de dados que disponibilizam estatísticas, indicadores e pesquisas, reunidos ou não em forma de publicação; e de natureza analítica, correspondendo aos documentos produzidos para investigar de maneira argumentativa, reunidos em publicação especializada, um lugar ou uma determinada atividade de interesse do Estudo de Demanda e que ajuda a compor o seu relatório.

*Quadro 1: classificação adotada para a análise documental*

<b>Internos</b>	<b>Externos</b>
<b>ADMINISTRATIVA</b> (portarias, ofícios, correspondências, relatórios)	<b>ANALÍTICA</b> (textos argumentativos reunidos em publicação especializada)

<b>LEGAL</b> (leis, resoluções, normatizações)	<b>ESTATÍSTICA</b> (dados estatísticos, indicadores e pesquisas, reunidos ou não em forma de publicação)
<b>EXPLORATÓRIA</b> (formulários, questionários)	<b>INFORMATIVA</b> (extraídos de material de divulgação ou que visam promover um lugar ou prestar informações a seu respeito)

### **Os limites desta pesquisa**

Em que pese o fato da revisão de literatura não ter proeminência neste trabalho, acreditamos que as referências bibliográficas e fontes eletrônicas consultadas constituem um bom esteio para a compreensão e análise daquilo que nos propomos. Permitiram recortar e qualificar o objeto da nossa pesquisa. Reconhecemos, no entanto, que as caracterizações que se seguirão ao longo do texto são parciais e circunstanciadas, carecendo de referências bibliográficas melhor recortadas e mais abrangentes para assegurar uma visão mais aprofundada e completa da realidade investigada.

O presente relatório interpreta uma realidade específica, balizada no tempo e no espaço. Os resultados arrolados derivam dos dados que foram reunidos e da capacidade do pesquisador de interpretá-los e de perceber a realidade. Nos caminhos apontados e nos entendimentos sumulados, bem como no produto resultante da pesquisa, estão presentes as limitações e tendências do pesquisador. Portanto, insinua-se, principalmente, como uma alternativa metodológica.

Uma das coisas mais difíceis na realização de um trabalho acadêmico-científico, de qualquer vertente, é isolar a causa de algo que está sendo pesquisado e, conseqüentemente, ter controle sobre os resultados. A complexidade, como premissa básica universal, faz parte de todas as coisas. Todos os fenômenos ou eventos são afetados por uma multiplicidade de causas e contextos, sendo que não há causa que não tenha sido originada por algo que, por sua vez, tem a sua própria causa. Assim, tanto pela complexidade causal quanto pela inviabilidade em recuar infinitamente às causas das causas, sem esquecer o papel crucial do acaso, admitimos a impossibilidade de separar de suas incontáveis combinações a causa de algum fenômeno ou evento.

Reconhecemos as grandes dificuldades para aferir uma demanda estrita para absorção de um profissional em um mercado local específico. Há dependência de inúmeros fatores,

alguns bem amplos e que escapam ao alcance do escopo de uma instituição de ensino. Preços de commodities, relações de consumo, capacidade instalada, investimentos públicos e privados, conjunturas políticas e ambientais, interações setoriais, são alguns exemplos de fatores que interferem na efetiva inserção de um profissional em um mercado local.

Dessa forma, não há instrumental disponível e suficiente que, embasado em modelos de equilíbrio geral, assegure que determinada demanda seja plenamente atendida por uma oferta correspondente. Na ausência de tal instrumental, é possível realizar projeções de equilíbrio parcial, isto é, em que a realidade de cada atividade pesquisada é considerada individualmente e, no máximo, em sua relação com fatores que lhes sejam contíguos, desconsiderando-se eventuais interações com outros fatores.

As projeções de demandas que serão demonstradas são baseadas em comportamentos setoriais da economia local e territorial em um período passado. Devemos ter ciência das elasticidades que estão presentes em qualquer mecanismo de previsibilidade.

Os cursos ou áreas preliminarmente sugeridos para que sejam ofertados são compatíveis com as demandas identificadas no levantamento efetuado, mas consideram, entretanto, as condições de equilíbrio no cenário verificado, preterindo eventuais interações de instabilidade com outros fatores intervenientes que possam resultar em contundentes elasticidades nesse mesmo quadro.

Da mesma forma, vale destacar que a compatibilização das ocupações demandadas pelos setores e/ou atividades econômicas com os cursos ofertados não acontece necessariamente de forma direta, ou seja, uma demanda profissional não está relacionada automaticamente e mecanicamente a um curso, seja técnico, tecnólogo ou superior. Uma ocupação pode estar relacionada a nenhum curso disponível no catálogo ou a mais de um curso. Uma família ocupacional abarca cursos bem distintos, ainda que integrantes de um mesmo grupo taxonômico; e mais: a demanda em uma área pode requerer um atendimento transversal ou articulado a outras famílias ocupacionais.

Cabe ressaltar, portanto, que a projeção de cenários não representa uma expectativa e uma garantia de que uma oferta de curso sugerida atenda uma demanda especificada; é, sim, um instrumento para proposição de sínteses plausíveis entre uma e outra.

## 2. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: origem e atuação

A recente expansão e política federal de valorização da educação profissional e tecnológica fez surgirem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, representando o principal vetor de reorganização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Integrados em uma estrutura de rede, formados por uma reitoria e diversos *campi* situados em contextos territoriais variados, são concebidos para oferta de educação pública, com qualidade e eficácia sociais. Os Institutos Federais fazem parte de uma estrutura abrangente e que deve estar voltada ao atendimento das demandas sociais e educacionais nos territórios em que atuam.

Por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, o Presidente Nilo Peçanha cria dezenove escolas de aprendizes artífices<sup>1</sup>, como forma de atender certas exigências de ordem econômica e política (MANFREDI, 2002). Estas escolas podem ser consideradas o embrião da atual Rede Federal de Educação Tecnológica. O Decreto justifica a criação dessas escolas:

(...) o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;  
 (...) para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime;  
 (...) que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação<sup>52</sup> (BRASIL, 1909, p.1)

Em 1937, a Lei nº 378, que dispunha sobre a nova organização do Ministério da Educação e Saúde Pública, transformou estas escolas em liceus de ensino profissional, mas sem alterar seus objetivos. Determinava que:

Art. 37. A Escola Normal de Artes e Offícios Wenceslão Braz e as escolas de aprendizes artífices, mantidas pela União, serão transformadas em liceus, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.  
 Paragrapho unico. Novos liceus serão instituídos, para propagação do ensino profissional, dos vários ramos e graus, por todo o território do País (BRASIL, 1937).

Na década de 1940 a formação profissional de nível secundário passa a ser oferecida no país normatizada por meio do Decreto-lei nº 4.073, de 30/01/1942, que institui a Lei Orgânica do Ensino Industrial; do Decreto-lei nº 6.141, de 28/12/1943, que estabelece a Lei

---

<sup>1</sup>As “Escolas de Aprendizes Artífices” estavam subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Este decreto está disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=42095>. 60

Orgânica do Ensino Comercial e do Decreto-lei nº 8.530, de 02/01/1946, que regula a Lei Orgânica do Ensino Normal.

No ano de 1959, por meio da Lei nº 3.552, foi estruturada uma nova organização escolar e administrativa aos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura. Conforme o Art. 16 desta lei, passaram a ter personalidade jurídica própria, autonomia didática, administrativa, técnica e financeira, e a ser conhecidos como Escolas Técnicas Federais. Em 1978, por meio da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, três delas foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, surgindo os CEFETs do Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais. Nos anos seguintes foram realizadas outras transformações de escolas técnicas em CEFETs.

Um novo arranjo organizacional da rede federal foi promovido no ano de 2008: 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino vinculadas aos Cefets, 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades federais passaram a compor uma nova identidade institucional, a dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O Decreto 6.095/07 fixou as diretrizes iniciais desse processo. A Chamada Pública MEC/SETEC nº. 002/2007 ordenou o recebimento das propostas de formação de Institutos. Na sequência, foi publicada a Portaria nº. 116/08 que divulgava a relação das propostas aprovadas no processo de seleção de que tratou a Chamada Pública. Esses normativos fundamentaram o Projeto de Lei da Câmara nº. 177/200861, do qual se originou a Lei nº. 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ao mesmo tempo em que criava os Institutos que a integram. A rede faz parte do sistema federal de ensino, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) sendo constituída, de acordo com o Art. 1º, pelas seguintes instituições:

- I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;
- II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;
- III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;
- IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (BRASIL, 2008)

De acordo com o art.1º, inciso I, são criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), com a finalidade primordial de oferecer educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, promover a integração e a verticalização da educação profissional, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. O parágrafo único deste artigo informa que estas instituições são autarquias e que

desfrutam de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, o que lhes permite, conforme o § 3º do art. 2º da Lei 11.892/08:

Criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, (...) registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica (BRASIL, 2008).

Dessa forma, os Institutos Federais são instituições com uma gênese diferenciada, pois foram instituídos pela agregação ou transformação de instituições educacionais previamente existentes.

Tidos como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (BRASIL, 2008), os Institutos Federais têm as mesmas prerrogativas que as universidades federais e, portanto, estão sujeitos às “disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior” (BRASIL, 2008).

As finalidades e características dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia estão definidas no art. 6º da Lei 11.892/08:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008)

Os objetivos dos novos institutos são amplos:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (BRASIL,2008)

Esses dispositivos revelam um novo modelo de educação profissional, diferente dos modelos até então implementados. Reflete um reposicionamento do papel da educação profissional e tecnológica diante de um contexto social diferenciado, servindo como vigoroso auxílio às políticas educacionais no Brasil.

Diferentemente da aprendizagem de ofícios artesanais, de caráter assistencialista para amparo de pobres e desvalidos, e da ideologia moralista do trabalho como forma de controle social, que marcaram o início da rede federal de educação profissional, e diferentemente do tecnicismo que foi preponderante ao longo do desenvolvimento das escolas técnicas e centros federais, a proposta dos Institutos Federais é de ofertar cursos e promover ações que alinhem o ensino de ciências naturais e humanidades, a formação profissional e tecnológica com as necessidades e demandas do desenvolvimento e da realidade locais. Um novo arranjo educacional preconizado no Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE):

Esse arranjo pode abrir excelentes perspectivas para o ensino médio, hoje em crise aguda. A combinação virtuosa do ensino de ciências naturais, humanidades (inclusive filosofia e sociologia) e educação profissional e tecnológica – o que deve contemplar o estudo das formas de organização da produção – pode repor, em novas bases, o debate sobre a politécnica, no horizonte da superação da oposição entre o propedêutico e o profissionalizante (BRASIL, 2007g, p.33).



*Figura 1: Mapa da rede federal de educação profissional e tecnológica*

(Fonte: Portal do MEC/SETEP)

A distribuição territorial dos institutos, de forma a cobrir número abrangente de regiões, concorre para a ênfase no desenvolvimento local e regional. O território, portanto, passa a ser um referencial espacial importante como lugar através do qual deve ocorrer continuamente a articulação contextualizada de suas ações. A sua região de abrangência é a instância que deve mediar sua intervenção, que se dá principalmente através de duas grandes vertentes: a valorização da educação básica pública e a oferta de educação profissional e tecnológica como estratégia de desenvolvimento.

## 2.1 O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano – IF BAIANO

A Fazenda Modelo de Criação, implantada pelo Governo da Bahia em 1897 através da Lei 75, localizada na cidade de Catu, com oferta de ensino profissionalizante na área agrária, marca o início da história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IF Baiano. O objetivo da fazenda era promover a criação de gado, através do ensino de técnicas pecuárias. Em 1918, teve lugar a federalização da Fazenda Modelo, em que se deu continuidade à política de fornecer técnicas pastoris para a comunidade rural local. Nela, foram desenvolvidas atividades de criação até o início de 1964.

Em 05 de março de 1964, através do Decreto nº 53.666, passou a chamar-se Colégio Agrícola de Catu, tendo sido este subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura. A designação Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos foi estabelecida pelo Decreto Nº58.340, de 03 de maio de 1966, que tinha como finalidade ministrar o ensino de segundo grau, formando Técnicos em Agropecuária, fundamentado na filosofia do Sistema Escola-Fazenda: *aprender a fazer e fazer para aprender*.

Em 19 de maio de 1967, através do Decreto nº60.731, o Colégio foi transferido para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), passando a funcionar como Escola em 1969. Em 1971, formou-se a primeira turma de alunos: Técnicos em Agropecuária. Em 4 de setembro de 1979, por meio do Decreto nº 83.935, passou a ser denominada Escola Agrotécnica Federal de Catu Álvaro Navarro Ramos.

Em 1993, a Lei nº 8.670 criou as Escolas Agrotécnicas Federais de Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, subordinadas e mantidas pelo Ministério da Educação. Ainda em 1993, por meio da Lei nº 8.731, estas escolas foram transformadas em autarquias, passando a gozar de quadros e orçamento próprios, além de autonomia disciplinar e acadêmica. De acordo com o Decreto nº 2548/1998, as escolas agrotécnicas federais tinham por finalidade ofertar ampla formação articulada com os setores produtivos, especialmente nas áreas de agricultura e agroindústria.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo a Bahia contemplada com duas unidades, dentre estas, o IF Baiano, autarquia constituída, inicialmente, pelas Escolas Agrotécnicas Federais de Senhor do Bonfim, Catu, Guanambi e Santa Inês. Em 2010, na segunda expansão da rede profissional,

duas novas unidades foram implantadas nas cidades de Bom Jesus da Lapa e Governador Mangabeira.

A essa trajetória histórica, integraram-se, em 2010, as Escolas Médias de Agropecuária Regional (EMARCs) criadas e mantidas pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura.

As atividades das EMARCs foram iniciadas em 1965, a partir da criação da unidade EMARC – Uruçuca-BA, tendo ocorrido a ampliação da rede entre os anos de 1965 e 1980. Coube à EMARC, inicialmente, servir como Centro de Treinamento de mão de obra e de formação de nível médio, a fim de atender às necessidades da agropecuária do Sul da Bahia, associado a programas de pesquisa agrícola e de extensão rural da CEPLAC, instrumentos importantes para o desenvolvimento da região cacaueira baiana.

Nesse período, a EMARC cresceu e transformou-se em um importante centro de ensino técnico agropecuário e industrial e de formação profissional rural. Por meio de comodato, o governo do Estado da Bahia em acordo com o Ministério da Agricultura, transferiu, em 11 de abril de 1980, a responsabilidade administrativa, pedagógica e financeira das Unidades Escolares Polivalentes, localizadas nas cidades de Itapetinga, Teixeira de Freitas e Valença, para a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.

Em 2010, as Escolas Médias de Agropecuária Regional da CEPLAC – EMARCs de Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença passaram a ser administradas pelo IF Baiano. O Decreto n.º 7.952, de 12 de março de 2013, vinculou definitivamente as EMARCs ao Ministério de Educação, transformando-as em *campi* do IF Baiano.

Com as expansões da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica promovidas pelo governo federal em 2010 e 2012, ao IF Baiano foram acrescentadas novas unidades sediadas nas cidades de Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Governador Mangabeira, Itaberaba, Serrinha e Xique-Xique.

Dessa forma, o IF Baiano é formado por uma Reitoria, sediada em Salvador, e dez *Campi* em funcionamento, nos seguintes municípios: Bom Jesus da Lapa, Catu, Guanambi, Governador Mangabeira, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Teixeira de Freitas, Valença e Uruçuca. Possui, ainda, quatro *campi* em fase de implantação, criados em 2012, e situados nos municípios de Alagoinhas, Serrinha, Itaberaba e Xique-Xique. Possui, também, um *campus* avançado na cidade de Medeiros Neto. Com a implantação dessas novas unidades,

previstas para entrarem em funcionamento entre 2015 e 2016, o IF Baiano será constituído por 14 *Campi* e 1 *Campus* avançado (Tabela 1).

*Quadro 2: Relação dos campi do IF Baiano*

<i>Campus/ campus avançado</i>	<i>Situação do Campus</i>	<i>Distância da Reitoria (Salvador)</i>	<i>Território de Identidade</i>
ALAGOINHAS	Em implantação	124 km	Litoral Norte e Agreste Baiano
BOM JESUS DA LAPA	Funcionando	789 km	Velho Chico
CATU	Funcionando	87 km	Litoral Norte e Agreste Baiano
GOV. MANGABEIRA	Funcionando	139 km	Recôncavo
GUANAMBI	Funcionando	677 km	Sertão Produtivo
ITABERABA	Em implantação	280 km	Piemonte do Paraguaçu
ITAPETINGA	Funcionando	459 km	Médio Sudoeste da Bahia
MEDEIROS NETO*	Funcionando	837 km	Extremo Sul
SANTA INÊS	Funcionando	285 km	Vale do Jiquiriçá
SENHOR DO BONFIM	Funcionando	385 km	Piemonte Norte do Itapicuru
SERRINHA	Funcionando	185 km	Sisal
TEIXEIRA DE FREITAS	Funcionando	811 km	Extremo Sul
URUÇUCA	Funcionando	339 km	Litoral Sul
VALENÇA	Funcionando	248 km	Baixo Sul
XIQUE XIQUE	Em implantação	641 km	Irecê

\*campus avançado vinculado ao *Campus* Teixeira de Freitas

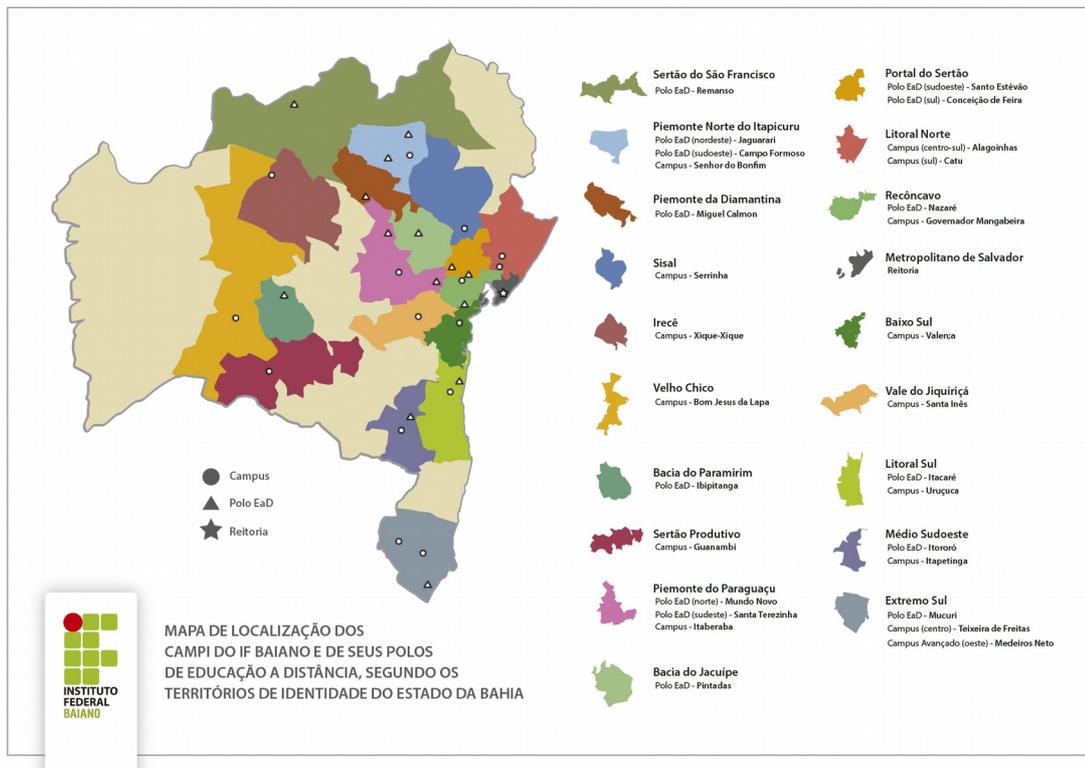


Figura 2: Mapa com localização dos campi do IF Baiano, polos EaD e Territórios de Identidade

Fonte: site do IF Baiano ([www.ifbaiano.edu.br](http://www.ifbaiano.edu.br))

### 3. Revendo alguns conceitos utilizados na pesquisa: demanda, desenvolvimento e território

Neste capítulo, serão apresentados os fundamentos teóricos mais relevantes para a abordagem do problema anteriormente exposto. A previsão da demanda e a noção de desenvolvimento são os dois principais temas tratados nos próximos tópicos. A revisão teórica desses dois assuntos fornecerá subsídios para a formulação da proposta de solução, que será exposta nos capítulos seguintes.

#### 3.1 Demanda

Segundo Lustosa et al. (2008), demanda é a disposição dos clientes para consumir determinado produto ou serviço.

A ideia de demanda está associada ao movimento de procura por algo. Com efeito, o Dicionário Aurélio relaciona entre as definições do termo: “*Ato ou efeito de demandar; ação de procurar; (...) intento; quantidade de um bem ou de um serviço que o mercado ou um conjunto de consumidores quer comprar, por oposição à oferta*” (FERREIRA, 2010). Em

geral, essas definições se repetem nos demais dicionários. O termo parece ter encontrado, no entanto, leito bastante confortável no conjunto de conceitos que dão suporte ao léxico das Ciências Econômicas, conceito este já inscrito, como visto, entre as definições descritas no verbete dicionarizado acima.

Em linhas gerais, o termo Demanda é conceituado nas ciências econômicas como sendo a quantidade de um bem ou serviço que os consumidores desejam adquirir por um preço definido em um mercado. Ela pode ser identificada com a procura por determinado bem ou serviço, mas não necessariamente como consumo, uma vez que é possível querer e não consumir um bem ou serviço, por variados motivos.

Na perspectiva econômica, portanto, demanda é o desejo ou necessidade sustentados pela aptidão e propósito de compra, e ela somente ocorre se um consumidor tiver um desejo ou necessidade e se possuir condições financeiras para satisfazer essa necessidade ou desejo.

No outro polo das grandes relações do mercado encontra-se a oferta, indicando a quantidade de produtos e serviços que são disponibilizados no mercado para atender determinada demanda.

Certamente uma das grandes ambições empresariais é a otimização do dimensionamento da demanda de forma a indicar a quantidade de produtos e serviços a serem produzidos e ofertados com o mínimo de desperdício possível. De fato, os desperdícios podem implicar em perda de capacidade produtiva e competitiva, resultando em alijamento do mercado. Tal dimensionamento depende de diversas variáveis, desde fatores naturais, tais como clima, estação, época do ano, a fatores de ordem social, de ordem econômica e ordem cultural, tais como renda *per capita* dos consumidores, densidade demográfica, variação cambial, balança comercial, preços de commodities, hábitos, valores morais, imaginário, moda e muitos outros.

A multiplicidade de combinações destas variáveis, o que dificulta enormemente a composição de uma previsão de demanda, vem a configurar um considerável desafio à administração de um negócio e para o planejamento da escala e do tipo de oferta de produtos e serviços.

### 3.1.1 Previsão de demanda

Prever a demanda é um fator de extrema importância para quem pretende abrangê-la. Os resultados gerados pela previsão de demanda constituem um dado relevante do processo de planejamento da produção e da oferta de serviços. Consequentemente, a qualidade da previsão gera impactos diretos na qualidade desse planejamento.

Para mediar a relação entre o produto ou serviço ofertado e o consumidor ou cliente, ou seja, a relação entre oferta e demanda, o meio empresarial utiliza alguns métodos de verificação da demanda existente ou futura. Particularmente, o setor industrial faz uso de modelos de *forecasting* (previsão) para realização de estudo de demanda. Esses modelos que buscam mensurar o volume de itens necessários à satisfação da demanda, por um lado, e à obtenção de lucros, por outro, podem ser qualitativos e quantitativos.

O *forecasting* qualitativo é baseado em opiniões de especialistas, utilizado normalmente quando há falta ou há escassez de dados históricos. Já o *forecasting* quantitativo se baseia em dados históricos, e é conhecido como método de previsões quantitativas. É possível estabelecer previsões quantitativas através de análise de séries temporais ou através de modelos causais (PELLEGRINI & FOGLIATTO, 2001, apud CASAGRANDE, 2010, p. 75)<sup>2</sup>.

Nesse contexto, na expectativa de alcançar valores futuros, as técnicas quantitativas se reportam a um padrão histórico de demanda apreendido através de expressões matemáticas; as técnicas qualitativas, por sua vez, recorrem à análise de cenários similares para estimar projeções. O que não é muito diferente das técnicas utilizadas nas pesquisas acadêmicas, de uma forma geral.

Essas, no entanto, são formas eminentemente particulares de identificação das demandas, cunhadas a partir de uma estratégia de negócio de determinado setor da economia para obtenção de posições vantajosas no mercado que garantam o consumo dos produtos, bens e/ou serviços que se propõe oferecer. Possuem, portanto, uma finalidade estritamente mercadológica, visando organizar a produção e a venda de bens e serviços de onde são gerados para os consumidores ou usuários. Em sentido mais estrito, é o conjunto de

---

2 PELLEGRINI, F. R.; FOGLIATTO, F. S. Metodologia para Implantação de Sistemas de Previsão de Demanda – técnicas e estudo de caso. Anais do XXI ENEGEP – Encontro Nacional de Engenharia de Produção – CD-ROM. Salvador, 2001. IN: CASAGRANDE, L. F.; HOSS, O. Métodos de Forecasting Conjugado com um Método Qualitativo e um Método com a Média das Previsões Quantitativas e Qualitativas. Revista CAP, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Número 04, Ano 4, Volume 4, 2010, p. 94-100.

estratégias coordenadas que facultam a uma empresa conhecer o mercado presente e potencial para determinado produto e, assim, maximizar o volume de vendas. Nessa lógica, ao produzir para o mercado, a empresa precisa estimar o que, quando, onde, como, em que quantidade e a que preço poderá dispor seu produto e/ou serviço. Para isso, faz uso de várias áreas de conhecimento, tais como estatística, demografia, geopolítica, econometria, publicidade e outras.

É de interesse da presente pesquisa o conceito mais geral de demanda, que não aquele exclusivo do setor empresarial. A noção mercadológica, no entanto, possui uma atração considerável quando buscamos o sentido da demanda e de seu cercamento metodológico. E aqui não se pretende entrar no mérito das questões que reputam o estudo de demanda como mero expediente de ajuste às necessidades do mercado capitalista. Aproximamo-nos mais da concepção de demanda como sendo componente do processo de macroplanejamento.

Percebemos, assim, que a organização da produção através da aferição de demanda, tanto por bens quanto por mão de obra, está estreitamente relacionada aos fatores de mercado. Não é demais lembrar, por oportuno, que mesmo no âmbito de uma experiência fora dos marcos do capitalismo, a extinta União Soviética fazia uso de métodos que buscavam o equilíbrio entre oferta e demanda mediante a planificação econômica gestada por meio da Gosplan<sup>3</sup>, com critérios que nem sempre foram propriamente econômicos (HOBSBAWN, 1995).

Na esferal estatal, soma-se ao esforço de identificação de demandas econômicas a identificação de demandas sociais. Percebemos tal esforço, por exemplo, na elaboração de indicadores que possam ser desagregados ou combinados sendo capazes de oferecer uma leitura da realidade social aliada à conjuntura econômica. Para Januzzi, a própria concepção de indicadores está intrinsecamente relacionada à consolidação das atividades de planejamento do setor público ao longo do século XX. Ganhou corpo científico no contexto da compreensão das transformações sociais e na tentativa de dimensionar o alcance das políticas sociais dentro da relação desenvolvimento e subdesenvolvimento socioeconômico, a assimetria existente entre crescimento econômico e melhoria das condições sociais das populações dos países, principalmente do chamado terceiro mundo (JANUZZI, 2011).

A lei fundadora da rede profissional de Educação Profissional, Científica e

---

<sup>3</sup>Comitê de Planificação Estatal fundado em 1921 que controlava uma série de ministérios industriais responsáveis por alguns setores específicos e que, quinquenalmente, ditava as diretrizes gerais da economia soviética.

Tecnológica, Lei 11.892/2008, ao descrever a sua finalidade, refere-se a “demandas sociais” e “peculiaridades regionais” que devem ser atendidas quando do desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo na geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas, seguindo a formação e qualificação de cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, art. 6º, 2008).

E ainda:

IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no **mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural** no âmbito de atuação do Instituto Federal (grifo nosso).

Os Institutos Federais de inserem, portanto, no rol de ações que se caracterizam como política pública, assentada no interesse geral e comprometida com o todo social mediante atuação na diversidade do quadro social, econômico, geográfico, cultural e outros, articulando-se a outras ações políticas, tais como as de trabalho e renda, desenvolvimento, ambiental etc.

A Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, que altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em relação a educação Profissional e Tecnológica, modifica o capítulo III e introduz a seção IV-A e os artigos 36-A, B, C e D, que tratam especificamente da educação profissional técnica de nível médio: “(...) o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas (BRASIL, 1996; BRASIL, 2008).

A lei de 2008 ao alterar o capítulo III da LDB, classifica a Educação Profissional e Tecnológica como:

1. De formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
2. De educação profissional técnica de nível médio;
3. De educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

A Lei 11.741/2008 preconiza a educação profissional enquanto política pública, assegurando a possibilidade do ensino médio propiciar a formação técnica através da educação profissional integrada ao ensino médio.

Além dessa legislação, outras medidas valorizaram a importância da educação profissional enquanto política pública, tais como a expansão da rede federal de educação profissional e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

A demanda a ser identificada para atendimento da rede federal de educação profissional e tecnológica, enquanto política pública e tratada na presente pesquisa, reputa como fator primordial a qualidade social, como eixo orientador preponderante dos cursos ofertados e de seu fazer pedagógico, bem mais do que o fator econômico, como poderia ser no mercado, por exemplo.

### 3.1.2 Tipificação geral da demanda

Para efeito de nossa pesquisa, consideramos uma tipificação geral para a demanda passível de ser mapeada, tendo em vista os objetivos e peculiaridades de ordem econômica e social acenadas anteriormente.

Quanto à natureza:

**Demanda Derivada** – tende a ser extensão das potencialidades, capacidades e tendências identificadas. Para esse tipo de demanda, o mapeamento confirmaria o que foi caracterizado em termos socioeconômicos no levantamento realizado. Em se tratando da oferta de educação profissional, o mapeamento indicaria cursos que estivessem alinhados a essas mesmas características, reforçando as relações produtivas já existentes e tidas como hegemônicas e prioritárias naquele contexto. Trata-se de uma perspectiva conservadora, pois tende pela manutenção de um cenário efetivo, a demanda deriva de uma realidade que se impõe.

**Demanda de Fomento** – indica ações não necessariamente vinculadas às realidades imediatas. Visa o estímulo de uma potencialidade identificada ou até mesmo inexistente, mas com chances de se tornar uma demanda efetiva ao provocar uma sucessão de eventos que possam torná-la preponderante. Trata-se de uma perspectiva arrojada, com maior nível de abstração e esforços, com grande tolerância aos riscos inerentes à incerteza do negócio pois não possui aderência a uma dada situação ou circunstância real.

Quanto ao objeto:

**Demanda regular.** Diz respeito às necessidades que são contínuas, que precisam de saciação constante. Podemos considerar como sendo uma demanda ideal pois há garantia de que há absorção dos produtos e serviços disponibilizados.

**Demanda irregular.** Refere-se às necessidades descontínuas no tempo, sustadas periodicamente em razão de condições particulares. Tal tipo de demanda também pode ser observada quando seu fato gerador é uma ocasião sazonal específica.

**Demanda declinante.** É quando se observa a queda pela procura de um determinado produto ou serviço, outrora muito requisitado. Diferentemente da demanda irregular, caracterizada pela sazonalidade, esse tipo de demanda dá sinais de esgotamento e de que caminha ou para sua extinção ou para níveis baixos de requisição, tornando-a uma demanda reduzida.

**Demanda reduzida.** É aquela que é satisfeita em quantitativos pequenos, indicando que a procura, mesmo contínua, é limitada em estatura por características próprias, como, por exemplo, um público altamente segmentado.

**Demanda excessiva.** A procura é tal que excede a capacidade de atendimento do(s) estabelecimento(s) existente(s) em determinada região que não consegue satisfazê-la a contento. Um curso sempre muito procurado e com insuficiência de vagas, por exemplo. Essa demanda pode estar associada ao tipo irregular, quando direcionado por fatores sazonais, como, por exemplo, a expansão de uma atividade econômica promissora que requer uma qualificação profissional específica.

Poderíamos estender bem mais essa tipificação da demanda, mas acreditamos que o objeto do presente trabalho transita entre aquelas categorizadas acima, sendo suficientes para nortear os resultados que a aplicação da metodologia proposta vier a apresentar.

### **3.2 Desenvolvimento**

O desenvolvimento é um conceito grandemente empregado pela Biologia, é tomado emprestado dela, remetendo à ideia de sucessão de estágios rumo à forma perfeita e plena de um organismo; também relaciona-se ao processo de mudanças e está na base da ideia ocidental de progresso e modernidade, sendo utilizado para diferenciar as regiões do mundo, aquelas consideradas desenvolvidas daquelas não-desenvolvidas (FISCHER, 2002).

O conceito de desenvolvimento acaba dando muita ênfase aos aspectos econômicos. Esse reducionismo acaba por desprezar outras características de igual importância. O conceito vem incorporando cada vez mais aspectos políticos e culturais quando considera as relações sociais e espaciais. Parece-nos que cada vez mais é tido como um processo sistêmico mediante o qual uma economia consegue simultaneamente crescer, reduzir desigualdades sociais e preservar o meio ambiente, ao mesmo tempo em que precisa da articulação dos vários sujeitos e das esferas de poder para que possa culminar em resultados efetivos.

A natureza ideológica do conceito de desenvolvimento também não nos passa

despercebida, através das reflexões de Picas Contreras, que considera a “metaideologia do desenvolvimento”. Parte do conceito de que o desenvolvimento é:

O conjunto de processos sociais induzidos por operações voluntaristas de mobilização e transformação de um meio social, impulsionado por instituições ou atores exteriores ao mesmo, que se apoiam na transferência de recursos, técnicas e conhecimentos. Sugere um processo de mudança dirigido e controlado, em cuja definição de inclui a definição dos objetivos e os meios que se consideram necessários para alcançá-los (CONTRERAS, 2003, p. 148).

Em seguida, observa que as ações que se seguem ao esforço desenvolvedor baseiam-se em um “paradigma modernizador” que reduz o desenvolvimento a termos de “progresso” técnico e econômico, com evidentes conotações evolucionistas. Essa ideia resulta concluir que os entraves ao desenvolvimento são superados por meio de soluções proporcionadas pela ciência econômica e pela tecnociência. Avançando nessa direção, Contreras compara essas atuações à conquista colonial, pois ambas “partem da ideia de um mundo considerado como explorável e suscetível de ser apropriado, o que permite recriar a realidade social, adaptando-a aos fins institucionais” (CONTRERAS, 2003, p. 149).

Semelhante à empresa colonizadora, essas atuações controlam e organizam os insumos de maneira específica, tais como capital, tecnologia e recursos; reproduzem construções culturais, como o mercado; redistribuem forças com significativo impacto sobre as populações; criam novos vínculos e relações; reorientam a conduta das pessoas; e imprimem outra dinâmica ao trabalho. Consolidariam, portanto, a passagem do *homo* ao *homo oeconomicus* (CONTRERAS, 2003, p. 149).

Da mesma forma que essa ideia de desenvolvimento representa a inserção aos marcos civilizacionais, à medida que adota as inovações tecnológicas, torna-se também um traço emblemático da modernidade. A chamada “alta tecnologia” não apenas faz parte de nossa sociedade, mas em grande medida a define. Nessa compreensão, o progresso é estritamente o progresso tecnocientífico e as políticas de desenvolvimento, mormente aquelas implementadas no chamado Terceiro Mundo, partem do pressuposto de que devem reduzir um suposto déficit em tecnologia. A transferência de tecnologias, feita para suprir esse suposto déficit e promover o desenvolvimento, implica também na transferência de determinadas formas produtivas bem como de um modelo de organização social. É típico do que chama de “desenvolvimento unidimensional” no qual o social está subordinado ao técnico: “acredita que as transformações sociais são justamente consequência direta da evolução científica e tecnológica” (CONTRERAS, 2003, p. 150).

O autor desnaturaliza o conceito de desenvolvimento ao afirmar que ele não é conatural à existência humana. Segundo ele, deve seu sentido atual à própria “trama do desenvolvimento”, que situamos como sendo a marcha rumo ao desenvolvimento econômico empreendida pelos países industrializados; o desenvolvimento “toma sua forma na retórica discursiva, nas representações que se projetam e na aplicação política dos programas e projetos de desenvolvimento.

### 3.3 Território

Para realizar, portanto, o escopo desse conceito mais abrangente, assentado na ideia de bem-estar social e na ideia de sustentabilidade, agregando aspectos para além do econômico, defendemos a valorização do local como espaço de construção e mediação desse intento. Espaço esse que se aproxima daquela definição traçada por Certeau, ao distingui-lo de Lugar:

... Um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: cada um situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.

Existe *espaço* sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais (CERTEAU, 1998, p.202).

Trata-se de um espaço que converge mas que também diverge, ao mesmo tempo em que apresenta relações nas quais se reconhece certa identidade. O desenvolvimento desse espaço sugere um processo que passa pela identificação das potencialidades locais para aproveitamento dos insumos que resultem nas mudanças ou nas permanências desejadas, o engendramento de ações baseadas no que foi identificado, a interlocução com os atores locais e o alinhamento das instituições envolvidas.

Englobando esse espaço, há o território, como uma moldura geral. Para ele, não perdemos de vista as concepções mais rígidas e fixistas sobre o conceito de território, nas quais a variedade regional se dá de acordo com as condições naturais, técnicas e sociais de cada população. Não passa despercebida, portanto, a inexorável imposição do espaço físico e suas coerções estruturais à organização da vida humana. A mediação com a realidade circundante é proeminentemente geográfica: a agricultura depende das variações climáticas; a circulação de mercadorias e produtos é fundamental à formação de mercados; o poder e a intervenção governamental circunscrevem-se a um território. Para Braudel, o território é

também uma estrutura na qual ocorrem as estratégias civilizacionais de longa duração:

Durante séculos, o homem é prisioneiro de climas, de vegetações, de populações animais, de culturas, de um equilíbrio lentamente construído do qual não pode desviar-se sem o risco de pôr tudo novamente em jogo. Vede o lugar da transumância na vida montanhosa; a permanência de certos setores da vida marítima enraizados em certos pontos privilegiados das articulações litorâneas; a durável implantação das cidades; a persistência das rotas e dos tráficos; a fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações (Braudel, 1978, p.50).

Para além das coerções estritamente geográficas, há que se considerar o processo de formação e de constituição dos territórios, suas especificidades culturais e diferentes potencialidades de desenvolvimento. Ao incluirmos na discussão essa produção da identidade territorial, podemos observar que todo território é lugar onde se produzem e reproduzem as disputas que perpassam o estado e a sociedade, e que possui também suas estratégias de inserção na dinâmica das relações que se dão em esferas mais amplas, estratégias essas que podem ser entendidas bem mais como um processo do que como um lugar.

Na concepção de Schneider (2004), o território é não somente uma unidade de referência teórica e conceitual, mas também um instrumento para o planejamento de iniciativas impulsionadoras do desenvolvimento. Em nossa avaliação, essa é uma noção balizadora da ação dos Institutos Federais, cuja distribuição de suas unidades físicas segue uma orientação geográfica segundo as mesorregiões socioeconômicas dos estados. Podemos associar a essa distribuição espacial a concepção de território enquanto

[...] construção sociocultural que ocorre em determinado espaço e tempo. Trata-se, portanto, de um espaço estabelecido por grupos sociais a partir de suas identidades e das interações que ocorrem entre si, num determinado tempo histórico. Esse cenário exige que se supere a dimensão apenas geográfica de território e passe a percebê-lo como espaço de rede de relações sociais em permanente movimento e, conseqüentemente, em constante mutação (SILVA, 2009, p. 36).

Indica a superação de uma concepção simplesmente localista, pois pressupõe a existência de uma construção social, ou seja, “uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades” (ABRAMOVAY, 1998, p.7). Segundo Santos, “território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. (SANTOS, 2002, p.10). Fica destacado, portanto, o conceito de território que carrega aspectos como as raízes históricas, configurações políticas, identidades, relações, convenções, dinâmicas, potencialidades e instituições.

#### **4 Experiências de mapeamento de demanda por Educação Profissional**

A prospecção de demanda é a base para o planejamento dos mais diversos níveis de uma instituição. Está na base para que organize sua forma de atuação e oferta de serviços e

produtos. Existem inúmeros métodos quantitativos e qualitativos para calcular ou estimar uma previsão, geralmente originados no meio empresarial. Porém, no meio empresarial frequentemente utiliza-se uma abordagem que agrega conhecimento de especialistas e dados quantitativos. As previsões integradas (incorporação de informações contextuais em modelos quantitativos) ainda são pouco discutidas.

No caso do Brasil, o ensino profissional caracterizou-se como um reforço do trabalho técnico especializado, principalmente a partir da década de 1930 quando o país ingressa definitivamente na industrialização capitalista. No bojo desse contexto, os valores relacionados a progresso, desenvolvimento e industrialismo também serviram para moldar as concepções de ensino profissional.

A assim chamada “dualidade estrutural da educação brasileira” (CIAVATTA, 2009), que estabelece a dicotomia entre a educação propedêutica e a profissional, encontra forte apelo no princípio das demandas por profissionais especializados para a nascente e promissora economia industrializada.

Com a industrialização e demandas por ela colocadas, a educação profissional passa a se referir à formação de profissional especializado para atividades técnicas, que não exerceria trabalho intelectual. Este último tipo de trabalho caberia aos profissionais formados pelo ensino propedêutico (DIEESE, 2012).

Dessa forma, o mapeamento das demandas por trabalhadores especializados aprofundou e cristalizou a percepção de que a demanda a ser identificada dizia respeito à estrita formação para execução de atividades técnicas, desprezando a formação profissional que não fosse diretamente relacionada à satisfação da produção industrial. O fato das empresas, compelidas pelo Estado Novo a patrocinarem a formação técnica necessária, em um primeiro momento, manterem cursos de formação profissional acentuou o recorte feito para o levantamento dessa demanda.

Para o mapeamento da demanda para educação profissional, que aqui nos interessa, consideraremos, no entanto, dois modelos de estudo de demanda.

Uma primeira, metodologia largamente conhecida, é a prospecção realizada pelo Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), focado nas mudanças tecnológicas e organizacionais previstas para um futuro próximo e que visa, como diz, prover as necessidades por trabalhadores qualificados da indústria nacional.

A metodologia Senai adaptou-se bem às grandes transformações ocorridas na economia mundial e nas novas configurações trabalhistas dos últimos anos. Segundo essa metodologia, as mudanças aceleradas têm cada vez mais exigido novas adaptações e percepções. Ainda sob a égide do modelo de produção fordista a identificação de demandas ocupacionais e a preparação de trabalhadores baseavam-se no planejamento de longo prazo, na racionalização do processo de trabalho, na gestão do tempo, na organização científica do trabalho e de sua divisão, no encadeamento das operações técnicas, na disciplina, na formação de estoques, na fixação do trabalhador ao seu posto (CASTEL, 1998).

A partir da década de 1980, entretanto, a organização da produção e das relações de trabalho sofreu grandes transformações. O planejamento de longo prazo cedeu lugar para o de médio e curto prazos, sujeito a revisões. As novas demandas oriundas do consumo se caracterizam, a partir de então, pela variabilidade, pela obsolescência, exigindo novos modelos de produção, mais ágeis e flexíveis para acompanhar as constantes reedições. Essa flexibilidade da produção repercute na estrutura do emprego, que perde gradativamente seu caráter permanente para estar sujeito às oscilações da demanda, da transitoriedade do produto, o que exige trabalhadores multifuncionais capazes de atuar em variadas posições.

O Senai, seguindo essa perspectiva, e sob justificativa de manter-se permanentemente afinado com as demandas tecnológicas e educacionais da indústria, desenvolveu um modelo próprio de prospecção, que procura antecipar as demandas por educação profissional. Este modelo é baseado em estudos realizados por setor industrial, tais como Prospecção Tecnológica e Organizacional, Estudos sobre Ocupações Emergentes, Análise de Impactos e de Tendências Ocupacionais, Estudos sobre Educação Profissional Comparada e Antenas Temáticas, que permitem ao Senai formar um panorama abrangente do ambiente educacional, tecnológico e ocupacional.

Baseado nos procedimentos metodológicos para o desenvolvimento de pesquisas de mercado de trabalho, os estudos e análises elaborados pelo Senai procuram identificar necessidades específicas das empresas e da comunidade em duas vertentes: demandas por capacitação profissional e demandas por serviços tecnológicos decorrentes do processo de modernização tecnológica e organizacional das empresas. Faz uso dos Comitês Técnicos Setoriais (CTS) para que “se possa definir os perfis de qualificação profissional, que é peça fundamental no modelo de educação profissional baseada em competências” (portal da indústria/publicações).

Os Comitês Técnicos Setoriais foram originados na iniciativa do Senai/RJ, cujo objetivo foi criar um instrumento capaz de aproximar a Educação Profissional do mercado de trabalho de modo mais dinâmico que o propiciado pelos levantamentos de dados primários ou pela sistematização de dados secundários, agregando informações e conhecimentos obtidos diretamente dos representantes do meio produtivo e potencializando, assim, o processo básico de elaboração e atualização de perfis profissionais.

Os Comitês são integrados pelo Senai, seus técnicos e suas Unidades Operacionais, especialistas de empresas, representantes de associações patronais e sindicais, do meio acadêmico e de instituições públicas das áreas de Educação, Trabalho e/ou Ciência e Tecnologia, e estão voltados para a troca de informações e conhecimentos que possibilitem a elaboração de perfis profissionais. Os perfis identificados, por sua vez, subsidiam o processo de elaboração do desenho curricular e da oferta formativa. A finalidade, desse modo, é de estruturar uma Educação Profissional sintonizada com as tendências do mercado de trabalho e torná-la efetivamente regulada pela demanda.

O estudo de prospecção percorre algumas etapas. Numa primeira fase são elaboradas investigações setoriais, as quais são submetidas à técnica Delphi, listando tecnologias e princípios organizacionais. Essa técnica baseia-se num processo estruturado para a recepção e síntese de conhecimentos de um grupo de especialistas por meio de uma série de questionários, acompanhados de um feedback organizado de opiniões. Os sucessivos inquéritos, enviados ao grupo pré-selecionado de especialistas, os quais são formadores de opinião nas respectivas áreas, são destinados a revelar convergências e potenciais consensos (SENAI, 2004).

O Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica da Região Centro-Oeste desenvolvido pelo Instituto Federal de Goiás também oferece outro importante conjunto de pesquisas e análises sobre o mundo do trabalho e sobre a variedade de modelos organizacionais para o planejamento da oferta de educação profissional. O Observatório apresenta como justificativa para propor a sua reestruturação: a disponibilização de dados confiáveis sobre o mundo do trabalho e a Educação Profissional e Tecnológica com vistas ao desenvolvimento de estudos e pesquisas de prospecção de realidades e tendências setoriais, ocupacionais e educacionais, de modo a proporcionar elementos de orientação para a oferta e reestruturação de cursos oferecidos pela Instituição; o alinhamento da Educação Profissional e Tecnológica com as Políticas Públicas voltadas para a co-protagonização de

arranjos (produtivos, sociais e culturais) locais, geração de trabalho e renda e promoção de Educação de Jovens e Adultos; e a promoção da Educação Profissional e Tecnológica associando-a a um projeto de desenvolvimento social e econômico regional e local (IFG, 2012, p.3).

Os estudos elaborados por esse Observatório inclui em seu referencial teórico e metodológico os objetivos institucionais da educação profissional tecnológica pública, na forma enunciada pelo inciso V do art. 7º da Lei 11.892/08: “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL, 2008), assinalando, portanto, um diferencial em relação à perspectiva assumida pela metodologia do SENAI.

Essas duas metodologias de prospecção servem de importantes referentes para a metodologia proposta pelo Governo do Estado da Bahia, por intermédio da parceria entre a Superintendência de Educação Profissional da Secretaria de Educação (SUPROF) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). À semelhança dos estudos mencionados anteriormente, a metodologia apresentada pela SUPROF/DIEESE, cujo objetivo é igualmente identificar demandas para educação profissional por meio da análise do cenário do trabalho e da educação, também combina levantamentos quantitativos e qualitativos, mas com ênfase especial nas particularidades regionais e territoriais do Estado e na participação e controle sociais.

Com a criação da Superintendência de Educação Profissional (SUPROF), em dezembro de 2007 pela Lei Estadual nº 10.955, iniciou-se o processo de estruturação da rede estadual de educação profissional, na qual unidades escolares foram transformadas em Centros Estaduais e Centros Territoriais voltados para oferta de Educação Profissional. Em 2008 foi implantado o Plano de Educação Profissional como forma de desenvolver as bases dessa política pública, com o objetivo de formar jovens e trabalhadores baianos oriundos da escola pública, elevando de maneira contínua e sistemática a escolarização e a inserção no mundo do trabalho. O Plano de Educação Profissional teve como objetivo a ampliação da oferta de vagas e reestruturação da educação profissional do estado, implantando as bases de uma política pública para a educação profissional vinculada às demandas do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do estado e dos territórios de identidade da Bahia. De acordo com os órgãos envolvidos:

Para a construção deste plano foi elaborado um profundo diagnóstico das demandas socioeconômicas e ambientais do estado e dos territórios baianos, identificando as ocupações e habilitações técnicas e profissionais que melhor atenderiam a estas demandas. Este diagnóstico foi elaborado através do envolvimento e do diálogo com os distintos atores sociais, que participaram e contribuíram com a elaboração do Plano Plurianual Participativo do Estado da Bahia, PPA 2008-2011 (DIEESE, 2011, p.7).

Com o intento de assegurar a participação da comunidade na gestão da educação profissional pública foram criados, em 2008 (decreto estadual 11.355, de 04 de dezembro de 2008), os Conselhos dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional com a finalidade de contribuir para a construção de espaços de participação da sociedade civil (trabalhadores, empresários e comunidade escolar, entre outros) nas decisões referentes à educação profissional do estado da Bahia. De acordo com o decreto, o Conselho deve ser implantado em cada Centro de Educação Profissional e se constituir como um instrumento da gestão democrática da educação profissional pública, instituída pelo Plano Estadual de Educação Profissional (BAHIA, 2008). Constitui-se como um órgão colegiado de caráter deliberativo, consultivo, avaliativo e mobilizador nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras do Centro de Educação Profissional. O Centro deve integrar representantes da equipe gestora, de professores, de alunos, de pais, do poder público e da sociedade civil ligada ao mundo do trabalho (entre eles os movimentos sociais, trabalhadores, empresários, e poder público).

A importância da participação social para esta metodologia também ficou evidenciada ao fundamentar-se em técnicas da pesquisa-ação aplicadas em um fórum de diálogo social (DIEESE, 2012, p.9). Dessa maneira, para esse outro modelo, a participação dos atores sociais no levantamento das demandas de educação profissional é algo condicional e fundamental.

De acordo com o mesmo Decreto estadual, os Centros de oferta de cursos da Educação Profissional devem estar organizados da seguinte forma: Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEP) que “atenderão às demandas consideradas estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Estado, e se caracterizam pela oferta de Educação Profissional em todas as suas modalidades”; e Centros Territoriais de Educação Profissional (CETEP) que “atenderão às demandas consideradas relevantes nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia e se caracterizam pela oferta de Educação Profissional, no âmbito de cada Território” (BAHIA, 2008).

Dessa forma, a metodologia em curso no âmbito da rede estadual de educação profissional dá grande destaque à territorialização e ao planejamento estratégico estadual. Como vemos, assim como a metodologia desenvolvida no Observatório do Trabalho do IF Goiás, a sistemática proposta pela SUPROF/DIEESE inclui como compromisso institucional a política de educação profissional da rede pública ao ressaltar aspectos associados ao desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental.

## **5 Estudo de Demanda no IF Baiano**

No âmbito do Instituto Federal Baiano, o estudo de demanda foi circunstanciado, institucionalmente, em dois momentos.

Primeiramente pela Instrução Normativa nº 01/2010 emitido pela Pró-Reitoria de Ensino em abril de 2010, que dispunha sobre procedimentos para adequação curricular, elaboração e aprovação de projeto e autorização de funcionamento de cursos regulares de nível médio/técnico e de graduação no Instituto. Reza a normativa que:

3- A solicitação de aprovação de projeto de cursos técnico de nível médio, técnico subsequente e de graduação, no âmbito do IF Baiano, deverá ser precedida de uma solicitação de elaboração ou de alteração, a partir da demanda de mercado para um novo perfil profissional.

3.1 - A identificação da demanda deverá ser ratificada em reunião do corpo docente e técnico pedagógico do Campus com a Coordenação de Ensino, convocada especialmente com esse fim, e registrada em ata (BRASIL, Instituto Federal Baiano, 2010, p.1).

De forma geral, estava assinalada a necessidade de constituição de projeto de curso que derivasse da demanda de mercado identificada, sem que, no entanto, houvesse a definição de um modelo de estudo de demanda a ser ratificado.

Mais recentemente, em dezembro de 2014, a Resolução Nº 48, emitida pelo Conselho Superior, que estabelece as normas e procedimentos referentes à criação, alteração, reformulação curricular e extinção de cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio de caráter presencial, do Instituto Federal Baiano, orienta sobre estudo de demanda em seu artigo 1º:

Para criação de cursos presenciais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), a Direção Geral (DG) do campus deverá solicitar a realização de um estudo de demanda, mediatizado (sic) pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), garantindo-se a participação das comunidades interna e externa, bem como a realização de audiência pública, para indicações de cursos a serem ofertados pelo Campus.

Parágrafo único. O Estudo de demanda de cursos da EPTNM e do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na

Modalidade de Educação de jovens e Adultos (PROEJA), de natureza social, econômica e institucional, fundamentado em dados atualizados obtidos junto a instâncias oficiais, deverá identificar a necessidade de criação do curso, contendo os seguintes componentes:

I – justificativa da pertinência e da relevância do curso, nas dimensões acadêmica, científica, social e cultural, fundamentada na legislação vigente;

II – inserção regional e área de abrangência do curso;

III – adequação do curso às demandas do mundo do trabalho;

IV – compatibilidade dos objetivos do curso com os objetivos e finalidades do IF Baiano e outras exigências legais (BRASIL, Instituto Federal Baiano, 2014, p.1).

A última normativa avança um pouco mais em relação à composição do estudo de demanda e assimila alguns pressupostos constantes na metodologia adotada quando da realização do estudo de demanda para as novas unidades, objeto desta análise.

Em linhas gerais, o roteiro de estudo para mapeamento de demanda por educação profissional colocado em prática no IF Baiano seguiu cinco momentos:

1. Levantamento de dados secundários. Foi o momento da investigação das potencialidades e características econômicas e produtivas locais, existentes, emergentes e potenciais. Esta investigação ocorreu através de consulta aos bancos de dados oficiais (IBGE, MTE, SEI, SEPLAN, SEAGRI, SICM e outros). É uma ação que acompanha o Estudo de Demanda como um todo e que requer, igualmente, o levantamento das informações relativas aos aspectos educacionais (educação oferecida por outras instituições, IDEB, censo escolar), aspectos sociodemográficos, aspectos ocupacionais, aspectos setoriais e o que mais for de interesse ao estudo.

2. Formação de equipe. Foi feita a constituição de um grupo que efetivamente aplicou os questionários da pesquisa de opinião (os modelos utilizados estão em anexo), de maneira que estivessem familiarizados com as questões existentes no formulário, ao mesmo tempo foi elaborado um cronograma e uma estratégia de abordagem. Preferivelmente os integrantes da equipe foram escolhidos entre as representatividades abrangidas.

3. Encontro com representatividades locais. Foram eleitas as seguintes representatividades: empresariado, estudantes, gestores municipais (prefeitos, secretários) e entidades da sociedade civil organizada. Mas com a abertura para inclusão de outras representatividades e para outras formas de encontros: encontro geral ou encontros segmentados. Na oportunidade, o Instituto, os objetivos e a metodologia da pesquisa foram apresentados.

4. Levantamento de dados primários. Tratou-se da consulta às informações sobre as características locais aos próprios representantes da comunidade, mediante registro nos

questionários aplicados na pesquisa. Se a opção fosse por encontros segmentados, esse levantamento poderia ter sido feito com os respectivos grupos arrolados, ao estilo de grupo focal. Adicionalmente, a abordagem aos estudantes foi feita com a apresentação da relação de cursos constantes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e apresentação de lista de cursos superiores.

4.1. Aplicação de pesquisa. Foi a pesquisa, propriamente dita. O preenchimento dos questionários mediante entrevistas (ver anexo II). Foram utilizadas questões abertas para a indicação de cursos e/ou eixos tecnológicos. Mas foi ponderada a conveniência desse tipo de questão tendo presente a capacidade instalada do Campus/Unidade/Diretoria, a aderência aos vetores de desenvolvimento reconhecidos, as necessidades apresentadas e a pertinência às demandas surgidas.

5. Relatório. Consiste na tabulação dos dados coletados, com o resultado do cruzamento entre as aspirações registradas nas entrevistas e os vetores de desenvolvimento identificados. Em consulta ao Catálogo Nacional, é possível dispor das alternativas possíveis para atendimento à demanda recortada, sempre de acordo com a capacidade do Campus e com o alinhamento possível à dinâmica econômica regional. No relatório foi feita a confrontação de todas as informações levantadas e avaliados mediante procedimento de análise. Essa tabulação foi feita com auxílio de software survey, batizado de “Opina IF Baiano”, para o qual foram transferidos os dados coletados nos formulários.

6. Audiência pública. É o momento em que a demanda diagnosticada é validada junto à comunidade e onde os cursos conexos a essa mesma demanda são apresentados. É ocasião em que se constrói a motivação das decisões administrativas em relação à oferta pretendida e onde se efetua a ponderação dos interesses envolvidos; é onde temos acesso às mais variadas opiniões sobre a matéria debatida, em contato direto com os interessados. Tais opiniões não vinculam a decisão, visto que têm caráter consultivo, e a autoridade administrativa, embora não esteja obrigada a segui-las, deve analisá-las segundo seus critérios, acolhendo-as ou rejeitando-as.

Dessa forma, foram realizados entre maio e agosto de 2013 os encontros com as comunidades, com a presença de estudantes, professores, vereadores, secretários municipais, profissionais liberais e lideranças locais, tanto dos próprios municípios que foram contemplados com novas unidades de ensino do IF Baiano quanto de municípios mais próximos, todos atendendo o convite feito pelas respectivas secretarias municipais de

educação. Nesses encontros foi apresentada a Rede Federal de Educação Profissional e a prospecção a ser realizada em cada região para oferta de cursos nos novos *campi* em construção. Houve treinamento de equipes que se distribuíram ao longo dos territórios com o objetivo de aplicar as entrevistas com representantes dos segmentos escolhidos.

Ao mesmo tempo, foram consultados vários Bancos de Dados. A pesquisa nos Bancos de Dados do IBGE, da Seplan, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, (RAIS/CAGED), Secretarias de Agricultura (Seagri), de Indústria (SICM), e de outras instituições, foi realizada entre os meses de maio de 2013 e setembro de 2014. Foram levantados dados sobre os aspectos naturais, demográficos, econômicos e socioculturais dos municípios que sediarão os novos *campi* do IF Baiano, dos principais municípios do território e do território, como se verá adiante.

Os dados tabulados sobre estabelecimentos e trabalho basearam-se principalmente na RAIS e no CAGED, que são registros administrativos, possuindo, portanto, naturezas e objetivos distintos das pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE. Algumas dessas principais distinções estão assinaladas a seguir.

O CAGED informa, mensalmente, a movimentação do emprego assalariado celetista. Descreve, portanto, uma parcela do total de pessoas que trabalham. Em relação a esta parcela, é bastante abrangente: cobre todo o território nacional; permite desagregar os dados por regiões, mesorregiões, microrregiões, Unidades da Federação e Municípios; e cobre cerca de 85% do universo destes empregados, percentual que se eleva em algumas regiões e setores econômicos. As pesquisas de emprego e desemprego, centradas nas regiões metropolitanas, produzem, por sua vez, também mensalmente, dados sobre todas as formas de inserção ocupacional, o contingente em desemprego, além de dimensionar a força de trabalho e suas variações no tempo.

A periodização da RAIS é anual e faz levantamento de qualquer tipo de vínculo, seja de estatutários, celetistas, temporários ou avulsos. Sua abrangência refere-se a todos os empregados do ano-base em 31 de dezembro e movimentação de admitidos e desligados mês a mês e todos os estabelecimentos, mesmo aqueles que não apresentaram movimentação, são obrigados a prestar a informação, enquanto que o CAGED se limita apenas à movimentação de admitidos e desligados, liberando da obrigatoriedade da informação aqueles estabelecimentos que não tiveram movimentação. De acordo com o MTE, a RAIS é útil para estudos estruturais do mercado de trabalho formal, enquanto que o CAGED se aplica mais à

conjuntura do mercado de trabalho formal.

Outra distinção importante diz respeito à espacialidade desses registros. As informações prestadas pelas empresas ao CAGED referem-se aos vínculos gerados na área geográfica em que está localizada sua planta ou em que ela executa suas atividades, independentemente do local de residência do empregado. Ou seja, o CAGED identifica onde são criados os postos de trabalho. Pesquisas domiciliares quantificam as pessoas ocupadas residentes na área de abrangência geográfica da pesquisa, ainda que trabalhem fora dessa área. Desta forma, quanto maiores os movimentos pendulares para o exercício do trabalho, maiores serão as diferenças entre as estimativas provenientes dessas fontes de informações.

Ao utilizar os dados desses dois tipos de registros como principal fonte para delinear os aspectos ocupacionais e setoriais das regiões pesquisadas, o estudo de demanda esteve circunscrito a capturar a realidade apenas do trabalho formal.

O estudo também foi estruturado segundo orientação contida em formulário específico fornecido pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Ministério da Educação que encontra-se no anexo I. O formulário destina-se à elaboração de proposta de expansão da rede. Nele constam os dados fundamentais solicitados para prospecção da região na qual será estabelecido um Instituto Federal.

## **6 Relatórios dos estudos de demanda realizados**

Temos a seguir as informações tais como foram apresentadas nos relatórios de estudo de demanda para oferta de cursos do território de identidade Litoral Norte e Agreste Baiano, focado no município de Alagoinhas, onde as obras do novo campus estão em fase de conclusão; do território Piemonte do Paraguaçu, focado no município de Itaberaba, onde as obras do novo campus estão em andamento; do território de identidade Sisal, centrado no município de Serrinha, cujo campus entrou em funcionamento em março deste ano; e do território de identidade Irecê, centrado no município de Xique-Xique, onde as obras da nova unidade de ensino ainda estão em andamento.

Os documentos utilizados para caracterizar os municípios e seus entornos foram de tipo externo e de natureza analítica, estatística e informativa.

### **6.1 Alagoinhas**

De acordo com as informações consolidadas no relatório, o município de Alagoinhas integra o Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano, do Estado da Bahia. Dista 107 km da capital do Estado. O acesso à região, a partir de Salvador até a sede municipal, por transporte rodoviário, se dá principalmente através das rodovias BR-324 e BR-110. O acesso a Feira de Santana, segunda maior cidade do Estado, pode ser feito através das rodovias BR-101, uma das mais importantes rodovias do país e uma das principais ligações entre as regiões Nordeste e Sudeste no sentido norte-sul, e BR-324, num percurso de 82 km.

Em seu recorte situacional, o município limita-se ao norte com o município de Inhambupe, ao sul com o município de Catu, a leste com o município de Araçás, a oeste com o município de Aramari, a nordeste com o município de Entre Rios e a sudoeste com o município de Teodoro Sampaio (território Portal do Sertão). Vinte e dois municípios fazem parte do território de identidade Litoral Norte e Agreste Baiano: Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real e Sátiro Dias. Distribuem-se por uma área de 14.377,83 km<sup>2</sup>.

O relatório pontuou a articulação rodoviária peculiar ao município e que possibilita forte relação com os dois grandes centros estaduais, Salvador e Feira de Santana. É também um antigo entroncamento ferroviário (Ferrovia Centro Atlântica – FCA, sob atual controle da

CVRD), o que a realça como polo de confluência de rotas de transporte. É uma das grandes entradas para a região metropolitana de Salvador e faz parte do principal eixo norte-sul de circulação do Estado.

Essas características gerais concorrem para que a cidade seja um centro redistribuidor de bens e serviços para sua área de influência, colocando-a como “*centro intermediário (cidade média) na hierarquia urbana estadual, ou seja, centro regional no litoral norte da Bahia*” (ARAÚJO, 2009, p 47). Há que se considerar, no entanto, que esse dimensionamento não se atém exclusivamente ao seu porte populacional, mas conjuga-se com outras características próprias às cidades médias, como, por exemplo, ser um espaço de intermediação entre aglomerados urbanos maiores e menores, em diferentes redes, ou um lugar de transição que tem a capacidade de manter interações, com alguma intensidade e qualidade, entre os mesmos.

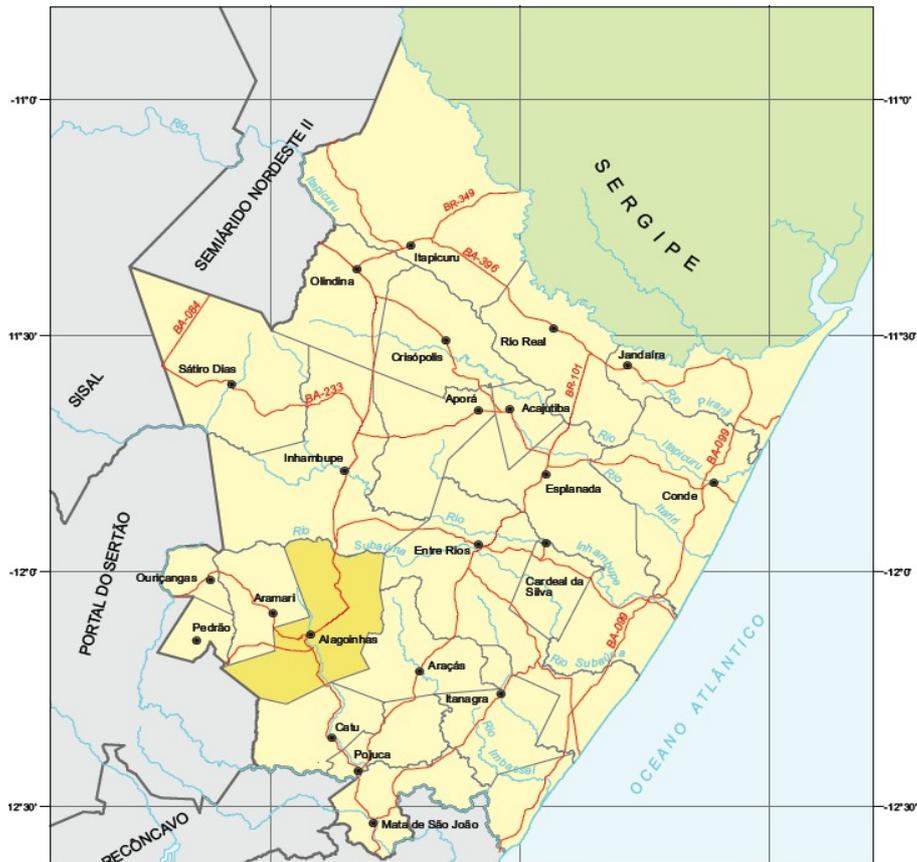


Figura 3: Território Litoral Norte e Agreste Baiano

Fonte: Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia - CET

A caracterização feita no mapeamento de demandas também se referiu aos estudos do

Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André – Semasa, em São Paulo, que, por sua vez, concluiu que o município de Alagoinhas apresenta condições privilegiadas no que diz respeito à ocorrência de água subterrânea, dotado com um sistema de drenagem superficial, de caráter intermitente em alguns meses do ano, com algumas lagoas remanescentes. O ambiente geológico no município de Alagoinhas apresenta um potencial hidrológico que se caracteriza como um dos melhores do Estado da Bahia, tanto em quantidade quanto em qualidade (NASCIMENTO et al, 2004)

Em seguida foram apresentados e discutidos os dados socioeconômicos do município, do território e do estado.

*Quadro 3: dados sociodemográficos do município de Alagoinhas, do território e do estado*

	MUNICÍPIO	TERRITÓRIO	ESTADO
População	141.949	628.071	14.016.906
IDH	0,683	**	0,660
IDEB	3.6 e 2.8*	**	3.9 e 3.1*
Área territorial (km <sup>2</sup> )	752 km <sup>2</sup>	14.377,83 Km <sup>2</sup>	564.733 Km <sup>2</sup>
Quantidade de domicílios	41.645	178.588	4.093.619

Fontes: IBGE, 2010, PNUD, 2010, INEP, 2011

\* Dados do ano de 2011. O primeiro resultado se refere ao Ensino Fundamental I, cuja meta municipal foi 3.6 e meta estadual foi 3.3; o segundo resultado se refere ao ensino Fundamental II, cuja meta municipal foi 3.0 e meta estadual foi 3.0.

\*\* dados não disponíveis para o território

A partir desses dados, o estudo partiu para a constatação de que Alagoinhas possui o maior contingente demográfico total e urbano do Litoral Norte, perfazendo 23,9% e 30,5% respectivamente. É a décima maior população municipal da Bahia.

Alagoinhas tem avaliação de 0,683 no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Dentre os mais de cinco mil municípios brasileiros, a cidade ocupa a posição 2.359. Classificada como médio desenvolvimento humano (0,600 a 0,699), onde quanto mais próximo de zero, pior o desenvolvimento humano.

Os dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), quando observado o de cada município que compõe o território, revelam a predominância de se situarem abaixo do desempenho estadual. O pico nesse indicador para aquela região fica com Alagoinhas, acima, inclusive, da performance estadual.

Na avaliação do estudo de demanda, por um lado a região está entre as mais

economicamente promissoras do Estado, principalmente no que se refere às atividades que envolvem extração e processamento de petróleo, produtos de madeira, extração mineral não-metálico, avicultura e turismo, como se verá adiante; por outro é marcada por índices sociais não muito animadores, demonstrando que os empreendimentos instalados nos últimos anos e a expectativa gerada pelos projetos de investimento anunciados até então ainda não se converteram em melhoramentos significativos que dotem o lugar de estruturas e iniciativas que deem conta do deficit social.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB, medido para os anos iniciais, com a consolidação dos dados de 2011, indica um bom desempenho da rede pública de ensino. No entanto, o mesmo Índice constata desempenho insatisfatório para os anos finais, que para o ano de 2011 possuía meta de 3.0.

Ao observar os indicadores sociodemográficos da região, nota-se que os maiores índices de crescimento da renda no Estado estão nas fronteiras norte, oeste e sul, acompanhados ou não de diminuição dos níveis de pobreza. O território do Litoral Norte e Agreste Baiano ainda não se caracteriza como lugar de distribuição de riqueza, apesar dos investimentos já realizados e da perspectiva de incremento na economia local para os próximos anos.

*Quadro 4: dados econômicos do município de Alagoinhas, da região e do estado*

(em milhões de R\$)	MUNICÍPIO*	TERRITÓRIO*	ESTADO*
PIB	1.803.159	6.540.566	186.411.000
PIB da indústria	637.416 (35,35%)	2.573.069 (39,34%)	57.228.177 (30,7%)
PIB dos Serviços	896.333 (49,71%)	2.880.868 (44,05%)	83.139.306 (44,6%)
PIB da Agropecuária	26.116 (1,44%)	429.796 (6,57%)	13.608.003 (7,3%)
PIB da Adm. Pública	235.255 (13,05%)	1.213.648 (18,55%)	32.435.514 (17,4%)

Fonte: IBGE, 2011

\* Últimos dados disponíveis do IBGE foram do ano de 2011

Na análise do quadro anterior, extraída a partir de fonte documental eminentemente estatística, foi constatado que o território possui o sexto maior PIB entre os vinte e sete territórios de identidade do Estado da Bahia, superado pelo território Metropolitana de Salvador, que concentra os municípios com as maiores participações no PIB estadual: Salvador, Camaçari, Candeias e Simões Filho, estes três últimos integrantes da cadeia do petróleo, incluindo a indústria química e petroquímica do estado; pelo território do Portal do

Sertão, capitaneado por Feira de Santana, importante entreposto comercial, e entroncamento das principais rodovias federais e estaduais que cortam o estado, além de uma indústria diversificada; pelo território da Bacia do Rio Grande, polo agroindustrial de destaque nacional; pelo território do Recôncavo Baiano e pelo território do Litoral Sul, que possuem municípios com elevada participação na exploração e refino de petróleo e gás.

O PIB da agropecuária do município entra com inexpressiva participação tanto em relação ao PIB territorial quanto ao PIB estadual. O PIB territorial dos Serviços segue a tendência do PIB estadual para o mesmo setor, enquanto que o PIB municipal dos Serviços projeta-se a quase 50% de participação no PIB do município, compreensivelmente pelo fato de Alagoinhas ser um centro redistribuidor de bens e serviços para sua área de influência.

O PIB industrial tem expressiva participação na composição do PIB, tanto no âmbito municipal quanto no âmbito territorial. Os municípios de Alagoinhas e de Pojuca, distantes cerca de 40 km entre si, respondem por 46,44% do PIB de todo o território, revelando uma atividade industrial de porte significativo nesses dois municípios. O PIB per Capita do município de Pojuca é o 8º do estado: R\$ 36,7 mil por habitante (IBGE, 2011).

Está entre os cinco territórios com PIB industrial mais elevado do estado, num contexto em que os territórios predominantemente possuem PIB industrial abaixo dos 25% na participação dos seus respectivos valores totais. Há que se considerar que a atividade industrial na Bahia possui um perfil de elevada concentração regional no território Metropolitano de Salvador e proximidades, nos territórios do Litoral Norte e Agreste Baiano, Recôncavo e Portal do Sertão. De acordo com o DIEESE o território Litoral Norte e Agreste Baiano está entre aqueles territórios estaduais que se destacam pela participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) industrial do estado entre 2000 e 2010.

Quadro 5: Valor adicionado bruto da indústria segundo territórios de identidade da Bahia

**Distribuição e participação do VAB da Indústria, por territórios de identidade da Bahia, 2000 e 2010**

Território de identidade	Distribuição do VAB da Indústria da Bahia por T.I.		Participação do VAB da Indústria no VAB do T.I.	
	2000	2010	2000	2010
Bacia do Jacuípe	0,3	0,4	11,8	15,4
Bacia do Paramirim	0,2	0,2	10,3	12,0
Bacia do Rio Corrente	0,3	0,4	8,8	9,9
Bacia do Rio Grande	1,9	2,4	15,2	17,4
Baixo Sul	0,5	2,0	10,6	31,3
Chapada Diamantina	0,4	0,5	8,1	10,2
Costa do Descobrimento	0,8	1,7	15,0	23,6
Extremo Sul	2,5	2,2	23,4	21,6
Irecê	0,5	0,6	11,8	12,6
Itaparica	6,0	3,7	78,2	67,3
Litoral Norte e Agreste Baiano	4,2	4,6	34,0	38,0
Litoral Sul	3,6	3,5	21,6	23,5
Médio Rio de Contas	0,8	1,3	13,2	20,2
Médio Sudoeste da Bahia	0,6	1,1	18,6	29,1
Metropolitano de Salvador	53,0	45,8	35,4	35,3
Piemonte do Paraguaçu	0,3	0,4	11,6	12,4
Piemonte da Diamantina	0,3	0,6	10,5	20,2
Piemonte Norte do Itapicuru	0,7	1,2	21,6	30,4
Portal do Sertão	3,0	5,5	19,1	27,7
Recôncavo	12,8	14,6	41,0	50,3
Semi-Árido Nordeste II	0,5	0,5	11,2	10,7
Sertão do São Francisco	2,7	2,0	27,4	24,0
Sertão Produtivo	1,0	1,3	15,8	20,1
Sisal	1,0	1,1	16,6	17,1
Vale do Jequiriçá	0,4	0,4	9,7	11,1
Velho Chico	0,4	0,5	9,6	10,8
Vitória da Conquista	1,3	1,8	13,1	15,8
<b>Bahia</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>28,9</b>	<b>30,3</b>

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos municípios  
Elaboração: DIEESE

As principais atividades econômicas observadas no município de Alagoinhas, com base nas fontes pesquisadas no estudo de demanda, são do Setor de Serviços, seguidas pelas atividades relacionadas ao Setor industrial, especialmente à extração de petróleo. Por último a agropecuária possui pequeno peso na composição do PIB municipal.

Quadro 6: Dados de estabelecimentos do município, região\* e estado

	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Comércio	936	2.637	75.078
Serviços e Adm. Pub.	645	1.685	52.857
Indústria	128	418	11.325
Agropecuária	112	651	15.921
Construção Civil	75	208	7.079
<b>TOTAL</b>	<b>1.896</b>	<b>5.599</b>	<b>162.260</b>

Fonte: MTE/RAIS in DIEESE – observatório do trabalho, 2012

\* Dados do território de identidade Agreste Baiano/Litoral Norte

O total de estabelecimentos registrados no município (1.896) representa 33,86% do total de estabelecimentos registrados no território Agreste Baiano/Litoral Norte (5.599) e 1,17% do estado (162.260), o que confirma a proeminência de Alagoinhas no âmbito regional e sua relativa expressividade no plano estadual.

O município possui quase um terço dos estabelecimentos industriais do território, perfazendo mais de 30% da totalidade registrada. Mais de um terço dos estabelecimentos comerciais, de serviços e de construção civil computados para o território encontram-se no município de Alagoinhas. Apenas a quantidade de estabelecimentos agropecuaristas do município possuem pequena participação no total territorial.

*Quadro 7: Número de estabelecimentos do município e dos principais municípios da região*

MUNICÍPIO	Comércio	Serviços e APU	Indústria	Agropecuária	Constr. Civil
Alagoinhas	936	645	128	112	75
Entre Rios	192	109	9	117	9
Esplanada	141	71	4	44	4
Olindina	49	27	1	3	1
Rio Real	147	40	3	46	3
TOTAL	1465	892	145	322	92

Fonte: MTE/Rais in DIEESE – observatório do trabalho, 2011

O maior quantitativo de estabelecimentos formalizados nos maiores municípios do território é do comércio, seguido por serviços, agropecuária, indústria e construção civil. O setor terciário, portanto, sem fugir à realidade das demais especialidades nacionais, predomina entre as atividades econômicas.

*Quadro 8: Número de empregados do município e dos principais municípios da região*

MUNICÍPIO	Comércio	Serviços e Adm. Pública	Indústria	Agropecuária	Construção civil
Alagoinhas	5.925	11.516	3.903	782	1.974
Entre Rios	803	2.916	626	915	115
Esplanada	521	1.919	435	408	27
Olindina	190	894	17	4	0
Rio Real	537	1.533	155	386	10

Fonte: MTE/Rais in DIEESE – observatório do trabalho, 2012

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, fonte consultada para estruturação do estudo de demanda, havia em 2012, 77.176 trabalhadores formalmente contratados no território Agreste Baiano/Litoral Norte. O recorte considerado no quadro 8 dá conta de 36.511 empregos formais para aquele ano, o que representa 47,30% do total da população formalmente empregada no território, distribuídos nos setores de atividades econômicas, conforme demonstrado na tabela.

A análise setorial do quadro 8 demonstrou a alocação majoritária de trabalhadores no setor de Serviços e Administração Pública, acompanhando a realidade do estado cuja atividade econômica dos 417 municípios está centrada, basicamente, no setor de Serviços, que responde por 62% de toda a economia do estado (SEI, 2012).

Desta forma, dentre os trabalhadores formalizados dos cinco maiores municípios do território, dentro do período em questão, esse setor respondeu pelo equivalente a 51,43%. O subsetor de Administração Pública respondeu em 2012 por 8.203 trabalhadores, o que significa 43,68% dos empregos do grande setor, e 22,46% do total de empregos da microrregião considerada, enquanto que no âmbito estadual essa relação é de 27,66% para o mesmo período. O setor de Serviços, por sua vez, desconsiderada a administração pública, deu conta de 10.575 trabalhadores, o que correspondeu a 28,96% do total de empregos da microrregião recortada.

Outra fonte consultada foi o Sistema Público de Emprego e Renda – ISPER, do Ministério do Trabalho, Emprego e Renda, da qual foram apresentados os saldos e as flutuações de empregos criados apenas para o município de Alagoinhas, segundo distribuição por setor de atividade econômica e por ocupações, sendo possível observar o seu comportamento entre janeiro e dezembro de 2013.

*Quadro 9: Emprego em Alagoinhas de acordo com Caged - 2013*

UF: Bahia Município: Alagoinhas

FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL

Jan/2013 até Dez/2013

Total das Atividades			
IBGE Setor	Admitidos	Desligados	Saldo
2 - IND TRANSF	1.946	1.401	545
3 - SERV IND UP	43	9	34
4 - CONSTR CIVIL	1.310	2.360	-1.050
5 - COMERCIO	2.518	2.323	195
6 - SERVICOS	1.939	1.723	216
8 - AGROPECUARIA	1.538	2.057	-519
<b>Total</b>	<b>9.294</b>	<b>9.873</b>	<b>-579</b>
Ocupações com Maiores Saldos			
CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
784120 - OPERADOR DE MAQUINA DE ENVASAR LIQUIDOS	88	2	86
768320 - SAPATEIRO (CALCADOS SOB MEDIDA)	497	422	75
784205 - ALIMENTADOR DE LINHA DE PRODUCAO	126	62	64
514320 - FAXINEIRO	196	149	47
421125 - OPERADOR DE CAIXA	250	206	44
Ocupações com Menores Saldos			
CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
632125 - TRABALHADOR DE EXTRACAO FLORESTAL. EM GERAL	1.136	1.530	-394
715505 - CARPINTEIRO	29	276	-247
715315 - ARMADOR DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	10	159	-149
715210 - PEDREIRO	365	453	-88
710205 - MESTRE (CONSTRUCAO CIVIL)	19	94	-75

Fonte: CAGED/MTE

Em Alagoinhas, a partir dos dados apresentados acima, dentre os setores de atividade, quatro apresentaram saldo positivo na flutuação de empregos ao longo de 2013, na seguinte ordem de saldo de empregos: o setor de Indústria, que acrescentou ao estoque 579 empregos formais dispostos nos subsetores de Indústria de Transformação e Serviço Industrial de Utilidade Pública; o setor de Serviços, com a geração de 216 novos empregos ao estoque; e o setor de Comércio, com saldo de 378 novos postos. Os piores desempenhos foram apresentados pelos setores da Construção Civil e Agropecuária, que eliminaram 1.050 e 519 vagas, respectivamente. As demissões ocorridas nesses setores foram as principais responsáveis pelo saldo negativo no total da flutuação de emprego daquele município. Há de se considerar, no entanto, a característica de rotatividade e de sazonalidade desses dois setores.

O setor de Indústria, que apresentou o maior saldo de criação de vagas no período,

teve na ocupação *operador de máquina de envasar líquidos* o seu maior saldo. Esta ocupação é típica da indústria de bebidas, e é voltada para “preparar e operar máquinas, equipamentos e instrumentos na indústria de refrigerantes, controlando a qualidade do produto e do processo na indústria de refrigerantes” (SENAI, 2014).

*Quadro 10: Emprego em Alagoinhas de acordo com Caged - 2014*

FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL

Jan/2014 até Abr/2014

Total das Atividades			
IBGE Setor	Admitidos	Desligados	Saldo
1 - EXTR MINERAL	1	2	-1
2 - IND TRANSF	763	504	259
3 - SERV IND UP	31	136	-105
4 - CONSTR CIVIL	225	367	-142
5 - COMERCIO	801	870	-69
6 - SERVICOS	1.009	692	317
8 - AGROPECUARIA	796	526	270
<b>Total</b>	<b>3.626</b>	<b>3.097</b>	<b>529</b>
Ocupações com Maiores Saldos			
CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
632125 - TRABALHADOR DE EXTRACAO FLORESTAL. EM GERAL	623	418	205
768320 - SAPATEIRO (CALCADOS SOB MEDIDA)	267	111	156
411005 - AUXILIAR DE ESCRITORIO. EM GERAL	122	62	60
911305 - MECANICO DE MANUTENCAO DE MAQUINAS. EM GERAL	75	15	60
782510 - MOTORISTA DE CAMINHAO (ROTAS REGIONAIS E INTERNACIONAIS)	149	91	58
Ocupações com Menores Saldos			
CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
717020 - SERVENTE DE OBRAS	161	281	-120
521110 - VENDEDOR DE COMERCIO VAREJISTA	206	260	-54
715210 - PEDREIRO	68	106	-38
724410 - CALDEIREIRO (CHAPAS DE FERRO E ACO)	9	39	-30
813125 - OPERADOR DE PRODUCAO (QUIMICA. PETROQUIMICA E AFINS)	0	27	-27

Fonte: CAGED/MTE

No primeiro quadrimestre de 2014, o quadro dá sinais de alteração nesse cenário, mas sem comprometer, até então, o saldo positivo da Indústria local na composição do estoque de empregos do município.

Observou-se que o setor da Indústria, até aquele momento, perdeu a liderança no incremento do saldo de empregos para o setor de Serviços, que detém também o maior quantitativo bruto de admissões. Pesou nesse contexto o desempenho negativo dos Serviços Industriais de Utilidade Pública e da Indústria Extrativa Mineral, que fizeram recuar a média global de admissões para o setor de 48,25 admitidos/mês em 2013 para 38,25 admitidos/mês em 2014, não obstante o crescimento da média de contratações no subsetor da Indústria de Transformação, que teve 162,17 admitidos/mês e 116,76 demitidos/mês em 2013 contra

190,75 admitidos mês e 126 demitidos/mês em 2014. A Agropecuária, que no ano de 2013 registrou o segundo maior saldo negativo de empregos, apresentou no primeiro quadrimestre de 2014 o segundo maior saldo positivo, tendo na ocupação *trabalhador de extração florestal em geral* o seu maior alavancador, o que pode indicar um comportamento bem característico da atividade extrativista, orientado por um regime pendular de contratações e desligamentos ao seguir a temporalidade do ciclo de extração de madeira.

*Quadro 11: Média salarial do município e dos principais municípios da região*

MUNICÍPIO	Comércio	Serviços e Adm. Pública*	Indústria	Agropecuária	Construção civil
Alagoinhas	R\$ 961,53	R\$ 1.277,97 R\$ 2.193,56	R\$ 3.697,33** R\$ 1.704,33 R\$ 6.518,83	R\$ 812,70	R\$ 1.513,98
Entre Rios	R\$ 955,94	R\$ 1.177,86 R\$ 1.413,32	R\$ 2.864,01*** R\$ 10.902,72	R\$ 906,35	R\$ 1.815,49
Esplanada	R\$ 845,34	R\$ 1.296,42 R\$ 1.259,05	R\$ 4.354,59*** R\$ 978,51	R\$ 900,39	R\$ 2.646,49
Olindina	R\$ 979,44	R\$ 1.410,20 R\$ 1.327,85	R\$ 751,75** R\$ 885,00 R\$ 13.559,95	R\$ 896,00	—
Rio Real	R\$ 785,63	R\$ 1.699,05 R\$ 1.067,76	R\$ 718,26	R\$ 772,27	R\$ 964,75

Fonte: MTE/CAGED, 2012

\* Os dados são apresentados separadamente e respectivamente

\*\* Os dados apresentados são da Indústria Extrativa Mineral, da Indústria de Transformação e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública, respectivamente.

\*\*\* Os dados apresentados são da Indústria Extrativa Mineral e da Indústria de Transformação, respectivamente.

A análise do quadro 11 permitiu constatar a variação da média salarial por setores econômicos entre os municípios pesquisados. Grosso modo é possível observar diferenças pouco expressivas, entre os municípios considerados, nos grandes setores de atividade econômica, com exceção da Indústria, pois apresentou brusca variação na média salarial nos municípios de Entre Rios, Esplanada e Olindina. A exploração terrestre e o processamento de petróleo e gás nos municípios de Entre Rios e Esplanada conseguiram agregar maior valor aos ganhos dos trabalhadores dessas atividades. Da mesma forma, os Serviços Industriais de Utilidade Pública conferiram, via de regra, remuneração mais elevada entre as categorias industriais, como é o caso de Olindina, detentora de uma subestação da CHESF; entretanto, possuía reduzido quadro de trabalhadores, como visto no quadro 8. Notou-se também que no município de Rio Real ocorreram as mais baixas remunerações, quando comparado aos demais municípios apresentados na tabela.

*Quadro 12: Distância da sede dos municípios ao endereço do Campus*

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>DISTÂNCIA</b>
Alagoinhas	0 km
Entre Rios	44,91 km
Esplanada	71,9 km
Olindina	98 km
Rio Real	115 km

Fonte: DNIT

Uma outra informação incorporada ao estudo de demanda foi a relação que o município-sede do instituto pode estabelecer com outras áreas da região e do estado. Assim, foi verificado que as distâncias entre as principais sedes municipais do território de identidade são medianas, como se observa no quadro 12. A principal rodovia é a BR 101, cruzando a área no sentido sudoeste-nordeste, responsável pela ligação com os dinâmicos territórios Portal do Sertão e Metropolitana de Salvador. No território, ela atravessa os municípios de Alagoinhas, Entre Rios, Esplanada, Rio Real e Jandaíra, de onde penetra o estado de Sergipe. É o principal eixo de interações intermunicipais do território.

Outra via importante, vinda de outros estados do Nordeste, é a BR 110, que, na Bahia, faz a ligação rodoviária entre Paulo Afonso e a BR-324 nas proximidades de Salvador. Atravessa os municípios de Catu, Alagoinhas, Inhambupe e Olindina, de onde segue na direção norte.

Os demais municípios da região são atendidos por rodovias estaduais ou estradas vicinais.

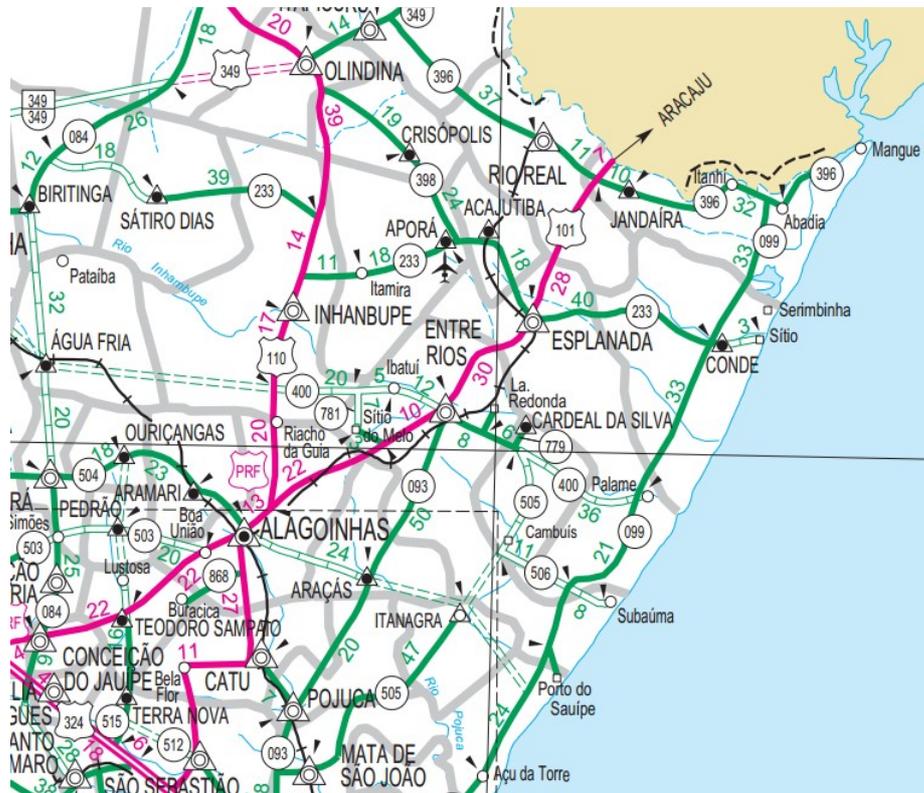


Figura 4: Malha rodoviária da região

Fonte: mapa rodoviário da Bahia – DNIT, 2002

### 6.1.1 Vetores de desenvolvimento regionais identificados

#### Turismo e Hotelaria

O Território engloba a chamada Costa dos Coqueiros, região de forte vocação turística, com ocorrência de complexos hoteleiros e rede de pousadas. Atualmente é um dos principais polos turísticos do Estado por conta da sua infraestrutura.

#### Bebidas

Sobressaem-se as operações da Primo Schincariol Indústria de Cervejas e Refrigerantes do Nordeste S.A. e, mais recentemente, a cervejaria Itaipava, do grupo Petrópolis.

Há expectativa pela instalação da cadeia de fornecedores para o polo de bebidas, liderado pela Brasil Kirin (antiga Schincariol), formado por uma gráfica, uma extensora de polímeros e uma estamperia de rolha metálica, perfazendo um investimento estimado em R\$ 13, R\$ 12 e R\$ 25 milhões respectivamente. De acordo com a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM, a geração de empregos diretos e indiretos estaria na ordem de 385 trabalhadores. O polo reuniria empresas com interesses afins focadas no mesmo tipo de

produto final. Segundo a mesma Secretaria, está prevista a instalação de uma central de embalagens, completando o quadro do polo, com investimentos estimados em R\$ 20 milhões no município de Alagoinhas e geração estimada de 180 empregos diretos e 450 indiretos. O segmento de alimentos e bebidas, conforme avaliação da SICM, foi o que apresentou maior crescimento em relação à produção industrial de todo o Estado da Bahia em 2011, com incremento de 7,7%.

Ainda a respeito da indústria de bebidas, dados da SICM apontam que este segmento apresentou o maior crescimento da produção industrial no Estado da Bahia em 2011.

*Quadro 13: Produção industrial baiana em 2011*

Crescimento da Produção Industrial e Principais Segmentos   Bahia 2011	
Classes e Gêneros	Acumulado do ano (%)
Indústria geral	-4,9
Extrativa mineral	-2,3
Indústria de transformação	-4,5
Alimentos e bebidas	7,7
Celulose, papel e produtos de papel	-1,1
Refino de petróleo e produção de álcool	-9,6
Produtos químicos	-7,5
Borracha e plástico	4,6
Minerais não metálicos	5,1
Metalurgia básica	-10,7
Veículos automotores	-6,8

Fonte: IBGE / PIM

O estudo apurou as características da indústria de bebidas. Assim, o setor de bebidas está classificado em quatro segmentos. Água Envasada: potável, mineral, mineralizada; Bebidas Tradicionais: café, chá, chocolate; Bebidas Não-Alcoólicas Industrializadas: refrigerantes, sucos, isotônicos, bebidas energéticas; e Bebidas Alcoólicas: vinho, aguardente e outras bebidas destiladas, cervejas e chopes. A geração de cada um desses produtos envolve uma cadeia produtiva específica, com dinâmica própria (BNDES, 2006, p 105).

A fabricação de bebidas alcoólicas, por exemplo, movimenta cadeias produtivas muito próximas da agroindústria, como são os casos do vinho, da aguardente e da cerveja, que dependem da produção e beneficiamento de produtos agrícolas (uva, cana, lúpulo e malte).

Por sua vez, a produção de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas se relacionam mais proximamente com outros setores industriais e outras cadeias produtivas, principalmente as relacionadas a processamento químico. Ambos os segmentos da indústria de bebidas têm na fabricação de embalagens um outro importante elo da cadeia produtiva de bebidas. (BNDES, 2014, p. 107).

### **Citricultura**

No estudo foi identificado que a Bahia é o segundo produtor nacional de citros e o primeiro das regiões Norte e Nordeste. Em extensão de área plantada e colhida, a Bahia tem como principais produtores os Territórios Litoral Norte/Agreste Baiano, com 64,4% da produção, e o Baixo Sul, com 13,1% da produção (IBGE, 2010).

O município de Rio Real, com mais de 35% da área colhida e com quase 40% produção, destaca-se como primeiro produtor de citros do Estado e das Regiões Norte e Nordeste do Brasil. Além da laranja, responsável por 93,1% da produção, também cultiva-se nesse município o limão (2,1%) e tangerina (1,8%). Em ordem decrescente de participação, seguem os municípios de Itapicuru e Inhambupe, também integrantes do território, os quais contribuem, respectivamente, com 16,8% e 10,1% da área colhida e com 15,5% e 7,4% da produção (SEAGRI, 2011).

### **Petróleo e gás**

Identificou também que a Bahia é um dos maiores produtores de petróleo do país. É superada apenas pelos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Norte. Possui a segunda maior produção terrestre. Entre os estados que possuem produção tanto em terra quanto em mar, é o que possui a quase totalidade de sua produção concentrada em terra, com 98,08%.

Similarmente, a Bahia é um dos maiores estados produtores de gás natural, igualmente na quarta posição entre os 10 estados produtores. Sua produção de gás natural, por sua vez, é realizada em grande parte no mar, cerca de 70% (ANP, 2013).

Na Bahia está localizada a segunda maior refinaria do país em capacidade de refino, a Landulfo Alves, no município de São Francisco do Conde, território do Recôncavo. Ela participa com 12,4% no refino de petróleo feito no Brasil, o que a deixa em 3ª colocação entre as 16 refinarias nacionais. Conta também desde 2008, no município de Camaçari, território Metropolitana de Salvador, com uma das quatro refinarias privadas em atividade no Brasil.

Quadro 14: Produção de petróleo no Brasil 2003 - 2012

**PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, POR LOCALIZAÇÃO (TERRA E MAR), SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2003-2012**

**PRODUÇÃO DE PETRÓLEO (MIL BARRIS)**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PRODUÇÃO DE PETRÓLEO (MIL BARRIS) 2012		RESERVAS PROVADAS (MILHÕES BARRIS)
<b>BRASIL</b>	<b>754.409</b>		<b>15.314,2</b>
<b>Subtotal</b>	<b>Terra</b>	<b>66.046</b>	920,4
	<b>Mar</b>	<b>688.363</b>	14393,9
Rio de Janeiro	Mar	561.482	561.482
Espírito Santo	Terra	5.435	113.101
	Mar	107.666	34,9
Rio Grande do Norte	Terra	18.966	21.751
	Mar	2.785	1334,3
Bahia	Terra	15.712	277,8
	Mar	307	217,1
Sergipe	Terra	11.547	16.019
	Mar	3.200	239,9
Amazonas	Terra	12.283	14.747
São Paulo	Mar	10.921	32,3
Ceará	Terra	457	12.283
	Mar	1.919	104,8
Alagoas	Terra	1.647	10.921
	Mar	81	545,9
			16,6
			2.376
			46,3
			6,3
			1.728
			0,6

Fonte: ANP

Segundo o Anuário Estatístico Brasileiro 2013 do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, arrolado no estudo de demanda realizado, em 2012 foram arrecadados R\$ 15,6 bilhões em royalties pela produção petróleo e gás no Brasil. Deste montante, 29,4% destinaram-se aos estados produtores ou confrontantes e 34% aos municípios produtores ou confrontantes. Ao estado da Bahia, acompanhado dos seus municípios beneficiados, destinaram-se 2,62% do total arrecadado no País a título de royalties, o que significa uma receita de R\$ 410,1 milhões. O Rio de Janeiro, maior produtor nacional de petróleo e de gás natural, em companhia dos municípios fluminenses, ficou com 39,2%, seguido pelo Espírito Santo e seus municípios, com 9%, por São Paulo e seus municípios, com 3,44% e pelo Rio Grande do Norte e seus municípios, com 3,07%. A Bahia é o quinto estado em volume de royalties recebidos. Conforme noticiado, a distribuição de royalties na Bahia registrou um crescimento de 16,2% em 2013, alcançando cerca de R\$ 477 milhões. Deste total R\$ 228,4 milhões ficaram com os municípios produtores e que possuem instalações de embarque e desembarque de petróleo (EXPRESSO REGIÃO, 2014).

O território Litoral Norte e Agreste Baiano possui uma participação expressiva na

produção estadual de petróleo e que pode ser observada na distribuição desses royalties.

Quadro 15: Royalties do petróleo entre municípios baianos (queda entre 2013 e 2014)

Posição	Distribuição de Royalties entre Principais Municípios, 2013 (Em R\$)			
	Principais Municípios	Ano		Variação (%)
		2013	2014	
1º	São Francisco do Conde	40.913.432,65	39.068.386,01	4,72
2º	Madre De Deus	40.089.857,91	36.750.945,90	9,09
3º	Esplanada	15.198.012,57	13.451.735,83	12,98
4º	Pojuca	15.129.337,91	12.170.531,32	24,31
5º	Candeias	11.581.101,17	7.597.140,04	52,44
6º	São Sebastião do Passé	8.848.385,54	8.006.543,81	10,51
7º	Alagoinhas	8.405.358,52	8.962.871,86	-6,22
8º	Araças	7.970.789,80	6.464.619,56	23,30
9º	Entre Rios	7.839.007,90	7.972.025,98	-1,67
10º	Cairu	5.928.596,88	5.204.878,70	13,90
11º	Catu	5.880.861,62	5.151.151,19	14,17
12º	Camaçari	5.847.791,90	36.926,00	15.736,52
13º	Itaparica	5.416.564,44	4.490.657,65	20,62
14º	Salvador	4.738.508,66	3.681.059,78	28,73
15º	Santo Amaro	4.590.619,64	3.551.628,92	29,25
16º	Salinas da Margarida	4.358.222,63	3.348.237,57	30,16
17º	Saubara	4.337.095,63	3.329.747,43	30,25
18º	Simões Filho	4.129.807,09	1.105.855,23	273,45
19º	Mata de São João	3.945.314,55	3.898.452,52	1,20
20º	Mucuri	3.567.698,93	18.312,91	19.381,88
21º	Eunapolis	3.504.666,79	22.585,94	15.417,03
22º	Itabuna	3.452.987,96	24.417,24	14.041,60
23º	Cardeal da Silva	2.041.085,14	2.609.957,59	-21,80
24º	Itanagra	1.486.434,53	1.429.183,39	4,01
25º	Vera Cruz	1.006.655,06	1.113.350,57	-9,58
26º	Teodoro Sampaio	988.411,63	1.087.561,12	-9,12
	<b>Principais Municípios</b>	<b>180.283.174,40</b>	<b>141.480.378,05</b>	<b>27,43</b>
	<b>Total Municípios</b>	<b>228.425.980,40</b>	<b>187.115.505,19</b>	<b>22,08</b>
	<b>Estado da Bahia</b>	<b>248.270.736,70</b>	<b>222.986.561,88</b>	<b>11,34</b>
	<b>Total Bahia</b>	<b>476.696.717,10</b>	<b>410.102.067,07</b>	<b>16,24</b>

Fonte: Jornal Expresso Região, 2014

Como se observa, os municípios mais beneficiados foram São Francisco do Conde e Madre de Deus, que juntos tiveram 35,46% dos royalties distribuídos aos municípios do estado. A arrecadação desses municípios deveu-se à refinaria Landulfo Alves, no primeiro, e ao terminal petrolífero, no segundo. Os municípios que de fato produzem petróleo e gás e que mais arrecadam com royalties são Esplanada e Pojuca, ambos situados no território Litoral Norte e Agreste Baiano. Somados aos demais municípios do território envolvidos nas atividades de produção e processamento de petróleo e gás, respondem por 29,73% dos royalties distribuídos aos municípios baianos.

### Avicultura

O município de Entre Rios possui o maior efetivo de aves do estado da Bahia,

conforme foi constatado no estudo. Os municípios de Alagoinhas e Mata de São João também estão entre os maiores criadores de aves. O três municípios totalizam mais de um milhão de aves e representam importante polo estadual de criação de aves para comercialização.

*Quadro 16: Produção avícola na Bahia – principais produtores*

**Principais municípios produtores**

Município	Efetivo Animal		%
	2010	2011	
Entre Rios - BA	740.560	750.000	1,27
Barreiras - BA	518.724	533.200	2,79
Feira de Santana - BA	406.988	390.000	-4,17
Conceição do Jacuípe - BA	682.500	356.000	-47,84
Vitória da Conquista - BA	239.455	225.887	-5,67
Alagoinhas - BA	191.995	192.005	0,01
Mata de São João - BA	185.830	190.000	2,24
Jaguaquara - BA	159.499	157.500	-1,25
Água Fria - BA	178.633	151.800	-15,02
Camaçari - BA	127.518	125.040	-1,94

Fonte: FAEB / IBGE: Pesquisa Pecuária municipal

Percebeu-se, no entanto, que a região se ressentia da falta de um plantel industrial avícola de maior porte, posto que a região de Feira de Santana tende a concentrar a avicultura industrial de maior estrutura. Outra vulnerabilidade está na atração de investimentos para a avicultura industrial da região de Barreiras, dada a proximidade da produção de grãos, suprimentos necessários para as rações das aves. Essa atração pode resultar em um deslocamento do principal polo produtor de aves do estado para o oeste baiano. Não à toa, o município de Barreiras apresentou o maior crescimento em seu efetivo animal entre 2010 e 2011.

### **Cocoicultura**

Ainda de acordo com os levantamentos feitos, a maior produção de coco do estado encontra-se no território Litoral Norte e Agreste Baiano, tendo quatro municípios como grandes produtores que, somadas suas produções, ultrapassam os principais produtores localizados em outras regiões da Bahia.

Quadro 17: Produção de coco na Bahia – principais produtores

MUNICÍPIOS	Quantidade produzida			VBP (Mil Reais)		
	2010	2011	Variação %	2010	2011	Variação %
Juazeiro - BA	66.538	57.957	-12,9	39.922	26.080	-34,7
Acajutiba - BA	72.000	72.000	0,0	25.200	23.040	-8,6
Conde - BA	20.250	40.230	98,7	6.075	12.873	111,9
Jandaíra - BA	36.000	36.000	0,0	12.600	12.600	0,0
Canavieiras - BA	17.500	22.500	28,6	9.625	11.250	16,9
Esplanada - BA	30.180	30.180	0,0	10.563	10.563	0,0
Maraú - BA	10.000	20.000	100,0	4.500	10.000	122,2
Valença - BA	17.975	18.150	1,0	8.987	9.982	11,1
Cairu - BA	17.700	17.700	0,0	8.850	9.735	10,0
Itabela - BA	8.040	8.424	4,8	4.422	5.222	18,1
Eunápolis - BA	8.750	8.780	0,3	4.812	5.092	5,8

Fonte: IBGE - PAM 2011

Confirmando essa proeminência, observou-se na região, principalmente nos municípios de Conde e Acajutiba, um aumento na dinâmica cocoicultora e atração de investimentos industriais de atuação em dois segmentos de negócios: agrícola e agroindustrial. O primeiro engloba grandes plantações de coco e áreas de preservação natural; o segundo é voltado para o beneficiamento de coco, com vistas ao aproveitamento integral do fruto, como biomantas e biorrollos<sup>4</sup>, utilizados em sistemas de contenção, além da fabricação das demais linhas de produtos, como óleo e água de coco (SEAGRI, 2014).

## 6.1.2 Pesquisa feita com população

### 6.1.2.1 Estudantes

Universo pesquisado de 396 estudantes, dos quais 27,55% do município de Alagoinhas e 72,19% de outros municípios do território. Os respondentes do sexo feminino perfizeram um total de 59,44% e 40,56% do sexo masculino. Entre esses, 1,03% declarou possuir algum tipo de necessidade específica: 0,77% com limitações visuais e 0,26% com limitações físicas. Para o quesito etnia, tivemos 55,87% pardos autodeclarados, 24,74% negros, 12,24% brancos e 4,34% disseram pertencer à etnia indígena. Os restantes 2,81% afirmaram pertencer a outra etnia ou preferiram não declará-la.

A faixa etária dos estudantes entrevistados situou-se em sua maioria entre dezesseis e dezoito anos, sendo praticamente a metade do contingente, como pode ser observado no

<sup>4</sup> Feitas a partir do aproveitamento integral do coco, as fibras são costuradas formando uma trama bem resistente e protegida por redes de polipropileno ou juta. O material evita erosões e ressecamento do solo, por reter a umidade, além de prevenir dispersão de sementes, criando um ambiente favorável para o desenvolvimento de plantações. Sendo totalmente orgânica, a manta é biodegradável. Com o crescimento da vegetação no local, ela se decompõe e transforma-se em adubo. Esses produtos estão sendo cada vez mais usados na bioengenharia, agronegócio e no setor automotivo.

quadro seguinte. A maioria desses jovens cursava o ensino médio (53,57%) seguido pelo grupo que ainda cursava as séries finais do ensino fundamental (23,21%) e pelo grupo que já tinha concluído o ensino médio (16,84%).

*Quadro 18: Faixa etária dos estudantes entrevistadas durante estudo de demanda*

Resposta	Contagem	Porcentagem
inferior a 14 anos (1)	6	1.53%
14 anos (2)	38	9.69%
15 anos (3)	61	15.56%
16 anos (4)	65	16.58%
17 anos (5)	69	17.60%
18 anos (6)	60	15.31%
19 anos (7)	42	10.71%
20 anos (8)	27	6.89%
de 21 a 24 anos (9)	14	3.57%
25 a 29 anos (10)	4	1.02%
30 a 39 anos (11)	3	0.77%
40 a 49 anos (12)	0	0.00%
50 a 59 anos (13)	0	0.00%
60 anos ou mais (14)	0	0.00%
Sem resposta	3	0.77%

Quando indagados se exerciam alguma atividade profissional, 84,18% afirmaram não trabalhar. Apenas 50 estudantes declararam que trabalhavam, principalmente no turno da tarde. Há uma relação aparentemente equilibrada entre a faixa etária dos entrevistados e o nível de ocupação dos mesmos, posto que o total de estudantes com idade de 18 anos acima foi de 150.

A preferência por turno de estudo recaiu no turno da manhã, com 55,87% das indicações. O turno vespertino ficou em segundo, com 31,12%, seguido pelo noturno com 11,73%.

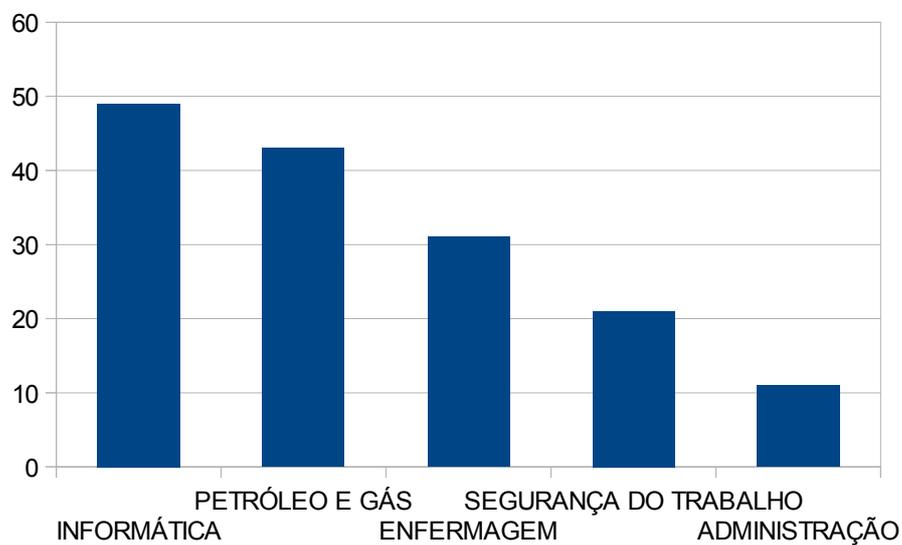
De acordo com os estudantes entrevistados, um número significativo é oriundo de famílias com renda inferior a um salário-mínimo: 41,58% afirmaram que suas famílias se mantêm com essa renda. Uma outra parcela desse segmento, 37,24%, é proveniente de famílias que auferem entre 1 a 2 salários-mínimos. Quase 80% dos entrevistados, portanto, pertencem às famílias de menor renda. Praticamente é o mesmo quantitativo dos que responderam ter estudado sempre em escola pública: 79,59%.

Em relação à pretensão de fazer um curso técnico e profissionalizante, 88,27% manifestaram o desejo de fazê-lo.

Os estudantes foram convidados a indicar três cursos técnicos, entre aqueles constantes no catálogo nacional de cursos técnicos e tecnológicos, em primeira, segunda e terceira ordem de importância.

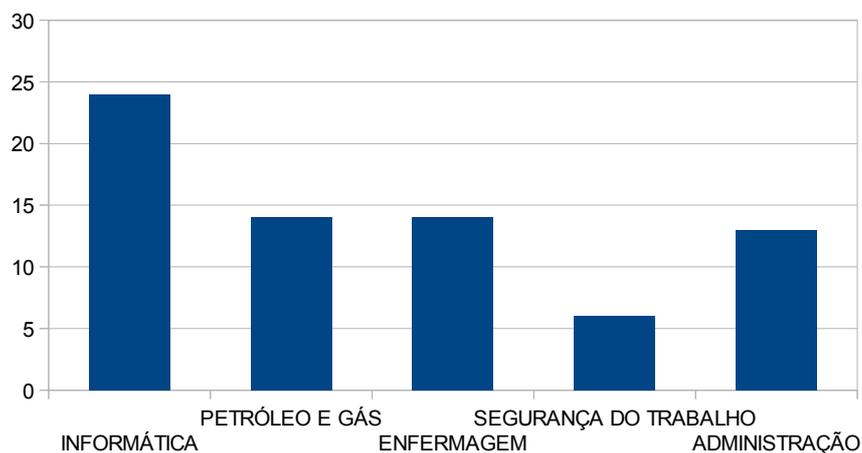
O curso técnico mais indicado pelos entrevistados como sendo de primeira preferência foi o de Informática, com 14,16%, seguido pelo Técnico de Petróleo e Gás, com 12,43% e Técnico de Enfermagem, que ficou com 8,96% das indicações para primeira opção de curso técnico. Os cursos Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Administração figuraram nas posições seguintes, com 6,07% e 3,18% entre o total de cursos indicados como primeira opção de curso.

*Quadro 19: Cursos mais indicados por estudantes, como primeira opção de curso*



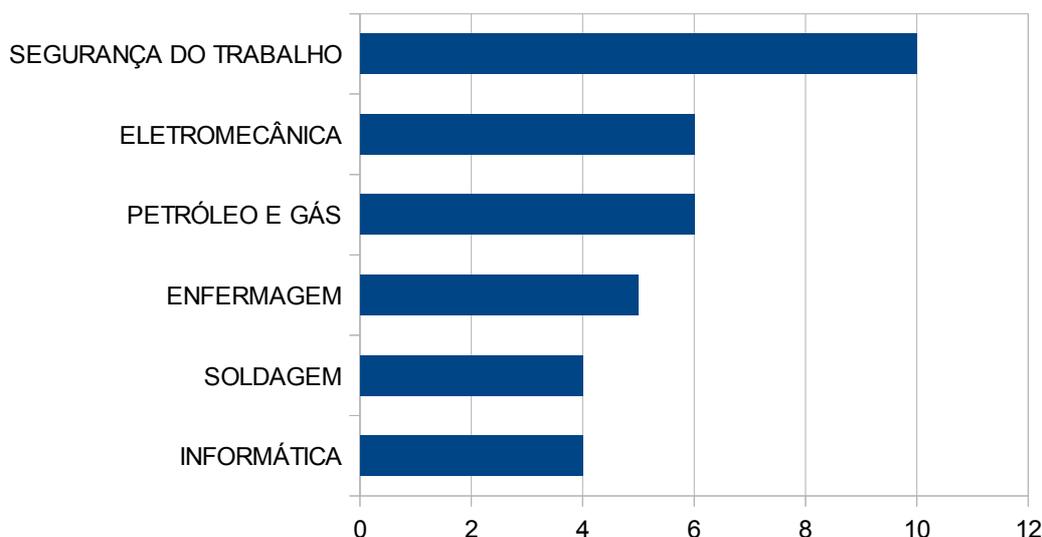
Os cursos técnicos mais votados como segunda opção foram: Informática com 6,94%, Petróleo e Gás e Enfermagem, ambos com 4,05%, Administração com 3,76% e Segurança do Trabalho com 1,73% do total de cursos indicados como segunda opção.

*Quadro 20: Cursos mais indicados por estudantes, como segunda opção de curso*



Para os cursos estimados como terceira opção de escolha para os estudantes, tiveram preferência os cursos de Técnico em Segurança do Trabalho, com 2,89% do total de indicações para terceira opção, Técnico em Petróleo e Gás e Técnico em Eletromecânica, ambos com 1,73%, Técnico em Enfermagem, com 1,45% e Técnico em Informática e Técnico em Soldagem com 1,16% cada, do total de indicações como terceira opção de curso.

*Quadro 21: Cursos mais indicados por estudantes, como terceira opção de curso*



Observamos que na terceira opção de indicação de curso técnico, dois outros cursos que não figuraram nas duas primeiras opções estiveram entre os mais indicados na terceira ordem de importância.

Ao considerar o total bruto de indicações, abrangendo todas as indicações feitas para a primeira, segunda e terceira ordem de importância para os entrevistados, totalizando 493 indicações, dos 346 estudantes que fizeram indicações de forma válida, chegamos ao seguinte resultado em relação aos cursos mais indicados cumulativamente em todas as ordens de importância:

*Quadro 22: Cursos mais indicados por estudantes segundo total bruto de indicações*

CURSOS TÉCNICOS MAIS INDICADOS	TOTAL BRUTO DE INDICAÇÕES (493)	%
Informática	77	15,62
Petróleo e Gás	63	12,78
Enfermagem	50	10,14
Segurança do Trabalho	37	7,50
Administração	26	5,27

Soldagem	16*	3,24
Eletromecânica	14*	2,84
Total	283	57,39

\* já considerado o total bruto de indicações para esses cursos, que só apareceram como mais indicados a partir da terceira opção de curso técnico.

Tomando os Eixos Tecnológicos como critério de indicação, teremos pequena alteração na verticalidade desse quadro, a partir das indicações de cursos técnicos feitas pelos 346 estudantes que fizeram as indicações de forma válida.

*Quadro 23: Eixos tecnológicos mais indicados por estudantes*

EIXOS	1ª opção	2ª opção	3ª opção	total
Ambiente, Saúde e Segurança	79	43	26	148
Informação e Comunicação	56	32	6	94
Controle e Processos Industriais	37	26	23	86
Produção Industrial	43	17	6	66
Gestão e Negócios	16	18	10	44
Recursos Naturais	6	6	4	16
Turismo, Hospitalidade e Lazer	3	7	4	14
Produção Cultural e Design	6	1	3	10
Produção Alimentícia	3	3	2	8
Infraestrutura	3	0	1	4
Militar	0	0	2	2
Desenvolvimento Educacional e Social	0	1	0	1

Dessa forma, o eixo tecnológico Ambiente, Saúde e Segurança acumulou um maior número de indicações: 30,02% do total bruto de indicações. Ele verticaliza com o curso Técnico em Enfermagem. Os quatro eixos que se seguem também mantiveram a relação de verticalidade com aqueles cursos técnicos mais indicados nas entrevistas. O eixo Informação e Comunicação, com 19,06% de indicações, preserva a relação com o curso Técnico em Informática. Os cursos Técnico em Eletromecânica e Técnico em Soldagem, que despontaram entre os indicados como terceira opção de curso, expressam a relação com o eixo Controle e Processos Industriais, que acumulou 17,44% das indicações. O eixo de Produção Industrial, com 13,39% do total bruto de cursos indicados, tem no curso Técnico em Petróleo e Gás o seu principal alavancador, pois, sozinho, concentrou 63 das 66 indicações feitas para cursos desse eixo. Finalmente, o eixo Gestão e Negócios, com 8,92% tem no curso Técnico em Informática a sua maior expressão.

Em relação aos cursos superiores, para os quais houve também a oportunidade dos estudantes fazerem indicações, de maneira análoga aos cursos técnicos, tivemos o seguinte quadro:

*Quadro 24: Pesquisa com estudantes: total bruto de indicações para cursos superiores*

CURSOS SUPERIORES	TOTAL
Direito	19
Informática	19
Petróleo e Gás	16
Enfermagem	12
Medicina	11
Administração	10
Química	10

Observamos que os cursos superiores em Informática, em Petróleo e Gás, em Enfermagem e em Administração, que compõem o rol de cursos superiores mais indicados, mantiveram relação de verticalidade com os cursos de nível técnico mais indicados.

Baseado nos resultados dessa pesquisa realizada com os estudantes, estabeleceu-se uma primeira estimativa: de que os cursos técnicos que compõem o espectro de maiores indicações ou cursos que apresentam maior proximidade com os que despontaram nesta pesquisa ou que mantenham relação de verticalidade com o eixo tecnológico ao qual pertencem, se ofertados, atenderiam determinadas expectativas dos jovens estudantes da região, mas que, no entanto, deveriam ser confrontadas com as indicações dos outros segmentos entrevistados e com os indicadores socioeconômicos levantados.

#### **6.1.2.2 Empresariado**

O setor empresarial consultado no território Agreste Baiano/Litoral Norte foi representado majoritariamente pelo comércio varejista: 28 estabelecimentos de um total de 38 que declararam a atividade econômica à qual pertencem, o que representa 73,68% dentre esses. A maioria (86, 84%) afirmou haver carência de profissionais qualificados na região, mas, ao mesmo tempo, sem indicar em quais setores se ressentem dessa baixa qualificação, apesar de indagados.

Perguntados se os cursos oferecidos na região suprem as necessidades de mão de obra qualificada, 86,84% responderam negativamente, ao mesmo passo em que 81,58% não

percebem os cursos técnicos e superiores ofertados no território alinhados às demandas da região. A maioria dos entrevistados, 73,68%, não faz uso de mão de obra de estagiários, e pouco mais da metade dos empresários entrevistados, 52,63%, afirmaram possuir disponibilidade para adotar o estágio remunerado.

Poucos souberam responder à questão sobre a existência de Arranjos Produtivos Locais, de maneira que não foi possível sumariá-los de forma suficiente, a partir da perspectiva desse grupo.

Foram questionados também se houve alguma mudança, de ordem econômica, social ou cultural, no município e região, que percebessem como significativa. Para 68,42% dos entrevistados não teria ocorrido mudança alguma de maior relevância, diferentemente dos 31,58% restantes que disseram ter percebido significativas mudanças nos últimos anos. Entre as mudanças percebidas, destacaram:

- A implantação da silvicultura na região;
- O estabelecimento de Empresa de reciclagem;
- A melhoria dos transportes e a diversificação dos produtos comercializados;
- O aperfeiçoamento profissional e a busca por capacitação profissional, devido às demandas existentes;
- A Implantação de fábrica de fibras;
- O processamento e o comércio de coco;
- O crescimento do comércio local;
- E o declínio da Administração Pública.

Entretanto, as mudanças não foram percebidas como geradoras de novas oportunidades de trabalho. Foi o que afirmou 73,68% dos entrevistados.

Foram também convidados a indicar a área profissional que poderia ser oferecida na região, tendo em vista as atividades que oferecem oportunidades de trabalho na região. As áreas profissionais apresentadas aos declarantes seguiram a classificação em Eixos Tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para facilitar o tratamento a ser dado ao resultado dessas indicações no que concerne à oferta de cursos da educação profissional técnica e tecnológica. A forma de indicação consistiu em numerarem por ordem de importância cada área (eixo) que constava no questionário. Considerando apenas as três primeiras ordens de importância, tivemos:

*Quadro 25: Pesquisa com setor empresarial: indicações segundo eixos tecnológicos*

EIXOS	1ª OPÇÃO	2ª OPÇÃO	3ª OPÇÃO	total
Ambiente, Saúde e Segurança	14	9	7	30
Controle e Processos Industriais	2	3	11	16
Desenvolvimento Educacional e Social	3	10	3	16
Recursos Naturais	9	2	1	12
Gestão e Negócios	2	5	3	10
Produção Alimentícia	1	2	6	9
Turismo, Hospitalidade e Lazer	4	2	2	8
Militar	1	1	3	5
Produção Industrial	1	3	1	5
Infraestrutura	1	1	1	3
Informação e Comunicação	0	0	0	0
Produção Cultural e Design	0	0	0	0

Sobre as potencialidades produtivas da região, todos os entrevistados emitiram opiniões. A agricultura, das mais diversas formas, seja nominando-a propriamente ou nominando seus produtos, foi a mais lembrada. Considerando apenas a menção dos termos, obtivemos a seguinte classificação:

*Quadro 26: Potencialidades produtivas indicadas pelo setor empresarial*

Potencialidades produtivas	Quantidade de citações
Agricultura	18
Coco	7
Pecuária	7
Laranja	6
Comércio	4
Mandioca	3
Limão, Maracujá, Milho, Piscicultura	2

Para os representantes da iniciativa privada local que participaram dessa entrevista, a agricultura e a pecuária, portanto, ainda possuem um forte apelo como potencial produtivo. Entre os produtos agrícolas mais lembrados como potencial produtivo, destacam-se a cocoicultura e a citricultura (laranja e limão).

### 6.1.2.3 Entidades da Sociedade Civil Organizada

Da pesquisa realizada com alguns representantes desse segmento foi possível

identificar a preocupação com a carência de programas educacionais, apontada na pesquisa como uma grande necessidade para a região. Alguns citaram ainda: falta de cursos técnicos profissionalizantes; falta de escola para o ensino médio e falta de professores qualificados. Pontuaram ainda a necessidade de projetos culturais e associações. O mercado de trabalho deficitário foi apontado como uma grande preocupação, entre as opções disponíveis nas respostas. Sobre infraestrutura, a maioria afirmou serem necessárias melhorias, principalmente as que concernem a segurança, pavimentação de vias e preservação ambiental. Um parque, no entendimento dos entrevistados, seria a melhor opção de lazer para as cidades da região.

Esse segmento foi mais sensível em perceber as mudanças de ordem econômica, social e cultural ocorridas nos últimos anos. As respostas a esse questionamento foram mais numerosas e diversificadas, e que tomaram por base a realidade de seus respectivos municípios ou do território:

- Construção de estádio, mudança de central de abastecimento, melhoria das estradas e postos de saúde;
- Educação, saúde, limpeza urbana e comércio;
- Comércio, eventos e programas;
- Feira da agricultura familiar do território;
- Programa Bolsa Família;
- Indústria e construção civil;
- Transparência na informação.

Da mesma forma que o empresariado entrevistado, os representantes da sociedade civil organizada foram convidados a indicar a área profissional que poderia ser oferecida na região, tendo em vista as atividades que oferecem oportunidades de trabalho na região. As áreas profissionais apresentadas aos entrevistados seguiram a classificação em Eixos Tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para facilitar o tratamento a ser dado ao resultado dessas indicações no que concerne à oferta de cursos da educação profissional técnica e tecnológica. A forma de indicação consistiu em numerarem por ordem de importância cada área (eixo) que constava no questionário. Considerando apenas as três primeiras ordens de importância, tivemos:

*Quadro 27: Pesquisa com entidades da sociedade civil organizada: indicações por eixos tecnológicos*

EIXOS	1ª OPÇÃO	2ª OPÇÃO	3ª OPÇÃO	total
Ambiente, Saúde e Segurança	6	6	2	14
Desenvolvimento Educacional e Social	6	2	4	12
Controle e Processos Industriais	1	2	5	8
Infraestrutura	1	2	2	5
Produção Alimentícia	2	3	0	5
Produção Cultural e Design	0	2	2	4
Gestão e Negócios	1	1	1	3
Informação e Comunicação	1	1	1	3
Produção Industrial	1	0	2	3
Recursos Naturais	2	0	1	3
Militar	0	2	0	2
Turismo, Hospitalidade e Lazer	0	0	1	1

Também foram indagados sobre as atividades produtivas e econômicas que têm criado as maiores oportunidades de trabalho. Mais uma vez, houve predominância da agricultura e de seus produtos e preparações. Entre os produtos agrícolas mais lembrados, constam a laranja e o coco.

*Quadro 28: Entidades da sociedade civil organizada: atividades produtivas e econômicas citadas*

Quais atividades produtivas e econômicas da região tem criado as maiores oportunidades de trabalho?		
Resposta	Contagem	Porcentagem
Resposta <b>Navegar</b>	20	95.24%
<ul style="list-style-type: none"> <li><input checked="" type="checkbox"/> Horticultura.</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Agricultura.</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Produção rural e agricultura familiar.</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Educação.</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Milho, feijão, laranja e mandioca.</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Nenhuma.</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Fábrica: cocos.</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Serviço público, agricultura e pecuária.</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Na Fazenda Bálsamo: empresas terceirizadas e Petrobras.</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Coco, mandioca e laranja.</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Nenhuma.</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Nenhuma - além da prefeitura e ou área de bálsamo.</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Atividade agrária.</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Nenhuma.</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Indústria, comércio e construção civil.</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Reflorestamento e área petrolífera.</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Atividades na área da agricultura: comércio de produtos da agricultura e a sua comercialização.</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Fábrica de bebidas.</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Laranja, maracujá, coco e abóbora.</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> A produção de eucalipto e citricultura.</li> </ul>		
Sem resposta	1	4.76%

Para além da agricultura, foram citadas outras importantes atividades produtivas, na

percepção dos entrevistados das sociedades civis organizadas, como ensejadoras de boas oportunidades de trabalho, como demonstrado na tabela anterior:

- Beneficiamento do coco: “fábricas”;
- Cadeia produtiva do petróleo: fazenda Bálsamo, Petrobrás, empresas terceirizadas, área petrolífera;
- Silvicultura: produção de eucalipto, reflorestamento;
- Cadeia produtiva de bebidas: fábrica de bebidas.

#### 6.1.2.4 Administração pública municipal

Os gestores públicos municipais apontaram as dificuldades com a saúde da população como o principal problema do território, nas alternativas listadas no questionário. Entre as respostas espontâneas (“outros”) os principais problemas apontados foram o desemprego e as drogas. Entre as interações praticadas na região, destacaram-se as relações entre os municípios de Alagoinhas, Entre Rios, Esplanada, Olindina e Rio Real.

Sobre Arranjos Produtivos Locais mais evocados, sob diferentes formas, predominou a lembrança daquelas atividades relacionadas à citricultura e cocoicultura. Houve igualmente cuidado em se destacar que esses arranjos se dão em grande medida a partir da agricultura familiar (aquela que se dá em até 4 módulos fiscais).

*Quadro 29: Administração pública municipal: arranjos produtivos locais mais evocados*

Arranjos Produtivos Locais	Forma de evocações
Citricultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Laranja</li> <li>• Beneficiadoras de laranja</li> <li>• Produção da laranja</li> </ul>
Cocoicultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coco</li> <li>• Produção de coco verde</li> </ul>

Na avaliação da maioria dos entrevistados desse segmento, a Administração Pública é o setor que mais emprega na região, seguida pelo Comércio e pela Agricultura, como segundo e terceiros setores, respectivamente, que mais respondem pelos maiores saldos de mão de obra empregada.

A ocorrência mineral apontada foi petróleo e gás natural, predominantemente, e a atração turística mais lembrada foram as praias do litoral norte.

#### 6.1.3 Oferta de educação profissional no município e região

Uma relevante oferta de educação profissional técnica de nível médio presente no

território acontece por meio do governo do Estado através dos CETEP (Centros Territoriais de Educação Profissional) e das Unidades Compartilhadas que funcionam em escolas públicas estaduais. Os cursos Técnico em Enfermagem (636 matrículas), Técnico em Informática (502 matrículas), Técnico em Segurança do Trabalho (346 matrículas), Técnico em Meio Ambiente (306 matrículas) e Técnico em Petróleo e Gás (178 matrículas) foram os que somaram os maiores quantitativos de matrículas dentro do território, no primeiro semestre de 2011.

*Quadro 30: Matrículas em cursos técnicos na rede estadual – ano 2011*

Município	Eixos Tecnológicos	Cursos	Vagas	Matrículas
<b>Alagoinhas</b>	Ambiente, Saúde e Segurança	Téc. Segurança do trabalho	387	346
		Téc. Enfermagem	719	636
		Téc. Meio Ambiente	338	306
		Téc. Nutrição e Dietética	90	89
	Gestão e Negócios	Téc. Comércio	120	150
	Informação e Comunicação	Téc. Informática	589	502
	Infraestrutura	Téc. Edificações	60	54
		Téc. Desenho Const. Civil	30	30
Produção Alimentícia	Téc. Alimentos	600	138	
<b>Catu</b>	Informação e Comunicação	Téc. Telemática	200	56
	Produção Industrial	Téc. Petróleo e Gás	215	178
<b>Entre Rios</b>	Controle Processos Industriais	Téc. Construção e Reparo	200	103
	Informação e Comunicação	Téc. Manut. Suporte Informática	164	114
<b>Esplanada</b>	Recursos Naturais	Téc. Agroextrativismo	200	51
<b>Inhambupe</b>	Recursos Naturais	Téc. Agroextrativismo	200	76
<b>Mata de S. João</b>	Hospitalidade e Lazer	Téc. Turismo e Hospitalidade	200	43
<b>Pojuca</b>	Recursos Naturais	Téc. Agroextrativismo	200	78
<b>Rio Real</b>	Recursos Naturais	Téc. Agropecuária	185	130
		Téc. Agroextrativismo	200	81
<b>total</b>			4.897	3.161

Fonte: Suprof, 2011

O Eixo Ambiente, Saúde e Segurança concentrou o maior número de oferta de vagas e de matrículas efetivadas, com destaque para os cursos Técnico em Enfermagem, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Meio Ambiente. Ao todo foram 1.377 matriculados no período, de um total de 1.534 vagas oferecidas na rede estadual de educação profissional para o território Litoral Norte/Agreste Baiano. Foi o terceiro Eixo Tecnológico a apresentar o menor nível de vagas ociosas: 10,23%. O primeiro foi o Eixo Gestão e Negócios com o curso Técnico em Comércio, que, além de não ter tido vaga ociosa, teve um número de matrículas superior ao total de vagas inicialmente ofertado. O segundo Eixo com menos vagas ociosas

foi o de Infraestrutura, com 6,66%. O Eixo Hospitalidade e Lazer, com 43 vagas preenchidas, todas no curso Técnico em Enfermagem, o único ofertado desse Eixo, foi o que registrou a maior quantidade de vagas ociosas: 78,5% das 200 vagas ofertadas. O segundo Eixo com maior nível de vagas ociosas foi o de Produção Alimentícia, com o curso Técnico em Alimentos, com 77%. O Eixo Recursos Naturais, com os cursos de Técnico em Agropecuária e Técnico em Agroextrativismo, foi o terceiro Eixo no território em percentual de vagas ociosas, com 416 vagas ocupadas, entre as 985 ofertadas: nível de 57,77% de vagas ociosas. O nível de vagas ociosas na rede estadual de educação profissional no território em 2011 foi de 35,45%.

Se considerarmos o desempenho das matrículas na rede estadual de educação profissional por curso técnico, no território Litoral Norte/Agreste Baiano no ano de 2011, teremos o seguinte quadro:

*Quadro 31: Percentual de vagas preenchidas na rede estadual de educação profissional*

Curso Técnico	Percentual de vagas preenchidas
Técnico em Comércio	125,00
Técnico em Desenho de Construção Civil	100,00
Técnico em Nutrição e Dietética	98,88
Técnico em Meio Ambiente	90,53
Técnico em Edificações	90,00
Técnico em Segurança do Trabalho	89,40
Técnico em Enfermagem	88,45
Técnico em Informática	85,23
Técnico em Petróleo e Gás	82,79
Técnico em Agropecuária	70,27
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	69,51
Técnico em Construção e Reparo	51,50
Técnico em Agroextrativismo	35,75
Técnico em Telemática	28,00
Técnico em Alimentos	23,00
Técnico em Turismo e Hospitalidade	21,50

A partir desse quadro, é possível verificar que a classificação por Eixos Tecnológicos foi desfeita em favor do atrativo particular de cada curso técnico. Os cursos oferecidos no município de Alagoinhas apresentaram maior nível de vagas ocupadas do que os demais municípios, tanto em números absolutos quanto em números relativos.

Além da rede estadual de educação profissional, a cidade de Alagoinhas é contemplada com cursos técnicos de nível médio, ofertados principalmente pelo Senai, e cursos de nível superior, cuja oferta pública é realizada pela UNEB. É dotada também de uma razoável oferta de cursos técnicos e superiores na rede privada de ensino, tanto na modalidade

presencial quanto à distância.

O território conta com a presença do Campus do IF Baiano em Catu, distante cerca de 25 km da cidade de Alagoinhas. O Campus já atende parte da demanda por educação profissional relacionada à extração e produção de petróleo e gás e à indústria petroquímica, atividades de grande expressão na região, com o curso técnico em Química, curso técnico em Petróleo e Gás e o curso superior em Química. Os demais cursos do Campus Catu atendem parte das demandas das atividades produtivas rurais e urbanas, da agroindústria, da construção civil e de serviços.

*Quadro 32: Oferta de educação profissional e cursos superiores no território*

Município	Instituição	técnico	graduação	pós-graduação
Alagoinhas	SENAI	Assistente de laboratório de fluidos de perfuração e complementação; auxiliar de laboratório químico na indústria de alimentos e manutenção mecânica; operador de processos industriais	---	---
	CETEP	Comércio; Des. Const. Civil; Enfermagem; Informática; Meio Ambiente; Seg. Trabalho; Análises clínicas; Enfermagem; Nutrição e Dietética	---	---
	UNEB	---	Ed. Física; Lic. História; Lic. Letras; Lic. Ciências; Lic. Matemática; Bach. Análise de sistemas;	Crítica Cultural; Biodiversidade Vegetal; Ciências Ambientais;
Catu	IF Baiano	Agropecuária; Alimentos; Agrimensura; Cozinha; Petróleo e Gás; Química.	Análise e Des. Sistemas; Lic. Química.	---

O CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) registra para a região o funcionamento de alguns cursos técnicos da área profissional que fiscaliza, a saber:

*Quadro 33: Outros cursos técnicos ofertados na região, fiscalizados pelo CREA*

<b>Município</b>	<b>Curso</b>	<b>Localização</b>
Esplanada	Técnico em agropecuária	Distrito de São José
Inhambupe	Técnico em agropecuária	Fazenda Bebedouro – Boa Vista
Rio Real	Técnico em agropecuária	Povoado Lagoa de Baixo

Todos esses cursos, segundo os registros do CREA, acontecem em Escolas Família Agrícola (EFA) que, a princípio, adotam a pedagogia da alternância, através da qual se alternam situações de aprendizagem escolar com situações de trabalho produtivo.

#### **6.1.4 Correlação entre os vetores regionais de desenvolvimento e os cursos a serem ofertados no campus Alagoinhas**

Tendo como referência a aderência ao potencial econômico e às atividades que se destacam no território Litoral Norte e Agreste Baiano, anteriormente observadas, delineou-se alguns vetores de desenvolvimento econômico e adensamento produtivo da região. A atividade industrial, especificamente aquela voltada à indústria de bebidas, no município, e aquela voltada para exploração e processamento de petróleo e gás, na região, destaca-se entre aqueles vetores proeminentes e dinâmicos relacionados no estudo. Dessa forma, os cursos Técnico em Petróleo e Gás e Técnico em Petroquímica poderiam reforçar o sistema produtivo já consolidado no território. No entanto, foi considerada a existência de oferta de curso técnico em Petróleo e Gás em Catu, feita pelo próprio Instituto. Como ocorrem maiores demandas nesse setor tanto ao sul do território (Pojuca), onde situa-se Catu, quanto ao norte do território (Esplanada), foram indicadas ofertas voltadas para atendimento dessas áreas, repartidas entre as unidades do IF Baiano no território. Alternativamente, a oferta do curso técnico em Petroquímica, sendo suplementar à oferta do curso técnico em Petróleo e Gás, evitaria possíveis sobrementos ou superfluidades.

O curso técnico em Cervejaria inserir-se-ia na cadeia produtiva do polo de bebidas em vias de implantação no município de Alagoinhas, acompanhado da cadeia de fornecedores de insumos. Não foi possível apurar os cursos técnicos que poderiam ser mais demandados nessa cadeia de fornecedores, mas foi sugerido que provavelmente os cursos relacionados a controles e processos industriais e produção industrial teriam maior apelo.

Os cursos de Técnico em Agricultura, Técnico em Agropecuária, Técnico em Fruticultura e Técnico em Zootecnia e os cursos FIC do mesmo Eixo tecnológico, sugeridos

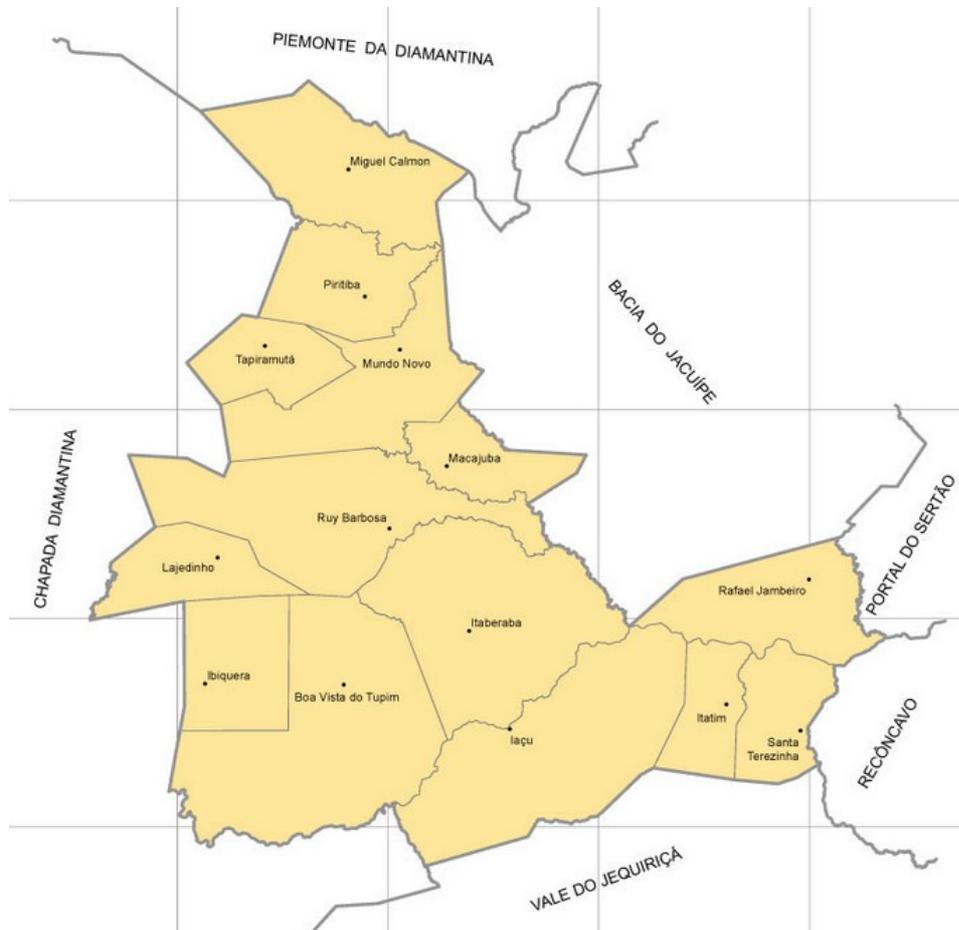
no presente estudo, visariam abranger a cadeia produtiva do cultivo de cítricos, de grande relevo na porção norte do território e de grande destaque na produção estadual e municipal, do cultivo de coco e da criação de aves. Conforme o estudo, a oferta desses cursos, se direcionados para atendimento desses vetores, requer hábil articulação com os municípios produtores, no sentido de vencer as distâncias em relação à Unidade de Ensino.

Por outro lado, o curso Técnico em Segurança do Trabalho encontra-se relacionado tanto à aspiração da comunidade (esteve entre os mais indicados por estudantes) quanto com o fato do município de Alagoinhas ter uma quantidade razoável de estabelecimentos comerciais e industriais que justificariam a atuação desse profissional.

## **6.2 Itaberaba**

Temos a seguir as informações coligidas no relatório apresentado como estudo de demanda para oferta de cursos do território de identidade Piemonte do Paraguaçu, focado no município de Itaberaba, onde o novo campus está em construção.

Considerado o portal de entrada para a Chapada Diamantina, uma das grandes regiões turísticas do estado da Bahia, o município de Itaberaba lidera um conjunto de pequenos municípios do território Piemonte do Paraguaçu. A região integra o sertão baiano, em uma região entre o Recôncavo e a Chapada Diamantina, no médio Paraguaçu, onde está situada a cidade de Itaberaba.



*Figura 5: Território de identidade Piemonte do Paraguaçu*

Fonte: Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia - CET

Distante cerca de 266 Km da cidade de Salvador, capital do estado, o município de Itaberaba conta com uma área territorial de 2.343,549 Km<sup>2</sup> e uma população de 61.631 habitantes (IBGE, 2010), sendo o município com maior expressão econômica desse território. Os demais municípios do território Piemonte do Paraguaçu são: Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Miguel Calmon, Mundo novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Teresinha e Tapiramutá. Todos compõem o bioma caatinga, inserido no semiárido do nordeste brasileiro.

## 6.2.1 Dados Socioeconômicos

*Quadro 34: dados sociodemográficos do município de Itaberaba, do território e do estado*

	MUNICÍPIO	TERRITÓRIO	ESTADO
População	61.631	398.166	14.016.906
IDH	0,620	**	0,660
IDEB	4.5 e 3.2*	**	4.2 e 3.3*
Área territorial (km²)	2.343,50	19.218,86	564.733
Quantidade de domicílios	17.774	72.506	4.093.619

Fontes: IBGE, 2010, PNUD, 2010, INEP, 2011

\* Dados do ano de 2011. O primeiro resultado se refere ao Ensino Fundamental I, cuja meta municipal foi 3.7 e meta estadual foi 3.5; o segundo resultado se refere ao ensino Fundamental II, cuja meta municipal foi 2.9 e meta estadual foi 3.2.

\*\* dados não disponíveis para o território

Como se observou nos dados do IBGE, o Piemonte do Paraguaçu é uma área de densidade populacional baixa.

O estudo constatou que o município de Itaberaba teve um incremento no seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 80,23% nas últimas duas décadas. Trata-se de um percentual acima da média de crescimento nacional (47,46%) e acima da média de crescimento estadual (70,98%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice (que é 1) foi reduzido em 42,07% entre 1991 e 2010. Dentro desse indicador, educação é o destaque. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,134), seguida por Longevidade e por Renda. E entre 2000 e 2010, novamente, a área que mais cresceu foi Educação (com crescimento de 0,186), seguida por Longevidade e por Renda.

*Quadro 35: dados econômicos do município de Itaberaba, da região e do estado*

(em milhões de R\$)	MUNICÍPIO*	REGIÃO*	ESTADO**
PIB	427.020	1.582.889	186.411.000
PIB da indústria	40.806 (9,56%)	194.094 (12,26%)	57.228.177 (30,7%)
PIB dos Serviços**	259.237 (60,71%)	1.095.036 (69,18%)	83.139.306 (44,6%)
PIB da Agropecuária	54.357 (12,73%)	202.751 (12,81%)	13.608.003 (7,3%)
PIB da Adm. Pública	110.425 (25,86%)	537.724 (33,97%)	32.435.514 (17,4%)

Fonte: IBGE, 2011

\* Últimos dados disponíveis do IBGE são do ano de 2011

\*\* Incluindo a Administração Pública

A análise do quadro anterior permitiu constatar o peso do Produto Interno Bruto (PIB) dos Serviços (68%) na composição do PIB municipal, bem acima da relação que este possui no cenário estadual.

*Quadro 36: Dados de estabelecimentos do município de Itaberaba, região\* e estado*

	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Comércio	399	1.200	75.078
Serviços e Adm. Pub.	196	463	52.857
Indústria	65	187	11.325
Agropecuária	91	140	15.921
Construção Civil	19	44	7.079

Fonte: MTE/RAIS in DIEESE – observatório do trabalho, 2011

\* Dados do território de identidade Piemonte do Paraguaçu

O total de estabelecimentos registrados no município (770) representa 37,8% do total de estabelecimentos registrados no território Piemonte do Paraguaçu (2.034) e 0,47% do estado (162.260), o que confirma a proeminência de Itaberaba no âmbito regional e sua inexpressividade no plano estadual.

O estudo observou que o município detém ainda o maior quantitativo de estabelecimentos agropecuaristas do território, perfazendo 65% da totalidade registrada. Considerando os grandes setores de atividade econômica, a agropecuária do município é a que possui maior quantitativo proporcional ao total de estabelecimentos do território. As demais áreas seguem: construção civil 43,18%; serviços e administração pública 42,33%; indústria 34,76% e comércio 33,25%.

*Quadro 37: Número de estabelecimentos do município e dos principais municípios da região*

MUNICÍPIO	Comércio	Serviços e Adm. Pública	Indústria	Agropecuária	Construção civil
Itaberaba	399	196	65	91	19
Ruy Barbosa	137	56	11	72	5
Iaçu	104	28	13	65	2
Mundo Novo	55	24	5	39	0
Rafael Jambeiro	52	11	3	26	0
TOTAL	747	315	97	293	26

Fonte: MTE/Rais in DIEESE – observatório do trabalho, 2011

O maior quantitativo de estabelecimentos formalizados nos maiores municípios do território é do comércio, seguido por serviços, agropecuária, indústria e construção civil. O setor terciário, portanto, sem fugir à realidade das demais espacialidades nacionais, predomina entre as atividades econômicas.

*Quadro 38: Número de empregados do município e dos principais municípios da região*

MUNICÍPIO	Comércio	Serviços e Adm. Pública	Indústria	Agropecuária	Construção civil
Itaberaba	2.041	3.197	1.579	168	239
Ruy Barbosa	317	1.233	845	114	10
Iaçu	235	1.457	384	254	3
Mundo Novo	123	795	15	76	0
Rafael Jambeiro	238	1.334	17	30	0

Fonte: MTE/Rais in DIEESE – observatório do trabalho, 2012

O estudo também fez referência à Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. De acordo com os dados levantados, havia em 2011, 22.325 trabalhadores formalmente contratados no território Piemonte do Paraguaçu. O recorte considerado no quadro acima dá conta de 14.704 empregos formais para aquele ano, o que representa 8,92% do total da população estimada dos cinco municípios para 2011: 164.840 pessoas (IBGE, 2011), distribuídos nos setores de atividades econômicas, conforme demonstrado na tabela. O número de trabalhadores formais em relação à população total naqueles municípios é baixo e mantém uma proporção bem abaixo daquela registrada para o estado, que gira em torno de 16%.

A partir da observação dos dados constantes no quadro seguinte, em consulta às Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda – ISPER, do Ministério do Trabalho, Emprego e Renda, referentes aos saldos e flutuações de empregos criados apenas para o município de Itaberaba, segundo distribuição por setor de atividade econômica e por ocupações, foi possível avaliar o seu comportamento de janeiro a dezembro de 2013:

*Quadro 39: Emprego em Itaberaba de acordo com Caged - 2013*

UF: Bahia Município: 291470:Itaberaba

FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL  
Jan/2013 até Dez/2013

Total das Atividades			
IBGE Setor	Admitidos	Desligados	Saldo
2 - IND TRANSF	321	678	-357
4 - CONSTR CIVIL	383	375	8
5 - COMERCIO	712	626	86
6 - SERVICOS	303	246	57
8 - AGROPECUARIA	24	26	-2
<b>Total</b>	<b>1.743</b>	<b>1.951</b>	<b>-208</b>
Ocupações com Maiores Saldos			
CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
717020 - SERVENTE DE OBRAS	253	215	38
521110 - VENDEDOR DE COMERCIO VAREJISTA	212	194	18
422105 - RECEPCIONISTA. EM GERAL	35	18	17
521125 - REPOSITOR DE MERCADORIAS	56	44	12
231210 - PROFESSOR DE NIVEL SUPERIOR DO ENSINO FUNDAMENTAL (PRIMEIRA A QUARTA SERIE)	16	6	10
Ocupações com Menores Saldos			
CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
764005 - TRABALHADOR POLIVALENTE DA CONFECCAO DE CALCADOS	180	473	-293
773415 - OPERADOR DE MAQUINA DE USINAGEM DE MADEIRA (PRODUCAO EM SERIE)	4	27	-23
760405 - SUPERVISOR (INDUSTRIA DE CALCADOS E ARTEFATOS DE COURO)	0	21	-21
514225 - TRABALHADOR DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO DE AREAS PUBLICAS	5	18	-13
715210 - PEDREIRO	82	94	-12

Fonte: CAGED/MTE

Conforme os dados, em Itaberaba, dentre os setores de atividade, três apresentaram saldo positivo na flutuação de empregos ao longo de 2013, na seguinte ordem de saldo de empregos: o setor de Comércio, que criou 712 empregos formais e preservou 86 postos de trabalho desse total; o setor de Serviços, com a geração de 303 novos empregos e a manutenção de 57 deles; e o setor de Construção Civil, que criou 383 vagas e manteve 7. Os piores desempenhos foram apresentados pelos setores da Indústria da Transformação e Agropecuária, que eliminaram 678 e 26 vagas, respectivamente. As demissões ocorridas no setor de Indústria da Transformação foram as principais responsáveis pelo saldo negativo no total da flutuação de emprego daquele município.

O setor de Comércio, que apresentou o maior saldo de criação de vagas no período,

com 86 empregos formais acrescidos ao estoque, teve no subsetor de Comércio varejista, ocupação *vendedor de comércio varejista* o seu maior saldo, mas suplantado, em decorrência da elevada rotatividade de mão de obra, pelo setor de Construção Civil, ocupação *servente de obras*.

Já a Indústria de Transformação, que apresentou o menor saldo do ano de 2013, teve na Indústria de calçados a maior destruição de postos de trabalho, com 473 vagas eliminadas na ocupação *trabalhador polivalente da confecção de calçados*, 27 na ocupação *operador de máquina de usinagem de madeira (produção em série)* e 21 na ocupação *supervisor (indústria de calçados e artefatos de couro)*. Dentre os menores saldos no período, tem-se a Agropecuária, apesar de não ter uma ocupação específica que figure entre aquelas com menor saldo.

No quadro seguinte obteve-se o cenário de flutuação de emprego no primeiro semestre de 2014, período em que os dados estão consolidados até julho.

*Quadro 40: Emprego em Itaberaba de acordo com Caged – 2014.1*

UF: Bahia Município: 291470:Itaberaba

FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL

Jan/2014 até Jul/2014

Total das Atividades			
IBGE Setor	Admitidos	Desligados	Saldo
2 - IND TRANSF	234	256	-22
4 - CONSTR CIVIL	119	398	-279
5 - COMERCIO	556	428	128
6 - SERVICOS	227	163	64
8 - AGROPECUARIA	20	25	-5
<b>Total</b>	<b>1.156</b>	<b>1.270</b>	<b>-114</b>
Ocupações com Maiores Saldos			
CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
622505 - TRABALHADOR NO CULTIVO DE ARVORES FRUTIFERAS	83	36	47
521125 - REPOSITOR DE MERCADORIAS	46	30	16
773415 - OPERADOR DE MAQUINA DE USINAGEM DE MADEIRA (PRODUCAO EM SERIE)	15	3	12
783225 - AJUDANTE DE MOTORISTA	15	3	12
514325 - TRABALHADOR DA MANUTENCAO DE EDIFICACOES	17	8	9
Ocupações com Menores Saldos			
CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
717020 - SERVENTE DE OBRAS	98	210	-112
715210 - PEDREIRO	23	123	-100
715505 - CARPINTEIRO	5	18	-13
764005 - TRABALHADOR POLIVALENTE DA CONFECCAO DE CALCADOS	143	156	-13
715545 - MONTADOR DE ANDAIMES (EDIFICACOES)	0	10	-10

Fonte: CAGED/MTE

Foi possível observar que o setor da Indústria de Transformação desacelerou o ritmo de demissões, se comparado ao ano anterior; já o setor Construção Civil apresenta acentuada quantidade de desligamentos. A ocupação *servente de obras* foi o principal responsável por esse desempenho negativo no setor, seguida pelas ocupações *pedreiro* e *carpinteiro*. Os demais setores, no município de Itaberaba, tiveram desempenho melhor do que o do ano anterior. Mesmo a Agropecuária, não obstante saldo negativo, conseguiu atenuar o número de demissões.

A análise setorial do quadro 40 evidencia a alocação majoritária de trabalhadores no setor de Serviços e Administração Pública, acompanhando a realidade do estado cuja atividade econômica dos 417 municípios está centrada, basicamente, no setor de Serviços, que responde por quase 45% de toda a economia do estado (SEI, 2012).

Desta forma, dentre os 14.704 trabalhadores formalizados dos cinco maiores municípios do território, dentro do período em questão, esse setor respondeu por 8.016 contratados, o equivalente a 54,52%. O subsetor de Administração Pública respondeu em 2012 por 6.498 trabalhadores, o que significa 81,06% dos empregos do grande setor, e 44,19% do total de empregos da microrregião considerada, quando no âmbito estadual essa relação é de 27,66% para o mesmo período. O setor de Serviços, por sua vez, desconsiderada a administração pública, deu conta de 1.518 trabalhadores, o que correspondeu a 10,32% do total de empregos da microrregião recortada.

*Quadro 41: Média salarial do município e dos principais municípios da região*

MUNICÍPIO	Comércio	Serviços e Adm. Pública*	Indústria	Agropecuária	Construção civil
Itaberaba	674,39	1.096,77 1.007,23	283,54 711,22 2.949,51**	613,54	770,54
Ruy Barbosa	640,60	1.060,92 1.009,27	1.301,23 689,86***	569,78	648,00
Iaçu	682,87	1.296,06 872,98	673,12	636,65	567,00
Mundo Novo	697,37	1.721,87 / 1.014,73	586,90	645,57	----
Rafael Jambeiro	794,07	720,28 / 824,58	685,11 / 639,77***	722,47	----

Fonte: MTE/CAGED, 2012

\* Os dados são apresentados separadamente e respectivamente

\*\* Os dados apresentados são da Indústria Extrativa Mineral, da Indústria de Transformação e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública, respectivamente.

\*\*\* Os dados apresentados são da Indústria Extrativa Mineral e da Indústria de Transformação, respectivamente.

A análise do quadro anterior, incluído no estudo de demanda realizado, permitiu constatar a variação da média salarial em determinados setores econômicos dos municípios pesquisados. Um primeiro aspecto disse respeito à pequena variação entre os salários pagos por setor entre os municípios em questão. A maior discrepância, porém, se dá dentro do município de Itaberaba, na média salarial dos trabalhadores da Indústria Extrativa Mineral. A média desse segmento é muito inferior à média dos demais, o que poderia indicar pouca valorização desses agentes econômicos.

*Quadro 42: Distância da sede dos municípios ao Campus Itaberaba*

MUNICÍPIO	DISTÂNCIA
Itaberaba	0 km
Ruy Barbosa	41 Km
Iaçu	30 Km
Mundo Novo	94 Km
Rafael Jambeiro	87 Km

Fonte: DNIT

As distâncias entre as principais sedes municipais do território de identidade são medianas, como se observa no quadro. A principal rodovia é a BR 242, cruzando a área no sentido leste-oeste-leste, responsável pela ligação entre o próspero oeste baiano, atravessando a turística região diamantina, e a BR 116, outra importante via de escoamento para os grandes centros estaduais e nacionais, que tangencia a região em sua porção mais oriental, no município de Rafael Jambeiro, Itatim e Santa Terezinha.

A maior parte da ligação entre os municípios da região é realizada, no entanto, através das rodovias estaduais que se espraiam em todas as direções.

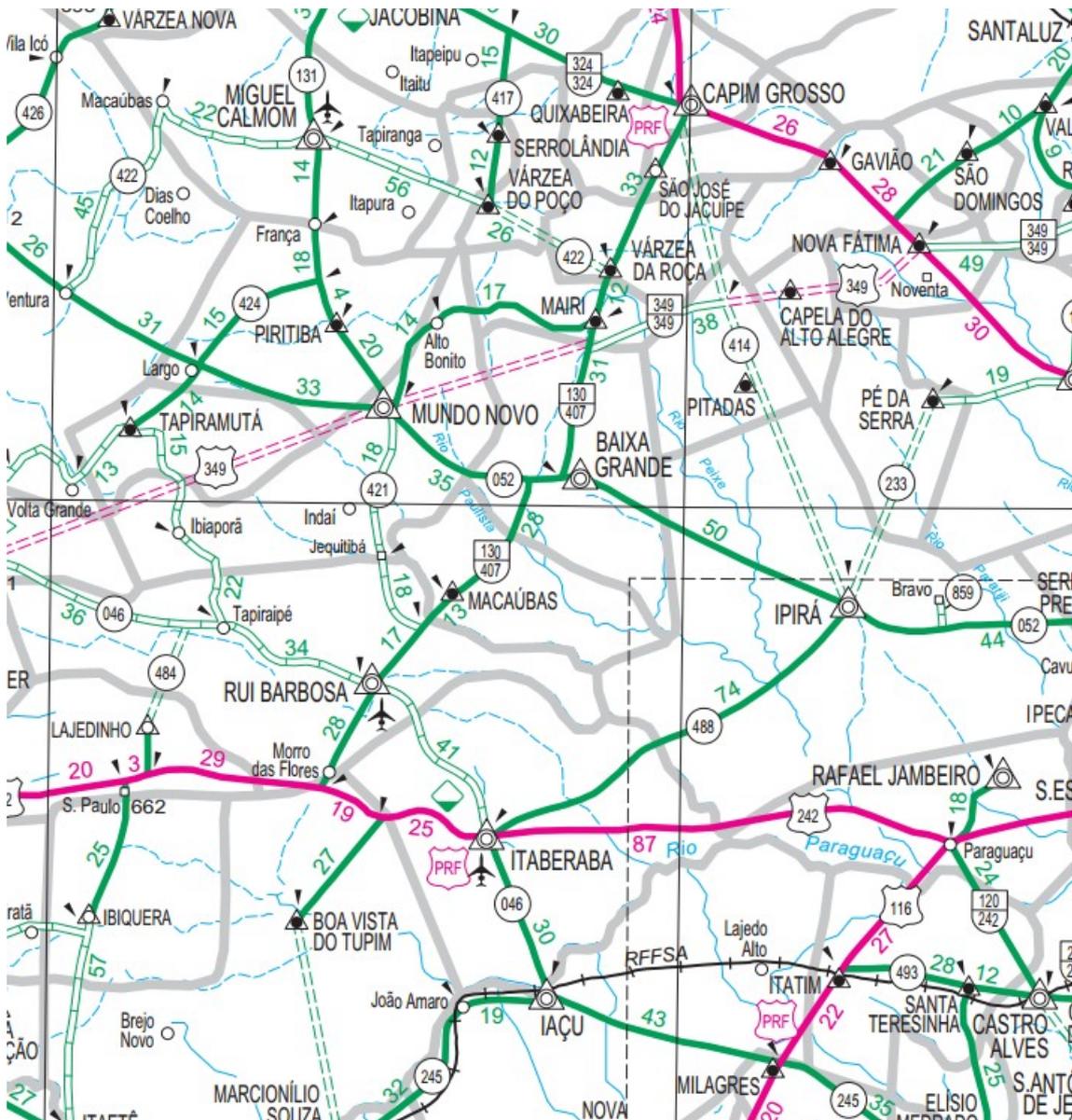


Figura 6: Malha rodoviária no território Piemonte do Paraguaçu

Fonte: Dnit, 2002

## 6.2.2 Vetores de desenvolvimento identificados no território Piemonte do Paraguaçu

### Agricultura – a cultura do abacaxi

O município de Itaberaba, no semiárido do Território Piemonte do Paraguaçu, localizado na entrada da Chapada Diamantina, é o maior produtor de abacaxi da Bahia, (segundo dados do IBGE/2012). O fruto é explorado há cerca de 40 anos na região, mas foi há menos de 20 que se firmou. Hoje, inegavelmente, o abacaxi é o principal produto agrícola do município.

Em verificação do estudo de demanda, citando o IBGE, em 2012 foram 5.438 hectares plantados com a cultura do abacaxizeiro em todo Estado, destacando-se o Território do Piemonte do Paraguaçu, região do semiárido, onde o município de Itaberaba e municípios vizinhos integrantes do Território, como Ruy Barbosa e Iaçú, possuem extensas áreas plantadas. Referindo-se à ADAB (Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia), o estudo destacou que os plantios são feitos exclusivamente por produtores familiares, em clima semiárido, sem irrigação, demonstrando o potencial desta, como alternativa para as regiões semiáridas da Bahia (ADAB, 2013). A produção itaberabense da fruta também é vultosa quando consideramos o valor da produção, deixando muito atrás os demais municípios produtores.

*Quadro 43: Lavoura temporária – abacaxi – valor da produção 2012 (Bahia)*

uf	município	mil reais
BA	Itaberaba	57.063
BA	Umburanas	2.970
BA	Prado	2.929
BA	Valença	2.746
BA	Eunápolis	2.686
BA	Itabela	2.094
BA	Presidente Tancredo Neves	1.900
BA	Porto Seguro	1.575
BA	Coração de Maria	1.200
BA	Luís Eduardo Magalhães	1.130
BA	Cairu	969
BA	Iaçú	950
BA	Ruy Barbosa	941

Fonte: IBGE, 2012

Apurou-se que a cultura do abacaxi provocou intensas mudanças na economia desse município, principalmente a partir dos anos 90, destacando-se atualmente como a principal atividade produtiva do município, tanto no que se refere a empregos gerados direta e indiretamente bem como em recursos financeiros injetados no mercado local. O município

hoje é responsável por cerca de 60% da produção baiana de abacaxi, firmando-se como o maior produtor dessa fruta no estado e o 4º maior produtor em nível de produção do país.

*Quadro 44: Principais municípios produtores de abacaxi / Bahia*

MUNICÍPIOS	Quantidade produzida (Mil frutos)			VBP (Mil Reais)		
	2010	2011	%	2010	2011	%
	Itaberaba - BA	82.500	81.200	-1,58	74.250	73.080
Coração de Maria - BA	8.120	7.500	-7,64	8.120	6.375	-21,49
Valença - BA	3.200	3.060	-4,38	2.880	3.060	6,25
Umburanas - BA	-	3.102	-	-	-	-
Prado - BA	1.750	2.835	62,00	1.750	2.069	18,23
Itabela - BA	3.600	2.720	-24,44	1.677	1.904	13,54
Presidente Tancredo Neves - BA	2.200	1.800	-18,18	1.980	1.800	-9,09
Macajuba - BA	2.072	1.875	-9,51	1.864	1.687	-9,50
Boa Vista do Tupim - BA	1.820	1.680	-7,69	1.638	1.512	-7,69
Porto Seguro - BA	1.100	2.100	90,91	517	1.428	176,21

Fonte: IBGE - PAM 2011

Há uma grande concentração da produção de abacaxi no município de Itaberaba, deixando-a em uma liderança isolada em relação aos demais municípios produtores da fruta.

O avanço e a consolidação desse arranjo produtivo resultou na criação da Cooperativa dos Produtores de Abacaxi de Itaberaba (COOPAITA) e do Comitê Gestor do Abacaxi envolvendo a cooperativa citada e outras instituições relacionadas à atividade, passos importantes para a organização social local.

Trata-se de um arranjo produtivo, qualificado no estudo de demanda como um vetor de desenvolvimento, muito importante por já apresentar um elevado nível de organização, com a coordenação de um comitê gestor, com participação de organizações atuantes na área da pesquisa agropecuária, extensão rural, crédito rural, comércio e cooperativismo, constituindo-se em um sistema de rede que tem impulsionado a atividade na região. Outros agentes também fazem parte dessa cadeia, como instituições creditícias, com forte atuação na região financiando os cooperados da COOPAITA nos plantios de abacaxi; o BNB – Banco do Nordeste que também financia principalmente os agricultores familiares beneficiários do PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar; e ainda algumas associações rurais que participam das várias etapas da dinâmica e do ciclo produtivos.

### 6.2.3 Pesquisa com a população

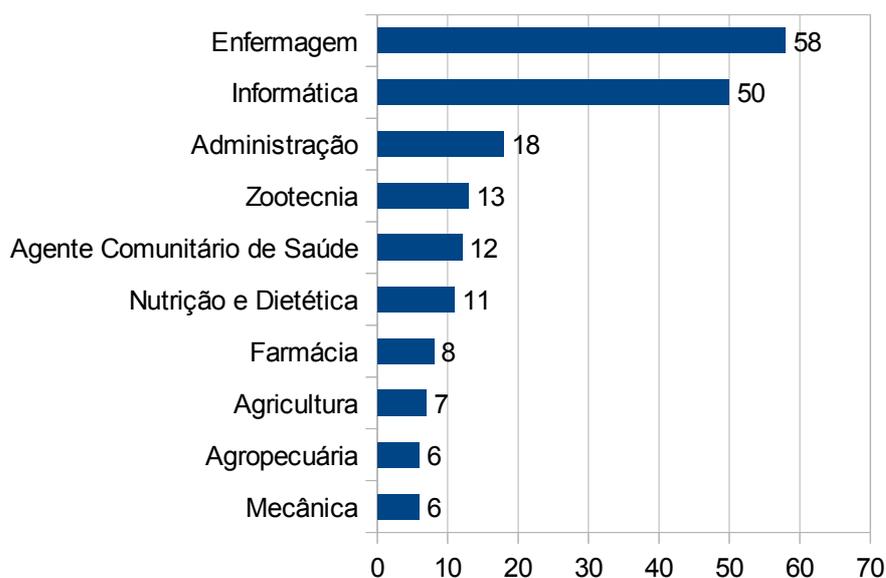
Em pesquisa realizada entre 07 e 28 de junho de 2013, na qual foram consultadas pessoas dos segmentos estudantil, empresarial, da sociedade civil organizada e da gestão pública municipal, em Itaberaba e em outros municípios do território, foram indicados outros vetores de desenvolvimento locais e também aspirações por formação profissional que visam ser compatíveis com as demandas regionais.

#### 6.2.3.1 Estudantes

Entre os 396 estudantes consultados, 9,64% não pretendem fazer um curso técnico, e entre os que afirmaram desejar fazê-lo, 19,14% não opinaram sobre um curso técnico em particular.

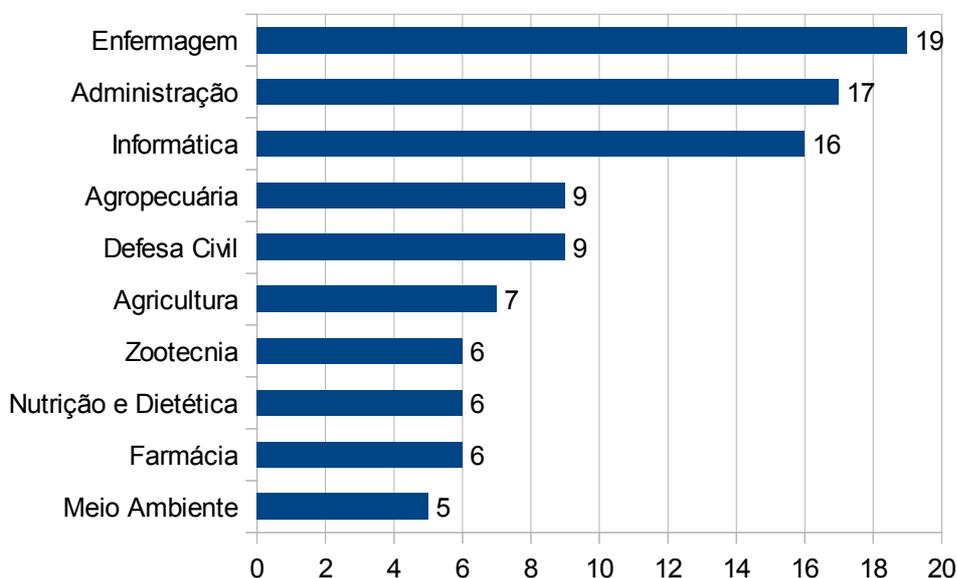
Os dez cursos mais indicados como primeira opção de escolha foram:

*Quadro 45: Cursos mais indicados por estudantes, como primeira opção de curso*



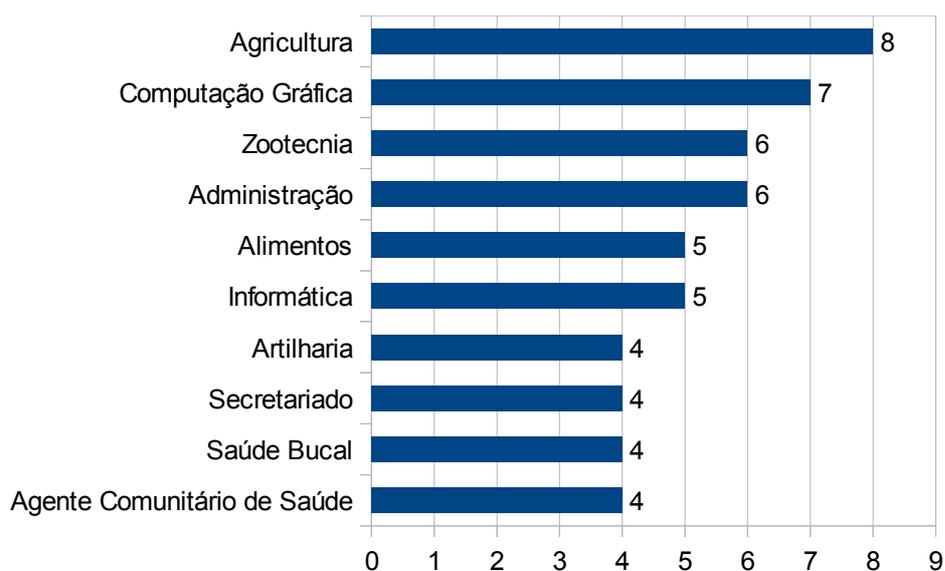
Dos dez cursos mais indicados como segunda opção de escolha, os cursos técnicos em Enfermagem, Administração e Informática, sem que houvesse alteração no grupo dos três mais indicados, apenas mudança ordinal, permaneceram na liderança de indicações. A partir da quarta posição verificamos o aparecimento de outros cursos que não foram indicados na primeira opção, como os cursos técnicos em Defesa Civil e Meio Ambiente.

*Quadro 46: Cursos mais indicados por estudantes, como segunda opção de curso*



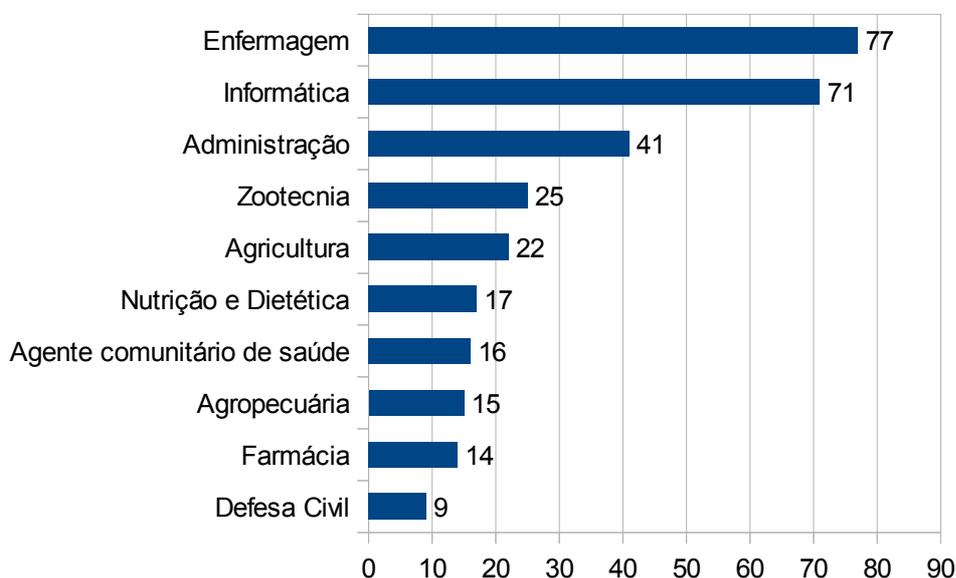
Dentre os dez cursos mais indicados como terceira opção, novos cursos foram acrescentados ao rol de preferência dos estudantes. Apenas os cursos técnicos em Agricultura, Zootecnia, Administração, Informática e Agente Comunitário de Saúde permaneceram nesse grupo, entre os citados como primeira e segunda opções.

*Quadro 47: Cursos mais indicados por estudantes, como terceira opção de curso*



Considerando a quantidade geral de citações, tanto como primeira, segunda e terceira opções indicadas, tivemos os cursos mais citados a seguir:

Quadro 48: Cursos mais indicados por estudantes, conforme quantidade geral de indicações



Por eixos tecnológicos, limitando-se aos dez cursos mais citados, temos o eixo Ambiente, Saúde e Segurança com 133 citações, o eixo Informação e Comunicação com 71 citações, o eixo Recursos Naturais com 62 citações e o eixo Gestão e Negócios com 41.

Quando foram indagados sobre cursos de nível superior, os estudantes entrevistados apresentaram pouca variação temática em relação aos cursos técnicos indicados. Dos dez cursos preferidos, em todas as ordens de importância, apenas os cursos de Direito, Engenharia Civil e Música não possuem algum tipo de correspondência com os cursos técnicos indicados anteriormente.

Quadro 49: Cursos de nível superior mais indicados por estudantes, em todas as ordens de opção

CURSOS SUPERIORES	TOTAL
Direito	73
Medicina	60
Engenharia Civil	59
Administração	46
Enfermagem	21
Agronomia	20
Medicina Veterinária	20
Zootecnia	10
Ciência da Computação	13
Farmácia	7
Música	7

### 6.2.3.2 Empresariado

O setor empresarial que foi consultado no território foi representado majoritariamente pelo comércio varejista: 28 estabelecimentos de um total de 39, o que significa 71,79% do segmento entrevistado. Quase todos (97, 44%) afirmaram haver carência de profissionais qualificados na região, indicando essa exiguidade de qualificação em todos os setores ou, de maneira particular, nos setores que exigem a adoção de novas tecnologias, como a informática, por exemplo.

Perguntados se os cursos oferecidos na região suprem as necessidades de mão de obra qualificada, 89,74 responderam negativamente, ao mesmo tempo em que 92,31% afirmaram que os cursos técnicos e superiores ofertados no território não chegam a atender às demandas da região. Uma maioria, 66,67% não faz uso de mão-de-obra de estagiários, mas 76,92% dos empresários entrevistados afirmaram possuir disponibilidade para admitir o estágio remunerado.

Poucos souberam responder à questão sobre a ocorrência de Arranjos Produtivos Locais. Mas para os que indicaram o funcionamento de APL, os mais lembrados foram:

*Quadro 50: Arranjos produtivos locais mais lembrados pelo segmento empresarial*

Arranjos Produtivos Locais	Quantidade de citações
Artesanato	6
Cerâmica	3
Leite	3

Sobre as potencialidades produtivas da região, todos os entrevistados emitiram opiniões. Alguns fizeram referência à seca que assola o território e que compromete as atividades produtivas características e potenciais. As mais lembradas foram:

*Quadro 51: Potencialidades produtivas mais citadas pelo segmento empresarial*

Potencialidades produtivas	Quantidade de citações
Pecuária	13
Agricultura	12
Administração pública	9
Agropecuária	6
Comércio	6
Minério	5
Cerâmica	3
Turismo	3

Na comparação entre os quadros 50 (Arranjos Produtivos Locais lembrados) e 51 (potencialidades produtivas citadas), percebemos a ocorrência direta da cerâmica e a ocorrência indireta da pecuária, onde, no primeiro quadro, corresponde à cadeia produtiva do leite.

Destaca-se a indicação da Agricultura e da Pecuária como maior potencialidade produtiva regional, que, no quadro, aparecem de forma distinta, por especialidade, e de forma conjunta, na forma conexas “Agropecuária”. A menção à administração pública como potencialidade produtiva reitera o peso desse setor, em seu nível municipal, na economia local.

### **6.2.3.3 Entidades da Sociedade Civil Organizada**

Da pesquisa realizada com esse segmento foi possível identificar inicialmente uma grande preocupação no que diz respeito à formação profissional, de maneira especial aquela voltada para a área agrícola, quando instados sobre Educação. Pontuaram-se necessidades como “escolas agrícolas” e “escola de nível médio na zona rural para agroecologia”(sic), além de “cursos profissionalizantes” e “implantação de cursos técnicos”. Pesquisas técnico-científicas foram apontadas como a maior necessidade educacional da região, entre as opções disponíveis nas respostas. Sobre cultura, a maioria afirmou ser necessária a criação de centro cultural, ao mesmo tempo sinalizando o desejo de implementação de projetos culturais que envolvam as comunidades. Na questão Trabalho houve unanimidade sobre a necessidade de qualificação profissional, seguida pelo desejo de um mercado de trabalho mais dinâmico.

A maioria não soube discernir quais as maiores oportunidades de trabalho que a região oferece. Mas na percepção dos representantes desse segmento que opinaram a respeito, as maiores oportunidades de trabalho estão relacionadas predominantemente às atividades rurais, a despeito da severa estiagem sofrida nos últimos meses. No nível técnico foi indicado curso de Agropecuária, seguido por Informática e Manutenção e Suporte em Informática. No nível superior, os cursos de Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental e Agronomia, seguidos por Ciência da Computação, foram os mais indicados para atender as oportunidades que o mercado de trabalho local oferece.

### **6.2.3.4 Administração pública municipal**

Os gestores públicos municipais apontaram as dificuldades com a saúde da população como o principal problema do território, entre as respostas induzidas. Entre as respostas

espontâneas (“outros”) o principal problema apontada foi o desemprego. Entre as interações praticadas na região, destacaram-se as relações entre os municípios de Ruy Barbosa, Itaberaba e Mundo Novo, além daquelas que ultrapassam os limites do território, principalmente Feira de Santana. Neste ínterim, algumas instituições foram lembradas também como protagonistas nas relações que conseguem conferir maior dinâmica à região ou muito presentes na vida local: EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola), CETEP (Centro Territorial de Educação Profissional) e o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência). Sobre Arranjos Produtivos Locais mais evocados, sob diferentes denominações, podemos elencá-los da seguinte forma:

*Quadro 52: Potencialidades produtivas mais citadas pelo segmento empresarial*

Arranjos Produtivos Locais	Forma de evocações
Laticínios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indústria de laticínios</li> <li>• Produção de leite</li> <li>• Cooperativa do leite</li> <li>• Fábrica de iogurte</li> <li>• Laticínios</li> <li>• Cadeia produtiva do leite</li> <li>• Bacia leiteira</li> <li>• Cadeia do leite</li> </ul>
Fruticultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cultivo de abacaxi</li> <li>• Abacaxi (3 menções)</li> <li>• COOPAITA</li> <li>• Fruticultura</li> </ul>
Artesanato	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artesanato (5 citações)</li> </ul>

Na avaliação da maioria dos respondentes desse segmento, a Administração Pública é o setor que mais emprega na região, seguida pelo Comércio e pela Agricultura, como segundo e terceiros setores, respectivamente, que mais respondem pelos maiores contingentes de mão de obra empregada.

#### **6.2.4 Oferta de educação profissional no município de Itaberaba e região**

A oferta de educação profissional técnica de nível médio é promovida principalmente pelo governo do Estado através dos CETEP (Centros Territoriais de Educação Profissional). Os cursos Técnico em Enfermagem (784), Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (349), Técnico em Telemática (286) e Técnico em Agropecuária (204) foram os que efetivaram os maiores quantitativos de matrículas dentro do território, no primeiro semestre de 2011.

*Quadro 53: Matrículas em cursos técnicos na rede estadual - 2011*

Município	Escolas	Eixos	Cursos	Vagas	Matrículas
Iaçu	1	Informação e Comunicação	Telemática	200	142
		Recursos Naturais	Téc. Agropecuária	111	87
Itaberaba	1	Ambiente, Saúde e Segurança	Téc. Enfermagem	838	588
		Controle e Processos Industriais	Téc. Eletrotécnica	150	112
		Informação e Comunicação	Téc. Manutenção e Suporte em Informática	360	349
		Recursos Naturais	Téc. Agricultura	134	121
Mundo Novo	1	Ambiente, Saúde e Segurança	Téc. Enfermagem	217	196
		Gestão e Negócios	Téc. Comércio	132	97
		Informação e Comunicação	Téc. Informática	206	190
Piritiba	1	Informação e Comunicação	Telemática	200	144
Ruy Barbosa	2	Produção Alimentícia	Téc. Agroindústria	60	53
		Recursos Naturais	Téc. Agroecologia	30	20
			Téc. Agropecuária	153	117
			Téc. Agroextrativismo	200	119
<b>TOTAL</b>				2991	2335

Fonte: Suprof, 2011

O Eixo Tecnológico Informação e Comunicação, no entanto, concentrou o maior número de matrículas, aquelas dos cursos Técnico em Telemática, em Manutenção e Suporte em Informática, e em Informática. Ao todo foram 825 matriculados no período, de um total de 966 vagas oferecidas na rede estadual de educação profissional para o território Piemonte do Paraguaçu. Entre os mais procurados e com mais vagas ofertadas, foi o Eixo que apresentou o menor nível de vagas ociosas: 14,6%. O Eixo Ambiente, Saúde e Segurança teve, no período, 784 vagas preenchidas, todas do curso Técnico em Enfermagem, das 1.055 ofertadas; apresentou nível de vagas ociosas de 25,69%. O Eixo Recursos Naturais, com os cursos de Técnico em Agropecuária, em Agricultura, em Agroecologia, e em Agroextrativismo, foi o terceiro no território em número de matrículas, com 464 vagas ocupadas, entre as 628 ofertadas. Nível de 26,11% de vagas ociosas.

Se considerarmos o desempenho das matrículas na rede estadual de educação profissional por curso técnico, no território Piemonte do Paraguaçu no ano de 2011, teremos o seguinte quadro:

*Quadro 54: Percentual de vagas preenchidas na rede estadual de educação profissional - 2011*

<b>Curso Técnico</b>	<b>Percentual de vagas preenchidas</b>
Téc. Manutenção e Suporte em Informática	96,94
Téc. Informática	92,23
Téc. Agricultura	90,29
Téc. Agroindústria	88,33
Téc. Agropecuária	77,27
Téc. Eletrotécnica	74,66
Téc. Enfermagem	74,31
Téc. Comércio	73,48
Téc. Telemática	71,50
Téc. Agroecologia	66,66
Téc. Agroextrativismo	59,50

A partir desse quadro, foi possível verificar que o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, ofertado apenas em Itaberaba naquele ano, alcançou o maior percentual de matrículas disponíveis naquele ano. O curso Técnico em Informática teve desempenho semelhante no preenchimento das vagas. Os cursos técnicos em Agricultura, Agroindústria e Agropecuária, tornados disponíveis em três municípios do território, foram aqueles que, na sequência, tiveram bom aproveitamento das vagas existentes.

Além da oferta de educação profissional promovida pelo governo do estado em cinco municípios do território, o quadro a seguir apresenta outras principais ofertas no município de Itaberaba.

*Quadro 55: Oferta de educação profissional e cursos superiores no território*

<b>Município</b>	<b>Instituição</b>	<b>Técnico</b>	<b>Graduação</b>	<b>pós-graduação</b>
Itaberaba	CETEP	Técnico em enfermagem; Técnico em Eletrotécnica; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática.	-----	-----
	UNEB	-----	Ciências Contábeis; História (Lic.); Letras Ling. Portuguesa(Lic.); Pedagogia;	Políticas do planejamento pedagógico;
	UAB	-----	Lic. História; Lic. Química; Lic. Matemática.	Especialização em Educação à Distância
	SENAI	Técnico em Rotinas Administrativas;		

O CREA possui ainda quatro cursos técnicos cadastrados para o território, em relação aos quais exige habilitação de funcionamento, desde que se relacionem à realização de obras e serviços nas áreas da engenharia, agronomia, meteorologia, geografia, geologia, tecnólogos e técnicos de nível médio, com mecanismos de orientação, valorização e fiscalização do exercício ético e legal dessas áreas. Esses quatro cursos estão todos localizados na cidade de Itaberaba:

*Quadro 56: Oferta de educação profissional e cursos superiores no território*

<b>Município</b>	<b>Curso</b>	<b>Local de oferta</b>
Itaberaba	Téc. Agricultura	Cetep
	Téc. Eletrotécnica	Cetep
	Téc. Manut. Suporte Informática	Cetep
	Téc. Seg. do Trabalho	Centro de Formação Técnica em Saúde

Fonte: portal Crea / BA ([www.creaba.org.br](http://www.creaba.org.br))

### **6.2.5 Correlação entre os vetores regionais de desenvolvimento e os cursos a serem ofertados no campus Itaberaba**

Considerando as indicações feitas pelos entrevistados e a análise dos pré-requisitos econômicos, produtivos e sociais, foi possível estabelecer algumas relações entre determinados cursos e possíveis vetores de desenvolvimento identificados.

Tendo como referência a aderência ao potencial econômico e às atividades que se destacam na região que nos ocupa, anteriormente observadas, o estudo de demanda apontou para um considerável vetor de desenvolvimento econômico e adensamento produtivo na região: a agropecuária. A matriz econômica do território, portanto, estaria baseada na exploração dos recursos naturais, principalmente na agropecuária.

Os cursos de Técnico em Agricultura, Técnico em Agropecuária, Técnico em Fruticultura e Técnico em Zootecnia e os cursos FIC do mesmo Eixo tecnológico, sugeridos no estudo, atenderiam a cadeia produtiva do cultivo do abacaxi, de grande importância para a região e para o estado, e da pecuária leiteira, atividade econômica que ainda precisa de maior infraestrutura, mas que imprime razoável dinâmica à economia regional.

Sobre a cultura do abacaxi, a adoção de tecnologias e organização adotadas por produtores de abacaxi, sob inicial liderança da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), tem colocado esta fruta em destaque no cenário nacional e internacional. O Brasil ocupa o sexto lugar na produção mundial de abacaxi e a Bahia atinge a quarta posição

no cenário nacional neste cultivo.

A respeito da pecuária, vale ressaltar que, apesar da ocorrência significativa de atividades econômicas voltadas para a criação de bovinos e de seus produtos e derivados, tais atividades não conseguem ser ainda dinamizadas a ponto de oferecerem oportunidades de desenvolvimento para a área abrangida por esse território, de forma que o mesmo tem dificuldades em iniciar um ciclo de desenvolvimento econômico e de melhoria de condições sociais, protagonizado por essa atividade.

Por outro lado, o curso Técnico em Alimentos, ao proporcionar uma atuação no processamento e conservação das matérias-primas, produtos e subprodutos da indústria alimentícia possui boas chances de alinhar-se à cadeia produtiva frutícola, principalmente em torno das demandas decorrentes do beneficiamento do abacaxi, ainda que a região se ressinta de uma presença agroindustrial mais vigorosa, o que levou a ser sugerida uma oferta mais dosada e pontual.

Como foi visto ao longo de estudo de demanda, a fruticultura, particularmente a cultura do abacaxi, está à frente dos processos produtivos de grande destaque no território. O estudo ressaltou, no entanto, que o atendimento à cadeia gerada por essa atividade, no que tange à formação de profissionais a serem absorvidos por esse mercado, precisaria considerar as especificidades da fruticultura, que apresenta algumas características peculiares que a diferem de outras cadeias produtivas e que afetam seu desenvolvimento. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2007, p.13) essas especificidades podem ser tratadas como obstáculos ou dificuldades, mas devidamente trabalhadas podem gerar sinergias e desenvolvimento para todo o setor. Conforme o MAPA, as principais especificidades são:

- Forte presença de agricultores familiares e elevada relação trabalho/capital;
- Número elevado de cooperativas e associações de produtores;
- Flutuações acentuadas de preços associadas à sazonalidade e calendários de produção diferenciados entre os hemisférios Norte e Sul e até mesmo no interior do País;
- Comércio com grande número de países produtores, envolvendo muitas empresas importadoras e exportadoras; e
- A fidelidade do consumidor está concentrada mais no serviço prestado pela empresa

distribuidora/varejista que na marca do produto, normalmente pouco conhecida, permitindo que essas empresas mudem de fornecedor de frutas com maior facilidade.

### **6.3 Serrinha**

Temos a seguir as informações reunidas no relatório apresentado como estudo de demanda para oferta de cursos do território de identidade Sisal, focado no município de Serrinha, onde o novo campus recentemente iniciou suas atividades.

O município de Serrinha faz parte do Território de Identidade do Sisal, no Estado da Bahia e dista 185,4 km da capital do Estado. O acesso à região, a partir de Salvador até a sede municipal, por transporte rodoviário, se dá principalmente através das rodovias BR-324 e BR-116. O acesso a Feira de Santana, segunda maior cidade do Estado, pode ser feito através da BR-116, que é importante rodovia que corta o estado e uma das principais do país, fazendo a ligação entre as regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

Limita-se a leste com o Município de Biritinga, ao sul com Lamarão e Ichu, a oeste com Conceição do Coité, e ao Norte com Barrocas e Teofilândia. Vinte municípios fazem parte deste território de identidade: Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente, distribuídos por uma área de 20.454,29 km<sup>2</sup>.

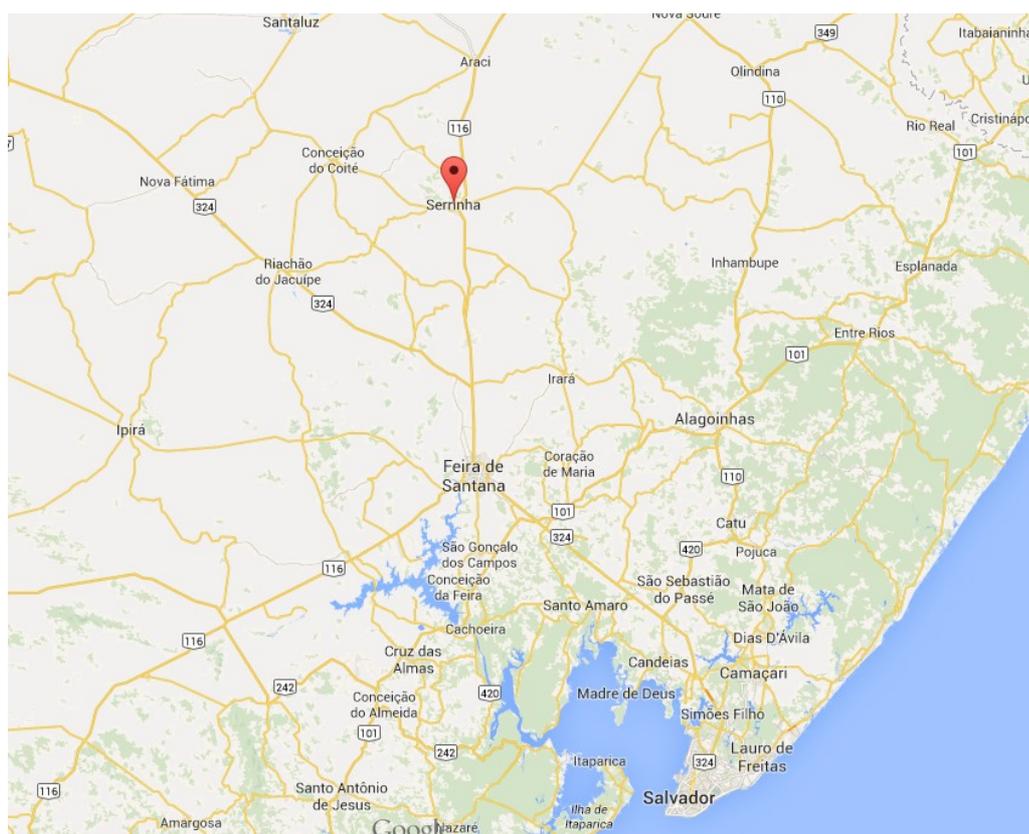
É conhecida como uma das grandes entradas do sertão baiano. A cidade está inserida em uma região de vegetação mista, onde nas áreas de serra predominam as características de floresta estacional, uma transição da Mata Atlântica para o cerrado, sendo comum árvores de médio porte. Porém são regiões bastante degradadas, que sofrem com o desmatamento, pela necessidade de famílias que tem sua renda na retirada de lenha das matas, sendo poucos os lugares que ainda se encontra uma mata preservada. Em regiões mais baixas aparece uma mescla de floresta estacional com a caatinga, sendo visível sua mata de cor acinzentada em boa parte do ano, com muitos arbustos espinhosos (SILVA, 2013).

Sua formação original remonta ao início do século XVII, quando os colonizadores portugueses abriram a estrada das boiadas que ligava a capital da colônia ao alto sertão do São Francisco. Na altura de onde hoje se situa a cidade surgiu a Fazenda Serrinha com a finalidade de criar gado e servir de local de descanso de homens e animais. Já no final do século XIX tornou-se centro comercial e agropecuário recebendo foros de cidade. Em 1876, o Arraial de

Serrinha foi elevado à categoria de Vila e foi criado o Município de Serrinha, com território desmembrado do município de Purificação dos Campos. Quinze anos depois foi elevada à condição de cidade (IBGE, 2014).

Durante muito tempo a economia e a sociedade local foram influenciadas pela presença da estrada de ferro, inaugurada em 1880, pois este foi o principal meio que interligava Serrinha a Salvador e Alagoinhas tanto para transporte de pessoas quanto para o transporte de mercadorias.

A partir dos anos 1960, com a priorização dos projetos rodoviários por todo o país, Serrinha foi interligada à capital e ao Centro Sul do país através da BR-116 (a Rio-Bahia). Este fato concorreu fortemente para a decadência do sistema ferroviário do país e da estação da Leste, em Serrinha, que gradativamente caiu em desuso e hoje é utilizada apenas para a circulação de cargas.



*Figura 7: Localização de Serrinha*

Fonte: Google Maps

### 6.3.1 Dados Socioeconômicos do território Sisal

*Quadro 57: Dados sociodemográficos do município de Serrinha, do território e do estado*

	MUNICÍPIO	TERRITÓRIO	ESTADO
População	76.762	576.165	14.016.906
IDH	0,634	**	0,660
IDEB	3.0 e 3.0*	**	3.9 e 3.1*
Área territorial (km <sup>2</sup> )	752 km <sup>2</sup>	14.377,83 Km <sup>2</sup>	564.733 Km <sup>2</sup>
Quantidade de domicílios	41.645	178.588	4.093.619

Fonte: IBGE, 2010, PNUD, 2010, INEP, 2011

\* Dados do ano de 2011. O primeiro resultado se refere ao Ensino Fundamental I, cuja meta municipal foi 3.3 e meta estadual foi 3.3; o segundo resultado se refere ao ensino Fundamental II, cuja meta municipal foi 2.8 e meta estadual foi 3.0.

\*\* dados não disponíveis para o território

De acordo com o estudo de demanda, o território do Sisal, na avaliação da Embrapa, está inserido numa região das mais pobres do Brasil. A denominação do território se deve à tradicional cultura do Sisal, também conhecido como agave, planta rústica originária do México, que se desenvolve em regiões semiáridas. Sua fibra tem vastas utilizações no mercado nacional e internacional, sendo empregada nas indústrias de cordas, papel e confecção entre outras.

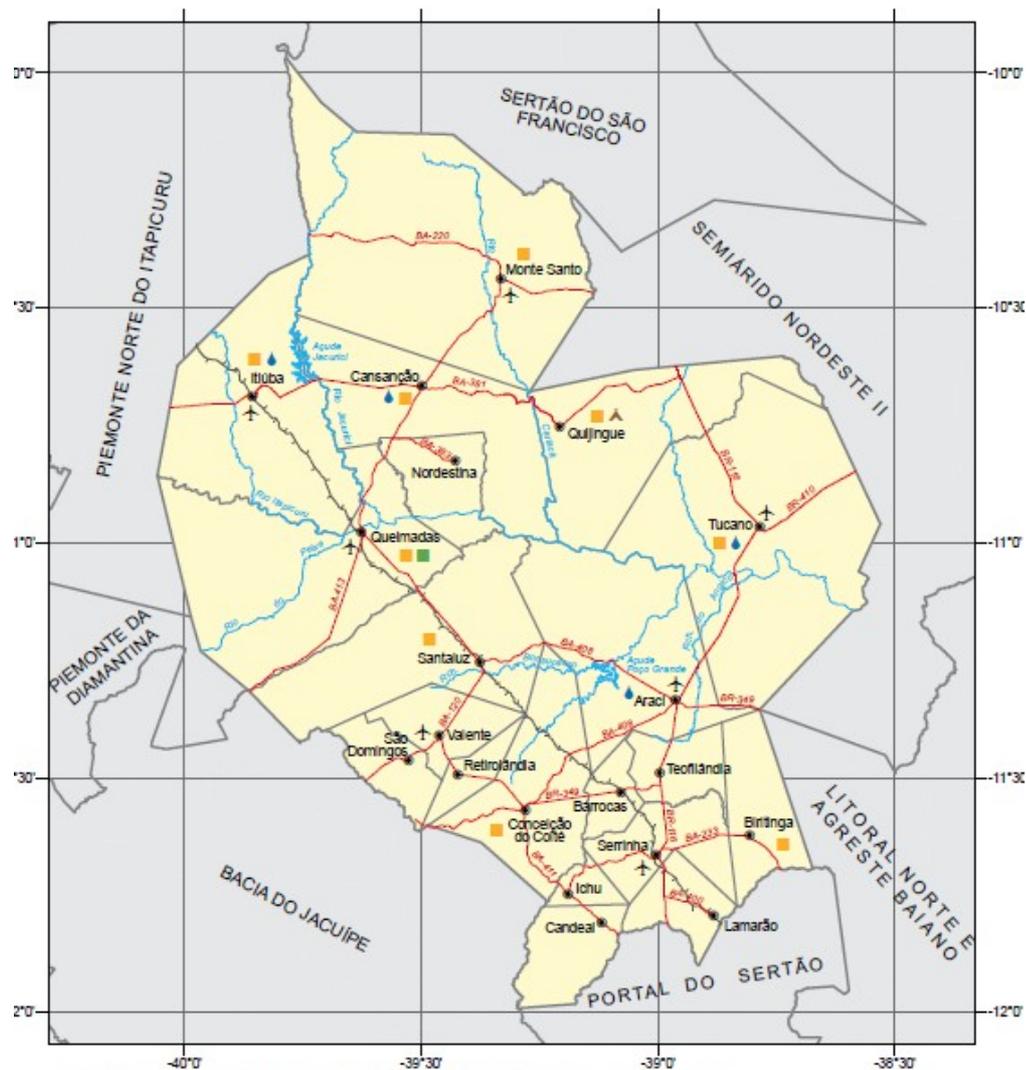
O estudo observou uma clara tendência de queda na população: durante a década de 80, a população cresceu a uma média de 2,65% ao ano; enquanto na década seguinte o crescimento foi de apenas 0,44% ao ano (IBGE, 2010).

Tomando-se por base a contagem da população feita pelo IBGE para o território do Sisal nos anos de 2000 e 2010, notou-se uma variação média no período de 0,29%, com um crescimento médio anual de 0,52% ao longo dessa década. Houve decréscimo populacional em Candeal, Ichu e Lamarão, municípios que cercam o município de Serrinha em sua face sul, e também nos municípios de Monte Santo e Queimadas, mais distanciados, além de redução populacional no próprio município de Serrinha, a despeito do desmembramento de sua área para formação do município de Barrocas.

A população rural do território, de 333.149 habitantes, representa mais de 57% da população total, sendo a maior população rural absoluta entre os territórios de identidade baianos, e a segunda maior população rural relativa, atrás apenas do território da Bacia do Paramirim que tem 64,23% de sua população na área rural (FAEB, 2014).

Serrinha é o município mais densamente povoado, com 122,97 hab/Km<sup>2</sup>, e Queimadas o menos povoado, com 12,13 hab/Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

A população é eminentemente jovem, 56,7% têm até 29 anos de idade. O segmento de maior vigor produtivo – 20 a 29 anos de idade – corresponde a 15% da população total, e a população com mais de 29 anos e menos de 60 corresponde a 35,8%, enquanto o grupo etário de maior vulnerabilidade, com 60 anos ou mais, corresponde a 7,5% (IBGE, 2010).



- Cidade
- Limite municipal
- Limite territorial
- Rodovia
- Ferrovia
- Curso d'água
- Barragem
- ✈ Terminal aéreo
- ▲ Povos indígenas
- Reforma agrária
- Unidade de conservação

ESCALA: 1:1.500.000

0 15 30 45 km



Figura 8: Território do Sisal

Na observação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), registrado no estudo de demanda, observa-se no território um círculo vicioso em andamento: por um lado, a população rural reduz-se de forma gradual (em alguns municípios de forma brusca) e permanente porque faltam políticas capazes de dinamizar a economia e alavancar processos de desenvolvimento geradores de inclusão social e de qualidade de vida; os segmentos mais afetados são os mais jovens, de maior capacidade produtiva e com perspectivas de melhorar a condição de vida. Por outro lado, a redução do número de habitantes, além de enfraquecer o setor produtivo rural, com a perda de força de trabalho, dificulta ainda mais a adoção de medidas que possam desenvolver a economia regional (EMBRAPA, 2014).

Os indicadores de pobreza e de desigualdade são desoladores. A pobreza atinge fortemente boa parte da população. O percentual da renda municipal apropriada pelos mais pobres da população revela a concentração de riquezas predominante naqueles municípios. Cinco municípios do território estão entre os trinta municípios baianos com piores rendas per capita: Lamarão (415°), Candeal (406°), Quijingue (403°), Nordestina (393°) e Monte Santo (389°), sendo que dois desses municípios, que são os mais pobres do território (Lamarão e Candeal), considerada a distribuição da renda municipal per capita, situam-se no entorno do município de Serrinha.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), geral e desagregado por renda, longevidade e educação, registra um progresso no período compreendido entre 2000 e 2010, em todos os municípios. Apesar disso, todos os municípios apresentam situação que merece atenção. As melhores posições no território, de acordo com esse indicador, são de São Domingos, Valente e Serrinha, em ordem decrescente, ficando os piores lugares para Monte Santo, Lamarão e Araci, respectivamente (PNUD, 2013).

Ainda sobre a renda per capita, o Território do Sisal tem um dos piores valores da Bahia, perdendo apenas para o Território da Bacia do Jacuípe e para o Território da Bacia do Paramirim. O Território do Sisal apresenta uma enorme precariedade na renda e, conseqüentemente, uma elevada incidência de pobreza.

Sobre a educação, o Território do Sisal apresenta a terceira pior taxa de analfabetismo da Bahia. Na média, o analfabetismo atinge mais de 25% da população acima de quinze anos do Território do Sisal. As condições mais graves estão nos municípios de Araci, Quijingue, Lamarão e Monte Santo, onde o analfabetismo extrapola 32% da população, em cada um

(BAHIA, 2011). Se considerarmos o analfabetismo funcional, a taxa média de analfabetismo sobe para 58,8% da população do Território do Sisal. Nessa condição, a situação mais crítica está no município de Quijingue, onde a taxa de analfabetismo funcional é de 72,3% da população com mais de 10 anos de idade (BAHIA, 2007). Se adicionarmos a situação do domicílio, observaremos que a maior parcela do analfabetismo está localizada no meio rural (BAHIA, 2011).

*Quadro 58: Dados econômicos do município de Serrinha, da região e do estado (em milhões R\$)*

(em milhões de R\$)	MUNICÍPIO*	REGIÃO*	ESTADO*
PIB	520.633	2.885.045	186.411.000
PIB da indústria	101.813	470.059	57.228.177 (30,7%)
PIB dos Serviços**	364.096	2.056.574	83.139.306 (44,6%)
PIB da Agropecuária	9.883	202.441	13.608.003 (7,3%)
PIB da Adm. Pública	140.531	1.091.148	32.435.514 (17,4%)

Fonte: IBGE, 2010 e SEI, 2012

\* Últimos dados disponíveis do IBGE são do ano de 2011

\*\* Inclusive APU

Os valores registrados para o PIB de Serrinha evidenciam a ampla participação do setor de Serviços (incluindo Administração Pública) na composição do produto interno municipal, com cerca de 70%, proporção similar observada na relação deste segmento ao PIB territorial, que é de 71, 28%. É seguido pelo PIB industrial, com 19,5% de participação, pouco superior à participação que a indústria possui no âmbito territorial, que é de 16, 29%. A participação da agropecuária no PIB municipal, 1,90%, é bastante reduzida, se comparada à participação que o mesmo setor possui em relação ao território do Sisal, na ordem de 7,02%, e que acompanha a tendência estadual.

Quando se analisa o desempenho e participação da indústria no território do Sisal, percebemos que, no geral, houve um declínio de seu peso tanto na composição do PIB estadual quanto do territorial, entre 2000 e 2010.

Quando se observa o desempenho do setor industrial no âmbito estadual, em 2000 nove municípios baianos tinham o Valor Adicionado Bruto (VAB) da Indústria em percentual superior a 50%, e em 2010 passaram a ser dezesseis municípios. Passou a figurar entre os com maior participação, com VAB industrial acima de 50%, o município de Barrocas (61,3%), no território do Sisal. Ali se encontra importante atividade extrativa industrial, que também se expande para outros municípios da região, com destaque para Araci, Cansanção e Santaluz.

As atividades da administração pública têm predominância no desempenho econômico do Território do Sisal. Dessa forma, a economia no Território do Sisal é sustentada em grande medida pelos gastos governamentais, pelos recursos oriundos de transferências constitucionais e pelos recursos provenientes das transferências de renda (como aposentadoria rural e Bolsa Família).

A participação da administração pública é dominante na maioria dos PIB dos municípios do Território do Sisal. A julgar pelos dados, alguns municípios apresentam baixa dinâmica econômica. Lamarão, por exemplo, tinha em 2011 uma participação econômica da APU que ultrapassava 57% do PIB Municipal (SEI/IBGE, 2011). Os municípios de Nordestina e Monte Santo também devem à APU mais da metade do PIB municipal. Dez municípios têm a APU participando com mais de 40% em seus respectivos PIB; a APU de outros cinco municípios está na casa dos 30% do PIB municipal; Poucos municípios do território têm sua economia amparada no setor produtivo, revelando a fragilidade desse setor no Território do Sisal e a sua dificuldade em atrair e consolidar negócios econômicos.

*Quadro 59: Dados de estabelecimentos do município de Serrinha, região\* e estado*

	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Comércio	492	2.069	80.004
Serviços e Adm. Pub.	233	793	57.961
Indústria	71	302	12.211
Agropecuária	29	226	16.284
Construção Civil	53	134	7.607
TOTAL	878	3.524	174.067

Fonte: MTE/RAIS in DIEESE – observatório do trabalho, 2012

\* Dados do território de Identidade do Sisal

O total de estabelecimentos no município (878) representa cerca de 25% do total de estabelecimentos registrados no território do Sisal e 0,50% do total do estado, sendo, portanto, de posição relativamente importante na região, mas sem significar necessariamente algum tipo de concentração de atividades econômicas no âmbito regional.

O estudo pontuou que os grandes setores econômicos representados no município de Serrinha não possuem hegemonia em relação ao total territorial.

*Quadro 60: Número de estabelecimentos do município e dos principais municípios da região*

MUNICÍPIO	Agropecuária	Comércio	Construção Civil	Indústria	Serviços
Serrinha	29	492	53	71	233
Araci	7	117	15	10	43
Conceição do Coité	36	352	23	86	134
Monte Santo	9	94	0	1	30
Tucano	15	175	4	32	47
TOTAL	96	1.230	95	200	487

Fonte: MTE/Rais in DIEESE – observatório do trabalho, 2011

O maior quantitativo de estabelecimentos formalizados nos maiores municípios do território é do comércio, seguido por serviços, agropecuária, indústria e construção civil. O setor terciário, portanto, sem fugir à realidade das demais espacialidades estaduais, predomina entre as atividades econômicas.

*Quadro 61: Número de empregados do município e dos principais municípios da região*

MUNICÍPIO	Agropecuária	Comércio	Construção Civil	Indústria	Serviços
Serrinha	43	2.216	837	1.603	4.637
Araci	13	236	272	17	2.174
Conceição do Coité	63	1.305	289	1.793	2.613
Monte Santo	16	238	0	1	2.499
Tucano	24	451	58	78	2.404
TOTAL	159	4.446	1.456	3.492	14.327

Fonte: MTE/Rais in DIEESE – observatório do trabalho, 2012

Com base em informações extraídas da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, havia em 2012, 41.573 trabalhadores formalmente contratados no território do Sisal. O recorte considerado no quadro X totaliza 23.880 empregos formais para aquele ano, o que representa 57,44% do total da população formalmente empregada no território, distribuídos nos setores de atividades econômicas, conforme demonstrado na tabela.

A análise setorial feita para o quadro X demonstrou a alocação majoritária de trabalhadores no setor de Serviços e Administração Pública, acompanhando a realidade do estado cuja atividade econômica dos 417 municípios está centrada, basicamente, no setor de Serviços, que responde por 62% de toda a economia do estado (SEI, 2012).

Desta forma, dentre os trabalhadores formalizados dos cinco maiores municípios do território, no período em questão, esse setor respondeu pelo equivalente a 60%. Desse contingente, o subsetor de Administração Pública contou em 2012 com 11.868 trabalhadores, o que representa 82,84% dos empregos do grande setor, e 49,70% do total de empregos do conjunto de municípios considerados.

Avaliando os dados constantes no quadro seguinte, em consulta às informações para o Sistema Público de Emprego e Renda – ISPER, do Ministério do Trabalho, Emprego e Renda, referentes aos saldos e flutuações de empregos criados apenas para o município de Serrinha, segundo distribuição por setor de atividade econômica e por ocupações, o estudo de demanda observou o seu comportamento entre janeiro e dezembro de 2013.

*Quadro 62: Flutuação do emprego formal (jan/2013 a dez/2013) em Serrinha-BA*

Total das Atividades			
IBGE Setor	Admitidos	Desligados	Saldo
2 - IND TRANSF	396	476	-80
4 - CONSTR CIVIL	961	753	208
5 - COMERCIO	958	828	130
6 - SERVICOS	553	427	126
7 - ADM PUBLICA	900	435	465
8 - AGROPECUARIA	10	8	2
<b>Total</b>	<b>3.778</b>	<b>2.927</b>	<b>851</b>
Ocupações com Maiores Saldos			
CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
517315 - AGENTE DE SEGURANCA PENITENCIARIA	472	249	223
717020 - SERVENTE DE OBRAS	518	368	150
715210 - PEDREIRO	372	283	89
513435 - ATENDENTE DE LANCHONETE	116	28	88
422120 - RECEPCIONISTA DE HOTEL	70	17	53
Ocupações com Menores Saldos			
CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
784205 - ALIMENTADOR DE LINHA DE PRODUCAO	219	234	-15
421125 - OPERADOR DE CAIXA	57	69	-12
142320 - GERENTE DE VENDAS	2	14	-12
911305 - MECANICO DE MANUTENCAO DE MAQUINAS. EM GERAL	20	31	-11
715315 - ARMADOR DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	21	30	-9

Fonte: CAGED/MTE

Foi constatado que, em Serrinha, a partir dos dados apresentados no quadro 62, dentre os setores de atividade, apenas o industrial apresentou saldo negativo na flutuação de empregos ao longo de 2013. O setor de Serviços, com a geração de 591 novos empregos ao estoque, teve na Administração Pública a principal responsável pelo incremento no resultado, ao mesmo tempo responsável por mais de 54% de acréscimo no estoque total de emprego formal no ano de 2013. O fato do maior saldo de emprego formal em 2013 pertencer à ocupação *Agente de Segurança Penitenciária*, leva a crer que essa ocupação foi responsável por quase metade das contratações na administração pública. De fato, no distrito de Carnaúbas, em Serrinha, funciona um conjunto penal.

Ao ampliar a análise do cenário do mundo do trabalho para o entorno do município de Serrinha, particularmente o município de Barrocas, distante cerca de 17 km da sede municipal, e detentora de importante atividade industrial extrativa mineral, como vimos anteriormente, foi observada uma tendência positiva nesse setor, tanto no estoque (ano de 2012) quanto no saldo de empregos formais (ano de 2013). Entre as ocupações com maiores estoques encontra-se *Mecânico de Manutenção de Equipamentos de Mineração*; entre as ocupações com maiores saldos estão *Operador de Processos Químicos e Petroquímicos*, *Mineiro* e *Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica*.

Quadro 63: Panorama do trabalho formal nos municípios do território do Sisal

Município	% de empregados com carteira - 18 anos ou mais	% de empregados sem carteira - 18 anos ou mais	% de trabalhadores do setor público - 18 anos ou mais	% de trabalhadores por conta própria - 18 anos ou mais	% de empregadores - 18 anos ou mais	Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais
	2010	2010	2010	2010	2010	2010
Araci (BA)	10,46	39,07	2,51	25,23	0,66	14,54
Barrocas (BA)	23,35	28,77	2,84	18,25	0,20	28,34
Birtinga (BA)	11,62	27,37	3,94	15,28	0,27	17,94
Candeal (BA)	13,55	38,14	5,12	11,41	0,51	19,98
Cansanção (BA)	9,36	26,37	2,12	25,21	0,61	14,96
Conceição do Coité (BA)	20,35	34,68	1,78	26,45	2,20	24,99
Ichu (BA)	11,21	39,21	13,04	14,42	0,75	26,20
Itiúba (BA)	9,73	31,90	3,58	27,68	1,01	17,72
Lamarão (BA)	14,03	29,31	0,89	12,42	0,00	15,74
Monte Santo (BA)	8,87	26,03	2,67	25,39	0,62	15,07
Nordestina (BA)	13,03	35,82	2,43	13,89	0,18	16,91
Queimadas (BA)	12,24	39,73	6,12	19,74	0,50	21,30
Quijingue (BA)	8,16	32,36	2,96	19,76	0,59	13,76
Retirolândia (BA)	21,30	36,99	5,47	21,32	1,24	28,85
Santaluz (BA)	16,06	37,48	1,30	28,26	1,36	19,15
São Domingos (BA)	19,69	46,52	2,55	19,67	0,13	27,45
Serrinha (BA)	29,44	26,18	5,42	20,44	2,14	37,74
Teofilândia (BA)	31,16	25,29	1,39	10,89	0,67	33,94
Tucano (BA)	8,42	35,70	6,15	27,45	1,19	16,25
Valente (BA)	32,66	36,32	1,14	18,54	0,65	35,47

O estudo apurou que o Território do Sisal caracteriza-se por uma elevada taxa de informalidade, algo em torno de 80% da População Economicamente Ativa (PEA). Portanto, é notória a dificuldade do Território do Sisal em gerar empregos formais ao mesmo tempo em que demonstra grande dependência dos empregos públicos, notadamente os relacionados ao município. Segundo a RAIS, em 2012, a participação da administração pública atingiu 53,41% do total do mercado formal (ou seja, empregos com a garantia dos direitos trabalhistas) no Território do Sisal, que contou, naquele ano, com 22.205 pessoas empregadas pela administração pública direta e autárquica (Dieese).

*Quadro 64: Média salarial do município e dos principais municípios da região*

MUNICÍPIO	Agropecuária	Comércio	Construção Civil	Indústria	Serviços****
Serrinha	703,09	878,58	960,86	826,70 5.405,39*	1.087,31 1.276,62
Araci	804,18	763,27	967,64	704,93 690,00 622,00**	1.343,20 1.725,49
Conceição do Coité	669,62	777,08	867,80	741,03	1.295,01 1.303,71
Monte Santo	697,44	798,72	--	622,00	1.928,82 1.546,30
Tucano	631,92	791,14	1.350,73	1.073,26 690,06***	1.255,95 1.033,75

Fonte: MTE/CAGED, 2012

\* Os dados apresentados são da Indústria de Transformação e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública, respectivamente.

\*\* Os dados apresentados são da Indústria Extrativa Mineral, da Indústria de Transformação e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública, respectivamente.

\*\*\* Os dados apresentados são da Indústria Extrativa Mineral e da Indústria de Transformação, respectivamente.

\*\*\*\* Os dados apresentados são dos demais Serviços e da Administração Pública, respectivamente.

O quadro X, analisado no estudo, permitiu constatar a variação da média salarial entre os setores econômicos dos municípios pesquisados. No geral as variações são pouco relevantes, entre os municípios considerados, nos grandes setores de atividade econômica, com exceção da Indústria em Serrinha, particularmente Serviços Industriais de Utilidade Pública, que apresenta acentuada variação em relação aos demais municípios com registro de atividade industrial, e, particularmente, em relação ao município de Araci e Lamarão, únicos municípios da região que registram este tipo de atividade.

Quadro 65: Distância da sede dos municípios ao endereço do Campus

MUNICÍPIO	DISTÂNCIA
Serrinha	0 km
Araci	37,9 km
Conceição do Coité	35,9 km
Monte Santo	180 km
Tucano	83 km

Fonte: DNIT

Ao passar à observação da articulação entre as cidades do Território do Sisal, o estudo confirmou a predominância de *centros locais*, “cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do município, servindo somente seus habitantes” (IBGE, 2007, p. 13). Ou seja, as sedes municipais do Território do Sisal que desempenham a função de *centros locais* abrangem reduzida área de influência.

Apenas três municípios do território não são considerados como *centros locais*: Conceição do Coité, Serrinha e Valente, sendo *Centros de Zona*<sup>5</sup> (IBGE, 2007). O município de Valente, considerado um *Centro de Zona B*, é um centro de influência para seu pequeno entorno, principalmente São Domingos, quando a população vizinha desfruta de inúmeros serviços e produtos encontrados no município. Já o município de Conceição do Coité, *Centro de Zona A*, exerce influência sobre os municípios de Valente, Nordestina, Queimadas e Santaluz. No mesmo nível, o município de Serrinha exerce influência sobre os municípios de Biritinga e Lamarão, dois pequenos municípios geograficamente próximos. Ambos, Conceição do Coité e Serrinha, são influenciados por Feira de Santana.

Outros municípios do território, de acordo com o mapeamento de relações intermunicipais do IBGE, como Retirolândia, Barrocas, Ichu, Candeal, Teofilândia e Araci, são influenciados diretamente por Feira de Santana, no território Portal do Sertão. Enquanto isso, o município de Itiúba recebe influências do município de Senhor do Bonfim, no território Piemonte Norte do Itapicuru, e Quijingue e Tucano possuem *conexões urbanas* com os municípios de Euclides da Cunha e Ribeira do Pombal, respectivamente, ambos no território Semiárido Nordeste II. Já os municípios de Monte Santo e Cansanção, ainda conforme a classificação do IBGE, possuem articulações urbanas com Salvador. Ressalte-se,

<sup>5</sup>De acordo com o IBGE, um Centro de Zona é uma cidade de pequeno porte e com atuação restrita à sua área imediata, exercendo funções de gestão elementares. Subdividem-se em Centro de Zona A e Centro de Zona B.

no entanto, que, embora alguns municípios do território do Sisal sejam influenciados por outros municípios, ou exerçam a função de centros urbanos de influência, todos os municípios do território do Sisal estão na região de influência de Salvador como metrópole.

O transporte rodoviário o meio predominantemente utilizado no Território do Sisal para o deslocamento de pessoas e de mercadorias. Sobre o modal ferroviário, existe a via-férrea reservada apenas ao transporte de cargas da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA). O transporte aquaviário é inviável devido às características fluviais e pluviométricas da região.

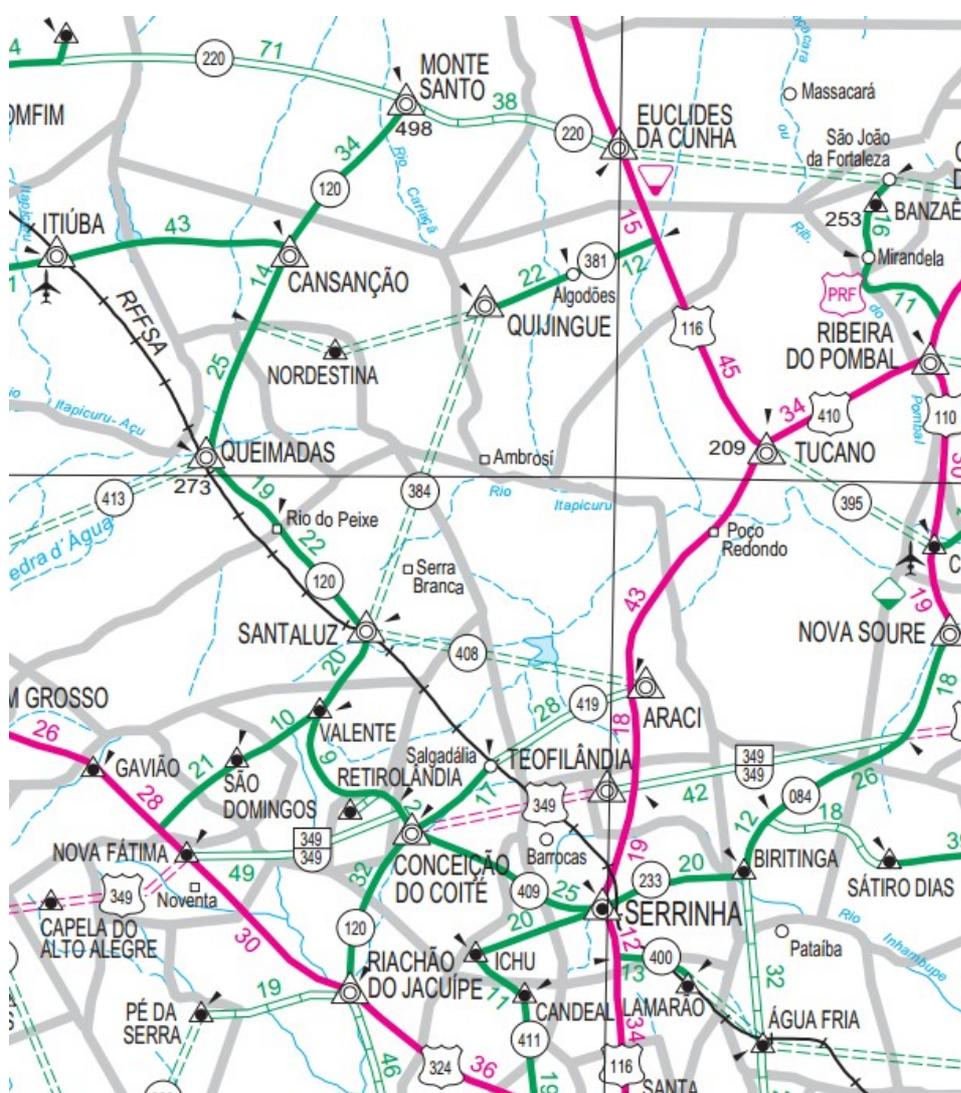


Figura 9: Malha rodoviária do território do Sisal

No mapa acima, podemos observar mais atentamente a infraestrutura de rodovias federais e estaduais que cortam em todos os sentidos o Território do Sisal. No total, são três rodovias federais implantadas: BR-116, BR-324 e BR-410. Esta última é uma rodovia curta, de apenas 36 km, que faz a ligação com as duas estradas mais importantes da região que são a BR-110 no território Semiárido Nordeste II (Ribeira do Pombal) e a BR-116 (Tucano). E uma rodovia federal planejada, a BR-349, cujo trecho entre Conceição do Coité e Teofilândia não está pavimentado. O restante da interligação rodoviária é feito através das rodovias estaduais, principalmente pelas BA-120, BA-220, BA-233, BA-381, BA-400, BA-408, BA-409, BA-411 e BA-419). A BR-116 há muitas décadas é a principal rodovia no território do Sisal, possibilitando conexão com o Sul e o Nordeste do país.

### **6.3.2 Vetores de desenvolvimento regionais identificados no território do Sisal**

#### **Agropecuária**

Foi evidenciado no estudo que a região sisaleira tem como base econômica a pecuária extensiva e a agricultura familiar de subsistência. A produção de sisal é a que merece grande destaque. Parte significativa da produção de sisal é destinada à indústria de tapetes e carpetes que atendem demanda, principalmente de mercados externos (VERDE, 2007).

É predominante no Território do Sisal, a criação de animais e as lavouras temporárias (algumas, como o milho e o feijão, consorciadas com o sisal). As lavouras permanentes são ocupadas sobretudo pela cultura do sisal. Em geral, as atividades agropecuárias desenvolvidas no Território do Sisal são executadas por agricultores familiares, para a produção de subsistência.

Em relação à criação de animais (pecuária), os principais rebanhos, no Território do Sisal, são de bovinos, caprinos, ovinos e suínos. É possível notar, de acordo com a análise dos dados, que houve uma alteração na importância dos rebanhos no Território do Sisal. A partir da década de 1980, o rebanho dos ovinos ganhou importância e hoje o território conta com dois municípios entre os principais produtores, Monte Santo e Quijingue, e estão entre os três que apresentaram maior crescimento em seus efetivos de ovinos em 2011.

*Quadro 66: Rebanho de ovinos no território do Sisal*

## Principais municípios produtores

Município	Efetivo Animal		%
	2010	2011	
Casa Nova - BA	210.024	184.588	-12,11
Juazeiro - BA	143.701	146.872	2,21
Uauá - BA	120.512	121.000	0,40
Monte Santo - BA	112.970	117.000	3,57
Ipirá - BA	110.000	103.000	-6,36
Curaçá - BA	100.359	98.754	-1,60
Remanso - BA	87.138	82.781	-5,00
Quijingue - BA	59.248	61.300	3,46
Feira de Santana - BA	69.542	57.000	-18,04
Euclides da Cunha - BA	45.000	47.000	4,44

Fonte: FAEB / IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal, 2011

Outro importante rebanho é o de caprinos, que permaneceu estável nas últimas décadas. O maior efetivo de caprinos do território está em Monte Santo (mais de 89 mil animais), em 2011, possuindo o quinto maior rebanho do estado e a segunda maior taxa de crescimento do efetivo de caprinos no mesmo período.

*Quadro 67: Rebanho de caprinos no território do Sisal*

## Principais municípios produtores

Município	Efetivo Animal		%
	2010	2011	
Casa Nova - BA	284.207	244.506	-13,969
Juazeiro - BA	184.505	147.862	-19,8602
Curaçá - BA	163.230	145.821	-10,6653
Uauá - BA	139.700	140.000	0,214746
Monte Santo - BA	87.450	89.600	2,458548
Canudos - BA	87.560	88.500	1,07355
Campo Formoso - BA	69.230	68.866	-0,52578
Remanso - BA	64.382	65.500	1,73651
Pilão Arcado - BA	52.184	54.823	5,057106
Jaguarari - BA	51.820	49.233	-4,99228

Fonte: FAEB / IBGE: Pesquisa Pecuária Municipal, 2011

Outros municípios, Cansanção, Queimadas, Itiúba, Quijingue e Santaluz, também possuem expressivos efetivos de caprinos, com mais de 122 mil cabeças, somados juntos.

Conforme o estudo de demanda, no Território do Sisal, a produção agrícola/vegetal de maior expressividade se resume praticamente a quatro principais produtos: sisal, feijão, mandioca e milho. Os demais produtos são cultivados apenas para consumo próprio, ou para a subsistência do produtor rural. No território, as maiores produções de feijão, mandioca e milho estão no município de Quijingue. Além disso, os municípios de Monte Santo, Araci, Cansanção, Biritinga, Itiúba, Tucano e Serrinha têm relevantes produções de feijão, mandioca e milho.

### **O Sisal**

A região do sisal é considerada uma das mais pobres do Brasil, sujeita às longas estiagens, de antiga base pecuária sustentada na concentração de terras e agricultura de subsistência praticada nas pequenas propriedades (SILVA, 2013). O sisal, voltado, sobretudo, para a exportação, após passar por um beneficiamento elementar, é a principal atividade econômica, dando nome à região.

O Território do Sisal encontra-se quase todo dentro da zona sisaleira, tendo como forte elemento de identificação o sisal. Trazido do México para o Brasil no início do século XX, foi introduzido na Bahia logo em seguida no município de Santaluz e Valente. Ganhou espaço entre os artigos da exportação brasileira a partir da Segunda Guerra mundial e nas décadas posteriores transformou o Brasil no principal produtor de fibra de sisal. Entretanto, a ausência de avanços tecnológicos e a consequente estagnação da produtividade em baixos níveis resultaram na falta de competitividade do produto, sobretudo frente as fibras sintéticas, provocando vertiginoso recuo da produção nacional entre as décadas de 1970 e 1990. Após esse período a produção de sisal apresentou sinais de recuperação aproximando-se do patamar de produção dos anos anteriores mais promissores.

Apesar desse cenário, o Brasil ainda é o maior produtor mundial de sisal, sendo sua exploração concentrada no semiárido nordestino. A Bahia é o principal produtor de sisal do país, com 96,53% da produção nacional, sendo seguida pela Paraíba (2,55%) e Ceará (0,75%).

Quadro 68: Produção de sisal no Brasil

**POSIÇÃO DA BAHIA NA PRODUÇÃO DE SISAL NO BRASIL EM 2011**

**ANÁLISE SOB A ÓTICA DO VBP**

RANKING	ESTADO	CULTURA	QUANTIDADE PRODUZIDA (ton)	VBP (Em mil R\$)	%
<b>1º</b>	<b>Bahia</b>	<b>Sisal ou agave (fibra)</b>	<b>275.008</b>	<b>255.838</b>	<b>96,53</b>
2º	Paraíba	Sisal ou agave (fibra)	7.240	6.757	2,55
3º	Ceará	Sisal ou agave (fibra)	994	1.988	0,75
4º	Rio Grande do Norte	Sisal ou agave (fibra)	555	455	0,17
<b>TOTAL BRASIL</b>			<b>283.797</b>	<b>265.038</b>	<b>100,00</b>

**ANÁLISE SOB A ÓTICA DA PRODUÇÃO**

RANKING	ESTADO	CULTURA	QUANTIDADE PRODUZIDA (ton)	VBP (Em mil R\$)	%
<b>1º</b>	<b>Bahia</b>	<b>Sisal ou agave (fibra)</b>	<b>275.008</b>	<b>255.838</b>	<b>96,90</b>
2º	Paraíba	Sisal ou agave (fibra)	7.240	6.757	2,55
3º	Ceará	Sisal ou agave (fibra)	994	1.988	0,35
4º	Rio Grande do Norte	Sisal ou agave (fibra)	555	455	0,20
<b>TOTAL BRASIL</b>			<b>283.797</b>	<b>265.038</b>	<b>100,00</b>

Fonte: FAEB / IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal 2011

De acordo com avaliação de Filipe Silva, mencionada no estudo, o cenário atual da cultura sisaleira revela que apesar da sua relevância econômica e social para o semiárido nordestino, particularmente o baiano, a sua exploração ainda é realizada com baixo índice de modernização e capitalização, além do alto custo de produção associado ao baixo rendimento e aproveitamento da planta. Esta situação tem relegado ao declínio esta importante atividade produtiva (SILVA, 2013).

Pelo que foi possível observar, ao longo do estudo de demanda, na análise da cadeia produtiva do sisal, o segmento absorve um número elevado de mão de obra em todas as fases de implantação, manutenção, colheita e desfibramento. Além do contingente envolvido diretamente na atividade sisaleira, outro quantitativo de trabalhadores relaciona-se a essa cultura em outros segmentos, no setor primário bem como nos setores secundário e terciário, entre os quais incluem-se os demais agentes da produção, como beneficiadores, industriais e

exportadores. Esta cadeia começa com as atividades de manutenção das lavouras, colheita, desfibramento e beneficiamento da fibra e termina com a industrialização e confecção do artesanato. Estima-se que existe em todo o estado da Bahia um contingente de aproximadamente 700 mil trabalhadores dependentes dessa atividade agrícola (BAHIA, 2007).

Constatou-se, dessa forma, que as possibilidades de impactos e proveitos socioeconômicos apontam para a importância da atividade sisaleira na região e, ao mesmo tempo, para a busca de alternativas que viabilizem a expansão, a sustentabilidade e a maior agregação de valor a esta cultura.

Como visto anteriormente, a Bahia detém mais de 96% da produção nacional de sisal, sendo uma atividade de grande importância para a economia do semiárido nordestino e, particularmente, para o território do Sisal, na medida em que se apresenta como uma alternativa econômica viável para esta região.

É perceptível que o grau de escolaridade da maioria dos trabalhadores no setor do sisal é baixo. Para algumas funções os níveis de qualificação não exigem necessariamente habilidades e conhecimentos anteriormente comprovados.

Grande problema, ressaltado inclusive no encontro que houve com a comunidade e representatividades do território em Serrinha, são as precárias condições de segurança no processo de beneficiamento do sisal a que foram submetidos os trabalhadores rurais ao longo de décadas. Algumas ações, entretanto, têm sido tomadas por órgãos, instituições e sindicatos no levantamento dos riscos ocupacionais decorrentes do cultivo e beneficiamento do sisal, tendo como fato mais preocupante os acidentes com mutilações de membros superiores no trabalho com o desfibramento/descorticamento de folha do sisal realizada na máquina denominada “paraibana”.

Em uma qualificação sumária e simplificada da estrutura produtiva dos campos de sisal, foi caracterizada de uma forma geral por apresentar:

1. Baixa remuneração dos trabalhadores;
2. Tecnologia rudimentar nos processos de cultivo, colheita e desfibramento;
3. Predominância de mão de obra familiar;
4. Relações de trabalho informais;
5. Precariedade das condições de trabalho, segurança, saúde e saneamento básico.

A região sisaleira do estado da Bahia, particularmente o Território do Sisal, é, assim, possuidora de uma economia fragilizada, tanto por fatores climáticos quanto pela falta de uma dinâmica mais moderna das atividades produtivas. Com as relações de trabalho e segurança bastante desfavoráveis, torna-se decisivo o apoio governamental para o processo produtivo do sisal, assim como a implementação de alternativas econômicas viáveis para o território.

Como reação a esse cenário de fragilidades e incertezas, em 1980 foi criada a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (Apaeb). Sua atuação inicial desenvolveu-se nos municípios de Valente, Serrinha, Feira de Santana, Araci e Ichu. Hoje, sediada em Valente, tem um raio de atuação para toda a região.

Em 2002 deu-se a formalização do CODES SISAL (Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia). O CODES Sisal é uma associação civil que objetiva promover a articulação de sujeitos e das políticas públicas para o desenvolvimento integral, participativo, ecológico e sustentável do Território do Sisal, priorizando o fortalecimento da cidadania, a erradicação da exclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população do Território (CODES, 2014). Atualmente é formado por representantes de vinte prefeituras municipais do Território do Sisal, bem como outros vinte representantes de entidades ligadas à agricultura familiar e nove entidades de apoio.

As maiores produções no território estão na região sisaleira, propriamente dita, que inclui os municípios de Santaluz, que é o maior produtor do território e o segundo maior do estado, Conceição do Coité, Araci, Valente e Monte Santo. Além do mais, os municípios de Retirolândia, Queimadas, São Domingos e Barrocas têm uma considerável produção de sisal. O Território do Sisal teve uma quantidade produzida em 2011 de 135.715 toneladas do produto, enquanto que o total estadual alcançou as 275.008 toneladas (FAEB, 2011), o que significa que 49,35%, praticamente a metade, da produção baiana de sisal está no território, portanto. Todavia, é importante notar que alguns municípios não produzem o sisal, apesar de participarem do Território do Sisal. Os quatro municípios mais ao sul do território e que cercam o município de Serrinha: Biritinga, Candeal, Ichu e Lamarão, não apresentaram produção.

*Quadro 69: Principais municípios produtores de sisal - Bahia*

MUNICÍPIOS	Quantidade produzida (Toneladas)			VBP (Mil Reais)		
	2010	2011	%	2010	2011	%
Campo Formoso - BA	73.800	73.800	0,00	73.800	73.800	0,00
Santaluz - BA	27.000	33.000	22,22	21.600	27.720	28,33
Conceição do Coité - BA	19.800	26.400	33,33	15.840	21.120	33,33
Morro do Chapéu - BA	10.800	14.400	33,33	9.720	14.976	54,07
Várzea Nova - BA	9.000	13.200	46,67	7.740	13.728	77,36
Jacobina - BA	8.550	11.700	36,84	7.695	12.285	59,65
Araci - BA	14.000	13.200	-5,71	11.900	11.880	-0,17
Valente - BA	12.600	14.400	14,29	10.080	11.520	14,29
Ourolândia - BA	7.200	9.000	25,00	6.480	9.360	44,44
Monte Santo - BA	3.360	7.200	114,29	3.024	6.480	114,29

Fonte: FAEB / IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal, 2011

Em termos econômicos, a cultura do sisal é o produto agrícola que tem o maior valor agregado da produção agrícola do Território do Sisal, com uma produção de R\$ 39,1 milhões em meio a uma produção agrícola total de R\$ 70,5 milhões em 2012 (PAM/IBGE, 2012), ou seja, o sisal participa com mais de 55% no valor total da produção agrícola do território.

### **A Mineração**

No estudo foi observado que a Bahia é o terceiro produtor nacional de ouro. Todo o ouro produzido na Bahia é extraído e beneficiado pelas empresas que fazem parte do Grupo Yamana Gold. A Yamana produz ouro na Mineração Fazenda Brasileiro, no município de Barrocas, e na Jacobina Mineração e Comércio – JMC, em Jacobina. A JMC tem realizado um aumento gradativo de sua produção, projetando crescimento com boas perspectivas para alcançar cerca de 150 mil onças de ouro/ano<sup>6</sup>. A empresa está em fase de exploração inicial no município de Santaluz, em parceria com a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM. As pesquisas geológicas promovidas pela Companhia detectaram naquela região reservas de 18,4 milhões de toneladas de minério aurífero, com teor médio de ouro de 1,66 g/t, o que equivale a 30,5 t de ouro contido. O ouro é utilizado de forma generalizada em joalheria. Devido a sua boa condutividade elétrica e resistência à corrosão, é utilizado também na indústria, especialmente a eletrônica. Outra utilização é a reserva de valor.

Há ainda, já em fase inicial de lavra desde junho de 2014, a mina de ouro C1

<sup>6</sup>Uma onça (abreviada: oz) é uma unidade de medida de massa, cujo valor, relativo a metais preciosos e gemas bem como medicamentos, vale 31,1034768 gramas (Dicionário On-Line de Português).

localizada no município de Santaluz, possivelmente a maior do país a céu aberto, com previsão de produção de mais de 240 quilos de ouro por mês durante o período de dez anos previsto de atividade. A produção somada de C1 Santaluz e Fazenda Brasileiro deverá ultrapassar 200 mil onças anuais.

*Quadro 70: Produção mineral na Bahia*

**PRODUTORES MINERAIS INDEXADOS POR MUNICÍPIO 2014**

Município	Empresas	Substância
ARACI	J C DE CAMPOS – ME	OURO
	MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO S/A	PRATA OURO
BARROCAS	MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO S/A	PRATA OURO
BIRITINGA	CERÂMICA BURITI LTDA – ME	ARGILA
	SILVANO DE SOUZA BARBOSA E CIA LTDA – ME	ARGILA
CANDEAL	CERÂMICA J F LTDA – ME	ARGILA
CANSANÇÃO	J C DE CAMPOS – ME	OURO
ITIÚBA	ALEMÃO EXPORTAÇÃO E MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA	ROCHA ORNAMENTAL
	CERÂMICA MILÊNIO LTDA – ME	ARGILA
	JOÃO FONSECA – ME	ARGILA
QUEIMADAS	CERÂMICA JACURICI LTDA – ME	ARGILA
RETIROLÂNDIA	RIOS CERÂMICA LTDA – ME	ARGILA
SANTALUZ	J C DE CAMPOS – ME	OURO
	MAGNESITA REFRAATÓRIOS S/A	CROMITA
	MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO S/A	OURO
SERRINHA	CERÂMICA SÃO THIAGO LTDA – ME	ARGILA
	J QUEIROZ & FILHO LTDA – EPP	ARGILA
	MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO S/A	PRATA
TUCANO	ADRIANO SANTOS DE SANTANA – ME	AREIA
	CIA DE FERROLIGAS DA BAHIA – FERBASA	QUARTZO
	MARIA RAIMUNDA DA MATA – ME	AREIA
	MINERAÇÃO COSTA LTDA	QUARTZO

Fonte: Cadastro do produtor mineral da Bahia, 2014

### 6.3.3 Pesquisa com a população

A seguir, temos os resultados das entrevistas realizadas dentro do estudo de demanda que nós estamos avaliando na presente pesquisa. As amostras da população local foram entrevistadas por meio de questionários (anexo II) utilizados para captar as percepções sobre o território, bem como as aspirações por formação profissional.

#### 6.3.3.1 Estudantes

De um total de 158 questionários respondidos, 32,48% responderam residir no município de Serrinha e 67,52% respondentes foram de outros municípios do território. Os respondentes do sexo feminino perfizeram um total de 61,78% e 38,22% do sexo masculino. Entre esses, 5,73% declarou possuir algum tipo de necessidade específica: 3,18% com

limitações visuais, 1,91% com limitações auditivas e 0,64% afirmaram possuir outros tipos de necessidades. No quesito etnia, 45,22% foram pardos autodeclarados, 24,84% brancos, 22,93% negros e 1,91% disseram pertencer à etnia indígena, enquanto que 5,10% afirmaram pertencer a outra etnia.

A faixa etária dos estudantes entrevistados situou-se em sua maioria entre dezesseis e dezessete anos (46,5%). A maioria desses jovens cursava o ensino médio (49,68%) seguido pelo grupo que ainda cursava as séries finais do ensino fundamental (40,76%).

Quando indagados se exerciam alguma atividade profissional, 79,62% afirmaram não trabalhar. Vinte e nove estudantes declararam trabalhar, principalmente no turno da manhã e de maneira informal.

A preferência por turno de estudo foi pela manhã, com 48,41% das indicações, mas não muito distante do turno da tarde, que foi indicado por 45,22% dos estudantes. O turno noturno foi indicado por 5,10% das respostas apuradas nos questionários.

De acordo com os estudantes entrevistados, um número significativo é oriundo de famílias com renda compreendida entre um e dois salários-mínimos: 65,61% afirmaram que suas famílias se mantêm com essa renda. Uma outra parcela desse segmento, 26,11%, é proveniente de famílias que se sustentam com menos de um salário-mínimo. Apenas 7% responderam ter suas famílias renda superior a dois salários-mínimos. Mais de 91% dos entrevistados, portanto, pertencem às famílias de menor renda, ao tempo em que 68,79% declararam ter estudado sempre em escola pública.

Em relação à pretensão de fazer um curso técnico e profissionalizante, 89,17% manifestaram o desejo de fazê-lo.

Os estudantes foram convidados a indicar três cursos técnicos, entre aqueles constantes no catálogo nacional de cursos técnicos e tecnológicos, em primeira, segunda e terceira ordem de importância.

O curso técnico mais indicado pelos entrevistados como sendo de primeira preferência foi o de Informática, com 14,56%, seguido pelo Técnico em Enfermagem, com 13,92% e Técnico em Administração, que ficou com 6,33% das indicações para primeira opção de curso técnico. Os cursos Técnico em Mineração aparece em seguida com 5,7%, enquanto que, na sequência, os cursos Técnico em Petróleo e Gás e Técnico em Defesa Civil figuraram na posição seguinte, com 2,53% cada um, do total de cursos indicados como primeira opção de

curso.

Os cursos técnicos mais votados como segunda opção foram: Administração, com 6,33%, Informática, com 4,43%, Enfermagem e Mineração, com 1,9%. Para os cursos estimados como terceira opção de escolha para os estudantes, tiveram preferência os cursos de Técnico em Petróleo e Gás, com cinco indicações, e Técnico em Administração, com quatro. Os cursos Técnico em Defesa Civil, Técnico em Enfermagem e Técnico em Informática tiveram três indicações cada um.

Ao considerar o total bruto de indicações, abrangendo todas as indicações feitas para a primeira, segunda e terceira ordem de importância para os entrevistados, totalizando 289 indicações, dos 158 estudantes que fizeram indicações de forma válida, obteve-se o seguinte resultado em relação aos cursos mais indicados cumulativamente em todas as ordens de importância, pelos estudantes da amostra:

*Quadro 71: Cursos técnicos indicados por estudantes, em todas as ordens de importância*

<b>CURSOS TÉCNICOS</b>	<b>1ª OPÇÃO</b>	<b>2ª OPÇÃO</b>	<b>3ª OPÇÃO</b>	<b>total</b>
Téc. Informática	23	7	3	33
Téc. Enfermagem	22	3	3	28
Téc. Administração	10	10	4	24
Téc. Mineração	9	3	0	12
Téc. Petróleo e Gás	4	1	5	10
Téc. Defesa Civil	4	0	3	7

A partir desse quadro, baseado nos resultados extraídos dos questionários da pesquisa realizada com os estudantes de Serrinha e região, o estudo de demanda apresentou os cursos técnicos que compuseram o conjunto de maiores indicações.

### **6.3.3.2 Empresariado**

Do total de dez questionários respondidos, houve maior participação de representantes de estabelecimentos do comércio varejista: seis estabelecimentos declararam ser o comércio a sua atividade econômica; dois estabelecimentos foram identificados como agropecuaristas; um outro foi enquadrado como sendo indústria de transformação; e um último teve sua atividade qualificada como da área de construção. A maioria (80%) afirmou haver carência de profissionais qualificados na região. A área de vendas foi apontada como a mais necessitada de profissionais qualificados, indicação essa que tendeu a estar associada ao fato da maioria dos respondentes pertencer ao comércio varejista, naturalmente centrado em transações

mercadejantes.

Perguntados sobre a ocorrência de projetos voltados para suporte às empresas da região, 70% responderam negativamente, ao mesmo passo em que 60% afirmaram que os cursos ofertados na região não suprem as necessidades locais de mão de obra qualificada, e para 80% dos entrevistados, os cursos técnicos e superiores ofertados no território não estão alinhados às demandas da região. A maioria, 70%, não faz uso de mão de obra de estagiários; da mesma forma, 70% afirmaram não possuir disponibilidade para admitir estágio remunerado.

Os poucos que responderam haver Arranjos Produtivos Locais, não souberam informar quais seriam esses arranjos. A maioria (70%), no entanto, respondeu que não existem.

Foram questionados também se houve alguma mudança, de ordem econômica, social ou cultural, no município e região, que percebessem como significativa. Para 60% dos entrevistados teriam ocorrido transformações importantes, sendo citadas como mudanças:

- A construção de shopping;
- O programa “Minha Casa Minha Vida”, do governo federal;
- A cultura;
- A dinâmica de compras (deduzimos como referente ao comércio da região);
- E a comercialização de produtos alimentícios;

As mudanças foram percebidas como geradoras de novas oportunidades de trabalho na região para 70% dos entrevistados.

Foram também convidados a indicar a área profissional que poderia ser oferecida na região, tendo em vista as atividades locais que oferecem oportunidades de trabalho. As áreas profissionais apresentadas aos declarantes seguiram a classificação em Eixos Tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para facilitar o tratamento a ser dado ao resultado dessas indicações no que concerne à oferta de cursos da educação profissional técnica e tecnológica. A forma de indicação consistiu em numerarem por ordem de importância cada área (eixo) que constava no questionário. Cada área possuía breve descrição do seu modo de atuação profissional.

Considerando apenas as três primeiras ordens de importância, o estudo de demanda obteve:

*Quadro 72: Eixos tecnológicos indicados pelo segmento empresarial*

EIXO	1ª OPÇÃO	2ª OPÇÃO	3ª OPÇÃO	total de indicações
AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA	5	1	0	6
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	1	3	0	4
GESTÃO E NEGÓCIOS	2	1	1	4
CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	2	1	0	3
MILITAR	0	1	1	2
PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	0	1	1	2
RECURSOS NATURAIS	0	1	1	2
INFRAESTRUTURA	0	0	1	1
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	0	0	1	1
PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	0	0	1	1
TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	0	0	1	1
PRODUÇÃO INDUSTRIAL	0	0	0	0

Sobre as potencialidades produtivas da região, a maioria emitiu opinião. O comércio foi o mais lembrado. Considerando apenas a menção dos termos, o estudo de demanda registrou o seguinte quadro:

*Quadro 73: Potencialidades produtivas mencionadas pelo segmento empresarial*

Potencialidades produtivas	Quantidade de citações
Comércio	4
Agricultura	3
Pecuária	1
Indústria	1

### 6.3.3.3 Entidades da Sociedade Civil Organizada

Da pesquisa realizada com alguns representantes desse segmento foi possível identificar a preocupação com a pesquisa técnica e científica, apontada nas entrevistas como uma grande necessidade para a região. Foi citada a necessidade de educação voltada para os quilombolas. No campo da cultura, pontuaram a necessidade de existir sala de exibição de filmes. Quanto à organização social, a implantação de associações foi indicada como necessidade maior. O mercado de trabalho deficitário foi apontado como uma grande preocupação, entre as opções disponíveis nas respostas. Sobre infraestrutura, a maioria afirmou a preservação ambiental como premente. Um parque, no entendimento dos entrevistados, seria a melhor opção de lazer.

Houve concordância na percepção de que aconteceram na região significativas

mudanças de ordem econômica, social e cultural nos últimos anos. As listadas foram:

- A oferta de cursos técnicos;
- O escoamento de produtos da agricultura familiar e seu consumo na alimentação escolar;
- Inserção das minorias nas políticas públicas e fortalecimento de ações nas áreas de saúde e educação.;
- Produção agropecuária, especialmente carne e leite.

Da mesma forma que o empresariado entrevistado, os representantes da sociedade civil organizada foram convidados a indicar a área profissional que poderia ser oferecida na região, tendo em vista as atividades que oferecem oportunidades de trabalho na região. As áreas profissionais apresentadas aos entrevistados seguiram a classificação em Eixos Tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para facilitar o tratamento a ser dado ao resultado dessas indicações no que concerne à oferta de cursos da educação profissional técnica e tecnológica, acompanhados de uma breve explicação sobre a atuação de cada um desses eixos / áreas. A forma de indicação consistiu em numerarem por ordem de importância cada área (eixo) que constava no questionário. Considerando apenas as três primeiras ordens de importância, formou-se o seguinte quadro:

*Quadro 74: Eixos tecnológicos indicados por entidades da sociedade civil organizada*

<b>SERRINHA – ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA: INDICAÇÕES DOS EIXOS TECNOLÓGICOS</b>				
<b>EIXO</b>	<b>1ª OPÇÃO</b>	<b>2ª OPÇÃO</b>	<b>3ª OPÇÃO</b>	<b>total de indicações</b>
PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	0	3	1	4
AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA	1	0	2	3
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	2	0	0	2
GESTÃO E NEGÓCIOS	1	1	0	2
RECURSOS NATURAIS	1	0	1	2
PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	0	1	0	1
PRODUÇÃO INDUSTRIAL	0	0	1	1
CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	0	0	0	0
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	0	0	0	0
INFRAESTRUTURA	0	0	0	0
MILITAR	0	0	0	0
TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	0	0	0	0

Também foram indagados sobre as atividades produtivas e econômicas que têm criado as maiores oportunidades de trabalho. Foram citados:

- Educação e área técnica;
- Agricultura familiar e economia solidária;

- Produção agropecuária, especialmente carne e leite.

#### 6.3.3.4 Administração pública municipal

Os gestores públicos municipais consultados apontaram, por sua vez, as dificuldades com lazer, saneamento básico e a saúde da população como os principais problemas, nas alternativas listadas no questionário. Como resposta espontânea (“outros”), foi apontado também como principal problema o emprego (deduzimos que se trata da falta dele) e a renda (ou o fato de manter-se em nível baixo). Apenas o eixo Araci-Barrocas-Serrinha foi mencionado nas interações praticadas na região.

Metade dos respondentes confirmou a ocorrência de Arranjos Produtivos Locais. Os mais citados foram aqueles de natureza agrícola.

*Quadro 75: Arranjos produtivos locais citados pelas administrações públicas municipais*

Arranjos Produtivos Locais	Forma de evocações
Agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperativa de alimentos de produtores locais;</li> <li>• Cultivo de horta;</li> <li>• Agricultura de subsistência;</li> <li>• Polpa de frutas;</li> <li>• Sisal.</li> </ul>
Artesanais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artesanato de sisal;</li> <li>• Artesanato.</li> </ul>
Pecuaristas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de leite caprino e bovino</li> </ul>

Na avaliação da maioria dos entrevistados desse segmento, conforme o estudo, a Administração Pública é o setor que mais emprega na região, seguida pelo Comércio e pela Agricultura, como segundo e terceiros setores, respectivamente, que mais respondem pelos maiores saldos de mão de obra empregada. A ocorrência mineral mais lembrada foi ouro, e o patrimônio arquitetônico, o patrimônio cultural e o patrimônio natural foram os mais assinalados como atrações turísticas.

#### 6.3.4 Oferta de educação profissional no município de Serrinha e região

Uma relevante oferta de educação profissional técnica de nível médio presente no território é feita por meio do governo do Estado através dos CETEP (Centros Territoriais de Educação Profissional) e das Unidades Compartilhadas que funcionam em escolas públicas estaduais. Os cursos Técnico em Enfermagem (436 matrículas), Técnico em Agroextrativismo (402 matrículas), Técnico em Telemática (315 matrículas), Técnico em Informática (275 matrículas), Técnico em Edificações (233 matrículas) e Técnico em Agropecuária (196 matrículas) foram os que somaram os maiores quantitativos de matrículas dentro do território,

no primeiro semestre de 2011.

*Quadro 76: Matrículas em cursos técnicos na rede estadual – ano 2011*

Município	Eixos Tecnológicos	Cursos	Vagas	Matrículas
<b>Araci</b>	Ambiente, Saúde e Segurança	Téc. Enfermagem	133	101
	Recursos Naturais	Téc. Agroextrativismo	200	114
<b>Conceição do Coité</b>	Gestão e Negócios	Téc. Comércio	90	40
	Recursos Naturais	Téc. Agroextrativismo	400	167
<b>Queimadas</b>	Recursos Naturais	Téc. Agropecuária	60	43
<b>Santaluz</b>	Recursos Naturais	Téc. Agropecuária	60	53
		Téc. Agroextrativismo	200	121
<b>São Domingos</b>	Ambiente, Saúde e Segurança	Téc. Meio Ambiente	111	79
		Téc. Enfermagem *	109	89
	Informação e Comunicação	Téc. Informática	72	71
		Téc. Alimentos *	79	34
	Produção Alimentícia	Téc. Agroindústria	10	8
		Téc. Agroecologia *	30	*
Recursos Naturais	Téc. Agropecuária	116	100	
	Téc. Zootecnia *	57	24	
<b>Serrinha</b>	Ambiente, Saúde e Segurança	Téc. Análises Clínicas	30	30
		Téc. Enfermagem	288	246
	Gestão e Negócios	Téc. Administração	87	40
		Téc. Logística	128	104
	Informação e Comunicação	Téc. Informática	250	204
		Téc. Manut. Suporte Informática	30	30
	Infraestrutura	Téc. Telemática	400	116
		Téc. Edificações	290	233
	Recursos Naturais	Téc. Agroecologia	58	16
Téc. Mineração		210	187	
<b>Tucano</b>	Informação e Comunicação	Téc. Telemática	200	199
	Turismo e Hospitalidade	Téc. Guia Turismo	90	53
<b>total</b>			3.788	2.502

Fonte: Suprof, 2011

\*Cursos com matrículas do segundo semestre não computadas

Conforme o quadro 76, analisado no estudo, o Eixo Recursos Naturais concentrou o maior número de oferta de vagas e de matrículas efetivadas, principalmente nos cursos Técnico em Agroextrativismo e Técnico em Agropecuária. Ao todo foram 704 matriculados no período, de um total de 1.391 vagas oferecidas na rede estadual de educação profissional para o território do Sisal. No entanto, foi o segundo a apresentar o maior nível de vagas ociosas: 49,38%. O primeiro foi o Eixo Produção Alimentícia, com 52,80%. Porém, esses eixos possuem cursos que, à época, ainda não estavam com o quadro de matriculados completo para 2011, pois as turmas do segundo semestre não foram contabilizadas no quadro acima. Por outro lado, o Eixo com menos vagas ociosas foi o de Ambiente, Saúde e Segurança, com 18,77%, seguido pelo Eixo Infraestrutura, com 19,65%. O nível de vagas ociosas na rede estadual de educação profissional no território em 2011 foi de 44,95%.

O estudo considerou o desempenho das matrículas na rede estadual de educação profissional por curso técnico, no território do Sisal no ano de 2011, e apresentou o seguinte quadro:

*Quadro 77: Percentual de vagas preenchidas na rede estadual de educação profissional - 2011*

Curso Técnico	Percentual de vagas preenchidas
Téc. Análises Clínicas	100,00
Téc. Manut. Suporte Informática	100,00
Téc. Mineração	89,05
Téc. Informática	85,40
Téc. Agropecuária	83,05
Téc. Enfermagem	82,26
Téc. Logística	81,25
Téc. Edificações	80,34
Téc. Agroindústria	80,00
Téc. Meio Ambiente	71,17
Téc. Guia Turismo	58,88
Téc. Telemática	52,50
Téc. Agroextrativismo	50,25
Téc. Administração	45,98
Téc. Comércio	44,44
Téc. Alimentos *	43,03
Téc. Zootecnia *	42,10
Téc. Agroecologia *	18,18

\* Curso cujas vagas preenchidas no segundo semestre de 2011 não foram contabilizadas

A partir desse quadro, foi possível verificar que a classificação por Eixos Tecnológicos foi desfeita em favor do atrativo particular de cada curso técnico. Os três cursos técnicos aparentemente mais atrativos são ofertados apenas no município de Serrinha. Mas são os municípios de Tucano (86,90%), Queimadas (71,66%) e São Domingos (69,35%) que apresentaram maior nível de vagas ocupadas no território. Serrinha ficou na quarta posição (68,10%), seguido pelos municípios de Santaluz (66,92%), Araci (64,56%) e Conceição do Coité (42,24%).

Outras ofertas públicas ou semipúblicas de educação profissional e superior foram registradas no relatório do estudo de demanda, conforme abaixo:

*Quadro 78: Ofertas semipúblicas de cursos profissionalizantes - Senai*

SENAI – Serrinha	Cursos
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Auxiliar de rotinas administrativas (880h)</li> <li>• Eletricidade predial e industrial (880h)</li> </ul>
SENAI – Conceição do Coité	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Moldagem por extrusão (880h)</li> </ul>

Fonte: Portal do Senai, 2014

*Quadro 79: Ofertas públicas de cursos superiores - Uneb*

<b>CAMPUS XI – Serrinha</b>	<b>DEDC – Departamento de Educação</b>
Graduação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administração</li> <li>• Geografia</li> <li>• Pedagogia: Docência e Gestão de Proc. Educativos</li> </ul>
<b>CAMPUS XIV – Conceição do Coité</b>	<b>DEDC – Departamento de Educação</b>
Graduação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação Social – Radialismo</li> <li>• História</li> <li>• Letras (língua portuguesa e literaturas)</li> <li>• Letras (língua inglesa e literaturas)</li> </ul>

Ao mesmo tempo, foi destacado que o Instituto Federal da Bahia – IFBA, apesar de não ter *campus* no território do Sisal, possui unidades em territórios vizinhos, em Centro de Zona e em Capital Regional, com proximidade e relações mais intensas com os municípios situados nas bordas do território. Segundo o levantamento feito no estudo, Retirolândia, Barrocas, Ichu, Candeal, Teofilândia e Araci, são influenciados grandemente por Feira de Santana, no território Portal do Sertão, onde há o *Campus* do IFBA com oferta dos cursos de Técnico em Edificações, Técnico em Eletromecânica e Técnico em Informática. Do outro lado, Quijingue possui fortes conexões com o município de Euclides da Cunha, no território Semiárido Nordeste II, onde os cursos Técnico em Edificações e Técnico em Informática são ofertados pelo IFBA.

### **6.3.5 Correlação entre os vetores de desenvolvimento regionais e a educação profissional sugerida**

A partir das indicações feitas pelos entrevistados e da análise dos pré-requisitos econômico-produtivos e sociais, o estudo de demanda para o campus Serrinha propôs um cenário e a respectiva possibilidade de oferta.

O cenário esboçado no estudo ressaltou a necessidade de fortalecimento da agricultura familiar como demanda vinculada às características sociais e às potencialidades econômicas do território do Sisal, principalmente da agricultura voltada para a exploração e o beneficiamento do sisal, o que poderia ser auxiliado pela oferta de Educação Profissional que esteja articulada ao melhor aproveitamento dessa cultura.

Sendo o sisal uma das poucas culturas produzidas na região com alto potencial econômico e viabilidade diante dos rigores do clima semiárido, a modernização da cadeia produtiva agroindustrial do sisal, talvez o principal produto agroindustrial do semiárido

baiano, possibilita a ampliação de mercados.

Por outro lado, foi assinalado que existem perspectivas razoáveis para a atividade mineradora na região, já que se encontram em fase de implantação novos empreendimentos e desenvolvimento de projetos para a expansão da produção de ouro já existente, o que tem colocado a Bahia na 3ª posição nacional em produção do metal, e de outros minérios, em municípios do território. Os cursos Técnico em Geologia, Técnico em Mineração e Técnico em Recursos Minerais foram recomendados para preparação local dos profissionais que atuarão nos espaços ocupacionais criados pelo alargamento da atividade mineradora.

Grandes rebanhos de caprinos e de ovinos no norte do território do Sisal, bem como grandes rebanhos em territórios limítrofes, Sertão do São Francisco e Semiárido Nordeste II, proporcionam à região boas possibilidades de exploração sustentável, adensamento produtivo e desenvolvimento socioeconômico, destacou o estudo.

Os cursos de Técnico em Agricultura, Técnico em Agropecuária, e Técnico em Zootecnia e os cursos FIC do mesmo Eixo tecnológico (Recursos Naturais), sugeridos pelo estudo, atenderiam a cadeia produtiva do sisal, de grande importância para a região e para o estado, e da ovinocaprinocultura, atividade econômica que ainda precisa de maior infraestrutura, mas com boas chances de imprimir razoável dinâmica à economia regional.

#### **6.4 Xique-Xique**

Temos a seguir as informações reunidas no relatório apresentado como estudo de demanda para oferta de cursos do território de identidade Irecê, focado no município de Xique-Xique, onde o novo campus está em construção.

O município de Xique-Xique faz parte do Território de Identidade Irecê, do Estado da Bahia, e dista 588 km da capital do Estado. O acesso à região, a partir de Salvador até a sede municipal, por transporte rodoviário, se dá principalmente através da rodovia BA-052, a partir de Feira de Santana, segunda maior cidade do Estado.

Limita-se ao norte com o município de Pilão Arcado, do território de identidade Sertão do São Francisco; ao sul limita-se com os municípios de Morpará e Brotas de Macaúbas, do território de Identidade Velho Chico; a leste com os municípios co-territoriais Itaguaçu da Bahia e Gentio do Ouro; e a oeste com o município de Barra, do território do Velho Chico. Vinte municípios fazem parte do território de identidade Irecê: América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá,

Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique . Estão distribuídos em uma área de 26.730,87 Km<sup>2</sup>, e somam uma população total de 402.908 habitantes (Censo 2010).



Figura 10: Território de Identidade de Irecê

Fonte: SEI (2014)

O Território de Irecê, caracteriza-se pela coexistência de três paisagens bem distintas. A Chapada de Irecê se destaca no aspecto da ocupação regional por apresentar a maior concentração de centros urbanos. A maior intensidade das atividades agropecuárias nesta

porção do território possibilitou o surgimento de mais de uma dezena de cidades, concentrando a maioria das sedes municipais do Território. A chamada “Zona do Maciço do Feijão”, composta pelos municípios de América Dourada, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Ibititá, Irecê, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra e São Gabriel, é a mais povoada do Território, detendo 70% da população e aproximadamente um terço da área do território (BAHIA, Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê, 2010).

Já as outras porções do território, as zonas Serrana e Caatinga – Beira Rio, são caracterizadas pela presença de municípios de pouca população, com grandes extensões territoriais e baixas densidades demográficas.

A Zona Serrana, composta por Barra do Mendes, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ipupiara e Uibaí, ocupa um outro terço da área, aproximadamente, e tem 16% da população. Nessa zona, nenhum município atinge os 20.000 habitantes, sendo Ibipeba o maior deles, com 17.008 habitantes (Censo 2010).

A zona Caatinga – Beira Rio é a menos povoada do Território e um dos maiores vazios demográficos do estado, com densidade de 5,9 hab/km<sup>2</sup>. Os dois municípios que compõem essa zona, Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia, são os maiores do Território em extensão e com densidades demográficas de 8,28 hab/km<sup>2</sup> e 2,9 hab/km<sup>2</sup>, respectivamente. Xique-Xique possui a segunda maior população do Território.

O Território está inserido no semiárido baiano, fazendo fronteira ao oeste e ao sul com o Território do Velho Chico, ao sul e a leste com o da Chapada Diamantina, e ao norte com o do Sertão do São Francisco. Metade dos municípios que formam o território situam-se ao redor de Irecê, tornando-o o núcleo mais dinâmico e formando, entre estes, um subsistema de relações de diversos tipos.

#### 6.4.1 Dados Socioeconômicos

*Quadro 80: Dados demográficos do município de Xique-Xique, do território e do estado*

	MUNICÍPIO	TERRITÓRIO	ESTADO
População	45.536	402.908	14.016.906
IDH	0,585	**	0,660
IDEB	4.0 e 3.3*	**	4.2 e 3.3*

Área territorial (km²)	5.502,329 km²	26.730,86 Km²	564.733 Km²
Quantidade de domicílios	11.598	113.936	4.093.619

Fontes: IBGE, 2010, PNUD, 2010, INEP, 2011

\* Dados do ano de 2011. O primeiro resultado se refere ao Ensino Fundamental I, cuja meta municipal foi 3.4 e meta estadual foi 3.5; o segundo resultado se refere ao ensino Fundamental II, cuja meta municipal foi 2.8 e meta estadual foi 3.2.

\*\* dados não disponíveis para o território

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Xique-Xique é 0,585, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,229), seguida por Longevidade e por Renda (PNUD, 2013).

Os dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), quando observado o de cada município que compõe o território, revelam a predominância de se situarem na faixa de baixo desenvolvimento humano e bem abaixo do desempenho estadual. O melhor resultado para aquela região fica com Irecê, acima, inclusive, da performance estadual.

*Quadro 81: IDH dos municípios do território Irecê*

Lugar	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)	IDHM Educação (2010)
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Bahia	0,660	0,663	0,783	0,555
América Dourada (BA)	0,561	0,506	0,751	0,464
Barra do Mendes (BA)	0,630	0,578	0,784	0,553
Barro Alto (BA)	0,607	0,551	0,739	0,550
Cafarnaum (BA)	0,584	0,554	0,734	0,490
Canarana (BA)	0,587	0,555	0,734	0,496
Central (BA)	0,596	0,540	0,728	0,538
Gentio do Ouro (BA)	0,559	0,523	0,743	0,450
Ibipeba (BA)	0,616	0,577	0,744	0,545
Ibititá (BA)	0,602	0,554	0,747	0,527
Ipupiara (BA)	0,590	0,558	0,736	0,499
Irecê (BA)	0,691	0,661	0,776	0,643
Itaguaçu da Bahia (BA)	0,562	0,550	0,740	0,435
João Dourado (BA)	0,593	0,573	0,709	0,513
Jussara (BA)	0,571	0,544	0,720	0,476
Lapão (BA)	0,596	0,550	0,755	0,510
Mulungu do Morro (BA)	0,566	0,517	0,753	0,466
Presidente Dutra (BA)	0,614	0,572	0,730	0,553
São Gabriel (BA)	0,592	0,550	0,704	0,537
Uibaí (BA)	0,617	0,575	0,758	0,540
Xique-Xique (BA)	0,585	0,563	0,741	0,479

Fonte: PNUD, 2013

O Território Irecê, apesar de mais de 60% de sua população ser contada como urbana, é uma região eminentemente rural. As características urbanas acontecem em maior grau na cidade de Irecê, já que é polo agregador do comércio e de inúmeros serviços disponíveis no Território. Na maioria dos municípios predominam as atividades agrícolas. Em oito municípios a população rural supera a urbana: Barra do Mendes, Barro Alto, Canarana,

Central, Ibititá, Itaguaçu da Bahia, Lapão e Mulungu do Morro. A maior população rural está no município de Itaguaçu da Bahia, onde ultrapassa 80% da população do município.

Na área territorial existem oito unidades geoambientais, são elas: a Chapada de Irecê, as Baixadas dos rios Verde e Jacaré, a Depressão de Morpará, a Serra do Assuruá, os Planaltos da Diamantina e de Morro do Chapéu, as serras da Estiva e da Bolacha, os campos de Dunas e as planícies do São Francisco (BAHIA, Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê, 2010).

*Quadro 82: Dados econômicos do município, da região e do estado (em \$ mil reais)*

(em milhões de R\$)	MUNICÍPIO*	REGIÃO*	ESTADO*
PIB	219.370	2.131.324	186.411.000
PIB da indústria	29.883 (13,62%)	260.465 (12,22%)	57.228.177 (30,7%)
PIB dos Serviços**	161.497 (73,62%)	1.517.707 (71,21%)	83.139.306 (44,6%)
PIB da Agropecuária	17.799 (8,11%)	233.152 (10,94%)	13.608.003 (7,3%)
PIB da Adm. Pública	84.516 (38,53%)	752.564 (35,31%)	32.435.514 (17,4%)

Fonte: IBGE, 2011

\* Últimos dados disponíveis do IBGE são do ano de 2011

\*\* Incluindo a Administração Pública

A análise do quadro acima feita no estudo de demanda constatou que o território possui um PIB modesto, mas de valor intermediário quando comparado com o PIB dos demais territórios de identidade do Estado da Bahia. De fato, outros dez territórios possuem PIB com resultado inferior (SEI/IBGE, 2011).

A participação setorial no Produto Interno Bruto (PIB) em âmbito municipal assemelha-se à participação setorial no PIB em âmbito territorial; esta espacialidade, por sua vez, apresenta agudo descolamento da realidade estadual, quando foi considerado o peso dos setores no PIB do estado.

O Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios da região revela substancial participação do setor de serviços e a pequena expressividade dos setores produtivos – agropecuária e indústria – com pouco mais de um quinto do total municipal e territorial.

Conforme apurado, o setor de serviços é, portanto, o de maior participação no produto e no emprego em Xique-Xique e no território Irecê.

*Quadro 83: Dados de estabelecimentos do município de Xique-Xique, região\* e estado*

	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Comércio	161	1.430	80.004
Serviços e Adm. Pub.	38	512	57.961
Indústria	11	122	12.211
Agropecuária	8	91	16.284
Construção Civil	6	44	7.607
TOTAL	224	2.199	174.067

Fonte: MTE/RAIS in DIEESE – observatório do trabalho, 2012

\* Dados do território de identidade Irecê

O total de estabelecimentos registrados no município (224) representa pouco mais de 10% do total de estabelecimentos registrados no território Irecê (2.199). Quando comparado com os quantitativos dos outros municípios do território, exceto Irecê, foi avaliado que Xique-Xique segue a regra do que se observa na região: municípios com baixa ou baixíssima dinâmica de suas atividades econômicas.

*Quadro 84: Número de estabelecimentos do município e dos principais municípios da região*

MUNICÍPIO	Comércio	Serviços e APU	Indústria	Agropecuária	Constr. Civil
Xique-Xique	161	38	11	8	6
Canarana	60	12	1	2	1
Irecê	733	319	93	25	26
João Dourado	60	13	0	10	2
Lapão	50	17	4	4	2
TOTAL	1.064	399	109	49	37

Fonte: MTE/Rais in DIEESE – observatório do trabalho, 2011

Como observado no estudo, é reduzida a quantidade de estabelecimentos formalizados na região. Os cinco municípios destacados no quadro acima são os únicos do território com população superior a 20 mil habitantes. O maior quantitativo de estabelecimentos formalizados nos maiores municípios do território é do comércio, seguido por serviços, indústria, agropecuária e construção civil. O setor terciário, portanto, sem fugir à realidade das demais espacialidades nacionais, predomina entre as atividades econômicas.

*Quadro 85: Número de empregados do município e dos principais municípios da região*

MUNICÍPIO	Comércio	Serviços e Adm. Pública	Indústria	Agropecuária	Construção civil
Xique-Xique	473	1.556	130	8	13
Canarana	172	1.054	3	4	0
Irecê	3.564	5.256	479	67	200
João Dourado	221	963	0	29	5
Lapão	142	753	37	25	58
TOTAL	4.572	9.582	649	133	276

Fonte: MTE/Rais in DIEESE – observatório do trabalho, 2012

De acordo com as informações extraídas da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, reunidas no estudo, havia em 2012, 25.486 trabalhadores formalmente contratados no território Irecê. O recorte considerado no quadro X abrange 15.212 empregos formais em estoque naquele ano, o que representa 59,69% do total da população formalmente empregada no território, distribuídos nos setores de atividades econômicas, conforme demonstrado na tabela.

A análise setorial feita para o quadro X demonstrou a alocação majoritária de trabalhadores no setor de Serviços e Administração Pública, apesar de o Comércio possuir duas vezes e meia o total de estabelecimentos.

Desta forma, dentre os trabalhadores formalizados dos cinco maiores municípios do território, no período em questão, esse setor respondeu pelo equivalente a 62,99% da mão de obra empregada. No universo desses municípios selecionados, o subsetor Administração Pública Direta e Autárquica respondeu em 2012 por 6.069 trabalhadores, o que significa 63,33% dos empregos do grande setor (Serviços), e 39,9% do total de empregos dos cinco maiores municípios aqui considerados. O setor de Serviços, por sua vez, excluída a administração pública, deu conta de 3.513 trabalhadores, o que correspondeu a 13,78% do total de empregos desses municípios, abaixo dos 17,94% de trabalhadores empregados no comércio, portanto.

Notou-se também que quatro desses municípios formam um contínuo geográfico no território, naquela porção, citada anteriormente, situada no núcleo mais dinâmico do território e que forma um subsistema de relações diversas, tendo Irecê como centro. Apenas Xique-

Xique situa-se totalmente fora desse pequeno eixo, praticamente como última parada e posto avançado no território.

Avaliando os dados constantes na tabela seguinte, em consulta ao banco de dados *Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda – ISPER*, do Ministério do Trabalho, Emprego e Renda, referentes aos saldos e flutuação de empregos formais contabilizados apenas no município de Xique-Xique em 2013, segundo distribuição por setor de atividade econômica, o estudo avançou apurando a conjuntura de trabalho conforme quadro a seguir.

*Quadro 86: Emprego formal em Xique-Xique - 2013*

UF: Bahia Município: 293360:Xique-Xique

FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL  
Jan/2013 até Dez/2013

Total das Atividades			
IBGE Setor	Admitidos	Desligados	Saldo
2 - IND TRANSF	25	10	15
4 - CONSTR CIVIL	17	25	-8
5 - COMERCIO	131	145	-14
6 - SERVICOS	46	88	-42
<b>Total</b>	<b>219</b>	<b>268</b>	<b>-49</b>
Ocupações com Maiores Saldos			
CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
828110 - OLEIRO (FABRICACAO DE TIJOLOS)	16	4	12
521110 - VENDEDOR DE COMERCIO VAREJISTA	60	55	5
763210 - COSTUREIRO NA CONFECCAO EM SERIE	3	0	3
715615 - ELETRICISTA DE INSTALACOES	10	7	3
422110 - RECEPCIONISTA DE CONSULTORIO MEDICO OU DENTARIO	3	0	3
Ocupações com Menores Saldos			
CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
322230 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM	0	20	-20
514320 - FAXINEIRO	3	15	-12
421125 - OPERADOR DE CAIXA	4	10	-6
774105 - MONTADOR DE MOVEIS E ARTEFATOS DE MADEIRA	3	8	-5
783210 - CARREGADOR (ARMAZEM)	5	10	-5

Fonte: CAGED/MTE

Em Xique-Xique, a partir dos dados apresentados pelo estudo, consolidados no quadro acima, os setores de atividade econômica não contribuíram para acrescentar novos empregos ao estoque de empregos existente ao longo de 2013. Pelo contrário, a movimentação ocupacional nos setores provocou saldo negativo no total de empregos formais do município.

Apenas a rarefeita indústria xiquexiquense apresentou saldo positivo na movimentação entre admissões e desligamentos. O pior desempenho foi o do setor de Serviços, com quase o dobro de demissões em relação à quantidade de contratados. A ocupação que mais contribuiu para o saldo negativo verificado foi *Auxiliar de Enfermagem*.

*Quadro 87: Média salarial do município e dos principais municípios da região*

MUNICÍPIO	Comércio	Serviços e Adm. Pública*	Indústria	Agropecuária	Construção civil
Xique-Xique	R\$ 775,83	R\$ 1.359,35 R\$ 1.143,88	R\$ 716,15 R\$ 1.584,28**	R\$ 622,75	R\$ 1.090,96
Canarana	R\$ 871,13	R\$ 1.212,85 R\$ 785,46	R\$ 638,59	R\$ 999,90	---
Irecê	R\$ 915,02	R\$ 1.237,43 R\$ 1.348,18	R\$ 1.828,47 R\$ 740,44 R\$ 5.121,75***	R\$ 878,74	R\$ 900,58
João Dourado	R\$ 883,59	R\$ 1.426,86 R\$ 2.026,39	---	R\$ 637,51	R\$ 726,20
Lapão	R\$ 796,54	R\$ 1.804,31 R\$ 1.107,43	R\$ 610,71 R\$ 699,55 R\$ 622,00 ***	R\$ 636,33	R\$ 910,13

Fonte: MTE/RAIS, 2012

\* Os dados são apresentados separadamente e respectivamente

\*\* Os dados apresentados são da Indústria de Transformação e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública, respectivamente.

\*\*\* Os dados apresentados são da Indústria Extrativa Mineral, da Indústria de Transformação e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública, respectivamente.

A análise do quadro acima permitiu constatar a variação da média salarial por setores econômicos entre os municípios investigados. Grosso modo, é possível observar diferenças pouco expressivas, entre os municípios considerados, nos grandes setores de atividade econômica.

Quadro 88: Distribuição do pessoal ocupado nos setores econômicos – território Irecê

Lugar	% dos ocupados no setor agropecuário - 18 anos ou mais (2010)	% dos ocupados no setor extrativo mineral - 18 anos ou mais (2010)	% dos ocupados na indústria de transformação - 18 anos ou mais (2010)	% dos ocupados no SIUP - 18 anos ou mais (2010)	% dos ocupados no setor de construção - 18 anos ou mais (2010)	% dos ocupados no setor comércio - 18 anos ou mais (2010)	% dos ocupados no setor serviços - 18 anos ou mais (2010)
Brasil	13,55	0,48	11,92	0,93	7,40	15,38	44,29
América Dourada (BA)	64,71	0,00	1,62	0,47	4,13	5,37	20,45
Cafarnaum (BA)	65,13	0,00	1,39	0,34	3,95	6,72	21,35
Canarana (BA)	58,67	0,00	2,29	1,03	4,79	8,94	24,20
Barro Alto (BA)	64,50	0,00	1,94	0,45	5,69	7,48	18,52
Barra do Mendes (BA)	45,14	0,11	2,98	0,25	5,45	11,09	33,11
Central (BA)	55,57	0,10	1,29	0,86	4,11	8,64	25,48
Gentio do Ouro (BA)	47,53	1,78	1,65	2,15	6,40	6,30	31,44
Ibipeba (BA)	51,62	0,00	1,59	0,23	5,31	10,43	29,62
Ibititá (BA)	57,45	0,27	4,88	0,68	3,98	7,08	24,61
Ipupiara (BA)	42,91	0,57	3,00	0,73	4,92	18,53	28,02
Irecê (BA)	15,50	0,45	5,94	1,33	6,71	24,96	41,71
Itaguaçu da Bahia (BA)	62,63	0,00	2,42	1,39	6,30	5,59	19,09
João Dourado (BA)	55,21	0,17	2,72	0,34	3,81	10,33	24,42
Jussara (BA)	57,42	0,29	1,41	1,27	5,11	11,25	21,97
Lapão (BA)	62,16	0,00	1,30	0,59	4,76	8,30	20,38
Mulungu do Morro (BA)	64,95	0,16	2,68	0,42	6,99	4,39	19,80
Presidente Dutra (BA)	54,18	0,00	1,22	0,71	4,79	8,14	27,57
São Gabriel (BA)	57,67	0,12	1,94	0,87	3,15	9,57	25,31
Uibai (BA)	49,06	0,40	4,49	1,07	3,94	8,65	30,05
Xique-Xique (BA)	39,26	0,24	3,34	0,95	7,20	11,5	32,45

fonte: PNUD, 2013

O quadro anterior ofereceu um panorama da distribuição do pessoal ocupado no território Irecê no ano de 2010. A despeito de não possuir números relevantes na tabulação baseada na RAIS, que abrange os empregos formais, o setor agropecuário apresenta as maiores concentrações ocupacionais. Em seguida, o setor Serviços e o setor Comércio são os que acusam os maiores saldos de ocupados, em ordem decrescente.

Quadro 89: Distância da sede dos maiores municípios ao endereço do Campus

MUNICÍPIO	DISTÂNCIA
Xique-Xique	0 km
Canarana	158 km
Irecê	109 km
João Dourado	132 km
Lapão	123 km

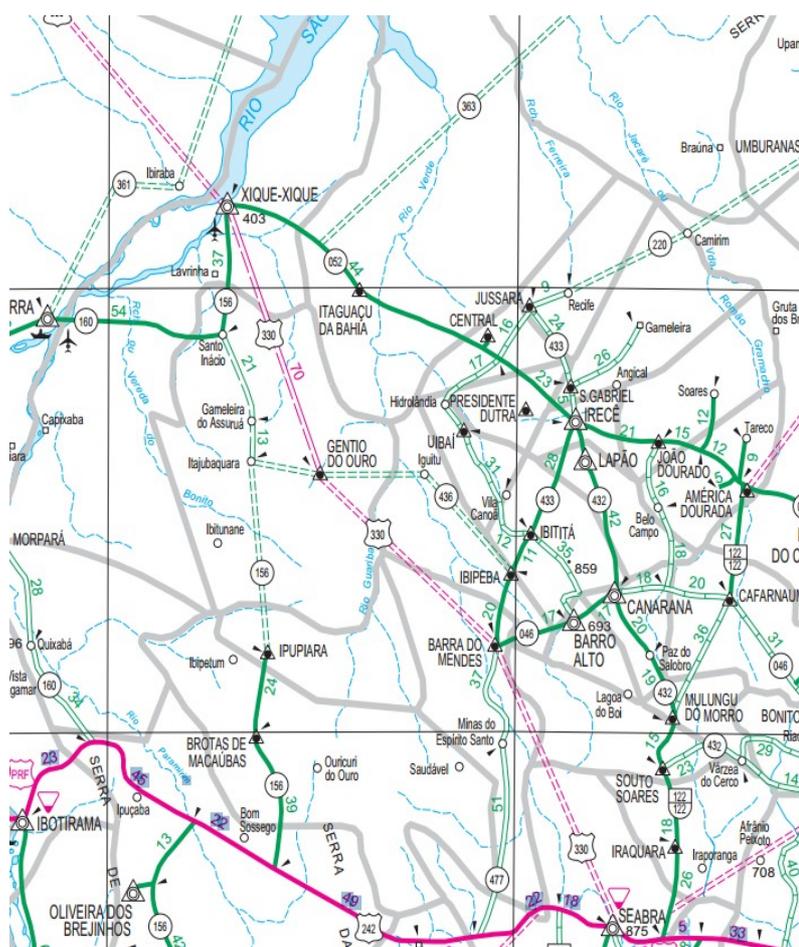
Fonte: DNIT

As distâncias entre o município sede do Campus do IF Baiano e as principais sedes municipais do território, verificadas no estudo de demanda, são grandes, como se observa no quadro acima. A principal rodovia é a BA 052, conhecida como *Estrada do Feijão*, rodovia estadual que liga Xique-Xique a Feira de Santana, passando por Irecê e Morro do Chapéu, cruzando a área no sentido leste-oeste. Constitui importante eixo integrador entre os principais municípios do território e deste com outros territórios situados a leste.

Uma outra importante via, irradiando para o sul do território a partir de Irecê, é a BA 432, que faz a ligação da BA 052 à BR 242 situada a cerca de 140 km, já no território Chapada Diamantina, e, por sua vez, uma das principais articulações entre o oeste baiano e a capital.

A maior parte das estradas do território, porém, é constituída por rodovias projetadas e estradas vicinais sem pavimentação.

Confirmou-se a proeminência da cidade de Irecê na hierarquia urbana territorial, sendo ponto de confluência dos conglomerados do território. Na classificação do IBGE, Irecê é um Centro Sub-regional de nível A, ou seja, é um centro com atividades de gestão menos complexas e áreas de atuação mais reduzida do aquelas verificadas nas capitais regionais. Com exceção de Ipupiara, que possui relações mais diretas com Ibotirama e Bom Jesus da Lapa, no território Velho Chico, para Irecê convergem os demais centros do território.



*Figura 11: Malha rodoviária do território Irecê*

Além de Irecê, apenas Xique-Xique não é considerada como *centro local*, o menor conglomerado urbano e mais simples em meio à hierarquia urbana nacional. A cidade de Xique-Xique é um *Centro de Zona*<sup>7</sup> (IBGE, 2007), exercendo influência sobre seu pequeno entorno, principalmente Gentio do Ouro e Itaguaçu da Bahia, o que faz com que essa população vizinha faça uso de inúmeros serviços e produtos encontrados no município. Fora do território, Xique-Xique exerce influências sobre Barra, que é um Centro de Zona B no território Velho Chico, que, por sua vez tem as cidades de Buritirama e Morpará no seu raio de influência, ambas igualmente no território Velho Chico. A cidade de Barra também está sob a rede de influência de Barreiras, Capital Regional situada no território Bacia do Rio Grande.

*Quadro 90: Rede de hierarquia urbana no território Irecê*

Metrópole	SALVADOR				
Capital Regional A					
Capital Regional B					
Capital Regional C	Barreiras				
Centro Sub-regional A		Irecê			
Centro Sub-regional B					B. Jesus da Lapa
Centro de Zona A	Xique-Xique				
Centro de Zona B	Barra				Ibotirama
Centro Local	Buritirama Morpará	Gentio do Ouro Itaguaçu da Bahia	América Dourada Barra do Mendes Barro Alto Cafarnaum Canarana Central Ibipeba Ibititá Itaguaçu da Bahia João Dourado Jussara Lapão Mulungu do Morro Presidente Dutra Uibaí	S. Gabriel	Ipupiara

**Centros com múltiplas vinculações**

Fonte: IBGE, 2007

Apenas a pequena São Gabriel, muito próxima a Irecê, aparece como diretamente e majoritariamente relacionada com Salvador.

O transporte rodoviário é o meio mais utilizado no Território Irecê para o

<sup>7</sup>De acordo com o IBGE, um Centro de Zona é uma cidade de pequeno porte e com atuação restrita à sua área imediata, exercendo funções de gestão elementares. Subdividem-se em Centro de Zona A e Centro de Zona B.

deslocamento de pessoas e de mercadorias. O transporte aquaviário é feito por meio da hidrovia do rio São Francisco. A hidrovia está sob responsabilidade da Administração da Hidrovia do São Francisco (AHSFRA), que tem como função realizar a sinalização, as obras de manutenção (como dragagem e derrocamentos) e obras para melhoria das condições de navegabilidade.

De acordo com a AHSFRA, dos 2.800 quilômetros de extensão do São Francisco, há dois trechos navegáveis: o primeiro tem 1.371 quilômetros e situa-se entre o município de Pirapora (MG) e o polo Petrolina (PE)/Juazeiro (BA), e o segundo, com 208 quilômetros, está localizado entre Piranhas (AL) e a foz. Segundo a autarquia, o Médio São Francisco, zona na qual está inserido o território de Irecê, sendo o município de Xique-Xique a praticamente ser o único do território a ser contíguo ao leito da hidrovia, foi subdividido em outros três trechos depois da construção da eclusa de Sobradinho, em 1978. São eles:

- De Pirapora (MG) ao município de Pilão Arcado (BA), trecho do qual faz parte Xique-Xique;
- De Pilão Arcado (BA) à Barragem de Sobradinho (BA); e
- Da Barragem de Sobradinho (BA) ao polo de Juazeiro (BA)/Petrolina (PE).

#### **6.4.2 Vetores de desenvolvimento regionais identificados no território de identidade Irecê**

##### **O Baixio de Irecê**

O Baixio de Irecê, na descrição da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba), é um megaprojeto de irrigação com área irrigável estimada de 59.375 ha, e compreende estudos e projetos, aquisição de terras, infraestrutura básica de uso comum e medidas de proteção ambiental. Inclui ainda administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial. Está localizado na região do vale no médio São Francisco, abarcando parcialmente os municípios de Itaguaçu da Bahia, Sento Sé (território Sertão do São Francisco) e Xique-Xique.

Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento da região semiárida através da agricultura irrigada, dentro da sustentabilidade ambiental, incorporando a área abrangida ao processo produtivo; elevar a produção e a produtividade das safras agrícolas, gerando renda, aumento da oferta de alimentos e propiciando a abertura de empregos diretos e indiretos (CODEVASF, 2014).

Calcula-se que cerca de 250.000 pessoas sejam beneficiadas diretamente pelo projeto, com previsão de fomento das culturas agrícolas de abacaxi, abóbora, algodão, banana, cana-de-açúcar, cebola, coco, mamão, melão, tomate, milho, melancia, uva.

### **Agricultura**

Do ponto de vista da sua base produtiva agrícola, predominam no território as culturas temporárias, com destaque para o feijão, milho e mamona. Segundo o IBGE, as culturas temporárias participaram com 98,2% do total da área colhida da região de Irecê e as três culturas, geralmente cultivadas de forma consorciada, representaram 91,9% (IBGE, 2012). São importantes, ainda, as culturas da mandioca, do sorgo, da cebola e do algodão.

De acordo com avaliação da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário da Bahia (EBDA), o Território de Irecê é uma região ambientalmente diversificada com diferentes graus de semiaridez, instabilidade climática sujeita a prolongadas estiagens, além de agricolamente fragmentada em pequenas propriedades, administradas predominantemente por agricultores familiares. A maioria das propriedades está situada em áreas de alto grau de aridez, com solos de baixa fertilidade. O manejo não adequado do solo, segundo a Empresa, tem provocado baixos índices de produtividade e uso desordenado dos recursos naturais, com consequente desequilíbrio socioeconômico e ambiental. (EBDA, 2014).

Discrepando desse cenário, a EBDA indica que as propriedades localizadas no Platô de Irecê apresentam solos extremamente férteis com práticas agrícolas sob sistema de irrigação com água subterrânea. Entretanto, a despeito deste incremento tecnológico, o uso inadequado de tecnologias voltadas às condições do semiárido, aliado ao uso inadequado dos recursos, além do uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes solúveis, tem provocado degradação intensiva, comprometendo a sustentabilidade do sistema (EBDA, 2014).

Diante desse panorama, a Empresa diagnostica a necessidade de desenvolvimento de ações que promovam, através de metodologias participativas e educativas, a superação deste quadro. Essas ações deveriam estar fundamentadas em princípios agroecológicos e na pesquisa, para serem capazes de gerar novos estilos de produção agropecuária que permitam alcançar o desenvolvimento sustentável.

É da região a maior produção de cebola do Estado. Os municípios do platô de Irecê estão entre os maiores produtores. Itaguaçu da Bahia, que se encontra na Caatinga – Beira Rio, também faz parte do grupo dos maiores produtores estaduais.

*Quadro 91: Produção de Cebola do Estado da Bahia: maiores produtores*

MUNICÍPIOS	Quantidade produzida (Toneladas)			VBP (Mil Reais)		
	2010	2011	%	2010	2011	%
João Dourado - BA	26.250	21.600	-17,71	31.500	28.080	-10,86
Casa Nova - BA	74.980	32.340	-56,87	67.482	25.872	-61,66
América Dourada - BA	20.000	12.400	-38,00	24.000	16.120	-32,83
Mucugê - BA	14.700	28.000	90,48	7.350	15.400	109,52
Juazeiro - BA	36.000	21.290	-40,86	7.200	14.903	106,99
Sento Sé - BA	47.000	14.772	-68,57	42.300	14.772	-65,08
Ibititá - BA	11.200	8.800	-21,43	13.440	9.680	-27,98
Lapão - BA	4.600	5.400	17,39	5.520	7.020	27,17
Canarana - BA	9.000	4.470	-50,33	10.800	4.917	-54,47
Itaguaçu da Bahia - BA	7.000	5.200	-25,71	4.900	4.160	-15,10

Fonte: FAEB - IBGE/PAM, 2011

Na apuração do estudo de demanda realizado, os maiores produtores do território de Irecê (João Dourado, América Dourada, Ibititá, Lapão, Canarana e Itaguaçu da Bahia) participaram com 30% da produção baiana de cebola em 2011. Somados aos outros maiores municípios produtores do estado, foram responsáveis por mais de 81% da produção de cebola naquele ano. Projetam, dessa forma, a Bahia à segunda posição no ranking nacional.

*Quadro 92: Produção brasileira de Cebola: maiores estados produtores*

**POSIÇÃO DA BAHIA NA PRODUÇÃO DE CEBOLA NO BRASIL EM 2011**

**ANÁLISE SOB A ÓTICA DO VBP**

RANKING	ESTADO	CULTURA	QUANTIDADE PRODUZIDA (ton)	VBP (Em mil R\$)	%
1º	Santa Catarina	Cebola (Toneladas)	395.135	223.136	24,78
<b>2º</b>	<b>Bahia</b>	<b>Cebola (Toneladas)</b>	<b>190.278</b>	<b>177.385</b>	<b>19,70</b>
3º	Minas Gerais	Cebola (Toneladas)	138.233	89.083	9,89
4º	Pernambuco	Cebola (Toneladas)	93.491	80.288	8,92
5º	Goiás	Cebola (Toneladas)	116.230	74.776	8,31
6º	Rio Grande do Sul	Cebola (Toneladas)	225.017	72.185	8,02
7º	Paraná	Cebola (Toneladas)	162.787	70.117	7,79
8º	São Paulo	Cebola (Toneladas)	133.238	59.555	6,61
9º	Rio Grande do Norte	Cebola (Toneladas)	47.900	39.740	4,41
10º	Espírito Santo	Cebola (Toneladas)	10.860	6.841	0,76
11º	Distrito Federal	Cebola (Toneladas)	7.070	5.429	0,60
12º	Paraíba	Cebola (Toneladas)	2.718	1.374	0,15
13º	Ceará	Cebola (Toneladas)	320	384	0,04
14º	Piauí	Cebola (Toneladas)	39	49	0,01
<b>TOTAL BRASIL</b>			<b>1.523.316</b>	<b>900.342</b>	<b>100,00</b>

Fonte: FAEB, 2014

### Ricinocultura – a mamona

O estudo de demanda também identificou a ocorrência da cultura da mamona na região. A possibilidade de produção de biodiesel a partir do óleo de mamona criou um novo mercado para este produto. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a cultura da mamona chamou grande atenção a partir de 2005 devido ao incentivo à produção de biodiesel, e que exigiu grandes áreas de plantio para atender a demanda do mercado de combustíveis (BRASIL, 2006).

O principal produto da mamona é o óleo, também chamado óleo de rícino. É uma importante matéria prima para a indústria química, sendo utilizado na composição de inúmeros produtos como tintas, vernizes, cosméticos, lubrificantes, plásticos etc. A lista de produtos feitos a partir de óleo de mamona é muito extensa, tendo mais de 400 itens (EMBRAPA, 2014).

De acordo com a Embrapa, a extração de óleo e a produção do biodiesel, do ponto de vista técnico, podem ser feitas em pequenas usinas. No entanto, essa alternativa só é viável em situações especiais, pois o custo de produção é muito mais alto que numa usina de maior porte (2014).

A importância da cultura da mamona na economia da região semiárida do nordeste brasileiro, onde vivem comunidades das mais pobres, está em sua capacidade de gerar renda para os agricultores familiares desta extensa área, mesmo nas condições de atraso tecnológico em que ela ainda é produzida.

*Quadro 93: Produção brasileira de mamona: maiores estados produtores*

ANÁLISE SOB A ÓTICA DA PRODUÇÃO						
RANKING	ESTADO	CULTURA	QUANTIDADE PRODUZIDA (ton)	VBP (Em mil R\$)	%	
1º	Bahia	Mamona (baga)	90.031	80.687	74,92	
2º	Ceará	Mamona (baga)	15.131	16.936	12,59	
3º	Minas Gerais	Mamona (baga)	6.074	6.427	5,05	
4º	Pernambuco	Mamona (baga)	4.291	4.419	3,57	
5º	São Paulo	Mamona (baga)	2.491	1.548	2,07	
6º	Piauí	Mamona (baga)	1.061	1.035	0,88	
7º	Paraná	Mamona (baga)	557	452	0,46	
8º	Rio Grande do Sul	Mamona (baga)	182	127	0,15	
9º	Paraíba	Mamona (baga)	149	161	0,12	
10º	Rio Grande do Norte	Mamona (baga)	103	104	0,09	
11º	Mato Grosso	Mamona (baga)	86	180	0,07	
12º	Alagoas	Mamona (baga)	10	11	0,01	
<b>TOTAL BRASIL</b>			<b>120.166</b>	<b>112.087</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: FAEB / IBGE – PAM 2011

De acordo com o estudo, atualmente o território Irecê é o centro de produção de mamona de maior expressão nacional, onde demonstra que a cultura é viável no semiárido brasileiro, e uma das poucas opções para os produtores que utilizam sistemas de produção de sequeiro (GARCIA; ROMEIRO, 2010, p.8).

*Quadro 94: Maiores produtores de mamona do estado da Bahia*

MUNICÍPIOS	Quantidade produzida (Toneladas)			VBP (Mil Reais)		
	2010	2011	%	2010	2011	%
Ibititá - BA	2.160	9.000	316,67	2.592	9.450	264,58
Lapão - BA	8.000	6.900	-13,75	9.600	7.245	-24,53
Central - BA	2.000	8.000	300,00	1.600	7.200	350,00
São Gabriel - BA	9.200	6.300	-31,52	11.040	6.615	-40,08
Canarana - BA	3.600	5.950	65,28	4.320	6.247	44,61
Cafarnaum - BA	10.520	6.000	-42,97	9.468	4.920	-48,04
Jussara - BA	3.000	3.500	16,67	3.600	3.675	2,08
Mulungu do Morro - BA	2.025	4.200	107,41	1.822	3.444	89,02
Barro Alto - BA	900	2.450	172,22	1.080	2.572	138,15
Presidente Dutra - BA	2.100	2.400	14,29	2.520	2.520	0,00

Fonte: FAEB / IBGE – PAM 2011

Os maiores produtores de mamona do estado estão todos localizados no território Irecê, especialmente no platô de Irecê, com inexpressiva produção na zona serrana ou na zona caatinga – beira rio.

Diante desse cenário, o estudo de demanda cogitou ser favorável à inclusão cada vez maior dos pequenos agricultores do território na cadeia produtiva da mamona para atender a demanda das usinas de biodiesel já instaladas na região nordeste. Assim, a produção de mamona dos agricultores familiares possivelmente constituir-se-ia em fator de sobrevivência e fixação para a população rural.

No entanto, a imagem que tem predominado é a de um sistema de produção com uso de baixo nível tecnológico havendo, conseqüentemente, perda da competitividade do produto, explicada em grande medida pela dificuldade do agricultor familiar da região para ter acesso a tecnologias, tais como insumos industriais (como fertilizantes), sementes melhoradas, ou mesmo melhores sistemas de preparo do solo, plantio, colheita, beneficiamento dos frutos e armazenamento das sementes, fatos estes que podem ser contornados com o auxílio da Embrapa (BRASIL, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2011).

### 6.4.3 Pesquisa com a população

#### 6.4.3.1 Estudantes

Universo pesquisado de 269 estudantes, dos quais 85,34% do município de Xique-Xique e 14,66% de outros municípios do território (Central e Irecê) e de outros territórios (Barra, Pilão Arcado e Umburanas). Os respondentes do sexo feminino perfizeram um total de 60,9%, enquanto 39,1% são do sexo masculino. Do total de entrevistados, 6,39% declarou possuir algum tipo de necessidade específica, sendo: 2,63% com limitações visuais; 0,38% com limitação intelectual; e 0,38% com limitação física. Outros 1,5% informaram ser portadores de outros tipos de necessidades específicas. No quesito etnia, tivemos 53,01% pardos autodeclarados, 26,69% negros, 17,29% brancos e 1,5% disseram pertencer à etnia indígena. O restante 1,5% afirmou pertencer a outra etnia não relacionada no formulário ou preferiu não declará-la.

A faixa etária dos estudantes entrevistados situou-se em sua maioria entre dezesseis e dezoito anos, representando mais de 36% do contingente, como pode ser observado no quadro seguinte. A maioria desses jovens cursava o ensino médio (58,27%) seguido pelo grupo que ainda cursava as séries finais do ensino fundamental (34,59%) e pelo grupo que já tinha concluído o ensino médio (4,14%).

*Quadro 95: Faixa etária dos estudantes que participaram da pesquisa no estudo de demanda*

Faixa etária

Resposta	Contagem	Porcentagem
inferior a 14 anos (1)	25	9.40%
14 anos (2)	30	11.28%
15 anos (3)	36	13.53%
16 anos (4)	27	10.15%
17 anos (5)	59	22.18%
18 anos (6)	38	14.29%
19 anos (7)	28	10.53%
20 anos (8)	12	4.51%
de 21 a 24 anos (9)	8	3.01%
25 a 29 anos (10)	2	0.75%
30 a 39 anos (11)	1	0.38%
40 a 49 anos (12)	0	0.00%
50 a 59 anos (13)	0	0.00%
60 anos ou mais (14)	0	0.00%
Sem resposta	0	0.00%

Quando indagados se exerciam alguma atividade profissional, 80,45% afirmaram não trabalhar. Um total de 52 estudantes declararam trabalhar, principalmente no turno da manhã e exercendo o trabalho na informalidade. Apenas 25% dos jovens que declararam exercer alguma ocupação laborativa estavam em situação de formalidade. Há uma relação aparentemente equilibrada entre a faixa etária dos entrevistados e o nível de ocupação dos mesmos, posto que o total de estudantes com idade de 18 anos acima foi de 89.

O turno matutino foi preferido por 50,75% dos estudantes entrevistados para participação das atividades letivas. O turno vespertino ficou em segundo, com 34,59%, seguido pelo noturno com 13,91%.

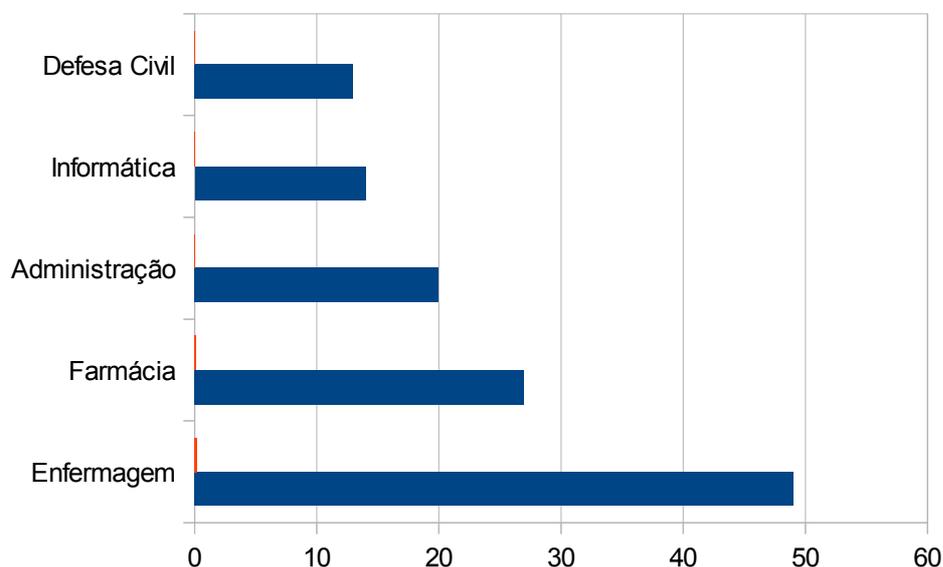
De acordo com os estudantes entrevistados, um número significativo provém de famílias com renda inferior a um salário-mínimo: 56,02% afirmaram que suas famílias se mantêm com essa renda. Uma outra parcela desse segmento, 28,57%, é proveniente de famílias que auferem entre 1 a 2 salários-mínimos. Quase 85% dos entrevistados, portanto, pertencem às famílias de menor renda. Os que responderam ter estudado sempre em escola pública alcançou 89,85%.

Em relação à pretensão de fazer um curso técnico e profissionalizante, 96,99% manifestaram o desejo de fazê-lo.

Os estudantes foram convidados a indicar três cursos técnicos, entre aqueles constantes no catálogo nacional de cursos técnicos e tecnológicos, em primeira, segunda e terceira ordem de importância.

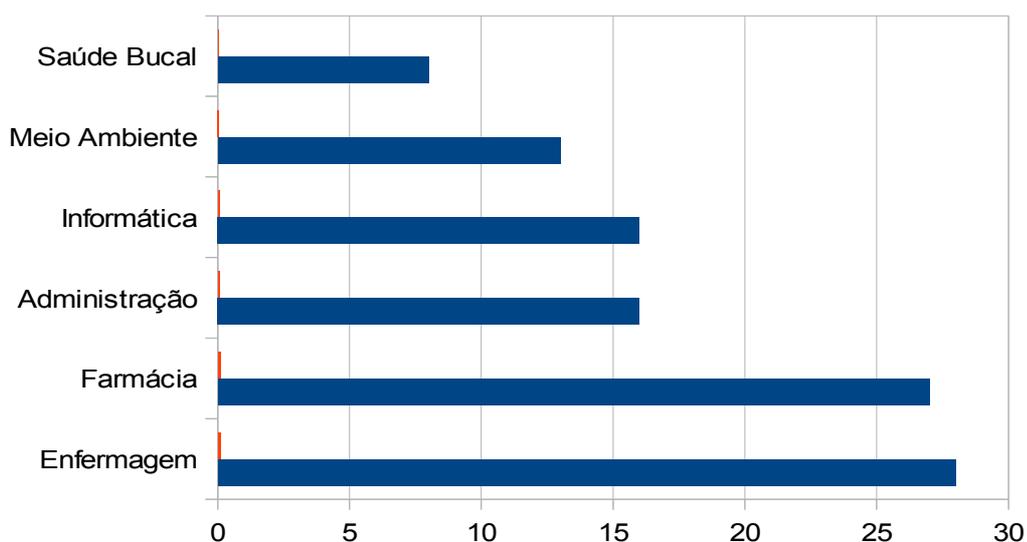
O curso técnico mais indicado pelos entrevistados como sendo de primeira preferência foi o de Enfermagem, com 18,99%, seguido pelo Técnico em Farmácia, com 10,47% e Técnico em Administração, que ficou com 7,75% das indicações para primeira opção de curso técnico. Os cursos Técnico em Informática e Técnico em Defesa Civil figuraram nas posições seguintes, com 5,43% e 5,04%, respectivamente, entre as indicações como primeira opção de curso.

*Quadro 96: Cursos técnicos mais indicados por estudantes, em primeira opção*



Os cursos técnicos mais votados como segunda opção foram: Enfermagem com 10,85%; Farmácia com 10,47%; Administração e Informática, com 6,20% cada; Meio Ambiente com 5,04%; e Saúde Bucal com 3,1% do total de cursos indicados como segunda opção.

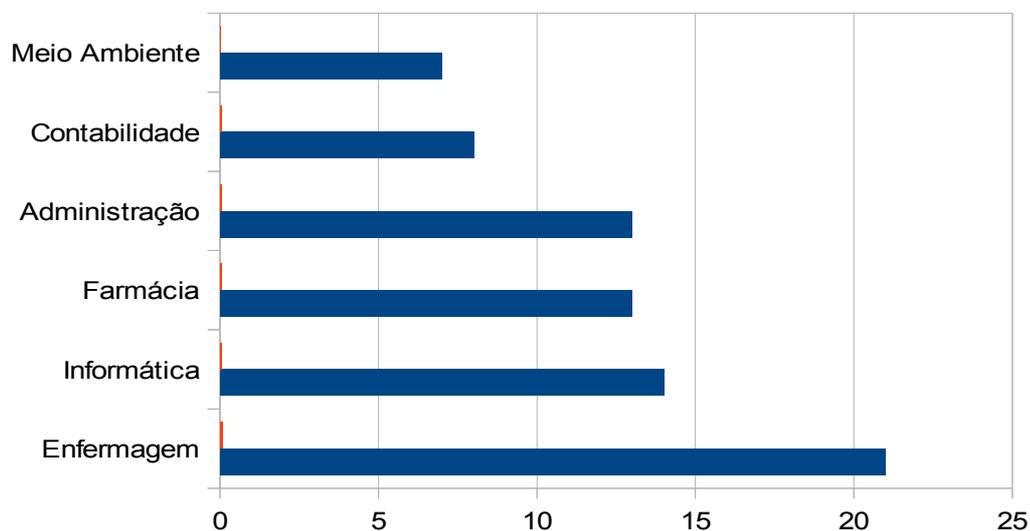
*Quadro 97: Cursos técnicos mais indicados por estudantes, em segunda opção*



Para os cursos estimados como terceira opção de escolha para os estudantes, tiveram preferência os cursos de Técnico em Enfermagem, com 8,14% do total de indicações para terceira opção; Técnico em Informática com 5,43%; Técnico em Farmácia e Técnico em

Administração, com 5,04% cada; Técnico em Contabilidade com 3,1%; e Técnico em Meio Ambiente com 2,71%, do total de indicações como terceira opção de curso.

*Quadro 98: Cursos técnicos mais indicados por estudantes, em terceira opção*



O estudo observou que os cursos Técnico em Contabilidade, Técnico em Defesa Civil e Técnico em Saúde Bucal são os que não se repetem nas ordens de maior importância indicada, aparecendo isoladamente em uma ou outra ordem de importância.

Ao considerar o total bruto de indicações, abrangendo todas as indicações feitas para a primeira, segunda e terceira ordem de importância para os entrevistados, totalizando 693 indicações, dos 258 estudantes que registraram indicações de forma válida, chegamos ao seguinte resultado em relação aos cursos mais indicados cumulativamente em todas as ordens de importância:

*Quadro 99: Cursos técnicos mais indicados por estudantes, em todas as ordens de opção*

<b>CURSOS TÉCNICOS MAIS INDICADOS</b>	<b>TOTAL BRUTO DE INDICAÇÕES (693)</b>	<b>%</b>
Enfermagem	98	14,14
Farmácia	67	9,69
Administração	49	7,07
Informática	44	6,35
Meio Ambiente	27	3,90
Total dos cursos indicados acima	285	41,12

Ao tomar os Eixos Tecnológicos como critério de indicação, teve-se pequena alteração na verticalidade desse quadro, a partir das indicações de cursos técnicos feitas pelos 346 estudantes que fizeram as indicações de forma válida.

*Quadro 100: Cursos técnicos mais indicados por estudantes, segundo eixos tecnológicos*

<b>EIXOS</b>	<b>1ª opção</b>	<b>2ª opção</b>	<b>3ª opção</b>	<b>total</b>
Ambiente, Saúde e Segurança	144	112	68	324
Gestão e Negócios	31	32	42	105
Informação e Comunicação	23	26	23	72
Controle e Processos Industriais	16	21	21	58
Recursos Naturais	11	11	13	35
Produção Cultural e Design	4	8	13	25
Desenvolvimento Educacional e Social	9	8	8	25
Produção Alimentícia	4	6	4	14
Produção Industrial	4	3	6	13
Turismo, Hospitalidade e Lazer	1	4	4	9
Militar	5	1	1	7
Infraestrutura	1	4	1	6

Dessa forma, o eixo tecnológico Ambiente, Saúde e Segurança acumulou um maior número de indicações: 46,75% do total bruto de indicações. A ele pertence o curso Técnico em Enfermagem, o mais indicado entre os cursos. Os dois eixos que se seguem também mantiveram correspondência com aqueles cursos técnicos mais indicados nas entrevistas. O eixo Gestão e Negócios, com 15,15% de indicações, preserva a relação com o curso Técnico em Administração, assim como o eixo Informação e Comunicação relaciona-se ao curso Técnico em Informática. Esses três eixos abrangem os cinco cursos mais indicados pelos estudantes.

Em relação aos cursos superiores, para os quais houve também a oportunidade de se fazer indicações de maneira análoga aos cursos técnicos, obteve-se o seguinte quadro:

*Quadro 101: Cursos superiores mais indicados por estudantes, conforme ordens de opção*

<b>CURSOS SUPERIORES</b>	<b>1ª OPÇÃO</b>	<b>2ª OPÇÃO</b>	<b>3ª OPÇÃO</b>	<b>total</b>
Bach. Administração	5	25	5	35
Bach. Direito	6	21	2	29
Lic. Informática	6	2	21	29
Bach. Enfermagem	6	16	3	25
Tec. Redes de Computadores	14	5	1	20
Bach. Farmácia	8	9	2	19
Lic. Educação Física	1	2	14	17
Tec. Radiologia	7	7	1	15
Tec. Biocombustíveis	10	2	2	14
Bach. Ciência da Computação	3	8	0	11
Tec. Logística	8	1	1	10
Tec. Agroindústria	8	0	0	8

Foi observado no estudo que o grupo dos cursos superiores mais indicados manteve relação de verticalidade com os cursos de nível técnico mais indicados.

#### **6.4.3.2 Empresariado**

A consulta ao setor empresarial se deu nos municípios de Central, Jussara e Xique-Xique. Foi representado majoritariamente pelo comércio varejista: 27 estabelecimentos de um total de 38, o que representa 71,05% dos entrevistados. Declararam exercer atividade como *Indústria de Transformação* quatro entrevistados (10,53%); outros quatro qualificaram sua atividade econômica como de *Alojamento e Alimentação*. Ainda tivemos os que declararam exercer *Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados* (2) e do setor de *Informação e Comunicação*. A maioria (86, 84%) afirmou haver carência de profissionais qualificados na região, principalmente na área de atendimento ao cliente e comércio, percepção essa que resulta da presença majoritária de representantes do comércio varejista.

Sobre projetos locais em andamento, voltados para atendimento das necessidades das empresas, 73,68% afirmaram não existir. O restante que afirmou existir esse tipo de projeto não soube nomeá-lo. Perguntados se os cursos oferecidos na região supriam as necessidades de mão de obra qualificada, 84,21% responderam negativamente, ao mesmo passo em que 92,11% não percebiam os cursos técnicos e superiores ofertados no território em alinhamento às demandas da região. A maioria dos entrevistados, 84,21%, disse não fazer uso de mão de obra de estagiários, e apenas 34,21% afirmou possuir disponibilidade para admitir o estágio remunerado.

Nenhum entrevistado confirmou existirem Arranjos Produtivos Locais em funcionamento na região, não sendo possível sumariá-los no estudo a partir da perspectiva desse grupo. Aqueles (76,32%) que não negaram categoricamente a existência de APL na região, afirmaram não saber se existiam.

Foram questionados também se houve alguma mudança, de ordem econômica, social ou cultural, no município e região, que percebessem como significativa. Para 84,21% dos entrevistados não teria ocorrido mudança alguma de maior relevância, diferentemente dos 15,79% restantes que disseram ter percebido significativas mudanças nos últimos anos. Entre as mudanças percebidas, destacaram:

- Educação;
- O *Baixio de Irecê*, com boas perspectivas de geração de emprego;

- Eventos culturais;
- Construção de praças;
- Escolas;
- Coleta de lixo;
- Implantação da UNEB e oferta de novos cursos.

Entretanto, para a maioria dos que concordaram com a ocorrência de mudanças significativas, elas não foram percebidas como geradoras de novas oportunidades de trabalho.

Sobre as potencialidades produtivas da região, 86,84% dos entrevistados emitiram opiniões. A agricultura, das mais diversas formas, seja nominando-a propriamente ou nominando seus produtos, foi a mais lembrada. Considerando apenas a menção dos termos, obteve-se a seguinte classificação:

*Quadro 102: Potencialidades produtivas citadas pelo segmento empresarial*

Potencialidades produtivas	Quantidade de citações
Agricultura	24
Pesca	24
Comércio	12
Pecuária	7
Carnaúba	3
Cebola	3
Horticultura	3
Lazer	2
Barro	1

Para os representantes da iniciativa privada local que participaram da entrevista feita por aquele estudo de demanda, a agricultura e a pesca, portanto, possuem um forte apelo como potencial produtivo. Entre os produtos agrícolas mais lembrados como potencial produtivo, destacaram-se a carnaúba e a cebola. Como visto anteriormente pelo estudo, a Bahia está entre as maiores unidades da federação em produção de cebola, com grande participação do território Irecê. A organização da cadeia produtiva da extração da cera da carnaúba seria mais recente, articulada com parceria entre as secretarias de Desenvolvimento e Integração Regional (SEDIR) e de Agricultura (SEAGRI) da Bahia. De acordo com a SEDIR, em 2010, somente no trecho compreendido entre Barra e Xique-Xique, que corresponde a 40 mil hectares de área produtiva, ocorreu a geração de 38 mil ocupações durante o período de colheita e uma renda estimada em R\$ 18 milhões anuais com o

processamento de 4,87 mil toneladas de pó ou R\$ 24 milhões com a transformação desse pó em 2,9 mil toneladas de cera bruta. A mesma secretaria previu investimentos para a concretização do projeto iniciado naquele ano para organizar o processo produtivo da carnaúba na região (SEDIR, 2010).

#### 6.4.3.3 Entidades da Sociedade Civil Organizada

A pesquisa de opinião, feita no estudo de demanda, com entidades da sociedade civil organizada foi muito prejudicada, havendo manifestação apenas de duas organizações: o sindicato dos trabalhadores rurais de Central e a associação de taxistas daquele mesmo município.

A presidenta da Associação de Mulheres de Xique-Xique (AMUXX) enviou uma carta onde manifestava a importância da cerâmica para a região, desde a instalação de uma oficina, e sugeria a oferta de algum curso que fosse relacionado a essa atividade.

O estudo recomendou realizar novo processo de escuta e diálogo com esse importante segmento.

#### 6.4.3.4 Administração pública municipal

Os gestores públicos municipais entrevistados (7) apontaram as dificuldades com a saúde da população como o principal problema do território, nas alternativas listadas no questionário. Entre as respostas espontâneas (“outros”) os principais problemas apontados foram a estiagem e a falta de recursos próprios. Entre as interações praticadas na região, destacaram-se as relações entre as esferas municipais, estaduais e federais, além das relações com o chamado município mãe, Irecê. A relação com o município de Central também foi muito citada. O fato de ser a primeira cidade encontrada no caminho para quem se desloca da região da caatinga – beira rio (onde se situa Xique-Xique) e da região serrana para o platô de Irecê deve contribuir para que o município de Central tenha sido citado de forma recorrente.

Os Arranjos Produtivos Locais evocados se relacionaram à agricultura ou à pecuária, majoritariamente a última.

*Quadro 103: Arranjos Produtivos Locais citados pelas administrações públicas municipais*

Arranjos Produtivos Locais	Forma de evocações
Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cisternas para produção agrícola</li> </ul>
Pecuária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abatedouro</li> <li>• Aves</li> <li>• Caprinocultura</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caprino-ovino</li> <li>• Laticínio</li> </ul>
--	--

Houve unanimidade dos entrevistados desse segmento que a Administração Pública é o setor que mais emprega na região, seguida pelo Comércio, pelos Serviços em geral e pela Agricultura, como segundo, terceiro e quarto setores, respectivamente, que mais respondem pelos maiores saldos de mão de obra empregada.

Apenas um único entrevistado apontou uma única ocorrência mineral, o calcário, e a atração turística mais lembrada foi o patrimônio natural, com menção à espeleologia e à ocorrência de pinturas rupestres.

Os gestores públicos municipais foram convidados a fornecer informações sobre a oferta de educação na região. Como oferta de cursos técnicos, citaram aqueles desenvolvidos pela Nova Tec (não foi possível identificar que instituição seria essa), pelo Projovem<sup>8</sup> e pela Plataforma Freire<sup>9</sup>. Sobre a oferta de educação superior foram citados: UNEB (Universidade do Estado da Bahia), a Plataforma Freire e as privadas UESSBA (Unidades de Ensino Superior do Sertão da Bahia – Faculdade do Sertão), localizada em Irecê, e FAEL (Faculdade Educacional da Lapa) que oferta ensino superior na modalidade à distância, com polo presencial em Irecê.

Por último, citaram as potencialidades produtivas e econômicas da região a partir de sua percepção enquanto gestores públicos. Foram citadas apenas três: agropecuária, caprinocultura e serviços.

Os três últimos segmentos aqui tratados (empresários, entidades da sociedade civil organizada e gestores públicos municipais) foram também convidados a indicar a área profissional que poderia ser oferecida na região, tendo em vista as atividades que oferecem oportunidades de trabalho na região. As áreas profissionais apresentadas aos declarantes seguiram a classificação em Eixos Tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para facilitar o tratamento a ser dado ao resultado dessas indicações no que concerne à oferta de cursos da educação profissional técnica e tecnológica. A forma de indicação consistiu em numerarem por ordem de importância cada área (eixo) que constava no questionário.

8 Programa do Governo Federal que visa preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda voltado para os jovens desempregados com idades entre 18 e 29 anos, e que sejam membros de famílias com renda per capita de até um salário-mínimo. Atualmente está vigente somente a ação *Juventude Cidadã* que visa à parceria com Prefeituras Municipais (acima de 20 mil habitantes), Governos Estaduais e Distrito Federal (MTE, 2014).

9 Ambiente virtual criado pelo MEC/CAPES para cadastro de professor e acesso aos cursos do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - Formação Inicial e Formação Continuada), destinados aos professores sem formação adequada à LDB e em exercício nas escolas públicas de educação básica, estaduais e municipais. São oferecidos cursos gratuitos e de qualidade, nas modalidades presencial e a distância, (MEC, 2014).

Considerando apenas as três primeiras ordens de importância, teve-se:

*Quadro 104: Eixos tecnológicos mais indicados pelos três segmentos*

<b>XIQUE-XIQUE – EMPRESÁRIOS, GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA: INDICAÇÕES EIXOS TECNOLÓGICOS</b>				
<b>EIXO</b>	<b>1ª OPÇÃO</b>	<b>2ª OPÇÃO</b>	<b>3ª OPÇÃO</b>	<b>total</b>
AMBIENTE, SAÚDE, SEGURANÇA	35	2	1	38
DES. EDUCACIONAL E SOCIAL	1	32	1	34
GESTÃO E NEGÓCIOS	1	1	21	23
RECURSOS NATURAIS	1	3	5	9
PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	2	3	2	7
PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	1	0	4	5
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	0	0	4	4
PRODUÇÃO INDUSTRIAL	0	2	1	3
INFRAESTRUTURA	0	1	2	3
CONTROLE E PROC.INDUSTRIAIS	1	0	0	1
TURISMO, HOSPIT. E LAZER	0	0	1	1
MILITAR	0	0	0	0

As oportunidades de trabalho foram percebidas dentro das áreas de Ambiente, Saúde e Segurança, de desenvolvimento Educacional e Social, de Gestão e Negócios, de Recursos Naturais e de Produção Alimentícia, para ficar apenas nas cinco mais indicadas. Apesar das potencialidades produtivas apontadas e do maior dinamismo econômico ter sido relacionado preponderantemente às atividades agropecuárias, os eixos Recursos Naturais e Produção Alimentícia tiveram um menor número de indicações do que os três eixos mais indicados.

#### **6.4.4 Oferta de educação profissional no município de Xique-Xique e região**

A oferta mais relevante de educação profissional técnica de nível médio no território acontece por meio do governo do Estado através dos CETEP (Centros Territoriais de Educação Profissional) e das Unidades Compartilhadas que funcionam em escolas públicas estaduais. Os cursos Técnico em Agropecuária (229 matrículas), Técnico em Agroecologia (219 matrículas), Técnico em Enfermagem (200 matrículas), Técnico em Telemática (151 vagas) e Técnico em Pesca e Piscicultura (92 matrículas) foram os que somaram os maiores quantitativos de matrículas dentro do território, no primeiro semestre de 2011.

Quadro 105: Matrículas em cursos técnicos na rede estadual – ano 2011

Município	Eixos Tecnológicos	Cursos	Vagas	Matrículas
<b>Canarana</b>	Recursos Naturais	Téc. Agropecuária	42	29
		Téc. Agroecologia	192	219
<b>Irecê</b>	Ambiente, Saúde e Segurança	Téc. Agente Comunitário de Saúde	30	20
		Téc. Enfermagem	220	200
	Gestão e Negócios	Téc. Recursos Humanos	33	18
	Informação e Comunicação	Téc. Telemática	800	151
	Infraestrutura	Téc. Edificações	60	39
	Produção Alimentícia	Téc. Agroindústria	30	18
	Produção industrial	Téc. Biocombustíveis	38	18
	Recursos Naturais	Téc. Agropecuária	203	151
<b>Xique-Xique</b>	Recursos Naturais	Téc. Agropecuária	90	49
		Téc. Pesca e Piscicultura	200	92
<b>total</b>			1.938	1.004

Fonte: Suprof, 2011

O Eixo Recursos Naturais concentrou o maior número de oferta de vagas e de matrículas efetivadas, com destaque para os cursos Técnico em Agropecuária, Técnico em Agroecologia e Técnico em Pesca e Piscicultura. Ao todo foram 540 matriculados no período, de um total de 727 vagas oferecidas na rede estadual de educação profissional para o território Irecê. Foi o segundo Eixo Tecnológico a apresentar o menor nível de vagas ociosas: 25,72%. O primeiro foi o Eixo Ambiente, Saúde e Segurança, com 12% de vagas ociosas, ofertando os cursos de Técnico em Enfermagem e de Técnico em Agente Comunitário de Saúde. O terceiro Eixo com menos vagas ociosas foi o de Produção Alimentícia, com 30%. O Eixo Informação e Comunicação, com 151 vagas preenchidas, todas no curso Técnico em Telemática, o único ofertado desse Eixo, foi o que registrou a maior quantidade de vagas ociosas: 81,13% das 800 vagas ofertadas. O segundo Eixo com maior nível de vagas ociosas foi o de Produção Industrial, com o curso Técnico em Biocombustíveis, com 52,63%. O Eixo Gestão e Negócios, com o curso de Técnico em Recursos Humanos, foi o terceiro eixo no território em percentual de vagas ociosas, com 18 vagas ocupadas das 33 ofertadas: um nível de 45,46% de vagas ociosas. O Eixo Infraestrutura, com o curso Técnico em Edificações, teve 35% de ociosidade das vagas ofertadas. O nível de vagas ociosas na rede estadual de educação profissional no território Irecê em 2011 foi de 51,80%.

Ao considerar o desempenho das matrículas na rede estadual de educação profissional por curso técnico, no território Irecê no ano de 2011, chegou-se ao seguinte quadro:

*Quadro 106: Percentual de vagas preenchidas na rede estadual de educação profissional– ano 2011*

Curso Técnico	Percentual de vagas preenchidas
Téc. Agroecologia	114,06
Téc. Enfermagem	90,91
Téc. Agropecuária	68,36
Téc. Agente comunitário de Saúde	66,66
Téc. Edificações	65,00
Téc. Agroindústria	60,00
Téc. Recursos Humanos	54,55
Téc. Biocombustíveis	47,37
Téc. Pesca e Piscicultura	46,00
Téc. Telemática	18,87

A partir desse quadro, o estudo verificou que o curso Técnico em Agroecologia, ofertado apenas em Canarana naquele ano, alcançou um total de matrículas superior ao total de vagas ofertadas em 2011. O curso Técnico em Enfermagem também teve um bom desempenho no preenchimento de vagas. O curso Técnico em Agropecuária, disponível nos três municípios do território em que a rede estadual atua, apresentou mais de 68% de preenchimento das vagas, mas teve variações de um município a outro: enquanto que em Canarana o curso teve quase 70% das vagas preenchidas e em Irecê mais de 74%, apenas 54 % das vagas foram ocupadas em Xique-Xique.

Além da rede estadual de educação profissional, o território Irecê conta com cursos técnicos de nível médio ofertados principalmente pelo Senai (eventualmente gratuitos), e cursos de nível superior, cuja oferta pública é realizada pela UNEB que possui *campus* em Xique-Xique e em Irecê. Principalmente na cidade de Irecê há razoável oferta de cursos técnicos e superiores na rede privada de ensino, tanto na modalidade presencial quanto à distância.

O território conta com a presença do Campus do IF Bahia em Irecê, distante cerca de 112 km da cidade de Xique-Xique. O Campus atende parte da demanda relacionada ao cultivo e exploração da mamona, atividade de grande expressão na região e que imprime relevante dinâmica àquela cadeia produtiva, com o curso técnico em Biocombustíveis. Os demais cursos do Campus do IFBA em Irecê aliam-se a demandas outras, mais industriais e urbanas.

*Quadro 107: Oferta de cursos técnicos e superiores nos principais municípios do território*

Município	Instituição	técnico	graduação	pós-graduação
Irecê	SENAI	Aux. Laboratório Químico; Aux. Rot. Administrativas; Op. Proc. industriais.	---	---

	CETEP	Téc. Administração*; Téc. Ag. Com. Saúde; Téc. Agroindústria; Téc. Agropecuária; Téc. Análises Clínicas*; Téc. Biocombustíveis; Téc. Cuidado de idosos*; Téc. Edificações; Téc. Enfermagem*; Téc. Rec. Humanos; Téc. Seg. do Trabalho*; Téc. Telemática; Téc. Meio Ambiente*.	---	---
	IFBA	Téc. Biocombustíveis; Téc. Eletromecânica; Téc. Informática.	---	---
	UNEB	---	Lic. em Letras; Pedagogia.	---
Xique-Xique	UNEB	---	Eng. de Pesca; Lic. Letras (língua portuguesa (língua literaturas); e Geografia.	Engenharia Ambiental (lato sensu) (lato sensu)

\* Cursos ofertados em 2014, conforme Portaria SEC Nº 26/2014, de 06 de janeiro de 2014

O CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) registra para a região o funcionamento de alguns cursos técnicos da área profissional que fiscaliza, conforme assinalado no relatório do estudo de demanda:

*Quadro 108: Oferta de cursos técnicos fiscalizados pelo CREA, no território de Irecê*

<b>Município</b>	<b>Curso</b>	<b>Localização</b>
Canarana	Técnico em Agropecuária	Colégio estadual José Ribeiro de Araújo
Irecê	Técnico Agrícola	Cetep
	Técnico em Agricultura	Centro Cenicista de Presidente Dutra
	Técnico em Agropecuária	Centro Ed. Luiz Viana Filho Cetep
	Técnico em Apicultura	Cetep
	Técnico em Edificações	Cetep
Presidente Dutra	Técnico Agrícola	Colégio cenicista de Pres. Dutra
	Técnico em Agricultura	Colégio cenicista de Pres. Dutra
	Técnico em Agropecuária	Colégio cenicista de Pres. Dutra
	Técnico em Telecomunicações	Colégio cenicista de Pres. Dutra

#### **6.4.5 Correlação entre os vetores regionais de desenvolvimento e os cursos sugeridos**

Considerando as indicações feitas pelos entrevistados e a análise dos aspectos econômicos, produtivos e sociais, o estudo de demanda para oferta de educação profissional do campus Xique-Xique traçou um conjunto de relações, descritos a seguir.

O estudo de demanda percebeu no território de Irecê, notadamente no município de Xique-Xique, a predominância de atividades agrícolas. No entanto, observou que o município ainda não está inserido nas cadeias produtivas das culturas de maior expressão existentes em outras porções do território, a exemplo do cultivo de mamona e de cebola.

Os cursos técnicos do eixo Recursos Naturais tiveram grande aderência à realidade da região, fortemente marcada por demandas desse eixo que compreendem tecnologias relacionadas à produção animal (ovinocaprinocultura), vegetal (cebola, mamona, lavouras de sequeiro e outras a serem constituídas após o pleno funcionamento do projeto Baixio de Irecê), aquícola e pesqueira (rio São Francisco). Os cursos desse eixo abrangem ainda ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção referente aos recursos naturais. Incluem, também, tecnologia de máquinas e implementos, estruturada e aplicada de forma sistemática para atender às necessidades de organização e produção dos diversos segmentos envolvidos, visando à qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Dessa forma, os cursos de Técnico em Agricultura, Técnico em Agropecuária e Técnico em Zootecnia e os cursos FIC do mesmo Eixo tecnológico, sugeridos naquele estudo, visariam alinhar-se às cadeias produtivas agrícolas e pecuaristas, que, por sua vez, possuiriam boas possibilidades de serem fortalecidas e de atraírem investimentos agroindustriais com a consolidação do projeto Baixio de Irecê nos próximos anos.

Os cursos Técnico em Aquicultura, Técnico em Pesca e Técnico em Recursos Pesqueiros foram sugeridos, a partir da identificação da atividade e do potencial aquícola e pesqueiro do município de Xique-Xique e da referência feita pelos segmentos populacionais entrevistados, como forma de apresentar alternativa de formação profissional a essa demanda corrente. Pela análise de viabilidade realizado pela Codevasf, pontuado no estudo, foi identificado que a produção piscicultura de água doce, particularmente a de tilápias, no vale do rio São Francisco apresenta grandes oportunidades e vantagens quanto à estrutura organizacional e à viabilidade técnica e financeira quando comparada à produção observada

nos grandes centros nacionais de produção e beneficiamento desse pescado (CODEVASF, 2008, p. 42).

O estudo também destacou que o tema da revitalização do médio São Francisco, através da pesca e aquicultura, é recorrente, com destacada atuação da unidade da Codevasf no povoado de Nova Iguaçu, no município de Xique-Xique. O perímetro de irrigação Baixo de Irecê, nos municípios de Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique apresenta-se como uma outra frente de revitalização e de atração de investimentos.

## **7. Matriz de convergências**

A partir das informações e dos dados acumulados, o estudo de demanda procurou realizar um cruzamento de tal modo que pudesse aproximar os vetores de desenvolvimento identificados e as aspirações expressas pela comunidade local.

A identificação dos vetores de desenvolvimento foi baseada no levantamento de dados estatísticos que puderam caracterizar: os setores econômicos prevalentes, as características ocupacionais, os destaques produtivos e as oportunidades educacionais. As aspirações da comunidade local foram interceptadas nas consultas contidas nas entrevistas realizadas, que assinalaram os cursos, técnicos e superiores, mais desejados, as potencialidades e arranjos econômicos e produtivos mais lembrados, fornecendo uma pequena amostra das percepções sobre o próprio território por parte dos integrantes da comunidade local.

### **Dimensões e procedimentos da pesquisa**

As pesquisas que compuseram o estudo de demanda foram divididas em duas grandes dimensões: a sócio dialogal e a socioeconômica. A primeira foi pensada para extrair informações diretamente do contato com as comunidades locais, fosse através de encontros ou fosse através de entrevistas. A segunda dimensão procurou a caracterização do espaço através dos dados e informações obtidos nos bancos de dados dos principais provedores de dados e informações do país, do estado e do município, responsáveis pelos levantamentos demográficos, pesquisas estatísticas sobre os mais variados temas (de meio ambiente à economia), manutenção de indicadores sobre as diversas regiões do Brasil, e informações geográficas.

Os processos envolvidos para a execução das duas dimensões foram:

#### **Dimensão sócio dialogal**

- Delimitação dos intervenientes:
  - Estudantes dos 8º e 9º anos do E.F. e estudantes do E.M. de escolas públicas e/ou privadas, incluindo EJA e EaD.
  - Sociedade Civil Organizada, através de Entidades formalmente constituídas.
  - Empresários e/ou representantes da iniciativa privada.
  - Gestores públicos municipais, através de suas secretarias.
- Composição dos questionários utilizados nas entrevistas com cada interveniente.

- Caracterização do respondente
- Perspectivas em relação à formação profissional
- Percepção em relação à realidade local
- Percepção em relação às oportunidades de desenvolvimento
- Encontro com a população, anterior à pesquisa
  - Divulgação
  - Audiência
  - Apresentação da instituição e de seus objetivos
  - Apresentação dos objetivos da pesquisa
- Encontro com a população, posterior à pesquisa
  - Audiência
  - Apresentação dos resultados
  - Validação dos resultados junto à comunidade

#### **Dimensão socioeconômica**

- Recorte espacial
  - Regionalização
  - Territorialidade
- Delimitação dos indicadores
  - Dimensionamento social:
    - População
    - IDHM
    - IDEB
    - PIB municipal e per capita
    - Índice de Gini
  - Dimensionamento econômico:
    - Quantitativo de estabelecimentos por grande setor econômico
    - Quantitativo de trabalhadores por grande setor econômico
    - Média salarial por grande setor econômico
    - Flutuação do emprego formal por grande setor de atividade econômica e saldos de empregos formais por ocupações

- Cenário econômico e produtivo local, territorial e estadual
  - Consulta a análises especializadas sobre o cenário econômico e produtivo local

### Procedimentos de análise

A partir dos resultados processuais de constituição e execução das dimensões da pesquisa, foram definidos procedimentos para análise dos dados e/ou indicadores a serem investigados.

Assim, a avaliação das entrevistas realizadas com os segmentos da população local, foi estabelecida da seguinte forma:

INDICADORES/DADOS	MÉTODO DE ANÁLISE	FONTE DE DADOS
Perfil dos estudantes entrevistados	Levantamento dos dados sobre procedência, sexo, idade, escolaridade, e aspectos sociais.	Questionários das entrevistas com estudantes
Aspiração estudantil por formação profissional	Ranqueamento das indicações de cursos técnicos de nível médio e cursos superiores, considerando as três maiores indicações e as maiores citações.	Questionário das entrevistas com estudantes
Perfil do empresariado entrevistado	Levantamento das atividades econômicas dos respondentes	Questionário das entrevistas com empresários ou seus representantes
Percepção da realidade econômico-produtiva local	Tabular as respostas a respeito da ocorrência de projetos e arranjos produtivos	Questionário das entrevistas com empresários ou seus representantes
Percepção da necessidade local de profissionalização	Tabular respostas a respeito do alinhamento entre formação profissional e arranjos produtivos	Questionário das entrevistas com empresários ou seus representantes
Sugestão empresarial de áreas profissionais, a partir das oportunidades de emprego e desenvolvimento consideradas	Ranqueamento das indicações de áreas profissionais, considerando as três maiores indicações e as maiores citações	Questionário das entrevistas com empresários ou seus representantes
Entidades da Sociedade Civil Organizada: percepção sobre realidade socioeconômica local	Tabular respostas a respeito dos maiores entraves locais ao desenvolvimento humano	Questionário das entrevistas com representantes de entidades da sociedade civil organizada
Sugestão da sociedade civil organizada a respeito de áreas profissionais, a partir das oportunidades de emprego e desenvolvimento consideradas	Ranqueamento das indicações de áreas profissionais, considerando as três maiores indicações e as maiores citações	Questionário das entrevistas com representantes de entidades da sociedade civil organizada
Gestores públicos: percepção sobre realidade socioeconômica local	Tabular respostas a respeito da dinâmica social, educacional e do potencial econômico	Questionário das entrevistas com representantes da gestão pública municipal
Sugestão da gestão pública municipal a respeito de áreas profissionais, a partir das oportunidades de emprego e desenvolvimento consideradas	Ranqueamento das indicações de áreas profissionais, considerando as três maiores indicações e as maiores citações	Questionário das entrevistas com representantes da gestão pública municipal

Da mesma maneira, a avaliação das fontes secundárias seguiu a proposta abaixo:

INDICADORES	MÉTODO DE ANÁLISE	FONTE DE DADOS
Relação entre PIB municipal e dados sobre educação e desenvolvimento humano	Ponderação dos valores do PIB municipal, do nível de desenvolvimento humano e do desempenho escolar, em seus contextos estaduais e nacionais.	IBGE, PNUD, Inep, Censo escolar
Participação dos grandes setores de atividade econômica na dinâmica municipal	A partir do valor do PIB municipal, apurar a proporção de cada setor na produção da renda local, em seus contextos e vieses territoriais, estaduais e nacionais.	IBGE
Participação dos grandes setores de atividade econômica na dinâmica territorial	Comparação dos valores dos PIBs dos principais municípios da região, cotejando a proporção de cada setor na produção da renda territorial, em seus contextos e vieses regionais, estaduais e nacionais.	IBGE, SEI, SEAGRI, SICM, SEPLAN
Distribuição setorial do número de estabelecimentos formais nos principais municípios da região/território	Número de estabelecimentos formais classificados por setor de atividade econômica e apuração do seu peso relativo, contextualizando-o	IBGE
Distribuição setorial do número de empregados formais nos principais municípios da região/território	Número de empregados formais classificados por setor de atividade econômica e apuração do seu peso relativo, contextualizando-o	MTE – Caged/Rais, SETRE, DIEESE
Nível de renda por setor de atividade econômica	Ponderar a renda média salarial praticada nos principais municípios da região/território, por grande setor de atividade econômica	MTE – Caged/Rais, SETRE, DIEESE
Distribuição de matrículas da educação profissional pública estadual no território	Verificar a relação vagas oferecidas e matrículas efetuadas na rede estadual de educação profissional, por cursos e por eixos tecnológicos	Suprof/DIEESE – Observatório da educação profissional na Bahia
Vetores de desenvolvimento regional	Identificar as atividades produtivas e econômicas de relevância local, regional e/ou estadual	SEI, SEAGRI, SICM, SETRE, SEPLAN, SEBRAE, imprensa...

### Sobre a Matriz de Convergências:

Considerando o percurso metodológico realizado pelo estudo de demanda e com base no estudo bibliográfico e na experiência bem-sucedida de alguns órgãos e instituições que criaram um mecanismo de apoio para mapeamento de demandas e para o envolvimento de diferentes atores na discussão de assuntos relacionados à educação profissional, este trabalho propõe a implantação de um modelo matricial que possa subsidiar a escolha de áreas ou cursos para atuação alinhada aos processos de desenvolvimento locais.

O modelo, a que chamamos “Matriz de Convergências”, procura estabelecer uma

relação entre os elementos investigados, dispostos em linhas e colunas e formando o conjunto das informações agrupadas no estudo. Propomos uma tipologia de classificação de identificadores de demandas para as áreas/cursos de atuação, levando em consideração a sua importância para a região na qual estão inseridos, conforme descrição no Quadro 109. Com base na experiência de estudo de demanda realizada no IF Baiano, usando metodologia exploratória e critérios de observação das percepções locais, apresentamos uma sistematização de proposição de uma tipologia de demanda que apresenta quatro tipos básicos de agrupamentos numa matriz que relaciona as áreas/cursos de acordo com a sua importância ou seu alinhamento para o desenvolvimento local, que, por sua vez, aqui está considerado apenas em dois eixos: o dos seus aspectos socioeconômicos e o dos seus aspectos sócio-dialogais ou “aspiracionais”. Na tipologia, a relevância dos eixos em questão foi mensurada pelo nível de recorrência e destaque dado aos aspectos levantados, bem como pela importância da região para as atividades indexadas, e pela participação do território na produção do estado.

*Quadro 109: Tipologia de demandas de acordo com os eixos de relevância*

		Relevância Socioeconômica	
		Elevada	Reduzida
Relevância Sócio dialogal	Elevada	Tipo 1	Tipo 2
	Reduzida	Tipo 3	Tipo 4

Assim, consideramos as demandas de tipo 1 aquelas que se relacionam a atividades econômicas e produtivas que se destacam no município, no território e no setor econômico, tanto pela sua reconhecida importância para o desenvolvimento socioeconômico local ou regional quanto pela primazia de sua validação junto às comunidades locais. As demandas seriam de natureza derivada e de tipo regular, irregular e/ou excessiva.

As demandas de tipo 2 englobam aquelas atividades que são reconhecidas ou desejadas pelas comunidades como de grande importância, traduzida nas indicações por determinados cursos ou áreas e nas citações a respeito das potencialidades e arranjos produtivos, mas que não despontaram na pesquisa em fontes secundárias como dinamizadoras econômico-produtivas, talvez por estarem imersas numa dinâmica econômico muito maior e mais diversificada, acarretando pouco impacto nos aspectos econômicos relacionados, ou

talvez por fazerem parte do conjunto de aspirações sociais por formação que não têm uma ligação direta e necessária com tais aspectos. A natureza de demanda pode ser principalmente de fomento.

As demandas de tipo 3 são aqui consideradas importantes para o município e região em razão das atividades econômico-produtivas de grande notabilidade, embora não possuam expressividade na percepção das comunidades locais. Poderíamos dizer que o município ou a região são importantes para um determinado setor ou área, mas o setor ou área são pouco importantes para o município ou região, talvez por apresentar saturação, desgaste ou baixo nível de participação na dinâmica local. As demandas podem ser do tipo irregular, declinante ou excessiva.

As demandas de tipo 4 são tidas como aquelas que estão relacionadas à ocorrência de atividades, identificadas na pesquisa, com pouca importância ou reduzida dinâmica no município e na região, convivendo ou não com outras atividades econômico-produtivas. Da mesma maneira, essas atividades não são reconhecidas pelas comunidades locais como geradoras de oportunidades de trabalho e de desenvolvimento. Este quadrante é constituído por áreas com maior dificuldade para atendimento de demanda, geralmente caracterizada por demandas de tipo reduzida e/ou de tipo declinante.

A tipologia apresentada no quadro não pretende, no entanto, estabelecer uma hierarquização de áreas ou cursos demandados pelo espaço investigado. Refere-se a estratégias de atuação distintas que levem em consideração tanto as características da demanda identificada quanto outras variáveis intervenientes. Uma indicação, na matriz de convergências, de área ou curso no tipo 1, por exemplo, pode estar associada a uma demanda de tipo irregular, sazonal, e podem ocorrer na região ofertas formativas que a atendam suficientemente. Confirmado esse cenário, entendemos que a oferta daquela área ou curso não seria prioritária. Por outro lado, uma indicação, na matriz de convergências, de área ou curso no tipo 4, por exemplo, pode estar associada a uma demanda que tenha natureza de fomento, potencial, com perspectiva de intervenção governamental ou empresarial voltada para a dinamização ou aproveitamento dessa área, inexistindo opção de formação profissional a ela associada. Confirmado esse cenário, entendemos que uma oferta formativa neste quadrante seria mais pressurosa do que em relação ao primeiro exemplo.

No anexo III é possível conferir as sugestões de áreas e/ou cursos a serem ofertados pelos respectivos campi submetidos à metodologia proposta, baseadas nas demandas

caracterizadas no estudo.

Para orientar a análise dos dados e informações a serem buscados na dimensão socioeconômica do estudo de demanda, auxílio à identificação das demandas a serem atendidas pela oferta de educação profissional e registradas na matriz anteriormente apresentada, propomos um grupamento de acordo com os fatores a que se vinculam.

<b>FATOR SETORIAL</b>	
<b>Variável analítica</b>	<b>Indicador/Dado</b>
Estoque e características de emprego formal por setores	Estoque de ocupações por setores RAIS/MTE
	Escolaridade dos trabalhadores por setor econômico
	Média salarial por setor
Caracterização de setores econômicos	Participação dos setores econômicos no PIB
	Estabelecimentos
<b>FATOR OCUPACIONAL</b>	
<b>Variável analítica</b>	<b>Indicador/dado</b>
Estoque e características de emprego formal por ocupação	Estoque de ocupações RAIS/MTE
	Escolaridade dos trabalhadores por ocupações
	Remuneração
Trabalho não capturado nos registros administrativos de emprego formal	Empreendedorismo
	Cooperativismo
	Associativismo
	Informalidade
<b>FATOR PRODUTIVO*</b>	
<b>Variável analítica</b>	<b>Indicador/dado</b>
Estoque e características da produção local	Densidades e/ou arranjos produtivos
	Produção empreendedora
	Produção cooperativista
	Produção associativista
Desempenho e relação da produção local com a população	Principais produtos
	Vetores de desenvolvimento identificados
	População Economicamente Ativa (PEA) em relação à população
<b>FATOR EDUCACIONAL</b>	
<b>Variável analítica</b>	<b>Indicador/dado</b>
Estoque e oferta educacional por nível, forma e modalidade	Estoque de estudantes ens. fundamental
	Estoque de estudantes ens. médio
	Estoque de estudantes educação profissional
	Estoque de estudantes ens. superior
Relações existentes entre níveis de escolaridade e	Principais instituições educacionais

oferta educacional	Taxa de analfabetismo
	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

\* Se for desmembrado do fator econômico

Assim, ainda que tenhamos a possibilidade de que os dados e informações sejam analisados separadamente em cada um dos fatores, a metodologia propõe também uma análise cruzada, de forma a permitir a confrontação dos fatores, proporcionando mecanismos para melhor compreensão e disposição das demandas dentro da matriz de convergências e sua compatibilidade com a oferta de educação profissional.

O cruzamento, por exemplo, do fator setorial com o fator ocupacional permite a avaliar a relação existente entre categorias profissionais e os grandes setores econômicos do lugar estudado, o que poderia sinalizar para a identificação de categorias profissionais mais demandadas nos respectivos setores, em um período e em um espaço determinados.

Seguindo o mesmo raciocínio, o cruzamento do fator ocupacional com o fator educacional permite avaliar a relação existente entre o pessoal ocupado nas categorias profissionais listadas e a realidade e oferta educacional do lugar, em períodos e espaços determinados.

Por sua vez, o cruzamento do fator educacional com o fator setorial torna possível especular sobre como as características de escolaridade e qualificação profissional se vinculam à realidade econômica em um determinado espaço, entro de um tempo específico.

Da mesma maneira, o fator produtivo, se não for tratado em conjunto com o fator econômico, quando confrontado com os demais fatores pode fornecer elementos que permitam inferir sobre sua capacidade e potencial de captação de categorias profissionais, do quanto participa do desenvolvimento local e de como está associado à oferta de educação e de formação profissional disponível em um lugar, em determinado período.

Esse esforço de síntese baseia-se nas contribuições traçadas no desenho institucional do Observatório Nacional do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional proposto no âmbito dos antigos Cefets (SILVA NETO et tal, 2008, p. 102), e, de forma adaptada, pretende contribuir para apresentação da capacidade de análise, de identificação e de mapeamento de demandas por educação profissional, representada no processo de elaboração da matriz de convergências em sua dimensão socioeconômica.

## 8. Considerações finais

Esta pesquisa foi orientada pela perspectiva de que a oferta de cursos de um campus de um instituto federal de educação profissional pode fazer parte de uma estratégia de intervenção a partir do mapeamento das demandas, potenciais ou atuais, e da identificação das oportunidades de desenvolvimento local. Esta perspectiva reitera as principais indagações que perpassaram esta pesquisa: a oferta de cursos do campus parte de uma demanda devidamente identificada e gerida? O mapeamento das demandas a serem atendidas leva em consideração os fatores que podem contribuir para o desenvolvimento local?

A busca por essas respostas nos levou a revisitar as experiências com mapeamento de demandas para oferta educacional, incluindo aquela vivenciada no Instituto Federal Baiano, objeto de nossa investigação, culminando na proposição de um esquema analítico e metodológico que procurou compatibilizar a análise de dados sobre o território, em seus aspectos socioeconômicos; e a consulta às percepções e aspirações das comunidades locais.

Percorrido esse percurso, algumas considerações precisam ser pontuadas. Primeiramente, notamos que o estudo de demanda dos quatro campi foi feito em um “fôlego único” e sem os retornos necessários aos territórios, para realização de novos encontros segmentados que pudessem tanto aumentar a participação das representatividades quanto preencher as lacunas de informação que foram se constituindo no processo de diálogo com as comunidades.

O modelo metodológico acaba priorizando o que chamamos de “demandas de base”, ou seja, aquelas aliadas diretamente à produção material, mais facilmente identificáveis nas pesquisas econômicas e registros administrativos. Geralmente vinculam-se aos setores primário e secundário da economia. Entretanto, há demandas educacionais que são, por sua vez, desdobramentos de realidades menos ligadas à produção puramente material, que pertencem mais a uma esfera não-econômica, que se relacionam, por exemplo, às ações de inovação e de administração, e que talvez não sejam devidamente abrangidas pela presente metodologia, pois enfatiza a produção e descuida dos apelos imateriais.

Por extensão, o setor terciário, ainda que incorporado ao estudo de demanda através do tratamento de alguns dados, requer uma atenção mais aprimorada. Com efeito, segundo as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, o setor de serviços (que engloba o comércio), de 2003 a 2013, passou de 64,7% para 69,4% do valor adicionado do PIB (IBGE, 2014). Segundo o

Atlas Nacional de Comércio e Serviços 2013, a maior parte da receita bruta dos serviços no Brasil, em 2010, advinha dos serviços de informação e comunicação (29,6%) e dos transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (28,2%), que, juntos, representavam 57,8%. Estrutura semelhante foi encontrada nas Regiões Sudeste (com, respectivamente, 30,9% e 26,6%, totalizando 57,5%) e Centro-Oeste (com, respectivamente, 31,4% e 27,2%, totalizando 58,6%). Nas Regiões Norte e Sul, estas duas atividades também predominaram na composição da receita bruta, embora com peso invertido. Na Região Nordeste, o maior peso das atividades na receita bruta esteve distribuído de forma análoga entre serviços profissionais, administrativos e complementares, com 26,8%, transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, com 26,6%, e serviços de informação e comunicação, com 25,6% (ATLAS NACIONAL DE COMÉRCIO E SERVIÇOS, 2013).

Nesse contexto, o setor terciário – Comércio e Serviços – apresenta-se como imprescindível vetor econômico, o que pode ser atribuído tanto ao êxodo rural, que fez com que um grande contingente buscasse nas cidades formas alternativas de renda, quanto pelas vagas restritas nas indústrias e pela expansão de novos hábitos culturais e de consumo que proliferam, principalmente nas médias e grandes cidades.

Com base nessa realidade, é possível afirmar também que, em muitas cidades pequenas do interior baiano, a participação elevada do terciário no PIB municipal pode significar a incapacidade dos demais setores em absorverem a massa de camponeses egressa das atividades agropecuárias. O comércio, principalmente o informal, e os “serviços gerais” passam a ser as alternativas para essa população, principalmente em virtude da baixa escolaridade e qualificação que apresentam para que sejam reabsorvidos na economia formal. Configurou-se, portanto, uma reorganização produtiva que nas últimas décadas promoveu a redução dos setores primário e secundário, intensificando contradições socioespaciais e gerando novas relações e agentes econômicos.

O setor terciário diversifica-se e torna mais complexa a sua definição. De acordo com Lipietz (1984, apud Pedrosa, 2005), o setor terciário corresponde a:

[...] esfera da produção de bens imateriais (serviços em específicos) e da realização (distribuição, circulação e venda) de bens materiais dos outros setores. De modo geral, esse setor contém, na prática, duas grandes categorias que equivalem às duas faces da esfera citada. São elas a Prestação de Serviços em estabelecimentos administrativos, sociais, financeiras, etc., e o Comércio em geral, incluindo toda a circulação de mercadorias.

É oportuno acrescentar, para além da tradicional divisão dos três setores elaborada por

Colin Clark, em 1940, as conceituações mais atuais sobre o setor, como a de Oliveira (1987), que diz:

O Terciário enquanto setor é o agrupamento econômico que objetiva a produção de serviços gerais (seja comércio ou prestação), através do emprego de trabalho material ou não; porém, enquanto atividade, ele é o trabalho especificamente imaterial que realiza um serviço (“latu sensu”) enquadrado numa determinada esfera de produção, seja ela qual for” (Oliveira, 1987, p. 53).

Convém fazer a distinção acima diante do crescente envolvimento das *atividades terciárias* nos demais setores produtivos, pois tanto as indústrias quanto os complexos agroindustriais estão cada vez mais associados aos serviços administrativos de gestão, de pesquisa, de marketing, de segurança, entre outros. Dessa forma, podemos afirmar que o terciário, hoje, perpassa outras instâncias (primário e secundário) e pode ser fator e condição para o desenvolvimento e êxito dos outros setores, em particular aquelas atividades terciárias que precedem a produção material propriamente dita e sem as quais ela não pode se realizar eficazmente, como é o caso dos serviços educacionais, por exemplo. O encadeamento produtivo, a montante e a jusante, dos setores que compõem o terciário resulta em influência capital sobre a indústria e a agropecuária; estas dependem do setor terciário para agregar valor às cadeias de produção, distribuição e comercialização.

O setor de serviços engloba diferentes ramos: administrações públicas, comunicações, comércio, instituições financeiras, transportes e outros. Tanta heterogeneidade e tanta estratificação dificultam a análise desse setor, pois dele fazem parte tanto os grandes conglomerados financeiros, altamente capitalizados, com trabalhadores qualificados, quanto o comércio varejista, o qual, por sua vez, se distinguem as grandes lojas de departamento e os pequenos estabelecimentos de bairro, pertencentes a circuitos distintos, conforme análise de Milton Santos (1986; 2008). Assim, uma análise que considere este espectro como sendo uma única realidade implicaria conclusões simplificadas, descoladas da realidade mais específica.

As considerações sobre o setor de serviços, acima colocadas, servem para indicar a necessidade de um estudo de demanda por educação profissional que seja mais setorizado, o que levaria a matriz de convergências a ser desagregada à especificidade de cada grande setor da economia. A matriz aqui apresentada seria, portanto, o resultado mais generalista do estudo de demanda.

Além dos dados extraídos dos bancos de dados das instituições de estudos estatísticos, analíticos e de planejamento, a pesquisa em campo mostra-se indispensável. A observação, o conhecimento e a coleta *in loco* das realidades a serem investigadas é o melhor aliado

metodológico para evitar as informações excessivamente genéricas e contornar a homogeneização de realidades que são, ao mesmo tempo, tão distintas e tão semelhantes. E isto se faz necessário tanto para localidades, territórios e regiões sem grande notoriedade quanto aquelas localidades, territórios e regiões que apresentam expressiva dinâmica socioeconômica. Embora estas contem com uma maior quantidade e disponibilidade de informações advindas de instituições gestoras, estatísticas e de pesquisa, a realização de entrevistas, a coleta de dados, de informações, o registro das percepções, observações e depoimentos do maior contingente possível também são imprescindíveis.

O estudo de demanda desenvolvido no Instituto Federal Baiano demonstra que, no geral, os territórios da Bahia apresentam muitas similaridades no que se refere à realidade social, econômica e produtiva e como ela se relaciona com a necessidade de educação profissional, mas também aponta para muitas excepcionalidades e particularidades que são reveladas por meio do trabalho em campo.

## 9. REFERÊNCIAS

- ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023. Informação e documentação – Referências – Elaboração. Disponível em <<http://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/abntnabr6023.pdf>>. Acesso em 25 de maio de 2015.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, Fortaleza, novembro de 1998, Governo do Ceará, ME Política Fundiária, 1998, 18p.
- ADAB. Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia. <http://www.adab.ba.gov.br/>
- Administração da Hidrovia do Rio São Francisco (AHSFRA). [2011a]. Página Inicial.<<http://www.ahsfra.gov.br/index.php?op=home&menuId=1>>. Acesso em: 18 ago. 2014.
- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis: 2013. Rio de Janeiro: ANP, 2008. 236p.
- ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. Alagoinhas na dinâmica da espacialidade funcional da região litoral norte da Bahia.2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. 190p.
- Arquivo Nacional (Brasil). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Publicações Técnicas, nº 51, 2005. 232p.
- Assuntos Estratégicos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Base de Dados Macroeconômicos, Tema Emprego, População Economicamente Ativa, disponível em [http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1774717129&Tick=1235138981897&VAR\\_FUNCAO=RedirecionaFrameConteudo%28%22iframe\\_dados\\_m.htm%22%29&Mod=M](http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1774717129&Tick=1235138981897&VAR_FUNCAO=RedirecionaFrameConteudo%28%22iframe_dados_m.htm%22%29&Mod=M).
- BAHIA. Anuário estatístico da Bahia. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador: SEI, 2011.
- BAHIA, Convênio nº 524/2008 entre a Secretaria de Educação do Estado da Bahia e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Salvador, 2008a.
- BAHIA, Decreto nº 11.355/2008, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia em 04 de dezembro de 2008, que trata da instituição dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino do Estado da Bahia, dispõe sobre a criação do Conselho e dá outras providências, 2008c.
- BAHIA.Estatísticas dos Municípios Baianos [recurso eletrônico]: território de identidade nº1 – Irecê / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. v. 1 (2000 - ). – Salvador: SEI, 2014, v.4, n.2, 388p.
- BAHIA. Plano de Desenvolvimento do APL do Sisal da Bahia. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI: programa empresa competitiva da Bahia, julho/2007. Disponível em: [http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1247146642.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1247146642.pdf). Consulta em 15 de julho de 2014.
- BAHIA, Portaria Nº 8.676, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia em 16 de abril de

2009, dispõe sobre a regulamentação da estrutura administrativa dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional e dá outras providências, 2009.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Agricultura do Estado da Bahia – SEAGRI. Portal na internet: <http://www.seagri.ba.gov.br/>

BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM. Portal na internet: <http://www.sicm.ba.gov.br/>

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. Portal na internet: <http://www.sei.ba.gov>

BAHIA. Superintendência de Educação Profissional do Estado da Bahia – SUPROF. Portal na internet: <http://educacaoprofissionaldabahia.blogspot.com.br/>

BELTRÃO, F. S., Biodiesel, Federação de Agricultura do Estado de São Paulo, Brasília, 2004.

BRASIL. Atlas Nacional de Comércio e Serviços. Brasília, DF: MDIC, 2013.140p. Parceria entre Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Rede de Influência das Cidades. Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia: 2007, 201p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadeia produtiva de frutas / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura ; Antônio Márcio Buainain e Mário Otávio Batalha (coordenadores). – Brasília : IICA : MAPA/SPA, 2007. 102 p. (Agronegócios ; v. 7)

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Soluções Tecnológicas: convivência com a seca. Brasília, 2013, 45p. Disponível em:

<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/92243/1/ConvivenciacomaSeca.pdf>

BRASIL, Ministério da Educação. *Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio*. Documento Base, dez 2007e. Disponível em < [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf) >. Acesso em: 25 jan 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos*. Brasília: 2008b. Disponível em: <<http://catalogonct.mec.gov.br/>>. Acesso em: 07 mai. 2015

BRASIL, Ministério da Educação. Documento final da 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 18 abr 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. *Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002 de 12 de dezembro de 2007 para acolher propostas de constituição de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET*. Disponível em: <[http://www.ifma.edu.br/codo/Arquivos/Proj%20Ifetizacao/chamada\\_publica\\_ifets3.pdf](http://www.ifma.edu.br/codo/Arquivos/Proj%20Ifetizacao/chamada_publica_ifets3.pdf)>. Acesso em: 07 mar. 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação Ciência E Tecnologia Baiano. Plano de Desenvolvimento Institucional 2015 a 2019. 156p.

BRASIL, Ministério da Educação. *Instituto Federal - Concepção e Diretrizes*. Brasília, 2010. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/livreto\\_institutos.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/livreto_institutos.pdf)>. Acesso em: 03 fev. 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. *Resolução/ FNDE/CD/ Nº 62 de 12 de dezembro de 2007f*. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/index.php/leg-res-2007>>. Acesso em: 07 jan .2011.

BRASIL, Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação. Razões, princípios e programas*. Brasília: 2007g. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. *Portaria 116 de 31 de março de 2008*. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/resultado\\_chamada\\_ifet.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/resultado_chamada_ifet.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Bases de dados econômicos*. Disponível em:< [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)>

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>>.

BRASIL, Presidência da República. *Decreto n.o 7.566 de 23 de setembro de 1909*. Créa nas capitães dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf)>. Acesso em: 09 mar. 2015.

BRASIL, Presidência da República.. *Lei 378 de 12 janeiro de 1937* Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública, Brasília, 1937. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L378.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

BRASIL, Presidência da República. *Decreto-Lei n.o 4.073 de 30 de janeiro de 1942*. Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: < <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1942/4073.htm>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

BRASIL, Presidência da República. *Decreto-Lei n.o 6.141 de 28 de dezembro de 1943*. Disponível em: < <http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=dec-lei6141-1943>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL, Presidência da República. *Decreto-Lei n.. 8.530 de 02 de janeiro de 1946*. Disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-8586-8-janeiro-1946-416404-publicacaooriginal-1-pe.html>> 3>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL, Presidência da República. *-Lei n.. 3.552 de 16 de fevereiro de 1959*. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109459/lei-3552-59>. 3>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL, Presidência da República.. *Lei 6.545 de 30 de junho de 1978*. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências Disponível em < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109760/lei-6545-78>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

BRASIL, Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*.DF:

1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm/)>. Acesso em: 05 jan. 2015.

BRASIL, Presidência da República. *Lei 9.394* de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez 1996. P.27833. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Leis/L9394.htm>>. Acesso em: 05 jan.2015.

BRASIL, Presidência da República. *Lei no 10.172*, de 9 de janeiro de 2001. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)> . Acesso em: 05 jan.2015.

BRASIL, Presidência da República. *Decreto n.o 5.154* de 23 de julho de 2004. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jul 2004. P.18. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

BRASIL, Presidência da República. *Decreto n.o 6.095* de 24 de abril de 2007. Brasília, abr 2007 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm)>. Acesso em: 25 jan. 2015

BRASIL, Presidência da República. *Projeto de Lei 8035/2010*. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências. 2010. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Projetos/PL/2010/msg701-101215.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2010/msg701-101215.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL, Presidência da República. *Lei 11.892*, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)>. Acesso em: 12 mai. 2015.

BRASIL, Presidência da República.. *Lei n.11.741* de 16 de julho de 2008. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo de 17 jul 2008, P. 5, Brasília, DF:2008a. Disponível em< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art1)>. Acesso em: 16 abr. 2015.

BRASIL, Senado Federal. Projeto de Lei da Câmara nº 177, de 2008. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/55086.pdf> .>. Acesso em: 09 mar. 2015.

BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história. Perspectiva, São Paulo, 1978. 294p.

CARUSO, L.A.; TIGRE, P.B. (Orgs.). Modelo senai de Prospecção: documento metodológico. Montevideo: SENAI; OIT/CINTERFOR, 2004. (Papeles de la Oficina Técnica, n. 14).

CASAGRANDE, L. F.; HOSS, O. Métodos de Forecasting Conjugado com um Método Qualitativo e um Método com a Média das Previsões Quantitativas e Qualitativas. Revista CAP, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Número 04, Ano 4, Volume 4, 2010, p. 94-100.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAMMAS, Priscila. Litoral Norte atrai R\$ 4 bilhões em projetos turísticos. Jornal Correio. Salvador: 22 de julho de 2012. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-2/artigo/litoral-norte-atrai-r-4->

bilhoes-em-projetos-turisticos>. Acesso em 26 mai. 2014.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CIAVATTA, Maria. Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação de trabalhadores (1930-60). Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CONTRERAS, Picas. Tecnociencia y desarrollo: critica antropológica a los procesos de transferencia de tecnologia al Tercer Mundo. Revista CIDOB d'Afers internacionals, nº 60, 2003 p. 147-159.

CODES Sisal. Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia. Portal na internet disponível em: <http://codessisal.blogspot.com.br/> (consulta em 17 de julho de 2014).

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF. Portal disponível em <http://www.codevasf.gov.br/>

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF. Projeto integrado de negócios sustentáveis – PINS: cadeia produtiva de piscicultura/ Centro de Conhecimento em Agronegócios (PENSA).- Brasília, DF: CODEVASF, 2008. 41 p.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/BA. Portal na internet: [www.creaba.org.br](http://www.creaba.org.br)

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Portal na internet: <http://www.dieese.org.br/>

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Metodologia para Mapeamento da Demanda de Educação Profissional na Bahia. Salvador, DIEESE, 2012, 80p.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Desenvolvimento metodológico, formação, produção de dados estratégicos e de Ferramentas de apoio à gestão da educação profissional da bahia. Salvador, DIEESE, 2011, 126p.

FAEB, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia. Disponível em <[www.faeb.org.br](http://www.faeb.org.br)>.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. Dicionário da Língua Portuguesa. Curitiba, Positivo, 2010, 5ª ed. 2272 p.

FISCHER, Tânia. *Poderes locais, desenvolvimento e gestão* – Introdução a uma agenda. IN: Tânia Fischer (org.) *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

GARCIA, Junior Ruiz; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desafios para produção de biodiesel por produtores familiares no semiárido brasileiro. In: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/ie/2010/tec1-010.pdf>

HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. 598p.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Dados econômicos do Brasil*. Disponível em

< [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) >.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Portal na internet:

<http://www.ibge.gov.br/>

JANNUZZI, P. de M. Indicadores Sociais no Brasil. 3. ed. Campinas: Editora Alínea, 2011. 141 p.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

NASCIMENTO, Sérgio Augusto M., MORAES, Luiz Roberto S., REIS, Maria das Graças de Castro, SANTANA, Ana Virgínia Alves. Avaliação quantitativa e qualitativa das águas subterrâneas como componente do plano municipal de saneamento ambiental de Alagoinhas, Bahia. Semasa-Saneamento Ambiental. 2004. Disponível em <http://www.semasa.sp.gov.br/admin/biblioteca/docs/pdf/35Assemae011.pdf>.

OLIVEIRA, Christian Dennis M. de. Terciarização e espaço metropolitano. *Boletim Paulista de Geografia*, AGB, n. 65, 1987, p. 49-77.

PEDROSO, Francis. As relações: cidade, subcentro e setor terciário – o caso do município de Campinas. In <https://www.yumpu.com/pt/document/view/18090289/as-relacoes-cidade-subcentro-e-setor-terciario-observatorio->. Consulta em 08/01/2014.

REZENDE, J.O. Um olhar sobre a citricultura do estado da Bahia. *Seagri: Revista Bahia Agrícola*, v.9, n.1, nov.2011 p. 72-83.

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, Maria Adélia; SANTOS, Milton (Org.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, Cristóvão D. de; GUINDANI, Joel F.. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*. Ano I, n. 1, jul. 2009, disponível em: <http://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>.

SILVA, Filipe Prado Macedo da. Desenvolvimento territorial: a experiência do Território do Sisal na Bahia. In *Bahia Análise & Dados*, v. 1 (1991- ). Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2013. 201p.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. Portal na internet: <http://www.sei.ba.gov>

Superintendência de Educação Profissional do Estado da Bahia – SUPROF. Portal na internet: <http://educacaoprofissionaldabahia.blogspot.com.br/>

OLIVEIRA, Christian Dennis M. de. Terciarização e espaço metropolitano. *Boletim Paulista de Geografia*, AGB, n. 65, 1987, p. 49-77.

PEDROSO, Francis. As relações: cidade, subcentro e setor terciário – o caso do município de Campinas. In <https://www.yumpu.com/pt/document/view/18090289/as-relacoes-cidade-subcentro-e-setor-terciario-observatorio->. Consulta em 08/01/2014.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha; SILVA, Carlos Alberto Franco da; *et alii*. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Salvador: 2015. Disponível em <[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)>.

SILVA NETO, Romeu; SERRA, Rodrigo V.; SILVA, Daniel V.C.; BARRAL NETO, Jayme F. Projeto de desenvolvimento, implantação, suporte e manutenção do Observatório Nacional do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica. In *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 1, jun 2008, Brasília: MEC, SETEC, 2008. p. 98 – 117.

SILVA, Caetana Juracy Rezende. *Institutos Federais - Lei 11.892, de 29/12/2008 - Comentários e Reflexões*, Natal: IFRN, 2009. 70p.

SUPROF, Blog da Educação Profissional da Bahia (Internet). Bahia: Superintendência de Educação Profissional. Disponível em <<http://educacaoprofissionaldabahia.blogspot.com.br/>>.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**Anexo 1:** modelo de projeto de implantação de Campus Avançado ou de Unidade de Educação Profissional elaborado pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Ministério da Educação.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**<Modelo de>**

**Projeto de Implantação de Campus Avançado**

**Unidade de Educação Profissional**

**de**

**<Nome da Cidade>**

**do**

**Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia**

**<Nome do Instituto>**

**<em vermelho texto a ser substituído ou completado>**

**<dia> de <mês> de 2013**

- Introdução

Este projeto tem como finalidade a implantação da Unidade de Educação Profissional de <nome da cidade>- CAMPUS AVANÇADO <nome da CAMPUS AVANÇADO> , vinculada ao Campus <nome do Campus> do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia <nome do IF>.

< resumo da proposta de implantação >

- Caracterização do Instituto

**O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA <nome do IF>**foi criado pela Lei Nº. 11.892 publicada no Diário Oficial em 30 de dezembro de 2008 a partir da(s) <completar: CEFET/EAF/ETF >.

Tabela 2.1 – Dados identificadores do IF

Nome completo do IF e sigla:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Sigla do IF:	IFXX
CNPJ:	
Código da Unidade Orçamentária:	
Endereço completo da Reitoria:	Ruaxxxx, 625 Canindé – São Paulo/SP CEP:
Telefones da Reitoria:	( ) ( ) Fax
e-mail institucional:	@
<b>Página institucional na Internet:</b>	www.
Nome do Reitor:	

<Breve caracterização/histórico do IF (um ou dois parágrafos)>

- Caracterização Regional

### 1.1 Caracterização do Município e da Região

Nome do Município:	UF:
Prefeito:	
Endereço completo da Prefeitura:	
Página institucional na Internet:	
Telefone: ( )	Fax: ( )

<Breve caracterização do município>

<Demonstrar, quando possível, a aderência aos critérios para implantação de CAMPUS AVANÇADO>

<Breve caracterização da região e dos municípios da região>

<Inclusão de mapa localizando o município e a região>

## 1.2 Dados Socioeconômicos

Nesta seção são apresentados e analisados os dados socioeconômicos que caracterizam o município e a região no contexto do estado.

Tabela 3.1 – Dados demográficos do município, da região e do estado.

	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
População			
IDH			
IDEB			
Área Territorial(km2)			
Quantidade de Domicílios			

Fonte: (IBGE, Seade, PNUD, INEP, RAIS)

<análise da tabela 3.1>

Tabela 3.2 – Dados econômicos do município, da região e do estado.

(em milhões de R\$)	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
PIB			
PIB da Indústria			
PIB dos Serviços			
PIB da Agropecuária			
PIB da Adm. Pública			

Fonte: (IBGE, Seade, PNUD, INEP, RAIS)

<análise da tabela 3.2>

Tabela 3.3 – Dados de estabelecimentos do município, região e estado.

	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
Comércio			
Serviços e Adm. Pub.			
Indústria			
Agropecuária			
Construção Civil			

Fonte: (IBGE, Seade, PNUD, INEP, RAIS)

<análise da tabela 3.3>

Tabela 3.4 – Número de Estabelecimentos do município e dos principais municípios da região.

MUNICÍPIO	Comércio	Serviços e Adm. Pública	Indústria	Agropecuária	Construção Civil

Fonte: (IBGE, Seade, PNUD, INEP, RAIS)

<análise da tabela 3.4>

Tabela 3.5 – Numero de Empregados do município e dos principais municípios da região.

MUNICÍPIO	Comércio	Serviços e Adm. Pública	Indústria	Agropecuária	Construção Civil

Fonte: (IBGE, Seade, PNUD, INEP, RAIS)

<análise da tabela 3.5>

Tabela 3.6 – Média Salarial do município e dos principais municípios da região.

MUNICÍPIO	Comércio	Serviços e Adm. Pública	Indústria	Agropecuária	Construção Civil

Fonte: (IBGE, Seade, PNUD, INEP, RAIS)

<análise da tabela 3.6>

Tabela 3.7 – Distância da sede dos municípios ao endereço da CAMPUS AVANÇADO.

MUNICÍPIO	Distância

Fonte: (IBGE, Seade, PNUD, INEP, RAIS)

<análise da tabela 3.7>

### 1.3 Vetores de Desenvolvimento Regionais

<apresentar os principais vetores de desenvolvimento econômico da região>

<identificar os arranjos produtivos locais, quando existentes>

<identificar as principais políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento local, quando existirem>

<identificar as principais empresas da região>

< identificar a evolução do emprego no município e na região RAIS>

#### 1.4 Oferta de Educação Profissional no Município e Região

<relacionar as principais instituições de educação profissional e superiores, públicas e privadas, bem como as áreas e cursos ofertados>

#### 1.5 Outras Informações

<apresentar outras informações socioeconômicas relevantes>

- Contrapartida do Município <ou de outro ente>

<Descrição da participação do município na implantação da unidade tais como doação do prédio , infra-estrutura urbana, custeios entre outros >

<Descrição da participação dos municípios da região na implantação da unidade, estratégias para o transporte dos alunos, custeios entre outros >

<Descrição da participação de outros entes (estado, empresas) na implantação da unidade, se existir>

- Caracterização do Prédio Escolar

<apresentar o prédio escolar e a situação da dominialidade do terreno>

Tabela 4.1 – Dados do CAMPUS AVANÇADO

Endereço completo do CAMPUS AVANÇADO:	
Diretor:	Celular: ( )
Telefone( )	Fax: ( )
Página na Internet:	E-mail:

<Apresentar planta de implantação do Prédio Escolar>

<Incluir algumas fotos do prédio (externas e internas)>

Tabela 4.2 – Caracterização do Prédio da CAMPUS AVANÇADO

Ocupação do Terreno	Área [m <sup>2</sup> ]
---------------------	------------------------

Área Total do Terreno		
Área Construída Total		
Área Construída Coberta		
Área Urbanizada		
Tipo de Utilização	Quantidade	Área [m2]
Sala de Direção		
Salas de Coordenação		
Sala de Professores		
Salas de Aulas		
Laboratórios		
Sanitários		
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência		
Setor de Atendimento / Secretaria		
Praça de Alimentação		
Auditórios com xx lugares		
Sala de Áudio / Salas de Apoio		
Sala de Leitura/Estudos		
Conjunto poliesportivo com duas quadras, sendo uma coberta		

#### 1.6 Projetos de reforma ou expansão

<descrever as reformas e expansões necessárias previstas para a unidade>

- Projeto Pedagógico da Unidade de Educação Profissional

<Descrição das áreas de atuação da unidade>

<Projeto de implantação de programas: (bolsa formação / e-tec / Proeja / Mulheres Mil) >

<Projeção do número de matrículas por tipo de curso (FIC / Técnico), tipo de oferta ( concomitante externo / subsequente) e modalidade de ensino ( presencial / a distância ) >

#### 1.7 Cursos Técnicos a serem oferecidos

#### 1.8 Cursos de Formação Inicial e Continuada a serem oferecidos

#### 1.9 Cronograma de implantação dos cursos

#### 1.10 Correlação entre os vetores regionais de desenvolvimento e os cursos a serem ofertados

- Pessoal e Estrutura Administrativa

Esta CAMPUS AVANÇADO será estruturada como uma extensão do Campus <nome do Campus> do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia <nome do IF>, < proposta de estrutura >

Quadro de Servidores	
CARGO	Quantidade
Professor EBTT	Máximo 20
Técnico-administrativo Nível C	Máximo 3
Técnico-administrativo Nível D	Máximo 5
Técnico-administrativo Nível E	Máximo 5

Quadro de Funções	
FUNÇÃO	Quantidade
CD-3	1
CD-4	1
FG-1	2
FG-2	2

**Anexo 2:** Questionários utilizados entre maio e agosto de 2013 no estudo de demanda realizado para subsidiar a oferta de cursos nos novos campi do IF Baiano

## Estudantes

**PESQUISA DE DEMANDA PARA OFERTA DE CURSOS  
ESCOLA:  
MUNICÍPIO:**



<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">1. RESIDÊNCIA</th> </tr> <tr> <td style="width: 10%;"></td> <td>No município</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Outro município</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Qual:</td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">2. GÊNERO</th> </tr> <tr> <td></td> <td>feminino</td> </tr> <tr> <td></td> <td>masculino</td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">3. APRESENTA DEFICIÊNCIA</th> </tr> <tr> <td></td> <td>Não</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Auditiva</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Física</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Intelectual</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Visual</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Outras:</td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">4. ETNIA</th> </tr> <tr> <td></td> <td>Branca</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Indígena</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Parda</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Preta</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Outra:</td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">5. FAIXA ETÁRIA</th> </tr> <tr> <td></td> <td>inferior a 14 anos</td> </tr> <tr> <td></td> <td>14 anos</td> </tr> <tr> <td></td> <td>15 anos</td> </tr> <tr> <td></td> <td>16 anos</td> </tr> <tr> <td></td> <td>17 anos</td> </tr> <tr> <td></td> <td>18 anos</td> </tr> <tr> <td></td> <td>19 anos</td> </tr> <tr> <td></td> <td>20 anos</td> </tr> <tr> <td></td> <td>de 21 a 24 anos</td> </tr> <tr> <td></td> <td>25 a 29 anos</td> </tr> <tr> <td></td> <td>30 a 39 anos</td> </tr> <tr> <td></td> <td>40 a 49 anos</td> </tr> <tr> <td></td> <td>50 a 59 anos</td> </tr> <tr> <td></td> <td>60 anos ou mais</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">6. FORMAÇÃO</th> </tr> <tr> <td></td> <td>Ens. Fundamental Incompleto</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Ens. Fundamental Completo</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Ensino Médio Incompleto</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Ensino Médio Completo</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Outros:</td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">7. EMPREGO</th> </tr> <tr> <td></td> <td>fornal</td> </tr> <tr> <td></td> <td>dia todo</td> </tr> <tr> <td></td> <td>manhã</td> </tr> <tr> <td></td> <td>tarde</td> </tr> <tr> <td></td> <td>noite</td> </tr> <tr> <td></td> <td>plantão</td> </tr> <tr> <td></td> <td>informal</td> </tr> <tr> <td></td> <td>dia todo</td> </tr> <tr> <td></td> <td>manhã</td> </tr> <tr> <td></td> <td>tarde</td> </tr> <tr> <td></td> <td>noite</td> </tr> <tr> <td></td> <td>plantão</td> </tr> <tr> <td></td> <td>não possui</td> </tr> </table>	1. RESIDÊNCIA			No município		Outro município	Qual:		2. GÊNERO			feminino		masculino	3. APRESENTA DEFICIÊNCIA			Não		Auditiva		Física		Intelectual		Visual		Outras:	4. ETNIA			Branca		Indígena		Parda		Preta		Outra:	5. FAIXA ETÁRIA			inferior a 14 anos		14 anos		15 anos		16 anos		17 anos		18 anos		19 anos		20 anos		de 21 a 24 anos		25 a 29 anos		30 a 39 anos		40 a 49 anos		50 a 59 anos		60 anos ou mais			6. FORMAÇÃO			Ens. Fundamental Incompleto		Ens. Fundamental Completo		Ensino Médio Incompleto		Ensino Médio Completo		Outros:	7. EMPREGO			fornal		dia todo		manhã		tarde		noite		plantão		informal		dia todo		manhã		tarde		noite		plantão		não possui	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">8. PREFERÊNCIA POR TURNO DE ESTUDO</th> </tr> <tr> <td style="width: 10%;"></td> <td>matutino</td> </tr> <tr> <td></td> <td>vespertino</td> </tr> <tr> <td></td> <td>noturno</td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">9. RENDA FAMILIAR (INCLUINDO A SUA, SE TIVER)</th> </tr> <tr> <td></td> <td>inferior a 1 salário mínimo (R\$ 678,00)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>de 1 a 2 salários mínimos</td> </tr> <tr> <td></td> <td>de 2 a 3 salários mínimos</td> </tr> <tr> <td></td> <td>de 3 a 4 salários mínimos</td> </tr> <tr> <td></td> <td>de 4 a 5 salários mínimos</td> </tr> <tr> <td></td> <td>acima de 5 salários mínimos</td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">10. VIDA ESCOLAR</th> </tr> <tr> <td></td> <td>sempre em escola pública</td> </tr> <tr> <td></td> <td>sempre em escola privada</td> </tr> <tr> <td></td> <td>sempre em escola vinculada a alguma Fundação</td> </tr> <tr> <td></td> <td>alternou entre escola pública, privada e/ou fundacional</td> </tr> <tr> <td></td> <td>fez uso de bolsa de estudo</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Outros</td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">11. PRETENDE FAZER CURSO TÉCNICO</th> </tr> <tr> <td></td> <td>Sim</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Não</td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">11.1. QUAL (INDICAR TRÊS CURSOS)</th> </tr> <tr> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">12. PRETENDE FAZER GRADUAÇÃO</th> </tr> <tr> <td></td> <td>Sim</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Não</td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">12.1. QUAL (INDICAR TRÊS CURSOS)</th> </tr> <tr> <td></td> <td>Tecnológico:</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Bacharelado:</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Licenciatura:</td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">13. EM QUAL INSTITUIÇÃO PRETENDE ESTUDAR</th> </tr> <tr> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">14. MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO</th> </tr> <tr> <td></td> <td>Veículo próprio ou familiar</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Veículo de terceiros</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Transporte público</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Bicicleta</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Motocicleta</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Não utiliza (desloca-se a pé)</td> </tr> </table>	8. PREFERÊNCIA POR TURNO DE ESTUDO			matutino		vespertino		noturno	9. RENDA FAMILIAR (INCLUINDO A SUA, SE TIVER)			inferior a 1 salário mínimo (R\$ 678,00)		de 1 a 2 salários mínimos		de 2 a 3 salários mínimos		de 3 a 4 salários mínimos		de 4 a 5 salários mínimos		acima de 5 salários mínimos	10. VIDA ESCOLAR			sempre em escola pública		sempre em escola privada		sempre em escola vinculada a alguma Fundação		alternou entre escola pública, privada e/ou fundacional		fez uso de bolsa de estudo		Outros	11. PRETENDE FAZER CURSO TÉCNICO			Sim		Não	11.1. QUAL (INDICAR TRÊS CURSOS)				12. PRETENDE FAZER GRADUAÇÃO			Sim		Não	12.1. QUAL (INDICAR TRÊS CURSOS)			Tecnológico:		Bacharelado:		Licenciatura:	13. EM QUAL INSTITUIÇÃO PRETENDE ESTUDAR				14. MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO			Veículo próprio ou familiar		Veículo de terceiros		Transporte público		Bicicleta		Motocicleta		Não utiliza (desloca-se a pé)
1. RESIDÊNCIA																																																																																																																																																																																															
	No município																																																																																																																																																																																														
	Outro município																																																																																																																																																																																														
Qual:																																																																																																																																																																																															
2. GÊNERO																																																																																																																																																																																															
	feminino																																																																																																																																																																																														
	masculino																																																																																																																																																																																														
3. APRESENTA DEFICIÊNCIA																																																																																																																																																																																															
	Não																																																																																																																																																																																														
	Auditiva																																																																																																																																																																																														
	Física																																																																																																																																																																																														
	Intelectual																																																																																																																																																																																														
	Visual																																																																																																																																																																																														
	Outras:																																																																																																																																																																																														
4. ETNIA																																																																																																																																																																																															
	Branca																																																																																																																																																																																														
	Indígena																																																																																																																																																																																														
	Parda																																																																																																																																																																																														
	Preta																																																																																																																																																																																														
	Outra:																																																																																																																																																																																														
5. FAIXA ETÁRIA																																																																																																																																																																																															
	inferior a 14 anos																																																																																																																																																																																														
	14 anos																																																																																																																																																																																														
	15 anos																																																																																																																																																																																														
	16 anos																																																																																																																																																																																														
	17 anos																																																																																																																																																																																														
	18 anos																																																																																																																																																																																														
	19 anos																																																																																																																																																																																														
	20 anos																																																																																																																																																																																														
	de 21 a 24 anos																																																																																																																																																																																														
	25 a 29 anos																																																																																																																																																																																														
	30 a 39 anos																																																																																																																																																																																														
	40 a 49 anos																																																																																																																																																																																														
	50 a 59 anos																																																																																																																																																																																														
	60 anos ou mais																																																																																																																																																																																														
6. FORMAÇÃO																																																																																																																																																																																															
	Ens. Fundamental Incompleto																																																																																																																																																																																														
	Ens. Fundamental Completo																																																																																																																																																																																														
	Ensino Médio Incompleto																																																																																																																																																																																														
	Ensino Médio Completo																																																																																																																																																																																														
	Outros:																																																																																																																																																																																														
7. EMPREGO																																																																																																																																																																																															
	fornal																																																																																																																																																																																														
	dia todo																																																																																																																																																																																														
	manhã																																																																																																																																																																																														
	tarde																																																																																																																																																																																														
	noite																																																																																																																																																																																														
	plantão																																																																																																																																																																																														
	informal																																																																																																																																																																																														
	dia todo																																																																																																																																																																																														
	manhã																																																																																																																																																																																														
	tarde																																																																																																																																																																																														
	noite																																																																																																																																																																																														
	plantão																																																																																																																																																																																														
	não possui																																																																																																																																																																																														
8. PREFERÊNCIA POR TURNO DE ESTUDO																																																																																																																																																																																															
	matutino																																																																																																																																																																																														
	vespertino																																																																																																																																																																																														
	noturno																																																																																																																																																																																														
9. RENDA FAMILIAR (INCLUINDO A SUA, SE TIVER)																																																																																																																																																																																															
	inferior a 1 salário mínimo (R\$ 678,00)																																																																																																																																																																																														
	de 1 a 2 salários mínimos																																																																																																																																																																																														
	de 2 a 3 salários mínimos																																																																																																																																																																																														
	de 3 a 4 salários mínimos																																																																																																																																																																																														
	de 4 a 5 salários mínimos																																																																																																																																																																																														
	acima de 5 salários mínimos																																																																																																																																																																																														
10. VIDA ESCOLAR																																																																																																																																																																																															
	sempre em escola pública																																																																																																																																																																																														
	sempre em escola privada																																																																																																																																																																																														
	sempre em escola vinculada a alguma Fundação																																																																																																																																																																																														
	alternou entre escola pública, privada e/ou fundacional																																																																																																																																																																																														
	fez uso de bolsa de estudo																																																																																																																																																																																														
	Outros																																																																																																																																																																																														
11. PRETENDE FAZER CURSO TÉCNICO																																																																																																																																																																																															
	Sim																																																																																																																																																																																														
	Não																																																																																																																																																																																														
11.1. QUAL (INDICAR TRÊS CURSOS)																																																																																																																																																																																															
12. PRETENDE FAZER GRADUAÇÃO																																																																																																																																																																																															
	Sim																																																																																																																																																																																														
	Não																																																																																																																																																																																														
12.1. QUAL (INDICAR TRÊS CURSOS)																																																																																																																																																																																															
	Tecnológico:																																																																																																																																																																																														
	Bacharelado:																																																																																																																																																																																														
	Licenciatura:																																																																																																																																																																																														
13. EM QUAL INSTITUIÇÃO PRETENDE ESTUDAR																																																																																																																																																																																															
14. MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO																																																																																																																																																																																															
	Veículo próprio ou familiar																																																																																																																																																																																														
	Veículo de terceiros																																																																																																																																																																																														
	Transporte público																																																																																																																																																																																														
	Bicicleta																																																																																																																																																																																														
	Motocicleta																																																																																																																																																																																														
	Não utiliza (desloca-se a pé)																																																																																																																																																																																														

Nome:

Local e data:

**Empresariado**

Empresa: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Responsável: \_\_\_\_\_

## Identificação de atividade econômica

<b>AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA</b>	
1. agricultura, pecuária e serviços relacionados	
2. produção florestal	
3. pesca e aquicultura	
<b>INDÚSTRIAS EXTRATIVAS</b>	
1. extração de carvão mineral	
2. extração de petróleo e gás natural	
3. extração de minerais metálicos	
4. extração de minerais não-metálicos	
5. atividades de apoio à extração de minerais	
<b>INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO</b>	
1. fabricação de produtos alimentícios	
2. fabricação de bebidas	
3. fabricação de produtos do fumo	
4. fabricação de produtos têxteis	
5. confecção de artigos do vestuário e acessórios	
6. preparação de couros e fabr. de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	
7. fabricação de produtos de madeira	
8. fabricação de celulose, papel e produtos de papel	
9. impressão e reprodução de gravações	
10. fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	
11. fabricação de produtos químicos	
12. fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	
13. fabricação de produtos de borracha e de material plástico	
14. fabricação de produtos de minerais não-metálicos	
15. metalurgia	
16. fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	
17. fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	
18. fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	
19. fabricação de máquinas e equipamentos	
20. fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	
21. fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	
22. fabricação de móveis	
23. fabricação de produtos diversos	
24. manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	
<b>ELETRICIDADE E GÁS</b>	
1. eletricidade, gás e outras utilidades	
<b>ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO</b>	
1. captação, tratamento e distribuição de água	
2. esgoto e atividades relacionadas	
3. coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais	
4. descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	
<b>CONSTRUÇÃO</b>	
1. construção de edifícios	
2. obras de infra-estrutura	
3. serviços especializados para construção	

<b>COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS</b>	
1. comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	
2. comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	
3. comércio varejista	
<b>TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO</b>	
1. transporte terrestre	
2. transporte aquaviário	
3. transporte aéreo	
4. armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	
5. correio e outras atividades de entrega	
<b>ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO</b>	
1. alojamento	
2. alimentação	
<b>INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</b>	
1. edição e edição integrada à impressão	
2. ativ. cinematográficas, prod. de vídeos e de progr. de TV; grav. de som e ed. de música	
3. atividades de rádio e de televisão	
4. telecomunicações	
5. atividades dos serviços de tecnologia da informação	
6. atividades de prestação de serviços de informação	
<b>ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS</b>	
1. atividades de serviços financeiros	
2. seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	
3. atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde	
<b>ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS</b>	
1. atividades imobiliárias	
<b>ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS</b>	
1. atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	
2. atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	
3. serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas	
4. pesquisa e desenvolvimento científico	
5. publicidade e pesquisa de mercado	
6. outras atividades profissionais, científicas e técnicas	
7. atividades veterinárias	
<b>ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>	
1. aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros	
2. seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra	
3. agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	
4. atividades de vigilância, segurança e investigação	
5. serviços para edifícios e atividades paisagísticas	
6. serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	
<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL</b>	
1. administração pública, defesa e seguridade social	
<b>EDUCAÇÃO</b>	
1. educação	
<b>SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS</b>	
1. atividades de atenção à saúde humana	
2. ativ. de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em residências coletivas e particulares	
3. serviços de assistência social sem alojamento	
<b>ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO</b>	
1. atividades artísticas, criativas e de espetáculos	
2. atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	
3. atividades de exploração de jogos de azar e apostas	
4. atividades esportivas e de recreação e lazer	

<b>OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS</b>		
1. atividades de organizações associativas		
2. reparação e manut. de equip. de informática e com. e de objetos pessoais e domésticos		
3. outras atividades de serviços pessoais		
<b>SERVIÇOS DOMÉSTICOS</b>		
1. serviços domésticos		
<b>ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS</b>		
1. organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais		
<b>Carência de profissionais qualificados?</b> Se sim, indicar em qual setor:		SIM
		NÃO
<b>Projetos para atender necessidades das empresas?</b> Se sim, mencioná-lo(s):		SIM
		NÃO
<b>Cursos oferecidos na região suprem as necessidades de mão de obra qualificada?</b>		SIM
		NÃO
<b>Cursos técnicos e superiores estão alinhados às demandas da região?</b>		SIM
		NÃO
<b>Faz uso de mão-de-obra de estagiários(as)?</b>		SIM
		NÃO
<b>Há disponibilidade para admissão de estagiários(as)?</b>		SIM
		NÃO
<b>Existe(m) Arranjo(s) Produtivo(s) Local(is) em funcionamento?</b> Se sim, mencioná-lo(s):		SIM
		NÃO
<b>Ocorreram significativas mudanças (econômicas, sociais e culturais) no município/território nos últimos anos?</b> Se SIM, cite as principais:		SIM
		NÃO
<b>Se SIM, essas mudanças criaram novas oportunidades de trabalho?</b>		SIM
		NÃO

**Pensando nas atividades que oferecem oportunidades de trabalho no município ou território, indique a área profissional, entre as indicadas abaixo, que poderia ser oferecida na região:**

	<b>Meio Ambiente, Saúde e Segurança:</b> Abrange ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental e desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde
	<b>Controle e Processos Industriais:</b> Compreende tecnologias associadas aos processos mecânicos, eletroeletrônicos e físico-químicos. Abrange ações de instalação, operação, manutenção, controle e otimização em processos, contínuos ou discretos, localizados predominantemente no segmento industrial, contudo alcançando também, em seu campo de atuação, instituições de pesquisa, segmento ambiental e de serviços
	<b>Desenvolvimento Educacional e Social:</b> Compreende atividades relacionadas ao planejamento, execução, controle e avaliação de funções de apoio social, pedagógico e administrativo em escolas públicas e privadas e demais instituições. Tradicionalmente são funções que apóiam e complementam o desenvolvimento da ação social e educativa intra e extraescolar.
	<b>Gestão e Negócios:</b> Compreende tecnologias associadas aos instrumentos, técnicas e estratégias utilizadas na busca da qualidade, produtividade e competitividade das organizações. Abrange ações de planejamento, avaliação e gerenciamento de pessoas e processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações públicas ou privadas de todos os portes e ramos de atuação.
	<b>Infraestrutura:</b> Compreende tecnologias relacionadas à construção civil e ao transporte. Contempla ações de planejamento, operação, manutenção, proposição e gerenciamento de soluções tecnológicas para infraestrutura.
	<b>Informação e Comunicação:</b> Compreende tecnologias relacionadas à comunicação e processamento de dados e informações. Abrange ações de concepção, desenvolvimento, implantação, operação, avaliação e manutenção de sistemas e tecnologias relacionadas à informática e telecomunicações.
	<b>Militar:</b> Compreende tecnologias, infraestrutura e processos relacionados à formação do militar, como elemento integrante das organizações militares que contribuem para o cumprimento da missão constitucional das Forças Armadas.
	<b>Produção Alimentícia:</b> Compreende tecnologias relacionadas ao beneficiamento e industrialização de alimentos e bebidas. Abrange ações de planejamento, operação, implantação e gerenciamento, além da aplicação metodológica das normas de segurança e qualidade dos processos físicos, químicos e biológicos, presentes nessa elaboração ou industrialização.
	<b>Produção Cultural e Design:</b> Abrange atividades de criação, desenvolvimento, produção, edição, difusão, conservação e gerenciamento de bens culturais e materiais, ideias e entretenimento, podendo configurar-se em multimeios, objetos artísticos, rádio, televisão, cinema, teatro, ateliês, editoras, vídeo, fotografia, publicidade e nos projetos de produtos industriais.
	<b>Produção Industrial:</b> Compreende tecnologias relacionadas aos processos de transformação de matéria-prima, substâncias puras ou compostas, integrantes de linhas de produção específicas. Abrange planejamento, instalação, operação, controle e gerenciamento dessas tecnologias no ambiente industrial. Contempla programação e controle da produção, operação do processo, gestão da qualidade, controle de insumos, métodos e rotinas.
	<b>Recursos Naturais:</b> Compreende tecnologias relacionadas à produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção referente aos recursos naturais
	<b>Turismo, Hospitalidade e Lazer:</b> Compreende tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, bebidas, entretenimento e interação. Abrange os processos tecnológicos de planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, hospitalidade e lazer.

Quais as potencialidades produtivas e econômicas da região?

Observações:

---



---



---

local e data:

### Entidades da Sociedade Civil Organizada



Entidade:  
 Área de atuação:  
 Município:

<b>Necessidades sociais do Município</b>	
<b>Educação</b>	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <input type="checkbox"/> Escolas  <input type="checkbox"/> Pesquisas técnico-científicas  <input type="checkbox"/> Outras: _____  <input type="checkbox"/> </div> <div style="width: 45%;"> <input type="checkbox"/> Programas educacionais  <input type="checkbox"/> Biblioteca  <input type="checkbox"/> </div> </div>
<b>Cultura</b>	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <input type="checkbox"/> Teatro  <input type="checkbox"/> Museu  <input type="checkbox"/> Outras: _____  <input type="checkbox"/> </div> <div style="width: 45%;"> <input type="checkbox"/> Cinema  <input type="checkbox"/> Projetos culturais  <input type="checkbox"/> </div> </div>
<b>Organização</b>	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <input type="checkbox"/> Agremiações  <input type="checkbox"/> Entidades de classe  <input type="checkbox"/> Outras: _____  <input type="checkbox"/> </div> <div style="width: 45%;"> <input type="checkbox"/> Associações  <input type="checkbox"/> Coletividades  <input type="checkbox"/> </div> </div>
<b>Trabalho</b>	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <input type="checkbox"/> Qualificação de profissionais  <input type="checkbox"/> Outras: _____  <input type="checkbox"/> </div> <div style="width: 45%;"> <input type="checkbox"/> Mercado de trabalho  <input type="checkbox"/> </div> </div>
<b>Infraestrutura</b>	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <input type="checkbox"/> Saneamento básico  <input type="checkbox"/> Segurança  <input type="checkbox"/> Abastecimento de água  <input type="checkbox"/> </div> <div style="width: 45%;"> <input type="checkbox"/> Pavimentação  <input type="checkbox"/> Preservação ambiental  <input type="checkbox"/> Outras: _____  <input type="checkbox"/> </div> </div>
<b>Lazer</b>	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <input type="checkbox"/> Ginásio de esporte  <input type="checkbox"/> Opções de entretenimento  <input type="checkbox"/> </div> <div style="width: 45%;"> <input type="checkbox"/> Parque  <input type="checkbox"/> Outras: _____  <input type="checkbox"/> </div> </div>

<p><b>Pensando nas atividades que oferecem oportunidades de trabalho no município ou território, indique* a área profissional, entre as indicadas abaixo, que poderia ser oferecida na região:</b></p> <p><i>* se marcar mais de uma opção, registre com números a ordem de prioridade.</i></p>		
	<p><b>Meio Ambiente, Saúde e Segurança:</b> Abrange ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental e desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde</p>	
	<p><b>Controle e Processos Industriais:</b> Compreende tecnologias associadas aos processos mecânicos, eletroeletrônicos e físico-químicos. Abrange ações de instalação, operação, manutenção, controle e otimização em processos, contínuos ou discretos, localizados predominantemente no segmento industrial, contudo alcançando também, em seu campo de atuação, instituições de pesquisa, segmento ambiental e de serviços</p>	
	<p><b>Desenvolvimento Educacional e Social:</b> Compreende atividades relacionadas ao planejamento, execução, controle e avaliação de funções de apoio social, pedagógico e administrativo em escolas públicas e privadas e demais instituições. Tradicionalmente são funções que apóiam e complementam o desenvolvimento da ação social e educativa intra e extraescolar.</p>	
	<p><b>Gestão e Negócios:</b> Compreende tecnologias associadas aos instrumentos, técnicas e estratégias utilizadas na busca da qualidade, produtividade e competitividade das organizações. Abrange ações de planejamento, avaliação e gerenciamento de pessoas e processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações públicas ou privadas de todos os portes e ramos de atuação.</p>	
	<p><b>Infraestrutura:</b> Compreende tecnologias relacionadas à construção civil e ao transporte. Contempla ações de planejamento, operação, manutenção, proposição e gerenciamento de soluções tecnológicas para infraestrutura.</p>	
	<p><b>Informação e Comunicação:</b> Compreende tecnologias relacionadas à comunicação e processamento de dados e informações. Abrange ações de concepção, desenvolvimento, implantação, operação, avaliação e manutenção de sistemas e tecnologias relacionadas à informática e telecomunicações.</p>	
	<p><b>Militar:</b> Compreende tecnologias, infraestrutura e processos relacionados à formação do militar, como elemento integrante das organizações militares que contribuem para o cumprimento da missão constitucional das Forças Armadas.</p>	
	<p><b>Produção Alimentícia:</b> Compreende tecnologias relacionadas ao beneficiamento e industrialização de alimentos e bebidas. Abrange ações de planejamento, operação, implantação e gerenciamento, além da aplicação metodológica das normas de segurança e qualidade dos processos físicos, químicos e biológicos, presentes nessa elaboração ou industrialização.</p>	
	<p><b>Produção Cultural e Design:</b> Abrange atividades de criação, desenvolvimento, produção, edição, difusão, conservação e gerenciamento de bens culturais e materiais, ideias e entretenimento, podendo configurar-se em multimeios, objetos artísticos, rádio, televisão, cinema, teatro, ateliês, editoras, vídeo, fotografia, publicidade e nos projetos de produtos industriais.</p>	
	<p><b>Produção Industrial:</b> Compreende tecnologias relacionadas aos processos de transformação de matéria-prima, substâncias puras ou compostas, integrantes de linhas de produção específicas. Abrange planejamento, instalação, operação, controle e gerenciamento dessas tecnologias no ambiente industrial. Contempla programação e controle da produção, operação do processo, gestão da qualidade, controle de insumos, métodos e rotinas.</p>	
	<p><b>Recursos Naturais:</b> Compreende tecnologias relacionadas à produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção referente aos recursos naturais</p>	
	<p><b>Turismo, Hospitalidade e Lazer:</b> Compreende tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, bebidas, entretenimento e interação. Abrange os processos tecnológicos de planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, hospitalidade e lazer.</p>	
	<p><b>Ocorreram significativas mudanças (econômicas, sociais e culturais) no município/território nos últimos anos?</b></p>	<p>SIM</p>
	<p>Se SIM, cite as principais:</p>	<p>NÃO</p>
<p><b>Quais atividades produtivas e econômicas da região tem criado as maiores oportunidades de trabalho?</b></p>		

Local e data:

## Gestão Pública Municipal



Município: \_\_\_\_\_

Secretaria/ Órgão: \_\_\_\_\_

<b>Principais problemas enfrentados pelo município</b>			
<input type="checkbox"/> Saúde	<input type="checkbox"/> Educação	<input type="checkbox"/> Saneamento básico	<input type="checkbox"/> Transporte
<input type="checkbox"/> Moradia	<input type="checkbox"/> Lazer	<input type="checkbox"/> Outros: _____	
<b>Principais interações intermunicipais</b>			
<b>Principais necessidades para a Economia local</b>			
<input type="checkbox"/> Investimentos	<input type="checkbox"/> Empreendedorismo	<input type="checkbox"/> Formalização	
<input type="checkbox"/> Associativismo	<input type="checkbox"/> Cooperativismo		
<input type="checkbox"/> escoamento da produção	<input type="checkbox"/> Outros: _____		
<b>Arranjos Produtivos Locais em funcionamento ou potenciais</b>			
<b>Principais estabelecimentos comerciais, industriais e/ou agropastoris</b>			

### Setores que mais empregam

- |  |                                    |  |
|--|------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Agricultura           | <input type="checkbox"/> Pecuária  | <input type="checkbox"/> Pesca             |
| <input type="checkbox"/> Comércio              | <input type="checkbox"/> Indústria | <input type="checkbox"/> Serviços em geral |
| <input type="checkbox"/> Administração Pública | <input type="checkbox"/> Outros    |  |

### Ocorrências minerais

- |   |                                 |                                  |                                   |
|---|---------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Ouro                 | <input type="checkbox"/> Prata  | <input type="checkbox"/> Ferro   | <input type="checkbox"/> Manganês |
| <input type="checkbox"/> Calcário             | <input type="checkbox"/> Chumbo | <input type="checkbox"/> Cobre   | <input type="checkbox"/> Níquel   |
| <input type="checkbox"/> Petróleo/Gás natural | <input type="checkbox"/> Xisto  | <input type="checkbox"/> Nenhuma |                                   |
| <input type="checkbox"/> Outros: _____        |                                 |                                  |                                   |

### Atrações turísticas

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Patrimônio histórico/arquitetônico | <input type="checkbox"/> Patrimônio cultural    |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio natural                 | <input type="checkbox"/> Unidade de conservação |
| <input type="checkbox"/> Balneário                          | <input type="checkbox"/> Cachoeira              |
| <input type="checkbox"/> Outras: _____                      |   |

### Modalidades de Ensino oferecidas pelo Município

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Educação Infantil            | <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental        |
| <input type="checkbox"/> Ensino Médio                 | <input type="checkbox"/> Ensino Superior           |
| <input type="checkbox"/> Educação de Jovens e Adultos | <input type="checkbox"/> Ensino Profissionalizante |
| <input type="checkbox"/> Educação Especial            |  |

### Instituições que oferecem cursos técnicos. Cursos oferecidos

--	--

<b>Instituições que oferecem cursos de graduação e pós-graduação. Cursos oferecidos</b>

<b>Pensando nas atividades que oferecem oportunidades de trabalho no município ou território, indique* a área profissional, entre as indicadas abaixo, que poderia ser oferecida na região:</b>	
<small>* se marcar mais de uma opção, registre com números a ordem de prioridade.</small>	
	<b>Meio Ambiente, Saúde e Segurança:</b> Abrange ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental e desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde
	<b>Controle e Processos Industriais:</b> Compreende tecnologias associadas aos processos mecânicos, eletroeletrônicos e físico-químicos. Abrange ações de instalação, operação, manutenção, controle e otimização em processos, contínuos ou discretos, localizados predominantemente no segmento industrial, contudo alcançando também, em seu campo de atuação, instituições de pesquisa, segmento ambiental e de serviços
	<b>Desenvolvimento Educacional e Social:</b> Compreende atividades relacionadas ao planejamento, execução, controle e avaliação de funções de apoio social, pedagógico e administrativo em escolas públicas e privadas e demais instituições. Tradicionalmente são funções que apóiam e complementam o desenvolvimento da ação social e educativa intra e extraescolar.
	<b>Gestão e Negócios:</b> Compreende tecnologias associadas aos instrumentos, técnicas e estratégias utilizadas na busca da qualidade, produtividade e competitividade das organizações. Abrange ações de planejamento, avaliação e gerenciamento de pessoas e processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações públicas ou privadas de todos os portes e ramos de atuação.
	<b>Infraestrutura:</b> Compreende tecnologias relacionadas à construção civil e ao transporte. Contempla ações de planejamento, operação, manutenção, proposição e gerenciamento de soluções tecnológicas para infraestrutura.
	<b>Informação e Comunicação:</b> Compreende tecnologias relacionadas à comunicação e processamento de dados e informações. Abrange ações de concepção, desenvolvimento, implantação, operação, avaliação e manutenção de sistemas e tecnologias relacionadas à informática e telecomunicações.
	<b>Militar:</b> Compreende tecnologias, infraestrutura e processos relacionados à formação do militar, como elemento integrante das organizações militares que contribuem para o cumprimento da missão constitucional das Forças Armadas.
	<b>Produção Alimentícia:</b> Compreende tecnologias relacionadas ao beneficiamento e industrialização de alimentos e bebidas. Abrange ações de planejamento, operação, implantação e gerenciamento, além da aplicação metodológica das normas de segurança e qualidade dos processos físicos, químicos e biológicos, presentes nessa elaboração ou industrialização.
	<b>Produção Cultural e Design:</b> Abrange atividades de criação, desenvolvimento, produção, edição, difusão, conservação e gerenciamento de bens culturais e materiais, ideias e entretenimento, podendo configurar-se em multimídias, objetos artísticos, rádio, televisão, cinema, teatro, ateliês, editoras, vídeo, fotografia, publicidade e nos projetos de produtos industriais.
	<b>Produção Industrial:</b> Compreende tecnologias relacionadas aos processos de transformação de matéria-prima, substâncias puras ou compostas, integrantes de linhas de produção específicas. Abrange planejamento, instalação, operação, controle e gerenciamento dessas tecnologias no ambiente industrial. Contempla programação e controle da produção, operação do processo, gestão da qualidade, controle de insumos, métodos e rotinas.
	<b>Recursos Naturais:</b> Compreende tecnologias relacionadas à produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção referente aos recursos naturais
	<b>Turismo, Hospitalidade e Lazer:</b> Compreende tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, bebidas, entretenimento e interação. Abrange os processos tecnológicos de planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, hospitalidade e lazer.
<b>Quais as potencialidades produtivas e econômicas da região?</b>	

<b>Cursos técnicos e superiores oferecidos no município/território estão alinhados às demandas da região?</b>	<b>SIM</b>
	<b>NÃO</b>

Local e data:

**Anexo 3:** Matrizes de convergência com sugestão de áreas ou cursos, baseadas nos estudos de demanda para novos campus do IF Baiano.

### Alagoinhas:

		relevância econômico-produtiva	
		elevada	reduzida
relevância sociocultural	elevada	AGRICULTURA AGROPECUÁRIA AGROINDÚSTRIA <b>CERVEJARIA</b> FRUTICULTURA SEGURANÇA DO TRABALHO PETRÓLEO E GÁS PETROQUÍMICA ZOOTECNIA	ADMINISTRAÇÃO ELETROMECÂNICA ENFERMAGEM INFORMÁTICA MANUT. SUPORTE INFORMÁTICA SOLDAGEM
	reduzida	ALIMENTOS ANÁLISES QUÍMICAS QUÍMICA	HOSPEDAGEM COMÉRCIO CONTABILIDADE

### Itaberaba:

		relevância econômico-produtiva	
		elevada	reduzida
relevância sociocultural	elevada	AGRICULTURA AGROPECUÁRIA ALIMENTOS FRUTICULTURA ZOOTECNIA	ADMINISTRAÇÃO ENFERMAGEM INFORMÁTICA
	reduzida	AGROINDÚSTRIA AGRONEGÓCIO	COMÉRCIO SERVIÇOS PÚBLICOS

**Serrinha:**

		relevância econômico-produtiva	
		elevada	reduzida
relevância sociocultural	elevada	AGRICULTURA AGROPECUÁRIA GEOLOGIA MINERAÇÃO RECURSOS MINERAIS ZOOTECNIA	ADMINISTRAÇÃO DEFESA CIVIL ENFERMAGEM INFORMÁTICA PETRÓLEO E GÁS
	reduzida	AGROECOLOGIA	ALIMENTOS

**Xique-Xique:**

		relevância econômico-produtiva	
		elevada	reduzida
relevância sociocultural	elevada	AGRICULTURA AGROPECUÁRIA AQUICULTURA PESCA RECURSOS PESQUEIROS ZOOTECNIA	ADMINISTRAÇÃO ENFERMAGEM FARMÁCIA INFORMÁTICA
	reduzida	BIOCOMBUSTÍVEIS MEIO AMBIENTE	AGROINDÚSTRIA HIDROLOGIA PROCESSAMENTO DE PESCADO